

Organizadores:

Antonio Jerfson Lins de Freitas

João Teófilo

Viviane Prado Bezerra

Diálogos sobre a Ditadura

Série
Território
Científico

SER
TÃO
CULT

Organizadores:

Antonio Jerfson Lins de Freitas

João Teófilo

Viviane Prado Bezerra

Diálogos sobre a Ditadura



Sobral-CE

2021



Diálogos sobre a Ditadura

© 2021 copyright by Editora Sertãoocult
Impresso no Brasil/Printed in Brasil



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaocult.com
sertaocult@gmail.com
www.editorasertaocult.com

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Conselho Editorial de História

Carlos Augusto Pereira dos Santos
Francisco Dênis Melo
Geranilde Costa e Silva
Gilberto Gilvan Souza Oliveira
Tito Barros Leal de Pontes Medeiros
Valeria Aparecida Alves
Raimundo Alves de Araújo
Antonio Iramar Miranda Barros
Camila Teixeira Amaral
Telma Bessa Sales
Juliana Magalhães Linhares
Cicero João da Costa Filho
Regina Celi Fonseca Raick
Andréia Rodrigues de Andrade

Revisão

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Diagramação

João Batista Rodrigues Neto

Capa

João Batista Rodrigues Neto

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

D536 Diálogos sobre a ditadura. / Antonio Jerfson Lins de Freitas,
João Teófilo, Viviane Prado Bezerra. (Organizadores.). –
Sobral, CE: Sertão Cult, 2021.

244p.

ISBN: 978-65-87429-89-2 - e-book - pdf

ISBN: 978-65-87429-90-8 - papel

Doi: 10.35260/87429892-2021

1. Ditadura- Brasil. 2. Fontes históricas. 3. História-
Passado. 4. Pesquisa histórica. I. Freitas, Antonio
Jerfson Lins de. II. Teófilo, João. III. Bezerra,
Viviane Prado. IV. Título.

CDD 981.063
907.2



Este e-book está licenciado por Creative Commons

Atribuição-Não-Comercial-Sem Derivadas 4.0 Internacional

Organizadores

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2007) e em História - Licenciatura Plena pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (2004). Técnico em telecomunicações pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET-CE, atual IFCE). Especialista em Docência do Ensino Superior. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (2019). Está vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas de História Oral do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Cursa segunda licenciatura em Geografia pela Faculdade Estácio do Ceará. Atualmente coordena o conselho editorial da Editora SertãoCult.

João Teófilo

Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde também atua como pesquisador do Laboratório de História do Tempo Presente (LHTP). Foi pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da FGV-SP. Suas pesquisas concentram-se em questões relacionadas ao golpe de 1964 e à ditadura militar, abordando temas como cultura política, imprensa, memória e Justiça de Transição. Foi um dos organizadores da coletânea “A ditadura civil- militar em Sobral: aliança, ‘subversão’ e repressão” (2017) e é autor do livro “Nem tudo era censura: imprensa, Ceará e ditadura militar” (2019).

Viviane Prado Bezerra

Professora Assistente do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (Dinter UFF/URCA). Mestra em História Social pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Está vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas de História Oral do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, atuando nos campos de pesquisa de História Social, com ênfase em Movimentos Sociais, Camponeses, História das Mulheres, História Oral e História da Educação.

Os entrevistadores

Alexander da Silva Braz é graduado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestrando em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e integra, também, o Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Política e Sociedade pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Ana Marília Carneiro é pós-doutoranda em História pelo programa CAPES Print/UFMG. É doutora e mestre em História pela UFMG e pesquisadora do Laboratório de História do Tempo Presente da UFMG (LHTP/UFMG) e da HuManas: pesquisadoras em rede.

Carolina Maria Abreu Maciel é doutoranda em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), onde pesquisa a formação da Juventude integrante da Pastoral da Juventude do Meio Popular, entre as décadas de 1980 e 1990. É licenciada em história pela mesma instituição e mestre pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Entre os anos de 2010 a 2012 estagiou na Associação 64/68 - Anistia. Desde 2012 é pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas História e Documento: Reflexões sobre fontes históricas - GEPHD. Em 2019, passou a integrar o Grupo de Estudos e pesquisas de História e Gênero. Entre os anos de 2013 e 2014 foi membro da Comissão Interinstitucional da Verdade das Universidades Públicas UFC/UECE.

Edilberto Florêncio dos Santos é Mestre em História e Culturas pela Universidade Estadual do Ceará-UECE. Especialista em Ensino de História do Ceará e em Gestão Cultural Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. Professor Efetivo da Rede Municipal de Educação de Sobral-CE e professor substituto do Curso de História da UVA. É Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio e Memória da Universidade Federal do Ceará-UFC e do Grupo de Estudo e Pesquisa História, Cidades e outras Artes-UVA.

Gilberto Gilvan Souza Oliveira é doutorando em História Social (PPGH-UFC), é mestre e graduado em História pela Universidade Federal do Ceará. Atuou como educador no núcleo educativo do Museu do Ceará (2013-2014). Atualmente é professor temporário do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (Sobral/CE) e desenvolve pesquisas em torno da história do livro, da leitura e da produção editorial.

José Valdenir Rabelo Filho é Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: regimes autoritários, memória, história oral e ensino de história.

Jucelio Regis da Costa é graduado em História pela Universidade Estadual do Ceará (2010). Mestre em História pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2015). Doutorando em História, vinculado à linha de pesquisa Relações de Poder, Linguagem e História Intelectual, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. Docente da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - FAFIDAM, campus da Universidade Estadual do Ceará - UECE, na cidade de Limoeiro do Norte, no setor Metodologias de Ensino de História e Geografia, História da Educação Geral e Brasileira; Legislação e Organização da Educação Brasileira. Atuou como professor formador e tutor no Curso de História na modalidade EaD, pela UECE. Desenvolve estudos sobre imprensa, ditadura civil-militar e sociedade; História e Memória da Ditadura Brasileira. Atualmente leciona no setor de ensino de História e Geografia, em Iguatu-CE, na FECLI/UECE.

Lucas Pedretti Lima é doutorando em Sociologia no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ). Mestre em História Social da Cultura (2018) e graduado em História (2015) pela PUC-Rio. Integra o Núcleo de Memória e Direitos Humanos do Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE/UFRJ). Foi pesquisador do Instituto de Estudos de Religião (ISER). Foi estagiário da Comissão Estadual da Verdade do Rio, sendo efetivado como assessor em julho de 2015. Foi assessor da Coordenadoria Estadual por Memória e Verdade de janeiro de 2016 a agosto de 2017. Colaborou com o projeto de pesquisa “Políticas Públicas de Memória para o Estado do Rio de Janeiro: pesquisas e ferramentas para a não-repetição”, do Núcleo de Direitos Humanos da PUC-Rio.

Marina Mesquita Camisasca é doutoranda em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com mestrado (2009) e graduação (2005) na mesma instituição. É pesquisadora do Núcleo de História Oral (NHO) e do Laboratório de História do Tempo Presente (LHTP), ambos da UFMG. Possui experiência em história institucional e empresarial trabalhando na redação e editoração de livros, organização de arquivos, centros de memória e exposições. Realiza pesquisa na área de História Agrária, História do Brasil Republicano e História da Ditadura Militar.

Rafael Júnior dos Santos é graduado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2016), mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará (2019). Atualmente é professor efetivo da Rede Municipal de Sobral. Participou do Programa de Educação Tutorial-PET (MEC/SeSu) de 2013 a 2016. Pesquisador do Grupo de Pesquisa História e Cultura Política, da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. Participa do Grupo de Pesquisa História e documentos: reflexões sobre fontes históricas, da Universidade Federal do Ceará-UFC. Tem experiência de pesquisa na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura política, memória, discurso, Ditadura.

Telma Bessa Sales é graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997), com mestrado (2000) e doutorado (2006) em História pela mesma instituição e pós doutorado na Universidade de Évora - Portugal (2015). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Brasil, experiências sociais, memória, cultura, história oral e reestruturação produtiva. Fez estágio na Universidade La Sapienza (Roma) sob orientação do professor Alessandro Portelli. É membro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios no Ceará (ICOMOS-CE) e professora adjunta do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) desde 2011, onde é líder do Grupo de Pesquisa de História Oral.

Vera Lúcia Silva é doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e tem mestrado em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). É bolsista da Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Publicou, junta a Ana Selma Silva de Aguiar, o livro “Um oásis dos menos favorecidos da sorte”: a experiência do Serviço de Promoção Humana (SPH), Camocim-CE, 1962-1979.

Prefácio

Nas duas últimas décadas, aumentou consideravelmente o número de pesquisas sobre o período autoritário de duas décadas iniciado como o Golpe de 1964, no qual os militares estiveram no centro e no controle do poder político no Brasil. Além desse crescimento, houve um notável alargamento do conjunto de temas investigados. Novas abordagens, novos objetos e novos problemas somaram-se aos trabalhos mais antigos, marcados principalmente pela busca de se compreender a dinâmica política do período. Em particular, destaca-se a preocupação em integrar uma dimensão cultural ao acervo anterior de pesquisas.

Falta ainda, contudo, refletir mais sobre esse conjunto de estudos, num exercício de auto reflexividade da parte da própria comunidade de pesquisadores. Este livro vem, em boa hora, contribuir para reduzir esse déficit. Destaco três de suas qualidades. Uma, de não restringir a seleção dos entrevistados a pesquisadores do triângulo Rio – São Paulo – Belo Horizonte. Outra, a de incluir pessoas de diferentes gerações acadêmicas. Finalmente, o foco nas trajetórias de pesquisa dos entrevistados, com suas opções, apostas e acasos.

Aparecem, ao longo das entrevistas, importantes reflexões sobre diferentes dimensões desse conjunto de experiências de pesquisa. Elas vão desde a natureza das fontes disponíveis, incluindo questões relacionadas ao seu acesso, até discussões mais gerais sobre conceitos utilizados na análise, passando pelas configurações mutáveis da memória sobre o período. Ganham também destaque, nas entrevistas, os desafios de se fazer uma história tanto do “tempo presente” quanto uma “história pública”, imersas nos debates contemporâneos. Tudo isso, num terreno minado pela

“pós-verdade”, pelas *fake news*, por negacionismos de várias ordens e pela dinâmica vertiginosa das redes sociais.

Mais do que a narrativa de produtos acabados de diferentes pesquisas, que aparecem melhor em livros e artigos acadêmicos, pode-se nessas entrevistas acompanhar o processo de “artesanato intelectual” em ação, de que fala Wright Mills. Nesse sentido, o livro certamente servirá de inspiração a jovens pesquisadores que se dedicam (ou que se dedicarão) ao tema.

Celso Castro

Professor, FGV CPDOC

A série Território Científico

O ato da escrita é um ato solitário, mas antes dele se concretizar, o autor precisa colecionar experiências, conhecimento, compartilhar ideias, trocar vivências com outras pessoas, ouvir novas histórias, enfim, ser impactado pelo convívio social, por aquilo que só é possível ser construído coletivamente.

E é exatamente a capacidade de nos conectarmos fisicamente que, embora já viesse sofrendo declínio nos últimos anos, foi mais afetada pelo atual cenário de pandemia no qual estamos inseridos. A Covid-19, além de uma ameaça real à vida das pessoas, levou ao extremo o processo de distanciamento que já experimentávamos. Ficar longe deixou de ser apenas um reflexo da rotina acelerada destas primeiras décadas do novo milênio. Graças ao vírus, tornou-se questão de sobrevivência.

O isolamento atingiu todos os aspectos da vida humana, e a produção do conhecimento científico não foi menos afetada, ainda mais em um país no qual atualmente essa produção já vinha sendo alvo de constantes ataques e aqueles que se dedicam a ela são encarados quase como inimigos do Estado. Nesse cenário, torna-se mais do que pertinente, mas necessário que todos aqueles que acreditam na educação, na ciência, no conhecimento se unam e abracem projetos que busquem aproximar essa produção e o público em geral.

Assim nasceu o *Território Científico*, uma iniciativa que visa não apenas aproximar renomados pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento entre si, mas possibilitar que compartilhem suas trajetórias, dificuldades e experiências com aqueles que escolherem seguir seus passos.

Com isso em mente, a *Editores SertãoCult* apresentou aos membros de seu conselho editorial a proposta de juntos promovermos uma série de

diálogos com pesquisadores que são referência em suas áreas de atuação, nos quais fazem um pequeno apanhado de suas trajetórias. Cada conjunto de diálogos ao final são transcritos e editados, compondo livros distribuídos gratuitamente no formato digital e oferecidos à venda em formato físico.

A série tem início com este volume, dedicado a um tema tão relevante, especialmente em nossa atual conjuntura político-social: a ditadura civil-militar. Nessa perspectiva, onze grandes historiadores que se dedicam a esta temática nos honraram ao aceitar contribuir com este projeto, dialogando com outros historiadores igualmente talentosos, nos brindando, nas próximas páginas, com uma verdadeira aula de como pesquisar um período tão sensível da história brasileira.

Não poderíamos estar mais orgulhosos do resultado deste esforço conjunto, que nos estimula a seguirmos empenhados em nossa defesa incondicional da ciência.

Obrigado a todos que ajudaram neste primeiro passo da *Série Território Científico*!

Que venham os próximos volumes!

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Marco Antonio Machado

Coordenadores da Série Território Científico

Apresentação

A temática da ditadura militar brasileira passou por importante expansão nos últimos anos em relação às pesquisas desenvolvidas. É certo que por longo tempo ficou restrita a outras áreas, como a sociologia e a ciência política, e apenas posteriormente os historiadores resolveram tomá-lo como objeto de estudo. Há algumas razões para isso, dentre as quais destacamos certa resistência na área de história em pesquisar temas próximos a nós no tempo, além da dificuldade de acesso às fontes. Atualmente, esse cenário é diferente: a história do tempo presente/história recente é uma área em expansão no Brasil e muitos fundos documentais ligados ao Estado repressivo, por exemplo, estão acessíveis aos pesquisadores, alguns dos quais ainda pouco explorados.

Iniciar uma nova pesquisa representa grande desafio, sobretudo para aqueles iniciantes que, ao final de seus cursos de graduação, precisam encontrar um tema/objeto que venha a se transformar em suas monografias, em seus trabalhos de conclusão de curso. Logo, muitas são as dúvidas e inseguranças. Saber por onde começar é uma questão difícil; após começar, as dúvidas continuam ao longo da pesquisa. É algo intrínseco ao processo e, claro, também faz parte da vida de pesquisadores mais experientes.

O contato com a obra de historiadores e historiadoras que pesquisam ditadura nos põe diante de um universo complexo que ainda tem muito para ser estudado, apesar dos avanços recentes. Ocorre que nem sempre o percurso de pesquisa está visível nesses trabalhos. E mais: as questões que antecedem a produção desses estudos, mas também que acompanham a escrita, nem sempre estão perceptíveis. A menos que conversemos com essas pessoas, ficará difícil saber detalhes do que poderíamos chamar de bastidores da pesquisa ou *behind the scenes*.

Este trabalho que agora apresentamos, através de entrevistas com historiadores e historiadoras, traz vários elementos desses bastidores e nos põe em contato com seres humanos, de carne e osso, que tiveram suas inquietações, dúvidas, mostrando que seus caminhos quase nunca são lineares. Eles nos põem em contato também com seus processos de formação e com as questões que permearam suas principais pesquisas. Trata-se de material de grande utilidade, que poderá servir de inspiração, de guia, para aqueles que desejam iniciar na área ou melhor conhecer suas especificidades.

Na escolha dos convidados, preocupou-nos não apenas selecionar pesquisadores com trajetórias e formações diferenciadas - de modo a incorporar ao trabalho experiências que, fugindo dos meios tradicionais de atuação, contemplam o uso de novas ferramentas para a produção e divulgação do conhecimento histórico, a exemplo da Internet. Mas, buscamos diversificar, dentro das possibilidades, seus lugares de atuação, contemplando profissionais de outras regiões do país que não apenas o Sudeste. Além disso, e não menos importante, buscamos elaborar um trabalho equilibrado do ponto de vista de gênero, pois sabemos das invisibilidades que também estão presentes no mundo acadêmico, nem sempre dando a devida atenção que merece ter as pesquisas feitas por mulheres.

Juntou-se a nós nesta empreitada um time de entrevistadores cuja escolha também se pautou pelas questões anteriormente colocadas. Conhecedor dos trabalhos e trajetórias de seus entrevistados, esse time contemplou nas perguntas questões essenciais que ajudam a evidenciar os propósitos deste projeto, abordando temas de pesquisa, mas também trajetórias, uma vez que essas duas dimensões guardam entre si grande proximidade, havendo, em alguns casos, uma mútua influência. Noutras palavras, entrevistadores e entrevistados trilharam um caminho que mostra ao leitor que as escolhas de temas e objetos de pesquisa também derivam de histórias de vida, sendo um processo permeado por subjetividades, por questões pessoais.

Diante do contexto de produção deste livro, marcado por discursos que buscam negar ou relativizar a ditadura militar, entendemos que o conhecimento histórico é importante antídoto. Esperamos, pois, que nosso esforço possa servir de inspiração para trazer para nosso campo de atuação novos nomes. E mais: que aqueles que tenham interesse no tema, mas sem ne-

cessariamente desejar ingressar na área, possam vislumbrar que a construção do conhecimento histórico é baseada em método, em erudição, em consulta a fontes, em crítica documental. O historiador trilha com seriedade um longo caminho até chegar às suas conclusões. Pode parecer óbvio, mas não custa reforçar: história não é opinião.

Ao encerrar esta apresentação, não poderíamos deixar de agradecer a todos aqueles que tornaram este projeto possível, em especial nossas entrevistadoras, entrevistadores, entrevistadas e entrevistados, e à Editora SertãoCult, que fez o convite e nos confiou a importante missão de tornar real algo dessa magnitude.

Jerfson Lins

João Teófilo

Viviane Prado Bezerra

Organizadores

Sumário

Ana Rita Fonteles Duarte.....	18	Doi: 10.35260/87429892p.18-37.2021
Carlos Fico.....	38	Doi: 10.35260/87429892p.38-57.2021
Caroline Bauer.....	58	Doi: 10.35260/87429892p.58-80.2021
Aírton de Farias.....	82	Doi: 10.35260/87429892p.81-102.2021
Edvanir Maia da Silveira.....	104	Doi: 10.35260/87429892p.104-126.2021
Marcos Napolitano.....	128	Doi: 10.35260/87429892p.128-142.2021
Samantha Viz Quadrat.....	144	Doi: 10.35260/87429892p.144-165.2021
Paulo César Gomes.....	166	Doi: 10.35260/87429892p.166-181.2021
Sônia Maria de Meneses Silva.....	182	Doi: 10.35260/87429892p.182-202.2021
Rodrigo Patto Sá Motta.....	204	Doi: 10.35260/87429892p.204-223.2021
Valéria Aparecida Alves.....	224	Doi: 10.35260/87429892p.224-242.2021



Ana Rita Fonteles Duarte é professora Associada I do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Ministra disciplinas nas áreas de Teoria da História e Prática de Ensino na graduação. Integra as linhas Cultura e Poder e Memória e Temporalidades no Programa de Pós-Graduação em História da UFC. Membro do corpo docente do Mestrado Profissional em História - Profhitoria (UFC). É doutora em História Cultural pela UFSC e mestra em História Social pela UFC, possui graduação em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará. Tem experiência nas áreas de História e gênero, história das mulheres, gênero e ditadura no Brasil. Coordena o Grupo de Pesquisas e Estudos em História e Gênero (GEPEHG), na UFC. Pós-doutorado em História pela UFF.

Jucélio Regis
Vera Silva

Ana Rita Fonteles Duarte

[...] observar a ditadura sob um viés de gênero faz com que a gente pense também que, para que uma ditadura se estabeleça por mais de 20 anos, como foi o nosso caso, as políticas de repressão não bastam. É necessário que a ditadura atenda alguns desejos, alguns anseios de setores da sociedade. Você entender, por exemplo, o lugar da sexualidade, do comportamento, como isso é pensado pelas diversas instâncias do regime.

Território Científico (TC): Por favor, poderia nos falar sobre sua experiência pessoal em seu campo de atuação, ou seja, a respeito da sua trajetória acadêmica?

Ana Rita Duarte: Eu vim do jornalismo, fiz Comunicação Social com habilitação em jornalismo. Atuei cerca de 15 anos como jornalista até entrar no curso de História como professora, da UFC. No jornalismo, eu fui construindo preocupações em torno do que seria o conteúdo produzido para mulheres, ou sobre mulheres, nas ditas revistas femininas. Eu era leitora de revistas femininas. Uma leitora impertinente [risos] em relação às revistas porque eu gostava, mas ao mesmo tempo, colocava muitas questões em relação àquele conteúdo. Na segunda metade dos anos de 1990, a gente tinha que produzir uma monografia sobre algum tema ligado ao jornalismo, e justamente, eu escolhi trabalhar com jornalismo feminino, e nessa construção, que virou problema de pesquisa, eu comecei a catar os poucos trabalhos existentes na época sobre o jornalismo feminino no Brasil. E um nome sempre aparecia nesses trabalhos, mas eu não tinha visto nada produzido ainda sobre ela, que era a figura de Carmem da Sil-

va, uma jornalista que atuou durante cerca de 21 ano na revista Claudia e que era considerada a precursora das discussões feministas nas revistas femininas. Eu sabia que isso tinha acontecido em outros lugares, não só no Brasil, seguindo mais ou menos aí o que seria a segunda onda feminista.

Então, muitas mulheres feministas, muitas militantes acabaram entrando nas revistas em vários países do mundo, levando as demandas dos movimentos de mulheres. A Carmem entrou aqui na Claudia no ano de 1963. A revista é fundada em 1961, ela entra 1963 e permanece até 1985. E aí eu comecei a pesquisar sobre ela, já que eu não encontrava trabalho, encontrava algumas coletâneas de artigos dela. Comecei a ler esses trabalhos e fui despertando o interesse para entender como era possível e que configuração histórica que tornou possível uma jornalista feminista tratando de temas que muitas vezes eram conflitantes com aquilo que a revista pregava para mulheres de classe média, num momento de grande movimentação das mulheres e de mudanças comportamentais, políticas, para mulheres no Brasil. Então, eu fiz a monografia, defendi e sempre tive vontade de fazer, continuar com pesquisas, fazer pesquisas. Eu tinha esse interesse em história.

Eu tinha tentado junto com o vestibular em comunicação o vestibular para história. Passei, mas na época, a gente não podia cursar, fazer dois cursos em universidades públicas, e eu tive que fazer a opção, embora pudesse perfeitamente conciliar. Mas aí eu optei pela história. Na época não tinha mestrado em comunicação. Na verdade, eu acho que a abordagem que eu fui construindo, mesmo no campo da comunicação, foi uma abordagem muito voltada para a problematização histórica. Eu sou da primeira turma do mestrado em História da UFC. Eu entrei em 1999 e a turma se inicia em 2000. Esse ano (2020), o programa completa 20 anos. No início, a gente entra no curso de história, quando as questões de gênero, elas ainda estavam incipientes aqui no Ceará. A gente não tinha orientação específica sobre a temática, havia uma certa resistência no campo da História Social para se trabalhar com essas questões, embora houvesse outras pessoas que trouxesse essas questões. A gente acabou tendo que se juntar bastante para tentar dar conta dos textos, tentar da conta das discussões. Fizemos um grupo informal na época. Quem orientava essas pesquisas na UFC era o professor Eurípedes [Antônio Funes]. Não fui orientanda dele, fui orientanda do professor Gilmar de Carvalho, mas o Eurípedes que fazia esse

meio campo, tentando dar conta dessas questões. Então, fiz o trabalho. O trabalho acabou se tornando também uma análise para além da questão da obra, da questão da memória em torno dela, que foi muito interessante descobrir a partir do leque de fontes que se abriu durante a pesquisa, tentar entender como essa mulher foi produzida a partir de memórias e como ela também utilizou a memória como forma de reforçar o seu trabalho, como forma de divulgar o feminismo. Trabalhei, então, com a autobiografia dela, trabalhei com relatos orais de pessoas que trabalharam, conviveram e que militaram com ela; e com seus artigos, propriamente ditos. Esse trabalho foi lançado em 2005.

Então fiz a minha formação, a minha pós-graduação se deu paralela ao meu trabalho como jornalista, inclusive no mestrado eu não tive bolsa de estudos, trabalhei.

Trabalhando no jornal O Povo como repórter de política no final dos anos 1990, em 1999 especificamente, eu fui escalada junto a outra repórter para fazer um caderno sobre os 20 anos da Anistia no Brasil. 20 anos da lei de agosto de 1979. Na produção das matérias desse caderno eu acabei sendo escalada para fazer uma matéria com as mulheres do Movimento Feminino Pela Anistia [MFPA] no Ceará. E aí, de cara, eu entendi que o grupo era dividido, que algumas mulheres não se reuniam com as outras, que as experiências relatadas por elas eram muito distintas, até ação política era muito distinta. Também tinha um discurso muito interessante sobre quem venceu, quem conseguiu dar o tom no MFPA aqui. Entrevistei mulheres dos diferentes grupos, fiz a matéria, mas já estava com o projeto, saído do jornal, para fazer o mestrado. E quando veio a ideia de fazer o doutorado, eu pensei novamente em voltar a essa temática que eu tinha descoberto lá no jornal. Fui atrás novamente dessas mulheres e fiz entrevistas. Vi que, de fato, as disputas dentro do MFPA aqui, que foi um grupo que durou entre 1976 a 1979, eram muito grandes. Você tinha, de um lado, as mães, as familiares, e de outro, as mulheres que se consideravam politizadas. As outras eram as não politizadas. E do ponto de vistas das familiares, as outras eram as radicais, as politiqueiras. Então, eu fui estudar essas disputas, o que elas significavam em termo de memória, como é que a partir do lugar que elas se situavam dentro do grupo, como é que elas lembravam, como é que elas analisavam a ação política.

Fui pra UFSC, onde eu cursei o doutorado entre 2005 e 2009. Concluí em 2009. Pouco tempo depois, eu consegui uma bolsa de Desenvolvimento Científico Regional, que é uma espécie fixação de doutores. Fui para a UFC trabalhar. Como eu tinha trabalhado muito na tese o que seriam jogos de gênero, como as mulheres usavam o gênero para conseguir dialogar e reivindicar coisas durante a ditadura, eu fui tentar entender se as mulheres estavam jogando, se elas estavam reivindicando coisas, se elas estavam usando gênero, então havia o outro lado do tabuleiro nesse jogo. Porque quem joga, joga com alguém. Então, eu fiz um projeto de pós-doutorado justamente pensando essa mobilização do que seria gênero ou do comportamento pela ditadura militar. Acaba que com pouco tempo que eu estava nessa bolsa, estava fazendo esse projeto na UFC, dando aula como professora visitante, como bolsista, abriu uma vaga de concurso para a área de Teoria e Metodologia da História, aí eu fiz e passei. Quando eu entrei na universidade efetivamente, a UFC já tinha um grupo, que já estava funcionando há alguns meses, Grupo de Estudo de História e Gênero, que vinha sendo tocado por alunos mestrados na época e algumas pessoas da graduação. Eu assumi o grupo e o registrei junto ao CNPq, e de lá pra cá eu venho atuando como coordenadora desse grupo, que se reúne para fazer discussões e também orienta pesquisas.

TC: você poderia falar um pouquinho mais sobre essa questão do movimento feminino no Ceará, relacionado à ditadura militar?

Ana Rita Duarte: Então, o MFPA foi criado em 1975 em São Paulo por iniciativa de um grupo de mulheres paulistas, liderados pela dona Therezinha Zerbini, que era esposa de um general que tinha sido cassado, general que tinha resistido ao golpe e foi expulso, colocado para fora das Forças Armadas. E dona Therezinha, a partir desse lugar e muito revoltada com essa situação toda, se envolveu nesse processo. O general era muito progressista, eu diria. Depois que ele saiu do Exército, foi trabalhar numa fábrica de papel no interior de São Paulo e foi cursar Filosofia [risos] na USP¹. E lá ele se tornou colega de Frei Tito de Alencar, que acabou sendo amigo da família. E a dona Therezinha foi a pessoa que intermediou, vamos dizer assim, a aquisição do terreno de Ibiúna, onde foi realizado o congresso da

1 Universidade de São Paulo.

UNE² a pedido de Frei Tito, que era frei dominicano e era do movimento estudantil, e ela intermediou, pediu a um amigo da família, sem dizer para o que era. Simplesmente era um terreno de Ibiúna onde centenas de estudantes se reuniram clandestinamente no congresso da UNE e foram presos em massa, e dona Therezinha acabou também, de esposa de general, acabou se tornando cúmplice de ações clandestinas. Ela foi interrogada, foi presa, passou cerca de seis meses presa por conta da Operação Bandeirante, por conta dessa ação. Então, ao sair da cadeia e continuar sendo vigiada, ela sabia que era vigiada, ela resolveu articular essas mulheres. E articulou. O movimento foi registrado em cartório, ele usava um léxico muito tradicional como estratégia política, de ação política. Muita gente faz uma leitura muito literal, vamos dizer assim, dos documentos do MFPA, como se essas mulheres fossem despolitizadas, mas na verdade elas agiram com muita tática num momento muito difícil em que todo mundo tinha medo, não só elas, mas todo mundo. E ela foi fundando núcleos pelo Brasil.

O terceiro núcleo foi criado aqui no Ceará. Já existia uma reunião de mulheres, na verdade, antes do MFPA, principalmente familiares se reuniam para tentar melhorar as condições ou dar assistência aos presos políticos. A convocatória da dona Therezinha Zerbini chegou por diversas vias e tem vários relatos de origens do MFPA: uma carta que foi enviada para fulano, outra pessoa que entrou em contato, alguém que foi convidado, mas o fato é que a dona Therezinha fazia esse trabalho de enviar cartas para as pessoas. Ela entrou em contato com várias pessoas, e nesse processo, reunindo tanto familiares que já se articulavam como também mulheres que estavam sem militância política porque tinham medo, porque já tinham sido presas, sem poder agir muito porque eram visadas, muitas eram universitárias e estavam também muito incomodadas com a repressão. Elas se juntaram e passaram a se reunir, a fazer ações articuladas, participar de congressos. Esse processo reuniu mulheres tão di-

Muita gente faz uma leitura muito literal, vamos dizer assim, dos documentos do MFPA, como se essas mulheres fossem despolitizadas, mas na verdade elas agiram com muita tática num momento muito difícil em que todo mundo tinha medo, não só elas, mas todo mundo.

2 União Nacional dos Estudantes.

ferentes e o que dava a tônica eram mulheres de classe média, em sua maioria. A maior parte delas tinha tido contato ou tinha passado pelo ensino universitário e tinha vindo também de setores ligados à Igreja Católica. Algumas, por exemplo, tinham sido alfabetizadoras no método Paulo Freire. Algumas eram de pastorais, outras eram ligadas ao PC do B³.

O fato é que essas mulheres diferentes se reuniram e o que fazer para lutar pela Anistia? - *“A nossa luta é só pela Anistia ou a gente quer questionar a ditadura militar de maneira mais forte? A gente quer questionar o sistema mobilizado pela ditadura?”*. Então são diferenças que causaram muitas tensões, conflitos, porque de um lado você tem medo muito forte, muito legítimo pelos familiares, que seus parentes fossem exterminados, torturados ou que a pena deles fosse ser acrescida. Por outro lado, você tem mulheres que achavam que o MFPA devia se articular com os movimentos sociais que estavam sendo retomados, os movimentos de bairro, os movimentos no campo, e aí essas tensões todas produziram ações *sui generis*. Você tinha, por exemplo, vigílias católicas em apoio às greves dos presos políticos que acontecia no Brasil todo. Mas você tinha também notas, panfletos e ações dessas mulheres na defesa de comunidades que estavam sendo expulsas, como por exemplo, o caso da favela José Bastos aqui em Fortaleza que é emblemático. Teve mulheres apoiando a luta dos camponeses em Tauá e Crateús, onde o outro núcleo foi fundado para além de Fortaleza. E ao mesmo tempo que você tinha as tensões, você também teve um processo de transformação de muitas das mulheres, tanto das ditas familiares como das ditas politizadas. Então você tem pessoas que entraram, que não tinham vivência política anterior e que passaram a ter, passaram a estudar política e que depois que saíram do MFPA entraram em sindicatos, em associações. Principalmente, tinha muitas professoras, muitas mulheres que fizeram o curso de Pedagogia, Letras, que atuavam em escolas e que passaram a se organizar em sindicatos ou ser lideranças.

Então, é um movimento de um caráter muito rico, muito complexo, embora ele tenha durado quatro anos aqui [no Ceará]. Mas que ele possibilita a gente pensar muitas coisas, quer dizer, não eram só as tensões - *“o que as tensões revelaram para mim?”*. Sempre digo muito que gosto de estudar confusão na história, treta, disputa, acho isso muito interessante, não pelas

3 Partido Comunista do Brasil.

disputas em si, mas o que essas disputas revelam em termos do imaginário social: *o que é fazer política? Quando é que uma mulher faz política? [...] é possível fazer política a partir do afeto? Como isso se dá?*. E ao mesmo tempo, pensar em movimentos como o feminista, que também surgiu a partir dessas experiências. Tinha muitas mulheres e tem ainda, mulheres que diziam que não gostavam do feminismo, que não se identificavam, mas que nessa experiência, por exemplo, elas perceberam a capacidade das mulheres para se organizar, para lutar, para se movimentar na cena pública. Para muitas mulheres, foi essa experiência que possibilitou pela primeira vez elas falarem em público, escreverem notas políticas, brigarem, exercitarem a fala. Dona Therezinha, que se dizia antifeminista, que dizia desprezar o feminismo, por exemplo, percebeu que se ela deixasse os homens entrarem no movimento (o movimento era restrito às mulheres, pelo menos na sua forma legal), as mulheres não iam conseguir construir uma independência política. Ela dizia: *“Onde o homem chega, ele inibe, ele quer tomar a palavra”*, e principalmente, naquele período.

A experiência política é escrita no masculino, é desempenhada no masculino. O resistente à ditadura, por excelência, é o revolucionário, a figura do revolucionário que é viril, que é forte, que está disposto a tudo. Os embates com os homens no campo da esquerda eram muito violentos. Então, ela percebeu isso e disse: *“se as mulheres ficarem sozinhas, elas vão conseguir, é um treinamento”*. Ela dizia que *“era arte da guerra, é um treinamento, elas vão conseguir se organizar e vão conseguir superar esses medos”*.

TC: Pode nos falar um pouco sobre a relação da imprensa com essas mulheres na constituição de identidades e jogos de memórias, sobretudo na constituição de gênero?

Ana Rita Duarte: É interessante a tua pergunta porque uma coisa é a ação política realizada e outra coisa é como essa ação política é visibilizada ou ela é recordada. Então, eu faço um trabalho na tese, que é sobre a análise de memórias. Nessas análises de memórias, fui percebendo ou fui tentando perceber

A experiência política é escrita no masculino, é desempenhada no masculino. O resistente à ditadura, por excelência, é o revolucionário, a figura do revolucionário que é viril, que é forte, que está disposto a tudo.

o lugar das mulheres nessa produção sobre a ditadura militar, não só aqui no Ceará. O que eu percebi de maneira mais ampla, não somente na imprensa, é que o MFPA aparecia na memorialística, seja em livros, em coletâneas e na imprensa. Ele aparecia como um movimento abre alas que retratava a ‘grande generosidade feminina’ e o seu papel tradicional de guardiãs das famílias. As mulheres, a partir do seu amor, principalmente do amor ‘maternal’, da sua ‘generosidade’, do seu talento ‘natural’, habilidade ‘natural’ para o cuidado, elas tinham se colocado na cena pública. Fizeram um papel muito importante, foram muito corajosas, mas ‘abriram alas’ para o real movimento político, organizado e politizado crítico que veio depois do CBA, Comitê Brasileiro Pela Anistia. Essa é a tônica da memorialística, principalmente de esquerda. É onde a memorialística de esquerda se encontra com a memorialística produzida, vamos dizer assim, pela imprensa e pelas produções culturais mais recentes sobre a ditadura.

Vamos pensar no filme Zuzu Angel, por exemplo. A Zuzu Angel não chegou a participar do MFPA, mas ela se tornou o emblema da mãe coragem, da mãe que desafia as autoridades, que invoca poderes sobrenaturais e ancestrais do direito de agir em nome da defesa do seu filho. Então, eu digo que a figura da Zuzu Angel acabou sendo incorporada ou sendo usada para tentar mencionar esse lugar das mulheres na política, essas mulheres da Anistia. E aí a pesquisa histórica vai mostrar que não é bem assim. Que nem todas as mulheres vão para essa ação política mobilizadas por um ‘amor maternal’ ou pelas ‘generosidades ou pelo cuidado, mas elas vão com compreensões diferentes sobre isso. Então, eu pude acompanhar e foi muito interessante porque tem uma coisa que eu comento na própria tese, que eu mesma, como jornalista, durante a feitura do caderno sobre a Anistia, eu cheguei de certa forma a disseminar também um pouco esse discurso. Eu me analiso como fonte e foi bem interessante fazer essa experiência, entre a pesquisadora e a jornalista. Porque é muito sedutor esse discurso da “mulher heroína” e dessa “mulher fortaleza”, que é capaz de enfrentar as autoridades.

A primeira pessoa que eu entrevistei do MFPA foi Maria de Lourdes Miranda, que é mãe de quatro ex-presos políticos aqui e é uma figura simbólica, monumento, que eu digo na tese, do movimento MFPA. A mulher contava histórias lindíssimas de coragem, de enfrentamento aos mi-

litares na busca pelos seus filhos desaparecidos. Eu acabei incorporando um pouco esse discurso do amor maternal e faço essa análise de como você entra muito facilmente nesse discurso. Muito forte no Brasil a ideia de que mãe é sagrada. Não é só no Brasil, mas como eu estava tratando especificamente da questão do Brasil, então eu tive também que investigar esse lugar da mãe na cultura brasileira, no imaginário das pessoas, e isso é muito sedutor. Isso acaba prejudicando um pouco o seu olhar, não que a gente não possa pensar a partir daí, mas a gente tem que tentar fugir ao estereótipo, os estereótipos de memória, que é a principal dificuldade de quem trabalha com o tempo presente, uma vez que você acaba conhecendo as pessoas, entrevistando as pessoas, as suas fontes estão ali, são pessoas vivas, os seus narradores. Você tenta se desvencilhar e se distanciar um pouco para poder fazer as suas análises. Então, a imprensa reproduzia muito essa memorialística. Ainda reproduz. Mais recentemente, vai sair até um artigo agora na Revista Tempo, da UFF, em que eu analiso a memória produzida sobre a dona Therezinha Zerbini. Eu analiso um perfil feito pelo Paulo Moreira Leite em um livro chamado “*A mulher que era o general da casa*”⁴. São vários perfis de personalidades que lutaram contra a ditadura, e a dona Therezinha é um dos perfis e dá nome ao livro. Ele a trata como uma dona de casa que deu lição às feministas, que estava ali imbuída da sua coragem de mãe. Enfim, que era capaz de articular, de fazer articulações políticas com a mesma desenvoltura que ela cozinhava um frango assado [risos]. É uma das imagens que está lá no livro. Então é interessante a gente tentar entender a lógica também dessa produção de memória em torno da ação política das mulheres, mesmo quando essa ação é apresentada na forma de exaltação às mulheres, de homenagens. Eu alcancei durante a tese muitas entregas de medalhas, pedidos de indenização, e as mulheres, elas quase sempre eram homenageadas. Elas não falavam. A dona Lourdes [Albuquerque], por exemplo, era a grande homenageada, o símbolo da luta feminina e sempre lembrada pelo seu sofrimento e pela sua capacidade de lutar pelos seus filhos. Então, a gente tem que tentar entender essas nuances para proceder as nossas análises de maneira mais crítica.

TC: Qual a importância de seu objeto de pesquisa e metodologia adotados no campo da produção do conhecimento científico?

4 LEITE, Paulo Moreira. **A mulher que era o general da casa**: Histórias da resistência civil à ditadura. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2012.

Ana Rita Duarte: Eu penso que, nos últimos anos, e até conversei hoje de manhã com o pessoal do *História em Quarentena*⁵ sobre isso, a gente vem passando por um processo de grande renovação no campo da produção historiográfica sobre a ditadura militar no Brasil. Durante muito tempo, a historiografia se concentrou em questões como as razões para o golpe, que quase sempre envolviam análises macroeconômicas e políticas específicas, os embates entre as alas militares. E também, por outro lado, a resistência, principalmente revolucionária à ditadura. Os grandes tópicos da historiografia sobre a ditadura se resumiam a esses. O que acabava, muitas vezes, tendo repercussão no ensino, fazendo com que a história da ditadura chegasse às pessoas como uma história entre vilões e mocinhos, militares versus militantes. Como se a ditadura fosse somente uma questão de militares e militantes. Fosse uma questão só de direita e esquerda. De uns anos para cá, vários estudos, eu identifico um polo gerador desses estudos na Universidade Federal Fluminense - com Daniel Aarão Reis, Denise Rollemberg, Janaína Cordeiro, a Livia Magalhães, entre outros - começou a pensar a ditadura não no âmbito da história política tradicional, como algo que diz respeito só às instituições, ao poder e à macroeconomia, mas pensar a ditadura como uma construção, que não seria possível sem a partilha de imaginários, afetos, de produção de consensos. Então, nesse sentido, a partir dessa ideia da construção social da ditadura, foi possível perceber como ela foi vivenciada por pessoas comuns, apoiadas por pessoas comuns nos seus cotidianos. É um campo que se abre bastante, no qual eu me sinto inserida a partir desse conjunto de pesquisas. Não eram só os militantes e os militares que vivenciavam ou viveram a ditadura. Então, todas pessoas estavam de alguma forma relacionadas com essa temática.

Nesse sentido, observar a ditadura sob um viés de gênero faz com que a gente pense também que, para que uma ditadura se estabeleça por mais de 20 anos, como foi o nosso caso, as políticas de repressão não bastam. É necessário que a ditadura atenda alguns desejos, alguns anseios de setores da sociedade. Você entender, por exemplo, o lugar da sexualidade, do comportamento, como isso é pensado pelas diversas instâncias do regime. Por-

5 O *História em Quarentena* foi um projeto nascido em razão da necessidade de confinamento e de afastamento físico que a crise sanitária do coronavírus forçou no mundo em geral e no Brasil em particular. Com a ideia de aproximar as pessoas em torno de interesses comuns, e de continuar o empreendimento de divulgar o conhecimento histórico, mas também o conhecimento proveniente de outras ciências humanas e sociais, aproveitamos as possibilidades oferecidas pelas ferramentas digitais para reforçar o sentido de coletividade. Disponível em: <https://www.historiaemquarentena.com/>.

que o regime não é único, é plural, há campos conflitantes. Sujeitos que pensam diferente e que agem diferente. Há políticas públicas fundadas sobre as questões ligadas ao comportamento na área de cultura, na área de educação, na área de política antidrogas, nas políticas de proteção ao menor, políticas voltadas ao controle da natalidade, planejamento familiar. Então, esse novo olhar da historiografia possibilitou a gente pensar nessas discussões, não num

campo aleatório ou secundário, mas pensá-las como estruturando também o regime. A gente conseguiu deslocar, nos últimos tempos, uma discussão muito binária entre censura política e censura moral. Começamos a compreender que a moral, que as discussões morais, fazem parte da política, elas estruturam a política, elas mobilizam pessoas. Eu faço um paralelo muito grande com as discussões no Brasil hoje. Basta a gente imaginar como essas discussões sobre comportamento e sexualidade e gênero foram mobilizadas dentro de um combo em que cabem negacionismos sobre a ditadura, desprezo à ciência, à produção do conhecimento, a questão da segurança pública. Como esse pânico moral foi capaz de mobilizar pessoas, fazendo com que muitas pessoas no Brasil votassem, pessoas desempregadas, pessoas sem perspectiva de vida, não se preocupassem com as suas sobrevivências, mas se engajassem na luta contra aquilo que eles chamam de comportamento antifamília ou antirreligiosos. Dentro dessas políticas, como é que esse pânico moral foi mobilizado? Ele foi mobilizado agora, ele foi mobilizado também durante a ditadura e eu acho que chegou o momento dos historiadores se comportarem como gente grande e começarem a entender que essas discussões precisam ser feitas no âmbito da historiografia. Começarem a entender as questões sobre gênero, sexualidade e comportamento moral como elementos estruturantes da política, que precisam ser analisados, que precisam ser pensados, porque, afinal de contas, política também passa pela capacidade de mobilizar afetos, medos e ressentimentos.

...observar a ditadura sob um viés de gênero faz com que a gente pense também que, para que uma ditadura se estabeleça por mais de 20 anos, como foi o nosso caso, as políticas de repressão não bastam. É necessário que a ditadura atenda alguns desejos, alguns anseios de setores da sociedade. Você entender, por exemplo, o lugar da sexualidade, do comportamento, como isso é pensado pelas diversas instâncias do regime.

TC: O que aconselharia para um pesquisador iniciante neste campo?

Ana Rita Duarte: Eu penso que os historiadores têm uma facilidade de desconstruir ou desnaturalizar diversas discussões, diversos discursos, modelos, empreendimentos políticos. Então, você olha sob um viés de classe, você entende a temporalidade, você desloca, você critica, mas tem muita dificuldade no campo do gênero. Os estudos de gênero, durante muito tempo, foram considerados ‘perfumaria’. Já escutei essa frase quando eu entrei na pós-graduação, lá atrás, quando eu comecei a estudar gênero: “*ah, isso é perfumaria, ‘bicos e bordados’*”. Há uma dificuldade de entender esse tema, que é uma dificuldade que está relacionada com o preconceito em relação às mulheres, porque as questões de gênero estão muito associadas ao movimento feminista, às discussões das mulheres e as demandas ‘identitárias’. Assim como hoje é importante estarmos atentos às categorias raça/etnia e a outras discussões também. Por vezes, você vê as pessoas confundindo “*ah, eu trabalho com gênero porque eu falo de mulher*”. Eu digo, “*leia Joan Scott, ‘Gênero: uma categoria útil de análise histórica’*”⁶. Ela está falando justamente sobre a necessidade de a gente repensar o gênero como uma categoria só do âmbito privado, de pensar o gênero no campo da política, da economia, estruturando relações internacionais. Meu primeiro conselho seria que os historiadores se apropriassem, e isso não significa, ao contrário do que muita gente possa pensar, que eles vão se tornar historiadores ‘do gênero’ ou que eles nunca mais vão abandonar a categoria. Mas que eles vão ter a possibilidade de construir olhares múltiplos, enxergar coisas que eles não viam antes, problematizar de maneira mais complexa determinadas coisas, determinados assuntos. Gênero não é uma questão específica de historiadores que trabalham com isso, deveria ser uma categoria abordada ou pelos menos conhecida por todos os historiadores.

TC: Quais são as principais dificuldades enfrentadas para a produção do conhecimento no seu campo de atuação?

Ana Rita Duarte: Eu acho que a primeira é a resistência. A resistência à temática que tem que ser rompida, as leituras têm que ser feitas. Mas pensando aí no campo da ditadura, por exemplo, nos últimos tempos, a gente teve um avanço muito grande que tem a ver com os governos democráticos,

6 SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez., 1990.

os quais nós passamos, e que foram estabelecendo políticas de reparação, tentativas de apuração dos fatos, de aberturas de arquivos. Nossa! Da época que eu comecei a pesquisar, são 20 anos, desde o início de tudo, dessa trajetória. Era muito difícil você ter acesso a determinados arquivos, havia muitos empecilhos, havia muito medo por parte dos historiadores. Particpei de vários congressos que tentaram estipular políticas de acesso aos arquivos da ditadura e todo mundo com muitos senões, com muito medo de pressão. Então a gente tem um bom acervo disponível, nós temos tanto em termos de documentos de órgão de vigilância como também através da imprensa, que foi produzida pela história oral, dos movimentos sociais.

Depois dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, surgiram vários trabalhos em termos de grandes reportagens que trabalharam com questões ainda não problematizadas por historiadores de maneira mais aprofundada: questão da relação da justiça, com a ditadura, a questão dos indígenas durante a ditadura, a questão também das crianças sequestradas ou torturadas durante a ditadura, a questão mesmo das polícias que eu acho que a gente explorou ainda pouco, as polícias políticas em termos mesmo dessa organização interna, do pensamento desses agentes. Tem alguns trabalhos muito interessantes surgindo sobre juventude numa outra perspectiva, pensar o movimento estudantil para além do movimento estudantil engajado na resistência, pensar os estudantes para além do movimento estudantil, pensar os estudantes de direita, pensar, por exemplo, o campo da Anistia, pensar as alianças feitas com setores de centro e direita que se envolveram na luta pela Anistia. A gente pensa muito a partir da esquerda e o restante é como se não existisse. A gente sabe que a Anistia foi feita, foi possível a partir de grandes alianças.

TC: Quais as principais dificuldades que você apontaria na obtenção e trato com as fontes?

Ana Rita Duarte: Com relação às mulheres, tem ainda alguns problemas de memórias por serem vencidos. Eu sempre falei isso quando fui trabalhar tentando entender a memorialística produzida sobre a ditadura. Você ainda encontra muitos trabalhos, a maior parte produzidos por militantes homens. Poucas mulheres escreveram sobre suas experiências como militantes, como presas políticas. Entender as dificuldades de falar sobre diferentes temáticas, a gente teve mais no campo do jornalismo do

que eminentemente no campo da historiografia. Na verdade, eu não digo que são dificuldades, mas acho que são problemáticas que são necessárias para uma compreensão mais ampla. Os documentos de órgãos de vigilância trazem muitas possibilidades para pensar que, durante muito tempo, a gente imaginou que as mulheres eram menos vigiadas, que se tinha menos atenção aos movimentos. A gente foi descobrindo que movimentos considerados mais ‘inocentes’, eles eram super vigiados. Essa questão da introdução de espãs dentro de um próprio campo, dentro de um grupo pequeno que passavam informações para a ditadura, essas políticas de vigilância seriam muito interessantes.

TC: Quais são os limites e possibilidades de sua área de atuação como método, fonte e meio de comunicação acadêmico?

Ana Rita Duarte: A gente vem conseguindo bons espaços ao mesmo tempo que a gente tem resistência dentro de muitos departamentos ou de programas. Temos conquistados bons espaços nos dossiês, nos periódicos. Embora vez ou outra a gente seja questionada: *“tem certeza que isso que você está problematizando como uma questão de gênero é isso mesmo?”*, de pessoas que não têm muita pesquisa e leitura na área, mas aí a gente acaba argumentando e vem conseguindo. Congresso específicos, a gente tem um Grupo de Trabalho muito atuante na ANPUH⁷, de Gênero da ANPUH. Então, eu vejo assim, como área em ampliação que tem despertado atenção de jovens pesquisadores por conta da repressão à temática, ao termo gênero.

Nos últimos anos, gênero virou quase palavrão, se não um palavrão. Foram super manipulados os usos em torno do gênero e das discussões sobre o termo. Então, muita gente acabou entrando como forma de resistência ou de se contrapor por se interessar. Se você quer suscitar interesse por um assunto, basta proibir esse assunto ou você banir esse assunto, tornar esse assunto problemático. Isso, de certa forma, nos ajudou. A Joana Pedro fala muito isso também, foi minha orientadora, ela fala *“foi ótimo, porque muita gente agora quer estudar a temática”*. A militância não basta, a política ‘identitária’ não basta para uma boa produção historiográfica. Ela pode te despertar para um tema, ela pode te ajudar a construir uma crítica em relação à temática, mas ela não faz daquele trabalho um bom trabalho historiográfico.

7 Associação Nacional de História.

A confusão entre estudar um tema e defender um tema ainda é muito problemática. As pessoas têm muita dificuldade de analisar criticamente relatos orais. A gente trabalha muito na história do tempo presente, no campo da ditadura com as mulheres, com história oral. Às vezes, as pessoas têm muita dificuldade porque há muitas camadas de significados nessas narrativas, empregadas de dor, de ressentimentos, de um certo senso de autoridade de quem viveu na pele. Como historiador ou historiadora que vai trabalhar com essas temáticas, é preciso a consciência social, a consciência política. Está trabalhando com um tema difícil, um tema muitas vezes recriminado, desvalorizado ou estereotipado por muitos, mas é necessário ir além disso, estudar bastante, dialogar com o campo da teoria, alargar essa teoria. Vamos pensar que a teoria também é produzida a partir de determinados lugares sociais, são muitos homens produzindo. É necessário a gente entender que também estamos produzindo essa teoria, podemos alargar essa teoria a partir das nossas pesquisas, fazer mais e de maneira mais competente.

TC: Quais perspectivas futuras você apontaria em sua área de atuação?

Ana Rita Duarte: Mais recentemente eu estou um pouco empolgada com o estudo de narrativas feministas aqui no Ceará. Então, narrativas de feministas que organizaram os movimentos a partir do final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980. Já finalizamos um projeto sobre vigilância dos órgãos de repressão sobre os movimentos feministas. Como é que se construiu a visão dos feminismos a partir do olhar da vigilância. A gente concluiu esse PIBIC⁸. Agora, a gente está numa nova pesquisa concluindo sobre os feminismos acadêmicos aqui em Fortaleza, que é um componente muito importante dessa segunda onda do Brasil. Tem os feminismos populares, as enti-

...observar a ditadura sob um viés de gênero faz com que a gente pense também que, para que uma ditadura se estabeleça por mais de 20 anos, como foi o nosso caso, as políticas de repressão não bastam. É necessário que a ditadura atenda alguns desejos, alguns anseios de setores da sociedade. Você entender, por exemplo, o lugar da sexualidade, do comportamento, como isso é pensado pelas diversas instâncias do regime.

8 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

dades, mas a gente também tem os movimentos acadêmicos e agora foi selecionado mais um projeto de pesquisa para trabalhar com a questão das mobilizações dos feminismos a partir dos casos de violência contra a mulher, nesse período do final dos anos 1970 até a segunda metade dos anos de 1980. A gente vai trabalhar especialmente como o caso que mobilizou muito a opinião pública aqui, no início dos anos de 1980, que é o caso de Maria Celizete [Ribeiro Moreira], que foi a mulher que ateou fogo sobre o próprio corpo em razão das violências cometidas pelo marido. Violências de toda ordem, física, emocional, financeira. E aí vamos ver como é que esse caso específico foi mobilizado pelas feministas aqui e tentar entender essa mobilização numa rede, onde vários casos de mulheres se tornaram emblemáticos. O caso da Ângela Diniz, de outras mulheres em outros estados também para criação de delegacias. Eu comecei a trabalhar com feminismo lá em 2000, com narrativas feministas, mas nunca tinha trabalhado com narrativas feministas aqui no Ceará. Já tinha trabalhado com algumas narrativas feministas em circulação nacional, a partir de São Paulo, e está sendo muito interessante descobrir também as peculiaridades das feministas aqui.

TC: Em relação ao processo de estudo e de pesquisa da Carmem Silva e da Therezinha Zerbini, você pode falar um pouco mais sobre estas duas personalidades, a importância destas personalidades para a pesquisa do gênero?

Ana Rita Duarte: Elas viveram o mesmo período. Engraçado, eu nunca perguntei se elas se conheceram, pelo menos para a Dona Therezinha, porque como a Carmem Silva já tinha falecido, não era possível. Mas também não encontrei nenhuma referência nos escritos da Carmem sobre a Therezinha, embora a Carmem fosse uma mulher que se considerasse de esquerda. Ter estudado as duas tem a ver com a minha vontade de saber sobre o período em termos do comportamento e em termos do que seria uma ação das mulheres, só que as problemáticas são bem distintas. A Carmem, foi para entender mesmo os sentidos dessa produção jornalística, de viés psicanalítico, porque a Carmem também era psicanalista, escritora renomada fora daqui. De volta ao Brasil, com desejo de participação política, já em plena ditadura, ela se torna jornalista. Então, ela volta antes da ditadura. Já havia uma movimentação, mas ela se engaja, não de maneira muito forte. Eu encontrei alguns documentos no DEOPS⁹ Rio [de Janeiro] sobre a

9 Departamento de Ordem Política e Social.

Carmem, mas no sentido de observá-la, *'ela assinou um abaixo assinado'* etc. A ideia era pensar essa atuação das mulheres na imprensa a partir da Carmem. Havia pouquíssimas mulheres trabalhando nesse período na imprensa, inclusive nas revistas femininas, que eram basicamente feitas por homens. Então, ela era uma exceção. Quando começou a trabalhar, só tinha ela e a secretária de redação. Então, você vê que é um tipo de produção muita pensada a partir de uma lógica masculina para as mulheres, o que as mulheres devem ser, como é que elas devem preservar o casamento, como que é elas devem se comportar, como elas devem ser agradáveis. A Carmem se insere numa revista bem tradicional, nesse sentido, embora moderna em termos gráficos, trazendo outras questões, negociando com as leitoras, fazendo raiva nas leitoras, sendo xingada, sendo perseguida pelos maridos. Mas acabou se popularizando, sendo bastante conhecida e virando signo de modernidade nesse Brasil dos anos 1960 e 1970, e que depois ela vai se descobrindo feminista no processo. Vem com inquietações em relação ao lugar das mulheres, mas depois se torna feminista, vai ser criadora da primeira entidade feminista no Rio de Janeiro, vai se engajar, mas vai continuar escrevendo e vai fazer muito esse trabalho de tradução cultural, de mediação cultural entre as teóricas feministas, as discussões psicanalíticas para uma mulher muito centrada sobre o casamento e sobre a casa. Muita gente pergunta – *"ah, mas ela era uma mulher à frente do seu tempo?"* Eu digo: *"Não. Ela é uma mulher do seu tempo"*. Esse lugar dela só foi possível porque a gente estava vivendo, aos trancos e barrancos, um processo de modernização na sociedade brasileira e havia algumas demandas, embora os modelos fossem muito fortes ainda sobre esse lugar da mulher. Havia demandas de mudanças, demandas de expansão desses lugares, questionamentos. Ela se engaja na luta pelo divórcio. O divórcio só foi aprovado em 1977, não esqueçamos. Até 1962, as mulheres brasileiras estavam submetidas ao Estatuto da Mulher Casada, o que era quase uma minoridade legal em relação aos maridos. Tento muitas vezes explicar isso aos orientandos e orientandas, que vêm, muitas vezes, de um engajamento feminista, das políticas ditas identitárias, que ficam buscando elementos de um feminismo que eles vivem agora, nos tempos remotos. É importante a gente entender que o feminismo nasce como movimento de classe média, ele vem a partir dessas discussões que não estão prestando atenção ainda, não existe espaço para pensar determinadas questões relacionadas à

sexualidade de maneira mais ampla, questões sobre raça e etnia. É um tipo de feminismo, é um tipo de discussão, que embora ainda não complete todas as questões, foi muito importante para a sociedade brasileira, foi muito importante para as mudanças no âmbito do comportamento. Não só a Carmem, mas vários modelos que passam a circular com a expansão dos meios de comunicação, com as revistas, com o cinema de [François] Truffaut. Era francês, era branco, era classe média, mas trouxe coisas muito distintas em termos de comportamento.

Com a Therezinha Zerbini é a mesma coisa, falando de uma figura que ela é alijada das produções de memórias do campo da esquerda porque ela pensava diferente, ela tinha outra concepção de Anistia. Então a ação política dela é invisibilizada por ela pensar diferente, sendo que hoje, a gente sabe que a Anistia não foi uma produção só do campo das esquerdas, não seria possível. Naquele momento, a gente tem que lidar, negociar, os momentos históricos muitas vezes nos colocam limites. Ela foi uma figura muito interessante, contraditória, paradoxal. Mas por isso mesmo, talvez tão interessante. Ela se dizia antifeminista e, quando criticada, chamada de burguesa, ela dizia: “*Burguesa não, burguesona!*”. Gente, ela era ótima! E ao mesmo tempo ela foi capaz de arriscar o pescoço para conseguir um terreno para os jovens universitários se reunirem num congresso clandestino. Foi presa, deu apoio a tantas pessoas, acolheu militantes de esquerda feridos em sua casa, fez os filhos servirem de mensageiros para clandestinos escondidos no bairro, fazia os filhos esconderem mensagens no cano da bicicleta para levar. E ao mesmo tempo que ela dizia “*não, eu não sou feminista*”, ela viajava o Brasil inteiro, casada com um homem bem mais velho, ficava hospedada em vários lugares, falava publicamente. O marido morria de ciúmes. Deixou os dois filhos pequenos com o marido e a mãe cuidando e saiu por aí. Eu penso que a gente não pode perder esse elemento da complexidade dos sujeitos históricos e nesses processos autoritários. Às vezes, tem pessoas consideradas ‘reacionárias’ ou que nunca seriam pensadas como pessoas que se interessariam ou se importariam com os direitos civis, políticos e que são capazes de grandes atos de união, de reconstrução, de defesa das liberdades básicas, sendo pessoas conservadoras, sendo pessoas de outra geração, com princípios morais outros e que são capazes de reconhecer determinadas necessidades de alianças e são capazes de se transformar nesse processo. Às vezes, a gente

confunde muito as coisas, tem a tendência a jogar essas pessoas no limbo, no esquecimento. Confiamos muito nos discursos aparentemente super coerentes. Eu brinco muito em sala de aula quando eu digo que um bom exemplo de pessoa coerente ao extremo é o *serial killer*. Que a gente tem que duvidar muito dessa coerência das pessoas que não mudam ou são muito agarradas aos seus princípios. Nós somos humanos, a gente está em interação o tempo inteiro, a gente também muda e nós, como historiadores, não devemos perder essa complexidade do mundo, das pessoas, em nome de nenhum binarismo, de nenhuma militância, de nenhuma política xiita. Que fique bem claro: não estou condenando as políticas ‘identitárias’, os estudos de gênero vêm também daí. Mas eu penso que as pessoas estão perdendo essa capacidade de entendimento sobre as diferentes nuances do comportamento, a gente não é isso ou aquilo, a gente é muitas coisas a depender das circunstâncias, das nossas trajetórias.

Às vezes, a gente confunde muito as coisas, tem a tendência a jogar essas pessoas no limbo, no esquecimento.

Confiamos muito nos discursos aparentemente super coerentes.

Eu brinco muito em sala de aula quando eu digo que um bom exemplo de pessoa coerente ao extremo é o serial killer. Que a gente tem que duvidar muito dessa coerência das pessoas que não mudam ou são muito agarradas aos seus princípios.

Nós somos humanos, a gente está em interação o tempo inteiro, a gente também muda e nós, como historiadores, não devemos perder essa complexidade do mundo, das pessoas, em nome de nenhum binarismo, de nenhuma militância, de nenhuma política xiita.



Carlos Fico da Silva Júnior é Professor Titular de História do Brasil da UFRJ e pesquisador do CNPq. Foi “Cientista do Nosso Estado” (FAPERJ) entre 2003 e 2006, recebeu o Prêmio Sérgio Buarque de Holanda (Biblioteca Nacional) em 2006 e coordenou a Área de História junto à Capes entre 2011 e 2018. É autor de diversos livros e artigos.

Carlos Fico

Ana Marília Carneiro
Antonio Jerfson Lins de Freitas

[...] a História do Tempo Presente demanda um compromisso crítico do historiador com a metodologia, com as fontes, com a exposição inclusive das suas dúvidas, das suas inseguranças, das suas incertezas. Isso porque há tradicionalmente, na História do Tempo Presente, a abordagem de temas que frequentemente são terríveis, traumáticos, problemáticos, como o Holocausto, como o Apartheid, como as ditaduras militares.

Território Científico (TC): Carlos Fico é professor de História do Brasil na Universidade Federal do Rio de Janeiro e é uma referência nacional nos estudos sobre história da ditadura militar brasileira, tendo publicado, dentre várias obras importantes, *“Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”*, *“Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil”* e *“Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar - espionagem e polícia política”*.

Professor, gostaríamos de saber como você escolheu essa profissão de historiador, o que o motivou, quando, e quais foram as suas influências. Gostaríamos de saber um pouco desse percurso da profissão de historiador.

Carlos Fico: Eu comecei a estudar História em Brasília, em 1977, por ocasião da minha intenção de fazer diplomacia. Eu sou do Rio de Janeiro, mas circunstâncias da vida me levaram a essa opção. E naquela época – creio que hoje também – era preciso estar no segundo ano de um curso superior, que em geral é o curso de Direito.

Muitos faziam Direito e, no segundo ano, iam para a diplomacia. Eu tinha grande resistência ao Direito, então optei por História porque já gostava desde o segundo grau. E lá pelas tantas, eu desisti de fazer diplomacia. E eu tinha ido para Brasília justamente para já ficar no Instituto Rio Branco. Então, quando eu desisti, eu voltei para o Rio de Janeiro, pedi transferência para a Universidade Federal do Rio de Janeiro e concluí o curso, a graduação, aqui na UFRJ. Então foi uma escolha com essa trajetória. Mas eu sempre gostei, desde criança, de pesquisar, de conhecer, e sobretudo de escrever. Tenho uma grande fixação com essa coisa da escrita. Portanto, isso tudo acabou se juntando nessa vocação. Percebi que tinha uma forte vocação para a pesquisa histórica.

Na graduação – ou no mestrado, não me lembro mais –, tive algumas influências importantes, mas uma se destaca grandemente, que foi a presença do saudoso professor Ciro Flamarion Cardoso. Isso porque ele fez muitas pesquisas empíricas, complexas, difíceis, mas também fazia uma reflexão teórica muito sofisticada. Então isso é o que sempre me apaixonou, a conexão entre uma discussão teórica mais sofisticada e a pesquisa empírica, de fôlego, com muita documentação, pesquisas mais complexas. Então isso sempre foi uma grande influência. E muitos outros professores me influenciariam, como Eulália Maria Lahmeyer Lobo, e tantos outros; meu orientador de doutorado, Carlos Guilherme Mota, que é uma inspiração também. Mais ou menos por aí.

TC: Você se dedicou ao estudo do Brasil Republicano, com pesquisas diversas, sobre teoria e metodologia da História, historiografia brasileira, ditadura militar. Gostaríamos de saber um pouco mais sobre a sua inclinação para a história política, como surge o interesse pelo tema da ditadura? Como era o campo na época em que você estava em formação acadêmica e quais as mudanças e tendências que você percebe nesse campo na atualidade? Como vê essa produção histórica que marca os estudos sobre ditadura militar?

Carlos Fico: Olha, eu comecei muito próximo da história social. Na verdade, de uma vertente tradicional da história socioeconômica francesa, aquela história estrutural. E no mestrado, por exemplo, eu

fiz um estudo sobre movimentos sociais relacionados à questão do abastecimento, comparando movimentos de preços com movimentos espontâneos, tipo quebra-quebra. Estudei vários desses movimentos sociais no mestrado. Eu me aproximei do tema da ditadura, o que me levou à história política, por circunstâncias até um pouco fortuitas. Eu tinha ido para a Universidade de São Paulo fazer o doutorado com Carlos Guilherme Mota e tinha, por opção, fazer uma pesquisa sobre novos movimentos sociais no Brasil. Então ainda era uma coisa de história social. Mas era uma documentação, um tema, muito difícil de equacionar.

E um dia eu estava vendo, ouvindo, o professor Eric Hobsbawm, veja só! Ele estava no Brasil e disse que estranhava muito o pessimismo que havia naquele momento. Isso já era final dos anos 1980, início dos anos 1990. Porque ele, numa outra vinda, anos atrás, tinha visto o Brasil muito otimista, a população muito otimista e tal. E quando eu ouvi isso, me ocorreu essa ideia da pesquisa sobre a propaganda política da ditadura, que era uma propaganda que enaltecia o otimismo, “*Brasil, o país que vai pra frente*”, toda aquela coisa. Foi isso que me levou a fazer a tese sobre a propaganda política na ditadura militar, que é esse livro *Reinventando o Otimismo*¹. E eu consegui, com muita sorte, todos os filmes do período da ditadura, da propaganda da ditadura. Então foi a partir daí que eu comecei a fazer história política e realmente me apaixonei muito por essa especialidade, por essa abordagem. Embora eu sempre tenha tido também uma motivação teórica. Em todos esses meus trabalhos de pesquisa há sempre uma motivação teórica, como no caso dessa pesquisa sobre a propaganda, na qual eu queria associar conceitos de ideologia com conceitos de imaginário. Então isso também foi um vetor importante.

TC: Nas últimas décadas, percebemos um crescimento de parte da história contemporânea, e um lugar crescente da memória e sua conexão com a História do Tempo Presente. Em sua opinião quais são as possibilidades e os desafios para um pesquisador iniciante no campo da História do Tempo Presente? Qual a importância do seu

1 FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo*: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

objeto, do estudo da ditadura militar inserido no campo da História do Tempo Presente?

Carlos Fico: Acho que o grande problema é o da proximidade entre a História do Tempo Presente e a política. O grande desafio para quem inicia é o de distanciamento. A busca de objetividade é sempre difícil por meio do distanciamento o mais crítico possível. Portanto, eu diria que se a motivação para fazer História do Tempo Presente é fazer uma crítica política, aí já começou mal. É preciso que haja realmente essa busca incessante, muito cansativa, de distanciamento e de objetividade. Então, a História do Tempo Presente demanda um compromisso crítico do historiador com a metodologia, com as fontes, com a exposição inclusive das suas dúvidas, das suas inseguranças, das suas incertezas. Isso porque há tradicionalmente, na História do Tempo Presente, a abordagem de temas que frequentemente são terríveis, traumáticos, problemáticos, como o Holocausto, como o *Apartheid*, como as ditaduras militares. Muitos colegas que estudam a História do Tempo Presente e refletem sobre ela dizem que a violência é um índice analítico importante do século XX, que é um século muito associado com essa especialidade. Então, até mesmo por isso, porque é fácil você condenar a violência, mas isso não significa nada. Condenar o mal é quase que um truísmo. É preciso dar um passo além no sentido de uma abordagem refinada, explicativa, bem fundamentada, com fontes seguras, e não apenas opiniões, que em geral são desfavoráveis ao nosso objeto de estudo.

Carlos Fico da Silva Júnior é Professor Titular de História do Brasil da UFRJ e pesquisador do CNPq. Foi “Cientista do Nosso Estado” (FAPERJ) entre 2003 e 2006, recebeu o Prêmio Sérgio Buarque de Holanda (Biblioteca Nacional) em 2006 e coordenou a Área de História junto à Capes entre 2011 e 2018. É autor de diversos livros e artigos.

Portanto, é preciso ter um cuidado muito grande que se traduz nessa questão do distanciamento do objeto e que é muito difícil, porque, afinal de contas, você está inserido nesse tempo vivido. Eu acho que o principal é isso: escolher com critério o objeto e ter como vetor não a crítica pura e simples do mal,

porque isso a gente faz no cotidiano como cidadãos, mas a construção de uma temática, de um objeto, de uma hipótese que seja realmente significativa do ponto de vista explicativo e que permita o exercício de uma pesquisa histórica refinada.

TC: Professor, especialmente nesse momento atual, aqueles que trabalham com pesquisa, com docência e com ciência no Brasil estão muito apreensivos. O senhor já foi coordenador da área de História da CAPES², então conhece esse cenário. Como você vê o campo e quais as perspectivas futuras você apontaria na sua área de atuação? Pensando aqui não só naqueles que vão adentrar na graduação, depois em uma trajetória acadêmica na pós-graduação, mas também na formação de professores do ensino básico.

Carlos Fico: Hoje em dia a situação é muito complexa, muito difícil, para quem, por exemplo, concluiu o doutorado recentemente e está buscando inserção no mercado de trabalho. É uma inserção muito difícil porque vivemos um momento posterior à fase de grande expansão e, portanto, há certa saturação. E o quadro institucional de diversos setores, em função do atual governo, é um quadro de muita fragilidade e mesmo, frequentemente, de ameaça aos professores. Ainda assim, a gente tem de prosseguir de algum modo. É preciso prosseguir de algum modo, encontrar formas de inserção no mercado de trabalho e até mesmo formas alternativas, se for o caso. Até porque a carreira acadêmica propriamente dita, no magistério federal, de alguns anos pra cá se tornou muito pouco atraente em termos salariais, em termos previdenciários. Então é uma situação bastante nova, bastante complicada, para quem está ingressando nesse momento. Eu fico pensando em vários alunos excelentes que fizeram doutorado comigo e relatam essas dificuldades.

Agora, por outro lado, é também uma fase muito importante para uma atuação do professor, sobretudo da educação básica, pelas razões óbvias. Nós estamos vivendo uma fase altamente complexa em termos do processo histórico de desenvolvimento da informática e eu noto que esse aspecto nem sempre é abordado no ensino universitário que forma os professores. Frequentemente as universidades,

2 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

os cursos de História, têm muita dificuldade de tratar da formação daquele nosso aluno como professor, que dirá abordar essa complexidade que é a vida contemporânea marcada pelas redes sociais, pelas mensagens instantâneas. Muitos da nossa área têm visto esses mecanismos, esses processos, como negativos ou como inimigos até. A ideia da propagação de um discurso de ódio, esse tipo de coisa, me parece um pouco equivocada. Há um componente nessas tecnologias que é de grande ludicidade, como eu já dizia alguns anos atrás, e que é preciso que os professores estejam habilitados, preparados para utilizar esses novos instrumentos. Então eu acho que esse é um grande desafio no que diz respeito à formação dos professores da educação básica. Ganhar a atenção dos alunos, adolescentes, em um curso de história tradicional é muito difícil, porque há muitas coisas interessantes fora da sala de aula. Então, tornar a sala de aula realmente interessante é ter controle de instrumentos que a maioria das pessoas não têm, e muito menos os nossos professores universitários e os alunos que vão se formando. Como eles vão ter, se os próprios professores não têm?

Então esse tipo de desafio didático-pedagógico tem de ser encarado como uma questão concreta muito importante. Porque não se trata apenas de ensinar um determinado conteúdo, mas se trata

Ganhar a atenção dos alunos, adolescentes, em um curso de história tradicional é muito difícil, porque há muitas coisas interessantes fora da sala de aula. Então, tornar a sala de aula realmente interessante é ter controle de instrumentos que a maioria das pessoas não têm, e muito menos os nossos professores universitários e os alunos que vão se formando

de tornar o espaço do ensino prazeroso, lúdico, interessante, atraente. Então eu acho que esses são os grandes desafios. E nesse sentido, inclusive, quando eu estava na CAPES, eu me empenhei muito para criarmos o *ProfHistória*³. Foi na minha coordenação, eu propus a criação do *ProfHistória*, convidei a professora Ma-

3 O *ProfHistória*, Mestrado Profissional em Ensino de História, configurado em rede nacional, tem a participação de doze instituições de ensino superior, sendo a UFRJ sua instituição âncora. Foi aprovado em agosto de 2013 pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES)/CAPES e tem como objetivo proporcionar formação continuada aos docentes de História da Educação Básica.

rieta de Moraes Ferreira para coordenar. E, em grande medida, com essa perspectiva, porque a universidade lança o professor de história na educação básica e ele fica ali naquela rotina tremenda de trabalho, de muitas aulas, muitas escolas frequentemente, e não tem chance de uma formação continuada. Então o *ProfHistória* se volta para esse profissional que está no mercado, no sentido de pensar com ele mecanismos que aprimorem essa tarefa tão difícil que é do ensino da disciplina escolar de História. É uma das coisas que eu acho mais importantes.

TC: E o mestrado profissional foi uma iniciativa importante que depois se expandiu por todo o país.

Carlos Fico: Sim, eu acho que essa foi uma das coisas mais importantes que eu fiz em toda a minha carreira, a criação do *ProfHistória*. Eu percebo que isso pode ter um impacto significativo. Claro que a gente enfrenta todas as vicissitudes na atual conjuntura governamental, mas essa rede nacional de mestrados profissionais é seguramente a coisa mais importante que eu já fiz.

TC: No livro *“Como eles agiam”*, que aprofunda o funcionamento das comunidades de informações e segurança, você começa falando sobre as dificuldades de acesso aos documentos sigilosos da ditadura militar. Gostaria que você falasse um pouco sobre essas dificuldades para quem pretende iniciar a pesquisa sobre ditadura militar, o que você apontaria como dificuldade na obtenção e no trato com as fontes, em especial dos arquivos da repressão, dos documentos sigilosos da ditadura.

Carlos Fico: Tem sido assim desde sempre. Claro que depois da Lei de Acesso à Informação as coisas melhoraram muito. Esse livro foi feito antes da lei. Foi muito esquisito, porque um dia eu estava em casa e recebi um telefonema de uma arquivista do Arquivo Nacional, que era minha amiga, e ela me disse: *“Olha, Fico, tem uma documentação aqui que o Ministério da Justiça mandou da época da ditadura”*. Então eu fiz um requerimento ao Ministro da Justiça na época, pedindo acesso a esses documentos, e ele consultou o Arquivo Nacional, houve uma negativa com a promessa que, depois de organizada e tratada, essa documentação seria disponibilizada para mim.

Passaram-se quatro anos até que finalmente ela foi disponibilizada, e eu ficava lá no Arquivo Nacional numa salinha, sob o olhar cuidadoso de algum funcionário, manuseando essa documentação. Então, certamente foi o primeiro grande acervo de documentos secretos da ditadura aberto à pesquisa histórica, e me permitiu fazer esse mapeamento dos órgãos de segurança e informações da ditadura.

Agora, mesmo depois da Lei de Acesso à Informação, as coisas não ficaram fáceis. Eu estou trabalhando hoje em dia com os áudios das sessões de julgamento do Superior Tribunal Militar e isso foi uma novela. Quem conseguiu nem fui eu, mas foi uma novela também para se conseguir acesso a esse acervo. Foi preciso ir ao Supremo Tribunal Federal para uma decisão, se não me engano, da ministra Carmen Lúcia. A mesma história com outro acervo importante, que é o do Conselho Monetário Nacional. O Conselho Monetário Nacional, da época da ditadura, decidia o que se faria com o orçamento da União, e era uma coisa absurdamente antidemocrática. Mas para conseguir as atas do Conselho Monetário Nacional foi uma coisa difícilíssima. Eu lembro que pedi ajuda à jornalista Miriam Leitão, isso pela seguinte razão: porque finalmente eu consegui uma ata, mas ela vinha censurada pelo Banco Central. Então dei isso para a Miriam Leitão e ela fez uma matéria na capa do *O Globo* dizendo: “*Banco Central não permite acesso à pesquisa ao historiador Carlos Fico*”. Só depois disso é que finalmente o Banco Central liberou as atas. Então essa dificuldade é muito frequente com os documentos outrora secretos da ditadura militar. Quem quer começar a pesquisar esse tipo de documento deve inclusive se precaver contra certo fetiche do carimbo de secreto, porque frequentemente você pega uma documentação que foi secreta, sigilosa, confidencial, e vai ver que não tem a menor importância. Então, é um trabalho que em geral lida com grandes acervos e essa talvez seja a maior dificuldade. Esses acervos da ditadura militar são muito numerosos, é uma papelada enlouquecida, e isso eu posso dizer para quem quer começar a pesquisar: ainda há muita documentação inédita e que vale a pena o investimento em pesquisa. Porque às vezes a gente fica supondo que “tudo já foi dito”. Não. Há muita documentação inédita que merece ser pesquisada. Agora, prepare-se! Porque em geral são acervos

muito grandes e que demandam uma paciência enorme para você ir lidando com aquela massa de documentos, frequentemente sem importância: em cem páginas você vai encontrar uma ou duas folhas que têm algum significado para sua pesquisa. Então é sempre muito penoso. Mas esse é o tipo de pesquisa que eu sempre gostei de fazer, com grandes massas documentais.

Eu confesso para você que nessa pesquisa que resultou no *“Como eles agiam”*, no dia em que eu fui para o Arquivo Nacional – foi decisivo isso – na época eu dava aula na Universidade Federal de Ouro Preto, onde eu trabalhei de 85 a 98. Quando eu fui para o Arquivo Nacional aqui no Rio de Janeiro e vi uma parede enorme com caixas e documentos secretos, eu falei: *“Bom, vou ter de sair da UFOP e vou voltar para o Rio de Janeiro”*. Porque é impossível dar conta dessa documentação fazendo viagens, dando aula em Ouro Preto e vindo pro Rio. E também percebi a importância da pós-graduação. Naquele momento, na UFOP, não havia o mestrado e o doutorado – que hoje na UFOP são cursos excelentes –, mas naquele momento não havia. E eu percebi que era necessário um trabalho de equipe. Então eu decidi fazer o *“Como eles agiam”* como um panorama geral do sistema de segurança e informações, mas já tendo em mente, por conta da documentação, que eu via que ali havia espaço para muita coisa, muitas pesquisas pontuais sobre temas específicos: a Igreja, a questão das mulheres ou a questão da censura, isso e aquilo. Então foi ali que eu decidi vir para o Rio. Acho que logo surgiu uma vaga de professor de Teoria e Metodologia na UFRJ, então fiz outro concurso e voltei para a UFRJ onde eu havia me graduado. E aí pude montar um grupo de estudos sobre a ditadura militar, e justamente por meio dele eu busquei estimular alunos de pós-graduação, de mestrado e doutorado, a pesquisarem ainda mais esse acervo do Arquivo Nacional. E a partir daí, com a luta pelas leis que regem essa questão dos acervos e depois a Lei de Acesso à Informação, a gente foi conseguindo acesso a outros acervos documentais sigilosos. Então é um tipo de pesquisa que me interessa muito, eu acho que é muito fascinante todo esse tipo de abordagem. Porque durante muito tempo a gente teve análises sobre a ditadura do ponto de vista das pessoas que foram reprimidas, depoimentos, coisas dessa natureza.

Então trabalhar com a documentação institucional do próprio regime é muito fascinante.

TC: Você publicou um livro pela Editora FGV que chama “*O golpe de 64: momentos decisivos*”,⁴ e nesse livro você afirmou que frequentemente algumas interpretações tendem a ver o golpe de 64 apenas como um evento que inaugura a ditadura militar. No entanto, o golpe seria mais que isso, ele representaria “*a expressão mais contemporânea de um persistente autoritarismo brasileiro*”, que já se manifestou em outras ocasiões, como você mesmo apontou, durante o Estado Novo. E sem dúvidas, essa nossa herança colonial, escravista, passando pelo mito da democracia racial e pela desigualdade de gênero são elementos inscritos no autoritarismo brasileiro. Mas como você compreende essas novas facetas dessa ascensão autoritária que estamos vivendo, de direita, neoliberal? E quais seriam os caminhos que você vê para o enfrentamento dessa ascensão autoritária?

Carlos Fico: O que aconteceu foi que o eleitorado brasileiro, assim como o eleitorado de outros países, elegeu um governo de extrema direita. Uma onda conservadora que afeta diversas regiões do mundo. Então é preciso entender por que isso acontece, e não se surpreender. Eu acho que muita gente se surpreendeu demais. Onde estavam vivendo quando não perceberam, por exemplo, no caso do Brasil, essa enorme onda, melhor dizendo, esse enorme sentimento de ressentimento das populações mais pobres, e não só delas, mas também das classes médias baixas? Enfim, uma enorme onda de ressentimento com a precariedade de coisas básicas, como segurança pública, como atendimento à saúde, como escola pública. Uma pessoa pobre ou de classe média baixa nos últimos vinte, trinta anos – não estou falando de ontem –, aqui no Brasil, essas realidades são terríveis, são humilhantes. Uma pessoa que quer cuidar dos seus pais doentes, que quer colocar o seu filho na escola, que quer sair na rua em segurança e não ser assaltado na comunidade em que vive, essa é a realidade. Muita gente pode dizer “*Ah, mas isso melhorou na época do bolsa família, do Lula etc.*”. É, melhorou mais ou menos. Porque a realidade concreta dessas pessoas, o cotidiano dessas

4 FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

peessoas, continua sendo muito ruim. Então eu vejo essa onda de ressentimento como sendo uma das causas básicas da atitude antilideranças, antipolítica, inclusive anti-intelectuais, antiespecialistas. As pessoas têm horror a esses personagens todos que eu mencionei porque, afinal de contas, eles são cheios de empáfia e não resolvem nada, como tem sido visto.

Então eu vejo essa onda de ressentimento como sendo uma das causas básicas da atitude antilideranças, antipolítica, inclusive anti-intelectuais, antiespecialistas. As pessoas têm horror a esses personagens todos que eu mencionei porque, afinal de contas, eles são cheios de empáfia e não resolvem nada, como tem sido visto.

Por outro lado também, um diagnóstico mais preciso do impacto da informática. Acho que nós não temos – e sobretudo a esquerda não tem – um diagnóstico mais preciso do significado, inclusive lúdico, como eu falei antes, uma ludicidade perversa como acontece frequentemente nas redes sociais, nos aplicativos de mensagem instantânea. Porque essa conjuntura possibilitada pela informática permitiu uma vocalização muito grande dessa insatisfação, que não é apenas uma insatisfação, é um ressentimento. Isso acontece no Brasil e acontece em outros lugares também por outras causas, poderíamos falar da imigração, tem a questão fundamental da precariedade dos sistemas previdenciários, da precarização desse amparo social, das pensões, das aposentadorias... E, portanto, eu acho que isso é a causa desse enorme ressentimento que vem se constituindo ao longo dos anos e que se expressa dessa maneira que nós vemos nas redes sociais, por exemplo, e que muita gente entende como discurso do ódio. Eu acho que não é isso. Acho que é algo mais complicado e tem a ver com a possibilidade de vocalização de um ressentimento. E a possibilidade de vocalização de um ressentimento nunca vai ser uma coisa tranquila, “boazinha”. Então eu acho que a razão básica é essa. E, portanto, aqueles que quiseram tomar o lugar desses governantes de direita e extrema direita que assumiram o poder têm de saber conversar, dialogar com o eleitorado, propondo coisas muito objetivas para a solução de problemas de longuíssima duração – esses problemas que eu mencio

Uma coisa que eu aprendi muito na história política é o papel do sentimento. Se há uma coisa que é fundamental para o desenvolvimento da política é a compreensão dos sentimentos coletivos.

nei, da segurança, saúde, educação —, com propostas viáveis, com propostas que sejam compreensíveis. Eu acho que esse é o grande desafio. E compreender também o alcance da ludicidade.

Há muitos anos atrás, em uma conversa com pesquisadores da História do Tempo Presente, eu chamava atenção para essa dimensão da ludicidade das redes sociais. Eu me lembrava outro dia das eleições de personagens como Cacareco ou Macaco Tião⁵ aqui no Rio de Janeiro. Essa dimensão é fundamental para a compreensão da política contemporânea. Hoje, por exemplo, a gente teve uma manifestação superinteressante de grande impacto político feita pelo Felipe Neto⁶, que eu acompanho há muitos anos, e que é uma coisa que tem a ver com isso. A compreensão das redes sociais, dessa maneira nova de se veicular politicamente: se não se compreender isso, as coisas não vão mudar de modo algum. E daí aquilo que eu falava antes, a necessidade de nós professores sabermos lidar com esses instrumentos, inclusive para que nossos alunos e professores da educação básica consigam aproveitar o alcance didático-pedagógico desses instrumentos. Então eu acho que tem muito a ver com esse sentimento. Uma coisa que eu aprendi muito na história política é o papel do sentimento. Se há uma coisa que é fundamental para o desenvolvimento da política é a compreensão dos sentimentos coletivos. Uma vez me perguntaram no programa *Manhattan Connection*, — jornalista gosta muito de fazer essa pergunta: “em uma palavra, o que explica tal coisa?”. E não sei se foi o Lucas Mendes que me fez a pergunta “em uma palavra, qual a causa do golpe de 64?”. Eu não tive dúvidas: medo. Então o sentimento do medo às vésperas

5 Cacareco era uma rinoceronte carioca que recebeu cerca de 100 mil votos na eleição para vereador de São Paulo em outubro de 1959. O mesmo fenômeno ocorreu em 1988, quando Macaco Tião, um chimpanzé do zoológico do Rio de Janeiro foi lançado candidato à prefeitura pela revista de humor *Casseta Popular* e recebeu cerca de 400 mil votos. Ambos os casos são expressões de frustrações políticas da sociedade brasileira.

6 Felipe Neto Rodrigues Vieira mais conhecido por Felipe Neto, é um youtuber, empresário, ator, comediante, escritor e filantropo brasileiro. É conhecido por ter um dos maiores canais brasileiros do YouTube, com 41 milhões de inscritos e mais de onze bilhões de visualizações acumuladas.

do golpe de 64 foi fundamental para aquele episódio. E hoje em dia eu percebo que o ressentimento é um dos vetores explicativos para nossa conjuntura atual. E com a possibilidade de uma veiculação ampliada desses sentimentos nas redes sociais e por mensagens instantâneas, o universo da política deu uma reviravolta que muita gente ainda não compreende.

TC: Professor, como você pensa a questão do engajamento do historiador no espaço público, que está cada vez mais se envolvendo com as novas mídias, com divulgação científica? Como você avalia essa questão do engajamento do historiador?

Carlos Fico: Natural, necessário, positivo. O que a gente não pode é confundir as duas coisas. A produção do conhecimento histórico tem de ser pautada pela objetividade, pela busca de um horizonte utópico da verdade. A busca da objetividade é essencial e, portanto precisamos ter muito cuidado com a questão da política, da militância política contaminar a pesquisa histórica. Isso tira a credibilidade imediatamente. Se você não tiver condições de sustentar de maneira metodológica, cientificamente amparada – vamos dizer assim, para usar uma expressão controversa – mas enfim, com evidências empíricas e com técnicas bem transparentes, você perde a credibilidade. E, portanto, fica muito difícil o processo de convencimento do leitor ou de qualquer outra audiência, de alunos, de uma conferência, qualquer que seja o lugar em que você veicule o conhecimento histórico. Então isso é uma coisa importante. Agora, é claro que a militância política e a exposição pública de suas posições políticas é uma coisa que sempre aconteceu, hoje talvez com maior visibilidade pelas razões conhecidas. Agora, uma terceira coisa é a divulgação científica. Isso eu tenho feito já há uns dez anos, tenho um canal no *YouTube* que tem dezenas de vídeos sobre as pesquisas que eu faço, e isso eu sempre fiz. A divulgação científica também não se confunde com a produção de conhecimento, com a militância política. É uma forma de divulgar conhecimento histórico por meio de uma linguagem acessível, algo que eu considero também um desafio muito interessante. Esse livrinho azul, *“O golpe de 64: momentos decisivos”*, eu fiz também pensando nisso, ou seja: *“como eu posso fazer um texto*

pequeno, acessível, para ser compreendido por não especialistas?”. Isso é uma coisa que me atrai muito e não deixa de ser uma forma de divulgação científica também.

TC: Professor, depois da morte do George Floyd por um policial branco, nós vimos um movimento no mundo inteiro que destruiu estátuas e outros símbolos da opressão colonialista, escravocrata. E uma parcela da sociedade manifestou certa preocupação com uma “reescrita do passado”. Como você compreende esse debate sobre novos símbolos de representação que coloca em evidência a maneira com a qual nós nos relacionamos com o patrimônio e com a memória pública?

Carlos Fico: Até fiz um podcast para *O Estadão* sobre isso, a questão das estátuas. E eu dizia o seguinte: olha, isso é uma coisa que a gente não tem como controlar. Porque, evidentemente, essas coisas acontecem em geral em fases de grande conflitividade social, ou diante de uma denúncia gravíssima, ou um episódio terrível, como foi o assassinato desse homem nos Estados Unidos. Então isso, em geral, decorre de uma manifestação mais ou menos espontânea sobre a qual ninguém tem muito controle. E o significado disso depende de cada caso, mas é evidente que se insere naquele contexto de luta de memória.

O campo da memória é sempre um campo de disputa e, portanto, você tentar construir ou destruir um monumento, derrubar uma estátua... Eu me lembro que nessa ocasião do *podcast* eu falava também de coisas correlatas, como eram aqueles casos de “escrachos” – não sei se as pessoas sabem o que é isso –, mas que eram movimentos, em geral dos jovens, que iam pra frente da casa, por exemplo, de pessoas acusadas de terem sido torturadores na ditadura e lá botavam faixas dizendo “aqui mora um torturador” etc. e tal. Também era uma forma de expressão dessa disputa de memória. Então, não é uma coisa nova, as disputas de memória sempre acontecem. E na verdade é um objeto de análise: o que acontece, por que acontece, por que as pessoas saem quebrando estátuas, coisas dessa natureza, mesmo nesses fenômenos correlatos, como é o caso do escracho.

O que eu acho também interessante de se pensar é o oposto disso: não a destruição de estátuas, mas por que num país como o Brasil nós não temos movimentos significativos de preservação de certa memó-

ria, daqueles que lutaram contra a ditadura, da resistência à ditadura, da resistência democrática à ditadura? Você vê que não há no Brasil museus, ou memoriais, ou monumentos que enalteçam as pessoas que lutaram de um modo ou de outro contra a ditadura. Não é que eu esteja defendendo que haja, mas esse é um tema que me parece tão merecedor de atenção quanto dessa coisa das estátuas. Não existe aqui, como, por exemplo, existe na Argentina, em outros países, na Alemanha – por razões óbvias, esse tipo de valorização de uma memória considerada, vamos dizer assim, positiva no campo democrático.

TC: Professor, apesar de não termos símbolos de resistência à ditadura, há historiadores que dizem que houve a construção de uma memória hegemônica de esquerda crítica sobre o regime militar. Só que nos últimos tempos estamos passando por um momento de exaltação de torturadores, de discursos de relativização da tortura, de anseios por intervenção das forças armadas, da recriação um inimigo interno comunista... Você acha que a gente está passando por uma reinterpretação da memória da ditadura? Ou que ela está se diluindo em meio a esses negacionismos e revisionismos históricos? E como você entende o papel do historiador no que toca a compreensão da representação desse passado recente sobre a ditadura?

Carlos Fico: Aqui no Brasil não houve a constituição de uma memória traumática, como no caso da Argentina. Isso tem um motivo. Tem razões para ser assim, sobretudo a questão da censura e a questão da propaganda política que ocultavam a repressão. No caso da Argentina, não: a repressão era às claras, com tiroteios e cadáveres nas ruas. Então, essa é uma coisa. Nós não temos a constituição de uma memória traumática no Brasil por essas razões. Por outro lado, eu escrevi um artigo alguns anos atrás justamente falando do sentimento que permaneceu no campo da esquerda e que, no meu modo de entender, é específico do Brasil, um sentimento de frustração. A gente volta novamente à questão do sentimento na política. Um enorme sentimento de frustração na esquerda porque não houve uma clara ruptura entre a ditadura e a democracia logo em seguida, e também porque não houve o julgamento dos militares. Então eu diria que esse sentimento de frustração é que prevaleceu e prevalece no campo da

esquerda. Porque não há uma memória hegemônica ou absoluta. Há, como eu disse, disputas de memória. No campo da esquerda, esse sentimento de frustração se consolidou. Agora, ao longo dos anos, sobretudo no contexto da chamada Justiça de Transição, houve também a prevalência desta leitura um tanto quanto romantizada e heróica da luta armada como sendo o fato emblemático da ditadura, seu confronto heroico com a repressão ou da sua condição de vítima, dependendo da leitura, e, portanto, isso também marcou muito a esquerda, sobretudo no contexto da defesa dos direitos humanos e das etapas da chamada Justiça de Transição. E uma coisa muito curiosa: a imagem que os militares têm. Nesse campo da esquerda, dos intelectuais e da imprensa, os militares são vistos de maneira muito crítica, como todos sabemos. Mas nas pesquisas de opinião pública, generalizadas, o que se tem é uma leitura das Forças Armadas muito positiva. A população, em geral, considera as Forças Armadas muito positivamente – isso tem caído um pouco nos últimos meses em função de todas as razões que a gente conhece –, mas ainda assim se mantém em um bom patamar de valorização por meio da população em geral. Então você vê que são muitas leituras, a gente não pode dizer que haja uma única prevalecente. E também aqui volto a dizer que eu não entendo a surpresa das pessoas com essas declarações, não entendo a surpresa de muitos analistas com as declarações de muitos grupos favoráveis à ditadura militar. Claro que a declaração do presidente defendendo torturador é uma coisa aberrante, mas sempre houve setores da sociedade que consideram a ditadura uma fase boa. E, portanto, não me surpreende em absoluto que hoje em dia, por uma série de circunstâncias, eles se sintam mais liberados do que outrora pra defenderem esse ponto de vista que choca, que causa surpresa em muita gente. Mas a mim, não. Eu sempre fiz um exercício com meus alunos, sempre falo isso, em geral do primeiro período, pedindo que eles voltem pra casa e perguntem aos pais e avós como era a época da ditadura, e frequentemente eles voltam dizendo: *“meu pai, minha avó, disse que era uma época muito melhor do que hoje”*. Então essa leitura, essa interpretação, ou melhor dizendo, essa memória positiva sobre a ditadura militar sempre existiu e hoje tem muita

visibilidade, tanto por conta da atual conjuntura conservadora, de governo de extrema direita, mas também da internet.

TC: Uma memória positiva inclusive baseada no milagre econômico.

Carlos Fico: Exatamente, a propaganda política usou muito o milagre econômico. Não só o milagre, mas a conquista da Copa do Mundo, tudo aquilo que a gente via na propaganda da época. Então as pessoas achavam que estavam no melhor dos mundos porque os jornais não podiam publicar nada sobre a repressão, por exemplo. Em uma conjuntura econômica positiva, as pessoas compravam geladeira, fogão, seu carrinho, televisão, até casa própria. Portanto, aquela memória traumática que surgiu na Argentina dificilmente surgiria aqui, considerando esse contexto.

TC: Você tem um artigo clássico, *“Prezada Censura: cartas ao regime militar”*. Nesse artigo, você fala que apesar da censura permanecer associada ao regime militar, ela sempre existiu e sempre esteve ativa no Brasil e formas diferenciadas dela persistem. Isso é muito interessante, pensar essas continuidades. Então gostaríamos que você falasse um pouco sobre o conceito de censura. Para além de um conceito operacionalizável, ela pode ser compreendida como um fenômeno que atinge diversas dimensões da vida social? Você poderia fazer um comentário evidenciando as diferenças e semelhanças da censura praticada durante a ditadura militar e os episódios que vivemos na atualidade?

Carlos Fico: Quando se estuda autoritarismo, a primeira percepção que a gente tem talvez seja do autoritarismo referido ao Estado: a ditadura, o Estado, o governo autoritário. Mas existe também a necessidade de a gente estudar o que se chama de autoritarismo socialmente existente. E no caso do Brasil, esse artigo, por exemplo, *“Prezada Censura”*⁷, é baseado em cartas que as pessoas comuns mandavam para o órgão de censura da ditadura pedindo mais censura. O autoritarismo socialmente existente muitas vezes explica esse suporte social para atividades autoritárias, como é o caso da censura. Frequentemente isso pode se embolar muito com a política,

7 FICO, Carlos. “Prezada Censura”: cartas ao regime militar. *Topoi* (Rio J.) [online]. 2002, vol. 3, n. 5, p. 251-286.

inclusive com boas intenções de grupos progressistas, de esquerda, democráticos. Eu ia dizer que recentemente fui chamado à Câmara dos Deputados para opinar sobre um projeto de criminalização da apologia à ditadura. Eu acho que eu decepcionei tremendamente os deputados de esquerda e progressistas. Porque eu disse *“olha, isso é uma loucura. Como é que você vai transformar em crime a opinião de alguém que acha que a ditadura foi melhor?”*. Uma coisa é você ter uma opinião, outra coisa é você cometer um crime. Se chegar à difamação, se chegar a um crime estabelecido concretamente, para isso já tem leis. E também agora recentemente eu dei uma entrevista para um grupo que está estudando esse projeto de lei das Fake News. É um projeto inacreditável, em termos de precisão, em termos de inviabilidade. Por mais que tenha a ver com o controle, a retenção dos metadados das mensagens trocadas em aplicativos de mensagens instantâneas, vai dar margem a inúmeras ações autoritárias caso esse projeto seja aprovado. Então, mesmo no campo progressista ou de esquerda, há essas iniciativas que ressoam certo autoritarismo, porque a gente está numa sociedade que é muito pautada por esse afã de regular, de legislar, de controlar todas as coisas, e algumas coisas não são controláveis. Então a censura que pode haver hoje, por exemplo, nas redes sociais, nos aplicativos de troca de mensagens, seria muito prejudicial, eu creio, para a afirmação da democracia brasileira. Agora, na época da ditadura, o que havia era uma censura muito direta, feita por pessoas plantadas nas redações de jornais, ou mesmo nas emissoras de TV. Alguns casos são muito curiosos, porque, por exemplo, a Rede Globo na época, o jornalismo apoiava a ditadura (nem era censurado, então nem precisava), mas as telenovelas eram muito censuradas e algumas vezes houve prejuízos grandes por conta daquelas questões relacionadas a costumes, sexualidade, aborto, feminismo, homossexualidade e tal. Então você vê que era uma questão complicada. Mas a censura na época da ditadura era do tipo bastante truculento, vamos dizer assim, enquanto hoje você tem mecanismos de censura que são inclusive econômicos. O atual governo, por exemplo, tentou cortar assinaturas, ou deixar de apoiar com publicidade estatal emissoras de TV e

jornais que fazem oposição ao governo. Portanto, há mecanismos de censura os mais diversos ocorrendo o tempo todo na sociedade.

TC: Em que medida a fragilidade dos processos democráticos pode estar relacionada ao ensino de história e as memórias que se construíram sobre a experiência da última ditadura?

Carlos Fico: Acho que a gente não deve se culpar, enquanto professores, pesquisadores, pela fragilidade do processo democrático brasileiro. Porque nossa capacidade de intervenção como professor, como pesquisador, é importante, mas é pequena. Infelizmente é assim. É muito difícil mudar a opinião das pessoas, mesmo que você apresente muitas evidências empíricas, muita pesquisa histórica. Porque isso diz respeito não a uma formação da educação formal, escolar, mas a constituição de um processo de cidadania mais amplo, um processo de cidadania civil. E esse processo se interrompeu no atual governo.

Eu disse logo no início do governo que esse governo seria uma mistura explosiva de despreparo e autoritarismo, disse isso em uma entrevista à *Revista Época*. E tem sido assim. Mas o pior de tudo é que o governo atual interrompeu um longo processo pedagógico – e aí é uma pedagogia que não é dos professores –, mas um longo processo pedagógico de construção da cidadania civil, sobretudo com esses ataques cotidianos aos direitos humanos. É o primeiro governo depois da ditadura militar que critica os direitos humanos. Isso é uma coisa absurda, e, portanto, interrompe um longuíssimo processo pedagógico – estou pensando em termos da sociedade como um todo – de construção de uma cidadania civil que é, no meu entender, a base para uma democracia sólida.



Caroline Silveira Bauer é professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pesquisadora do CNPq. Pesquisa a ditadura civil-militar brasileira e temáticas correlatas. É autora de “Como será o passado: história, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade” e “Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória”.

Caroline Bauer

João Teófilo
Marina Camisasca

A batalha de memórias é incontrolável, ela não finda em momento nenhum, nós vamos continuar tendo disputas de versões sobre a ditadura até os 100, 200 anos da ditadura, e a cada aniversário redondo vai ter de novo discussões sobre isso.

Território Científico (TC): Caroline, gostaria que você nos contasse como foi sua trajetória acadêmica.

Caroline Bauer: Formei-me em licenciatura e bacharelado em História, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2003. No momento da formatura, já pesquisava ditadura, foi um interesse que surgiu em meados da graduação, mas não inicialmente como uma pesquisa sobre a ditadura em si. Eu pesquisava as representações da ditadura presentes em editoriais dos dois principais jornais do Rio Grande do Sul, “Zero Hora” e “Correio do Povo”, nos aniversários do golpe. Eu analisava o posicionamento editorial dos jornais nos 31 de março de 1978 a 1988. A minha ideia inicial foi muito influenciada por uma leitura ensaística da ditadura, mas que para mim fazia bastante sentido, do Daniel Aarão Reis Filho¹, que afirmava que durante o processo de transição política houve uma mutação de determinados setores da sociedade brasileira em relação ao seu apoio à ditadura. Isso ficou evidenciado nos editoriais desses jornais

1 REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000; REIS FILHO, Daniel Aarão. Os muitos véus da impunidade: sociedade, tortura e ditadura no Brasil. ACESSA.COM. Maio de 1999. Disponível em: <https://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=104>.

entre 1978 a 1988. A percepção da ditadura e a narrativa sobre a ditadura foram bem diferentes, elas mudaram com o decorrer dos anos. Aí no final do curso foi a primeira vez que me deparei com o estudo da repressão durante a ditadura e essa temática seguiu por muitos anos. Foi totalmente por acaso que encontrei este objeto de pesquisa. Estava assistindo a um programa de TV que falava sobre a resolução de um processo de indenização pedido por uma mulher em relação ao assassinato de seu marido durante a ditadura, que foi um caso bem paradigmático no Rio Grande do Sul, ocorrido em 1966, que foi o chamado crime das mãos amarradas. Assisti esse programa em 2002 e fiquei intrigada: “*Crime das mãos amarradas? O que é isso?*”. Me chamou bastante atenção, e aí comecei a ir atrás de informações e a ler sobre o tema. Ainda que naquela época já existisse o Google, ele não era tão popularizado, e a nossa busca bibliográfica era primordialmente por livros e artigos em bibliotecas. Descobri, durante a pesquisa, que o grande responsável pela morte de Manoel Raimundo Soares, que foi a pessoa vitimada no chamado crime das mãos amarradas, havia sido o Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul, o DOPS. A partir de então, me interessei pelo funcionamento do DOPS.

Quando me formei, no final de 2003, fiz a seleção para o mestrado e a minha proposta era pesquisar a repressão no Rio Grande do Sul, especificamente o funcionamento do DOPS no estado. Acho importante destacar que, nesse momento, não havia muitos materiais para pesquisa disponíveis em plataformas digitais, inclusive não existiam revistas digitalizadas, e os bancos de dissertações e teses ou não existiam ou eram muito incipientes. Quando comecei a pesquisar sobre o DOPS do Rio Grande do Sul, entre 2003 e 2004, após ter ingressado no mestrado, as pesquisas sobre a ditadura também eram relativamente rarefeitas. Havia obras publicadas por cientistas políticos, jornalistas e sociólogos sobre a ditadura, mas poucos trabalhos historiográficos. Sabíamos que haviam sido publicadas algumas obras precursoras nos anos 1980, obras do ponto de vista storiográfico, como a obra da Maria Helena Moreira Alves², o livro

2 MOREIRA ALVES, Maria Helena. **Estado e oposição no Brasil** (1964-1984). 2ª ed. Bauru-SP: Edusc, 2005 [1984].

do René Dreifuss³ e outras análises de cientistas políticos e sociólogos. Os historiadores começaram a pesquisar mais sobre o tema da ditadura a partir de meados dos anos 1990, e o projeto do CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) sobre as memórias da ditadura foi realmente muito importante para impulsionar as pesquisas sobre o tema.⁴ No entanto, as pesquisas sobre o Rio Grande do Sul e a ditadura eram raríssimas e provenientes da Ciência Política e das Ciências Sociais. Essas pesquisas foram produzidas em momentos nos quais aconteceram situações específicas, por exemplo, no período de extinção do bipartidarismo e do surgimento dos partidos políticos, havia análises a respeito disso. Então, sobre o funcionamento do DOPS, posso estar cometendo uma injustiça agora, mas me lembro de ter acesso a uma única dissertação, que foi muito importante para mim, da Sinara Fajardo⁵, que analisou o processo da CPI da espionagem política do Rio Grande do Sul. Essa CPI descobriu que, mesmo extintos os órgãos políticos da ditadura, a espionagem política continuava acontecendo no Rio Grande do Sul. Além dessa dissertação, para fazer a pesquisa foi preciso ir atrás e reconstituir acervos, realizar entrevistas e coletar informações que pudessem ser úteis. Lembro-me ainda hoje do dia que descobri - naquela época eu também militava no movimento pela abertura dos arquivos da ditadura - que existiam registros da queima da documentação do DOPS do Rio Grande do Sul, que não era só uma narrativa feita pelos militares, esses documentos tinham mesmo sido destruídos, existiam fotografias e reportagens sobre essa destruição. Aí pensei: *“Bom, a partir da lógica do funcionamento da ditadura, que era de troca de informações entre os órgãos repressivos, deveria haver documentação do DOPS do Rio Grande do Sul em outros DOPS do Brasil”*. Então fui pesquisar nos arquivos do DOPS de São Paulo, do DOPS do Paraná e do DOPS do Rio de Janeiro.

3 DREIFUSS, René. **1964**: a conquista do Estado : ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis-RJ: Vozes, 1981.

4 **Visões do golpe**: a memória militar sobre 1964 (Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994); **Os anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão (Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994); e **A volta aos quartéis**: a memória militar sobre a abertura (Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995), série de livros organizada por Celso Castro, Maria Celina D'Araújo e Gláucio Ary Dillon Soares.

5 **Espionagem política**: instituições e processo no Rio Grande do Sul (1993).

Nesses arquivos, localizei vários documentos que me permitiram desenvolver a dissertação de mestrado, que defendi em 2006.

Entre o mestrado e o doutorado, fiz uma pausa de um ano. Acho interessante narrar isso, pois o mestrado foi bastante automático depois de terminada a graduação, uma coisa quase assim: *“Não sei muito bem o que fazer, mas eu gosto de ser historiadora”*. E com o mestrado eu ia continuar pesquisando. Já entre o mestrado e o doutorado, parei um pouco porque eu nunca vislumbrara uma carreira acadêmica, não era algo que se apresentava para mim como um projeto de vida, não almejava isso imediatamente, eu queria ser professora da Educação Básica. Durante esse ano de pausa, dei aulas, mas ainda sentia a necessidade de pesquisar. Resolvi então fazer a inscrição para o doutorado e propus um estudo comparativo entre as estruturas dos DOPS estaduais no Brasil e o órgão congênere existente na Argentina, que era a Divisão de Inteligência Policial, que existiu em todas as províncias argentinas. Depois acabei reduzindo a pesquisa para a DIPBA (Divisão de Inteligência da Província de Buenos Aires) e o DOPS do Rio Grande do Sul, que eram os órgãos que eu tinha mais familiaridade entre aqueles que pretendia estudar. Mudei-me para Buenos Aires, fiquei um tempo trabalhando lá e estava em um momento de pesquisa em arquivo, indo com frequência para La Plata, onde estava a documentação. Com a pesquisa das fontes ainda em andamento, a Justiça argentina requisitou toda a documentação de La Plata, em função das causas judiciais. Todo o arquivo seria utilizado como prova para as causas judiciais e foi impedida a pesquisa. Aí pensei: *“O que vou fazer agora sem o meu principal arquivo?”*. Entrei com uma solicitação na justiça para a liberação desse arquivo, falei de todos os cuidados que nós historiadores temos com essa documentação, que nós podemos escolher pelo sigilo, que me interessava muito mais conhecer a estrutura repressiva do que as pessoas que foram vítimas da estrutura propriamente dita. Pelo tempo da Justiça a autorização para a pesquisa só saiu seis meses depois e, quando saiu, eu já tinha mudado o tema da tese. Um pouco pela ansiedade de como resolver ao estar com um arquivo impedido, mas também porque em outubro de 2008, quando estava morando na Argentina e realizando essa pesquisa, fui a um evento na ESMA

(Escuela de Mecánica de la Armada) e conheci o Ricard Vinyes⁶. Posteriormente, ele se tornou o supervisor da minha tese em Barcelona a partir de um convênio de cotutela de dupla titulação entre a UFRGS, onde eu fazia o doutorado, e a Universidade de Barcelona, para onde fui. A fala do Vinyes, nesse evento, foi muito impactante, até hoje agradeço a ele por isso. A fala dele era sobre as políticas de memória na Espanha, e ali eu me dei conta do que queria trabalhar. Na fala dele reconheci: é essa junção que preciso. Porque o que mais me instigava desde a graduação - aqui não é uma ficção autobiográfica - era entender um pouco porque existia um silêncio tão grande sobre a ditadura na sociedade brasileira. Naquele momento era muito maior do que hoje, e era uma coisa que eu tentava pensar o porquê. Pelo menos aqui no Rio Grande do Sul, onde a gente tem uma troca muito grande com o Uruguai e a Argentina, nós víamos tanto essa expressão de luta nesses países em relação ao seu passado ditatorial e no Brasil, não. Aí pensei: *“É nisso que quero trabalhar. Eu quero começar de trás para frente, quero começar do presente para chegar até o passado. Quero estudar como os governos democráticos gerenciam essa memória da ditadura para chegar até a política de desaparecimento, já que a política de desaparecimento era o elemento comum entre as ditaduras. Mas as formas como as democracias se relacionavam com esse passado era diferente no presente dos dois países”*.

Fiz a proposta para a minha orientadora no Brasil, que era a Cláudia Wasserman, que foi minha orientadora também no mestrado, e ela disse: *“Ok, me apresente o material”*. Aí voltei ao Brasil e fiz a inscrição para o doutorado sanduíche para ir para Barcelona, e o Vinyes aceitou ser o supervisor. Preciso dizer e reconhecer que tanto no mestrado quanto no doutorado fui bolsista, e para o sanduíche também tive bolsa de pesquisa. No mestrado, o órgão financiador foi o CNPq e, no doutorado, foi a CAPES, tanto do sanduíche quanto da bolsa no Brasil. Na Argentina, me mantinha com a bolsa que tinha no Brasil, naquele momento esse recurso era suficiente para me manter na Argentina. Aí fui para Barcelona, onde fiquei durante 1 ano. Cheguei em julho de 2009 e as aulas só começavam em setembro.

6 Historiador catalão, catedrático de História Contemporânea na Universidade de Barcelona.

Nesse íterim, aprendi catalão, que era uma necessidade por causa das aulas e para melhorar minha convivência em Barcelona, e escrevi um capítulo de reformulação da tese. Já tinha feito a qualificação e pensei: *“Vou reescrever isso”*. Lembro-me que não foi um capítulo, foi quase uma catarse da reformulação da tese propriamente dita, e deu quase 400 páginas. Enviei para a minha orientadora e ela falou: *“Olha, tu escolhes: ou tu reduces isso e transforma isso em outra coisa, porque eu não vou seguir te orientando, eu não vou supervisionar uma tese de 1.000 páginas”*. Daí falei: *“Tudo bem”*. Eu vi que realmente tinha muita coisa naquela produção que era um processo que eu precisava para me apropriar dos temas com os quais pretendia trabalhar, acho isso bem normal no processo de formação do pós-graduando, que lê muita coisa e tem vontade de colocar tudo no trabalho final, e depois começa a reconhecer o que é algo para a formação e o que é para constar no texto para sustentar a argumentação. Então respirei fundo e retirei as partes desnecessárias.

Barcelona foi uma experiência incrível do ponto de vista de vivência, de experiências, de trocas e de contatos. Tive aulas com o Vinyes e com o Josep Fontana, que para mim são historiadores super referências. Tive contato com pessoas que não estavam diretamente ligadas à academia, mas atuavam como elaboradores de políticas de memória da Catalunha. Então, foi um processo realmente enriquecedor. Voltei para o Brasil em julho de 2010. Faltava escrever um capítulo e pouco da tese, e para conciliar os calendários e permitir a vinda do Vinyes para a defesa, o exame foi marcado para abril de 2011 e terminei o doutorado nos quatro anos regulamentares. O lado ruim foi a grande burocracia necessária para a assinatura dos acordos de cotutela e dupla titulação, para eu ser doutora também pela Universidade de Barcelona. Foi preciso fazer reconhecimento de firma no exterior, tradução juramentada de documentos e acordos entre as reitorias. Então defendi a tese em abril de 2011 e, naquele momento, já atuava como professora da Educação Básica. Comecei a lecionar em uma escola particular aqui em Porto Alegre, em janeiro de 2011, e dava aula para os nonos anos. Foi uma experiência fundamental para mim do ponto de vista formativo, humano, de relacionamentos, de pensar questões didáticas, de pensar no ensino de história, acho

que para mim foi super importante. Foi uma experiência que eu tinha pensado: *“Bom, vai ser um momento agora pós doutorado até eu avaliar o que eu vou fazer, como é que vai ser a vida daqui por diante”*. Mas, já em 2011, comecei a fazer alguns concursos para professor do Ensino Superior, ainda não muito convencida que essa ia ser a minha trajetória. Contudo, precisava fazer os concursos por uma questão de emprego. Então fiz concurso para USP, que fiquei em quarto lugar; fiz concurso para a Universidade Federal de Pelotas, que fiquei em segundo lugar; fiz uma seleção, aí era um processo simplificado, para a FGV, que não fui aprovada; e fiz um para a UNISINOS, que é uma universidade privada aqui do Rio Grande do Sul, e também não fui aprovada. Aí pensei: *“Então vou seguir aqui na escola, eu gosto daqui, acho que é um bom local para aprender bastante”*. Eu sou apaixonada até hoje pelos meus alunos, mantenho relação com vários deles, alguns são meus alunos na História, o que também é muito significativo para mim.

Só que a vida pressupõe que nós não tenhamos controle nenhum e nos coloca situações inimagináveis. Em 2011, nós vivíamos em uma conjuntura em que era possível pensarmos a elaboração de políticas públicas de memória no Brasil, e eu tinha um grande amigo que trabalhava como diretor do Departamento de Relações Internacionais da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Ele me disse que abriram alguns editais de consultoria. Fui selecionada para trabalhar na consultoria histórica relativa à Guerrilha do Araguaia e à Operação Condor. Então me mudei para Brasília, na verdade, durante algum tempo ainda morava em Porto Alegre, mas já desempenhava as funções em Brasília, porque no início da consultoria, as atividades não eram em Brasília, eram no sul do Pará, na região de conflito da guerrilha, então eu voava de Porto Alegre para lá. Mas, no início de 2012, já me mudei para Brasília e comecei a trabalhar cotidianamente na rotina da Secretaria de Direitos Humanos. Foi um período de aprendizado intenso, foi um momento inclusive super importante enquanto pesquisadora porque eu tinha uma perspectiva do funcionamento e elaboração de políticas de memória e sempre comento isso quando falo sobre essa história, tive a impressão de passar de pedra para vidraça. Anteriormente, eu era a pedra, e trabalhando na

SDH passei a ser a vidraça, via a intenção da cobrança dos familiares pela elaboração de políticas e, ao mesmo tempo, uma tensão interna dentro do governo. Passei a ver os limites dessas políticas, em função da própria governabilidade, dos acordos existentes no sistema de coalizão, que é o sistema político. Então, não foram poucas as vezes que elaboramos projetos de políticas públicas relativas à ditadura e, ao apresentá-las para as instâncias superiores, ouvimos que não era o momento político de certas coisas serem desenvolvidas. Então, realmente foi bem delicada essa situação, ainda que em outras fossem inteiramente atendidas as reivindicações. Eu me lembro de uma que foi super importante em relação à Operação Condor. Ouvi uma entrevista do Peter Kornbluh, que é um pesquisador que trabalha na *Freedom of Information Act*, no Estados Unidos, que é uma ONG que disponibiliza documentação do Serviço de Segurança dos Estados Unidos, e ele é o responsável pelos casos do Chile e do Brasil. Depois de ouvir essa entrevista, fiz uma proposta para Maria do Rosário, que na época era a ministra de Direitos Humanos, que o trouxéssemos para o Brasil e fizéssemos uma solicitação do máximo de documentação possível sobre a Operação Condor no Brasil. Ela topou, achou super importante, ele veio e acabou coincidindo com o início das atividades da Comissão Nacional da Verdade (CNV), e ele não fez mais essa assessoria para a SDH e para a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, mas, sim, para a Comissão da Verdade. Isso eu considero uma vitória desse período, das pequenas vitórias. Essa consultoria terminou no final de 2012 e, logo depois, fiz uma seleção para outra consultoria, que ainda era vinculada à questão de elaboração de políticas públicas de direitos humanos, mas essa era mais voltada para a continuidade do crime da tortura no Brasil. Então, tinha um pouco mais a ver com a questão da violência policial como uma questão não resolvida em relação à ditadura. Fazia parte de uma política chamada de política de não repetição. Essa consultoria era para durar mais um ano, comecei em janeiro de 2013.

Só que aí, de novo, vem a vida atropelando os planos que a gente faz: em março, me chamaram no concurso que havia feito na Universidade Federal de Pelotas. Aí pensei: “*Nossa, o que eu faço?*”. Aí antecipei alguns dos produtos que podia fazer, mas rescindi o con-

trato com a SDH e me mudei para Pelotas, onde fiquei como professora durante quase três anos. Foi uma experiência também muito importante, muito significativa antes do cargo atual e do lugar onde atualmente trabalho, que é uma universidade situada numa capital, uma universidade com uma internacionalização grande, uma grande universidade. Foi muito importante trabalhar em uma universidade em uma região semiperiférica - sem nenhum demérito em relação a isso -, mas fora de algum centro urbano, ainda que Pelotas seja uma cidade de 300 mil habitantes. Fiz um concurso para a UFRGS, passei e estou aqui desde 2015. Não tenho planos de sair daqui por enquanto, vamos ver o que a vida me espera, mas estou bem aqui, acho que na UFRGS consegui atingir um bom nível de dedicação entre todas as funções que o professor da Educação Superior tem, que é realizar as suas atividades docentes, realizar as suas orientações de iniciação científica, mestrado e doutorado, além dos projetos de extensão e pesquisa, como LUPPA, o Laboratório sobre os Usos Políticos do Passado, e as atividades que a gente faz por ele. Conto com a infraestrutura da universidade para o desenvolvimento pleno das pesquisas que tenho e acho que isso é fundamental para um professor. Acho que a UFRGS me permite ser uma professora de Ensino Superior na íntegra, não me dedicar tão somente às atividades docentes, mas às outras dimensões da atuação docente do Ensino Superior.

TC: Caroline, qual importância você atribui ao seu objeto de pesquisa para a produção do conhecimento histórico?

Caroline Bauer: Não sei, eu tinha uma preocupação de poder trazer para o Brasil alguns debates que são sobre as ditaduras no exterior, que eu acreditava que no Brasil havia certos ranços políticos, certas posturas políticas que impediam determinadas discussões. Por exemplo, o conceito de Terrorismo de Estado, que para mim foi fundamental para o desenvolvimento da dissertação e da tese. Eu acreditava que os empecilhos que eram colocados para a aplicação desse conceito no Brasil provinham muito mais de uma resistência política do que de uma resistência historiográfica. Tanto é que me esforcei muito na dissertação e na tese para realizar uma aplicação desse conceito, uma aplicação crítica, obviamente. Não se tratava

simplesmente de tentar encaixar as pecinhas, mas de diálogo com as fontes e poder explorar a potencialidade desse conceito. Então, não sei se isso de alguma forma contribuiu para o conhecimento histórico, mas foi o que eu coloquei como um objetivo. Inclusive, eu acreditava que isso era muito importante, sigo acreditando. Acho que essa pode ser a resposta, sigo acreditando que as nossas pesquisas sobre a ditadura precisam avançar do ponto de vista conceitual. Acredito que nós tenhamos excelentes pesquisas que lidam muito bem com dados empíricos, que inclusive constroem determinados acervos e constroem determinadas fontes para lidar com os problemas que nós temos de acessibilidade e de disponibilidade de fontes ou de abordagens de determinados temas em função também dos descasos com muitos acervos existentes no Brasil, mas acho que nós podemos contribuir muito do ponto de vista conceitual. Já me disseram: *“Mas essa não é a função do historiador. O historiador se usa de conceitos de outras áreas”*. Nada impede que nós historiadores contribuamos com as discussões conceituais, e acho que a gente precisa investir mais do ponto de vista dos conceitos nas nossas pesquisas. Inclusive, atualmente, o que me mobilizou para desenvolver o pós-doutorado foi o conceito de transição, para tentar entender a transição política brasileira. A gente fala isso com uma espontaneidade, mas o que significa transição? Transição é a mudança de um *status quo* para outro? É a volta a uma determinada normalidade? É o quê? Estudei um pouco a transição política espanhola e as discussões sobre tema, ainda que no Brasil, inclusive dentro da Ciência Política, tenha todo um ramo que trabalha com isso, que é a transitologia. Mas acho que não dá conta dos nossos debates dentro do Brasil sobre o que é transição.

Acho que se pudesse resumir rapidamente uma resposta para essa questão, a minha contribuição foi chamar a atenção para a importância dos conceitos nas pesquisas sobre ditaduras, da gente desnaturalizar alguns conceitos, separar o que é uma versão historiográfica assentada na memória, como, por exemplo, o término da ditadura em 1985. Por que a ditadura termina em 1985? Porque se consolidou na memória que a ideia de um civil que rompeu uma sucessão de governos militares seria o término da ditadura, mas isso

não significa o término da ditadura do ponto de vista constitucional, de práticas, enfim, nós temos um limbo entre 1985 e 1988 do ponto de vista de um regime político, então sei que não é ditadura, mas sei também que não é democracia. Mas, então, o que é? Acho que sempre me esforcei muito para desnaturalizar algumas questões e chamar a atenção para a importância de a gente não tomar como algo dado o marco 1964-1985, ou, por que usar a nomenclatura ditadura civil-militar? Eu prefiro essa ideia de ser civil-militar, mas por quê? O que é o civil no civil-militar? Inclusive, acho que conceitualizar dá mais força para os nossos trabalhos.

TC: Você falou, na primeira pergunta, sobre o problema que você teve no acesso às fontes em Buenos Aires, porque a Justiça acabou impedindo que você continuasse acessando aquelas fontes, uma vez que elas seriam utilizadas na reabertura dos processos. Além dessa dificuldade, quais outras você vivenciou, ou quais outras você considera no sentido de enfrentar ou que prejudique a produção desse conhecimento histórico sobre a ditadura militar?

Caroline Bauer: Acho que foram dificuldades em sentidos diferentes. Algumas de mais fácil resolução, outras nem tanto, porque acho que na trajetória da pós-graduação é relativamente normal a gente passar por determinadas dificuldades, sem nenhuma ideia de um heroísmo, *“Ah, a gente enfrentou, resolveu isso”*, não! Porque se trata de dificuldades que aparecem. Por exemplo, de precisar realizar determinada abordagem e não encontrar um conceito que te ajude, ou não conseguir fechar determinada ideia do ponto de vista de argumentação do trabalho. Então, essas são dificuldades, às vezes normais, que a gente resolve em diálogo com os orientadores, com colegas. Acho que essas são dificuldades esperadas até mesmo do processo de amadurecimento, que é normal na pós-graduação.

Mas, passei essa dificuldade com arquivo na Argentina; o conjunto documental que nós tínhamos aqui no Arquivo do Rio Grande do Sul, dos “restos”, digamos assim, do DOPS, que não possuía ferramentas para auxiliar a pesquisa. Então, acho que os fundos documentais foram os mais delicados. Viajando pelo país e pesquisando em outros fundos, como no APESP (Arquivo Público do Estado

de São Paulo), a gente vê que em São Paulo o tratamento era outro, tinha mais recurso, a possibilidade de pesquisa no APESP era excelente. Acho que por uma questão geracional também, a minha geração, que começou a pesquisar a ditadura no início dos anos 2000, teve menos interlocução pelo número reduzido de pesquisadores que trabalhava naquele momento com a temática. Era uma coisa bastante curiosa, no início dos anos 2000, a gente tinha controle sobre o campo, a gente sabia todo mundo que pesquisava ditadura, inclusive num grupo de pesquisa que participava havia, em fichinhas pautadas, catalogados todos os pesquisadores da ditadura. Então, era uma coisa que nós tínhamos controle, e o *boom* acredito que se deu a partir de 2004. A partir de 2004, houve o início de um processo de mudança de disponibilização de arquivos, de um outro tratamento com os arquivos da ditadura e, em 2014, já era outra situação, de total impossibilidade de controle do campo, com novos arquivos disponíveis. Acho que teve essa dificuldade arquivística, as dificuldades normais do processo de pesquisa, e houve uma resistência ainda em relação à questão da História do Tempo Presente.

Tal como falei, ainda precisei legitimar a pesquisa do tempo presente e a postura do historiador militante. Isso foi necessário nas pesquisas. Foi uma dificuldade do ponto de vista acadêmico, mas não foi uma coisa de outro mundo. Em alguns momentos, pesquisando em locais sensíveis de pesquisa, como instituições militares, ocorreu algum tipo de constrangimento. Não tive nenhum outro tipo de censura, tive uma situação muito delicada em relação à dissertação de mestrado, que foi também um aprendizado para a vida. Naquele momento, em 2006, quando fiz a defesa, claro, já existia todo um cuidado em relação à exposição de depoentes, manter o nome, manter o anonimato, manter o pseudônimo, essas questões todas. Eu acreditava ainda em uma postura muito militante, que eu precisava dar nome aos bois. De dizer: *“a documentação permite afirmar que o delegado naquela época era fulano de tal”*. E se em um depoimento de uma pessoa presa naquele momento, a pessoa disse que fulano de tal torturou, eu iria dizer quem era fulano de tal. Aí pensei: *“Bom, posso ter alguns problemas em relação a isso. Alguma perseguição e tudo”*. Qual não foi minha surpresa, quando fui

procurada por uma pessoa que tinha dado um depoimento para um livro, ou seja, era um depoimento público, era uma pessoa que tinha sido presa e torturada no DOPS do Rio Grande do Sul, o depoimento estava publicado em um livro com o nome, com a identificação da pessoa e eu citei isso na dissertação. A pessoa acabou tendo acesso ao depoimento dela pela minha dissertação, e não pelo livro citado, e ficou muito brava comigo por eu ter revelado o nome dela. Por mais que eu explicasse: *“Olha, isso daqui está publicado em um livro, veio daqui e tudo mais”*, foi uma situação muito delicada, e hoje reconheço toda a delicadeza dessa situação.

Não mudei a postura a respeito de publicizar os fatos, a não ser que seja feito o pedido para mim. Sempre consulto as pessoas, e se for feito o pedido de que seja mantido o anonimato, mantereí. Se formos pensar hoje, as nossas produções são de domínio público e a pessoa, ao digitar o seu nome no Google, pode acessar uma dessas informações. Tive esse constrangimento e é super compreensível, ainda que eu explicasse para a pessoa: *“Nunca te entrevistei, não foi produzido por mim, estava publicado naquele local”*. Fiquei muito mal com o que aconteceu, por expor uma pessoa, não foi indevidamente, mas acabou sendo. Então, isso foi uma das dificuldades que encontrei, medir entre a publicização por uma questão coletiva e preservar as dificuldades e as memórias individuais.

TC: O que você aconselharia para um pesquisador iniciante que gostaria de pesquisar temas relacionados à ditadura militar?

Caroline Bauer: Primeira dica, a dica que dou para os meus alunos. Um aluno quando chega para mim e diz: *“Professora, quero pesquisar sobre ditadura”*, a primeira coisa é meio óbvia, mas a pessoa tem que ler muito, porque é um campo vasto, que tem uma produção super extensa. Então, há que se ter um determinado domínio sobre essas leituras, sempre partindo de um ponto de vista um pouco mais amplo, e tentando buscar nesse ponto de vista mais amplo aquilo que pode estar faltando, ou que é muito genérico. Dentro de algumas generalizações, de alguns recortes regionais, alguns recortes de gênero, algumas questões raciais, enfim, a partir dessas brechas encontrar possibilidades de pesquisa. Dificilmente - ainda que tenha - um alu-

no, quando chega a mim, tem uma ideia zerada. Tem algum interesse, nem que seja: *“Ah, me interesse por música”*. A partir um pouco dos interesses, dos gostos, das vivências do aluno, procuro sempre, além da dica da leitura mais geral, mais ampla, algumas leituras mais específicas. Depois, além das leituras prévias, acredito que seja super importante os alunos se apropriarem de metodologia de pesquisa em relação às fontes escolhidas para análise. Isto eu tenho reparado bastante em dissertações de mestrado, teses de doutorado: quase uma ausência de reflexão metodológica, e aqui não estou falando das filiações, do aluno me dizer assim: *“Meu trabalho é um trabalho de História Oral”* ou *“Meu trabalho vem com reflexões da História Social”*. Nessa nossa ânsia por uma objetividade, por uma cientificidade, pelas regras do academicismo, sinto falta de relatos de como os pesquisadores chegaram ao seu objeto de pesquisa e como eles foram construindo isso, os problemas que enfrentaram. Na maioria das dissertações e teses, tem-se impressão de que o aluno se sentou para escrever no computador e está tudo pronto, que o aluno não passou por dificuldade nenhuma na escrita. Acredito que seja importante ressaltar para os alunos a necessidade de quase elaborar uma etnografia da pesquisa, de isso estar presente na escrita da dissertação, da tese, de um artigo, do que quer que seja, de como aquilo foi sendo construído, dessas etapas, dessa busca. Porque isso, inclusive, é importante para quem vem depois saber quais caminhos

Acredito que seja importante ressaltar para os alunos a necessidade de quase elaborar uma etnografia da pesquisa, de isso estar presente na escrita da dissertação, da tese, de um artigo, do que quer que seja, de como aquilo foi sendo construído, dessas etapas, dessa busca. Porque isso, inclusive, é importante para quem vem depois saber quais caminhos foram trilhados.

foram trilhados. Eu tenho recomendado bastante para os meus alunos inserir esse aspecto etnográfico da pesquisa como uma dica para os que virão depois de nós, até depois como uma possibilidade de confirmação de determinados dados.

Tive um aluno que fez uma pesquisa a partir de uma tese de doutorado que

trabalhou com a violência policial aqui no Rio Grande do Sul, em que

a pesquisadora, apesar de ter trabalhado com uma pessoa negra, a questão racial não atravessou as análises dela. Ela trabalhou especificamente com o caso de um menino negro que foi torturado depois do término da ditadura no Rio Grande do Sul, e esse meu orientando, o Gabriel Ribeiro da Silva,⁷ refez todo o procedimento metodológico dessa tese de doutorado adicionando o componente racial. Ele chegou a resultados totalmente diferentes, utilizando os mesmos procedimentos, as mesmas fontes, justificando que se esse componente racial tivesse atravessado aquele trabalho, os resultados teriam sido outros; ou se poderia explorar determinadas informações presentes nos documentos. Isso só foi possível porque a tese tinha o procedimento metodológico muito bem explicitado: *“Olha, foi trabalhado com esses documentos, dessa forma, eu cheguei depois a esses conceitos e tudo mais”*. Então, acho isso super importante. É uma dica que eu daria para os futuros pesquisadores, de se colocarem na pesquisa, de narrarem os procedimentos tomados para a elaboração dela.

TC: Gostaria que você nos falasse um pouco sobre as dificuldades enfrentadas pelo pesquisador que estuda a História do Tempo Presente.

Caroline Bauer: As dificuldades de trabalho com a escrita do tempo presente, acho que vão ser inerentes a determinados governos, porque ela tem uma dimensão política e tem uma dimensão que se vincula a esses governos, mas ela tem uma dimensão epistemológica também. Se em mais de 250 anos de disciplina histórica a gente não conseguiu resolver a questão do distanciamento histórico, se o passado e o presente são vinculados por uma presença, ou se eles são ruptura entre uma coisa ou outra, não vai ser a História do Tempo Presente que vai conseguir resolver essa questão. Acho que do ponto de vista disciplinar, epistemológico, muitos anúncios vão estar presentes para o pesquisador da História do Tempo Presente. Quando começa esse tempo presente? Se a gente partir da ideia do

⁷ SIVA, Gabriel Ribeiro da. **Os conflitos das raças ou as tensões raciais na ditadura civil-militar em Porto Alegre (1968-1978)**. 2018; Dissertação (Mestrado em Programa de Pós Graduação Em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

último livro do Henry Rousso⁸, que o tempo presente é o tempo da última catástrofe, será que a ditadura brasileira ainda faz parte de uma História do Tempo Presente? Há, inclusive, a questão da pandemia do novo Coronavírus agora. Então, como é que a gente insere a ditadura nessa temporalidade do tempo presente? Se a gente leva em consideração um recorte no sentido de que o tempo presente é o tempo em que as pessoas que participaram diretamente dos eventos ainda estão vivas, muitas foram as pessoas que vivenciaram a ditadura que já nos deixaram. Acho que, atualmente, o principal problema para o estudo do tempo presente seja a disponibilidade de dados do ponto de vista dos arquivos. O tempo presente pode, então, ser um desafio para os pesquisadores, tanto pela dificuldade da disponibilidade de fontes quanto pela questão da diminuição do financiamento das pesquisas na área de humanidades em virtude dos sucessivos cortes feitos nas agências governamentais de fomento à pesquisa. Além disso, do ponto de vista mais interno, das discussões referentes à disciplina histórica, de continuar encarando a ditadura como um tema do tempo presente. O tema, em algum momento, vai deixar de ser História do Tempo Presente, e a gente precisa entender que momento é esse, qual será o marco que a gente vai levar em consideração. Eu não saberia te responder se você me perguntasse se a ditadura ainda é uma História do Tempo Presente. Eu teria bons argumentos para dizer que sim, mas igualmente bons argumentos para dizer que não, que não pertence mais à História do Tempo Presente. Acho que tudo depende, por exemplo, se a gente for falar das lutas realizadas pelo movimento negro durante a ditadura, o fato delas terem sido parcialmente conquistadas, isso pode ser considerado um continuum. A gente pode estar dentro de uma História do Tempo Presente quanto a isso, acho que vai depender muito do recorte. O livro do Rousso mexeu bastante comigo nessa ideia de pensar a última catástrofe. Na verdade, nem tanto pela pandemia, ainda que a pandemia vá mudar significativamente algumas impressões da gente em relação ao passado, mas acho que os desastres em Mariana foram realmente um marco.⁹

8 ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**: a história, o presente, o contemporâneo. Trad. Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

9 Em novembro de 2015, houve o rompimento de uma barragem de rejeitos de mineração em Mariana, interior de Minas Gerais, controlada pelas empresas Samarco, Vale e BHP Billiton. Além

TC: Qual você considera como sendo o papel do historiador no trabalho de justiça, memória e verdade realizado nos períodos pós ditaduras? Qual é a importância do historiador nesses trabalhos?

Caroline Bauer: Acho que você está me fazendo uma pergunta muito pertinente. Particpei de um debate em que a gente estava discutindo sobre a questão das estátuas. As estátuas apareceram com tudo, estão com tudo¹⁰. Nessa discussão, a gente se deu conta de que todos esses movimentos, organizados ou não, que fizeram a derrubada das estátuas, nenhum deles chamou um historiador. Nós historiadores nos manifestamos, nos enfiamos em um debate para o qual a gente não foi chamado. A gente está sendo chamado porque nos diz respeito a memória no espaço público. É uma coisa na qual a gente atua, mas as pessoas que estão atuando especificamente ali não querem saber o que os historiadores pensam, se é anacronismo, se é uma prática presentista, se estão preocupados com o patrimônio, o que é patrimônio, não. Quem está enlouquecido com isso somos nós historiadores. Mas, a gente pode pensar, inclusive, que os nossos debates públicos sobre esse tema façam parte da nossa função social. Acho que essa é uma das funções sociais do historiador, participar dos debates públicos, intervir nos debates públicos, sendo chamado para a intervenção ou não. Porque não existe, do ponto de vista da política - e aqui política compreendida no sentido amplo -, espaço vazio. Todos os espaços são ocupados por discursos, por sujeitos e tudo mais. Faz parte de nós historiadores também nos motivarmos para a ocupação de determinados espaços e os nossos discursos também ocuparem esses espaços.

da perda de vidas humanas, trata-se do desastre industrial que causou o maior impacto ambiental da história brasileira.

10 O ano de 2020 trouxe novamente à tona o debate sobre a presença de monumentos no espaço público que homenageiam violadores dos direitos humanos. Alguns monumentos foram derrubados em razão das manifestações realizadas pelo movimento *Black Lives Matter*.

sujeitos e tudo mais. Faz parte de nós historiadores também nos motivarmos para a ocupação de determinados espaços e os nossos discursos também ocuparem esses espaços. Em alguns casos, inclusive nesse das estátuas, qualificar o debate com algumas inserções.

Pois bem, em relação especificamente à ditadura e à garantia de determinados direitos, acho que os historiadores desempenharam um papel muito importante na Comissão Nacional da Verdade (CNV), ainda que com todas as limitações do trabalho da comissão em relação a tempo, dinheiro, quantidade de profissionais, todas as coisas que nós conhecemos bastante. Acho que o historiador da ditadura e os direitos à verdade, memória e justiça guardam ainda certa referência daquela frase do Peter Burke, de que a função do historiador é lembrar o que todo mundo quer esquecer. Acho que nós temos uma função de lembrança quase sem querer, ou, às vezes, querendo, de guardiões do passado. Acho que a gente tem um papel importante nessas questões de lembrar determinados esquecimentos voluntários e, em relação à temática da ditadura, acho que foi super importante a postura de diferentes historiadores de lembrar que determinados direitos assegurados constitucionalmente não estavam sendo cumpridos, não estavam sendo assegurados, realizando essas leituras a partir da Lei de Anistia, realizando essas intervenções a partir da inacessibilidade de arquivos, o que estaria ligado ao direito à memória e à verdade e à justiça. Os historiadores também tiveram um papel importante instrumentalizando esses direitos dentro do ensino de história, num engajamento de uma educação comprometida com os direitos humanos, a partir do que foi determinado pelo Plano Nacional de Direitos Humanos. Ao mesmo tempo, também acho que nós historiadores temos que ter ciência de que o nosso poder decisório, o nosso poder de intervenção na sociedade, tem determinado limite, e nós temos que reconhecer isso. Acho que a nossa contribuição é uma contribuição cidadã, uma contribuição que diz respeito à função social da história e do historiador, e nós devemos cobrar aos órgãos que têm poder decisório ou que podem pautar determinados debates em instâncias decisórias, mas acho que a gente tem que pensar também que, infelizmente, não somos nós que fazemos justiça e nós não garantimos o acesso aos documentos. Nós pode-

mos mostrar a hipocrisia, as contradições, os esquecimentos, mas nosso poder de atuação realmente é bem limitado dentro do que nós podemos fazer. O que leva a gente a pensar um pouco o que significa propriamente a reparação histórica, porque a gente pode pensar reparação do ponto de vista jurídico, que tem determinadas premissas, determinadas funções, mas o que seria uma reparação histórica? O que nós, enquanto historiadores, podemos fazer em relação ao cumprimento desses direitos senão elaborar narrativas que denunciem o esquecimento, o silenciamento, a hipocrisia, os paradoxos etc.? Acho que essa é a nossa maior contribuição para além dos engajamentos pessoais dentro das lutas específicas que travamos em relação a esse passado.

TC: Como você analisa hoje as disputas sobre a ditadura militar no Brasil?

Caroline Bauer: Todas as vezes que tenho me manifestado a respeito desse assunto, tenho procurado dizer que batalha de memória, as lutas sobre representações do passado, não são novidade, elas sempre existiram e vão continuar existindo. Nós estamos em um momento em que talvez o que de singular tenha nessa batalha sobre a memória é a legitimidade maior de discursos negacionistas sobre a ditadura. Acho que talvez seja a maior especificidade, ainda que pelos resultados da última pesquisa do Datafolha, as pessoas continuem apresentando uma vinculação com valores democráticos, acho que era 78% da população dizia defender a democracia, a gente não sabe muito bem o que as pessoas entendem por democracia nem o que o próprio Datafolha entende por democracia. Mas é notória a disseminação de um discurso negacionista sobre a ditadura e a legitimidade desse discurso, que é construído a partir de uma ideia de que os professores de história mentem, que eles são esquerdistas, que é possível existir uma narrativa neutra sobre o passado, que os historiadores de esquerda não são capazes de narrarem.

Talvez, atualmente, a especificidade desse debate sobre a batalha de memória em relação à ditadura seja que o cargo mais importante do governo esteja ocupado por um presidente que defende abertamente as práticas da ditadura, o que confere legitimidade e a possi-

bilidade de que determinadas visões venham para o espaço público. Acredito também que o fenômeno da pós-verdade, das *fake news* e as redes sociais também contribuam na forma e com novos objetivos nessa batalha de memórias. Tanto é que reparamos muito que, em relação ao debate sobre a ditadura propiciados por determinados grupos, não há nenhum compromisso com uma certa verdade histórica. É algo característico da pós-verdade: são discursos feitos para gerar determinados sentimentos e os mobilizarem do ponto de vista político. Não importa se factualmente aquilo está correto ou não, o que importa é o resultado que se consegue a partir disso. Acho que essa é a característica principal da batalha de memórias do momento atual.

Vivemos no presente uma contração do espaço público, e não pela pandemia. Antes da pandemia, o espaço público já estava sendo reduzido, e nós estamos exercendo funções de debate no espaço público nas redes sociais. Os debates que nós exercíamos no espaço público, em locais decisórios, migraram totalmente para as redes sociais. Parece que o espaço público agora é só a rede social. Esse é um fenômeno que sem dúvida alguma impacta essa batalha de memórias, além dessa instrumentalização sentimental a partir da pós-verdade. Pós-verdade e *fake news* andam muito próximas e acho que elas apontam para o descomprometimento em relação a uma verdade histórica.

Pós-verdade e fake news andam muito próximas e acho que elas apontam para o descomprometimento em relação a uma verdade histórica. A gente sabe que a verdade não existe, mas o mais próximo possível que podemos chegar da não negação, da não generalização, da não minimização dos fatos, acho que isso está bem vinculado a essa batalha das memórias, pelo menos desde 2014.

A gente sabe que a verdade não existe, mas o mais próximo possível que podemos chegar da não negação, da não generalização, da não minimização dos fatos, acho que isso está bem vinculado a essa batalha das memórias, pelo menos desde 2014. A criação da Comissão da Verdade foi um momento que potencializou determinadas versões, que após o golpe de 2016 se acentuaram ainda mais.

TC: Professora, como você acha que os historiadores devem se posicionar diante do contexto que chega até a negar a existência da ditadura?

Caroline Bauer: É difícil, talvez a gente precisasse pensar como os historiadores em outras épocas lidaram com outros negacionismos. Talvez a gente devesse aprender um pouco com os exemplos anteriores, inclusive para dizer o que ainda funciona ou não. Em relação aos negacionismos da década de 1980, por exemplo, Pierre Vidal-Naquet, que escreveu *Os assassinos da memória* (1987), falou que não debatia com negacionistas. Ele podia até debater sobre o negacionismo, mas nunca se sentaria em uma mesa com negacionistas. A gente deveria pensar hoje se essa premissa ainda é válida; acho que deixar sem resposta determinadas manifestações negacionistas é ruim, mas também acho que às vezes responder a tudo e a todos é dar visibilidade para algumas coisas que se nós não nos importássemos tanto, inclusive por causa da aceleração proporcionada pelas redes sociais, elas se perderiam muito rapidamente. Essa é uma estratégia que nós estamos vivenciando hoje, uma estratégia de artilharia contínua em relação a esse passado. A gente mal se recupera de uma questão e já tem que responder outra.

Acho que uma resposta mais segura que eu poderia dar para vocês quanto a isso é que os professores universitários podem e devem exercer cada vez mais atividades de extensão. Acho que é o momento de fortalecimento da extensão universitária, de pensar formas de divulgação do conhecimento histórico, de pensar formas de formação continuada dos professores da Educação Básica, de ocupação de espaços nas redes sociais, de iniciativa de divulgação histórica, de fortalecimento dessas iniciativas, porque acredito que nós nunca controlaremos a batalha de memórias. A batalha de

A batalha de memórias é incontrolável, ela não finda em momento nenhum, nós vamos continuar tendo disputas de versões sobre a ditadura até os 100, 200 anos da ditadura, e a cada aniversário redondo vai ter de novo discussões sobre isso.

memórias é incontrolável, ela não finda em momento nenhum, nós vamos continuar tendo disputas de versões sobre a ditadura até os 100, 200 anos da ditadura, e a cada aniversário redondo

vai ter de novo discussões sobre isso. Acho que quanto a isso a gente pode se despreocupar, mas acho que a gente pode contribuir com as excelentes pesquisas que são desenvolvidas nas universidades com essas abordagens, com os dados que elas trazem, com os documentos que elas mobilizam e disponibilizar isso cada vez mais para a sociedade. Acho que através da extensão, a partir daí, a gente vai conseguir pensar as melhores formas de diálogo com a sociedade.



José Airton de Farias nasceu em Santana do Acaraú-CE, em 1972. É doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), licenciado em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e bacharel em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor de colégios, cursinhos e faculdades do Ceará por anos, atualmente ministra aulas no Instituto Federal do Ceará (IFCE). Já produziu vários livros didáticos e tem como campo de pesquisa a ditadura civil-militar brasileira, particularmente, a luta armada das esquerdas.

Aírton de Farias

Edilberto Florêncio dos Santos
Viviane Prado Bezerra

Muita gente fica irritada porque o historiador toca aspectos que não são interessantes para o presente. O historiador toca nos pilares da memória hegemônica de relevar, esquecer ou idealizar a ditadura e seus diversos atores.

TC: Professor, poderia começar contando um pouco da sua trajetória acadêmica, das suas experiências de pesquisa e do seu encontro com o tema ditadura-civil-militar?

Aírton de Farias: A minha produção como historiador tem muito a ver com o professor, não há uma separação, as duas carreiras se confundem. Durante muito tempo, dei aula em cursinhos, em Fortaleza. Só que o cursinho, com seu ritmo alucinado e quantidade de aulas, acaba te afastando da carreira acadêmica. Em certo momento, eu sentida a necessidade de estudar mais, voltar a pesquisar, voltar para a academia. Eu fiz Direito, inicialmente. Não segui carreira no Direito. Pessoas próximas me chamaram de louco na época por isso. Depois, fiz História na UECE, onde me encontrei. Devo muito à UECE, sou muito grato à UECE e à universidade pública. Se não fosse o ensino público, jamais teria realizado um curso superior nem tido a carreira acadêmica posterior. Então, eu comecei, no início dos anos 2000, a me dedicar a estudar o assunto, estudar a ditadura militar. Como tinha já escrito um livro didático sobre o Ceará, havia aquela curiosidade: como é que foi a ditadura militar no Ceará? Na época, também, aumentaram os debates e os estudos na academia sobre o assunto, tendo como referência os 40 anos do golpe de 64. Então,

me lancei aos estudos, passei a coletar materiais, a realizar entrevistas com ex-militantes da esquerda no estado. Daí nasceu um projeto de Mestrado, apresentado à Universidade Federal do Ceará (UFC), em 2005. Esse projeto, inicialmente, visava estudar os comunistas durante o período militar no Ceará. Tive como orientador o professor italiano Luigi Biondi.¹ E o Luigi trabalhava com anarquistas. Então, havia uma certa proximidade dos temas, ou com os estudos das esquerdas. Nós concluímos que era quase impossível em um mestrado trabalhar sobre os comunistas, porque é um grupo muito grande. Se existem esquerdas, também existem comunistas, no plural. Há vários grupos comunistas e, após o golpe militar, o número desses grupos aumentou mais ainda. Assim, o recorte foi centrar nas organizações que realizaram ações armadas no Ceará, no caso, a Ação Libertadora Nacional - ALN, que era o grupo do Marighella, e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário - PCBR, que era o grupo do Mário Moreira Alves. Definido o tema melhor, havia ainda o problema das fontes. Sabemos que os arquivos do período militar, no Brasil, não foram todos abertos. No Ceará, menos ainda. O Arquivo Público do Ceará tem uma parte do material, muito restrita, da DOPS². Imagino, inclusive, que há muito material em mãos de particulares. Assim, recorreremos na pesquisa, como fontes principais, as entrevistas com os militantes e a produção da imprensa. Só que era uma pesquisa, na época, pioneira sobre a ditadura, sobre esse tema: luta armada no Ceará. A gente nem sabia, por exemplo, quais grupos tinham agido no Ceará ou quais ações haviam feito. Lembro que quando eu comecei o projeto, um colega de mestrado disse poderia ser uma pesquisa frustrante, porque não tinha nada sobre isso no Ceará. “*E teve essa luta armada?*” E aí a gente começou a ver os jornais e virou um negócio meio de detetive, de montar um enorme quebra-cabeça. No início, os grupos armados buscavam o anonimato. Para saber o que estava acontecendo, como eu não tinha os documentos oficiais, era necessário se atentar às entrelinhas dos jornais. O jornal noticia

1 Atualmente, Luigi Biondi é professor adjunto da Universidade Federal de São Paulo, EFLCH, Departamento de História, na área de História Contemporânea. Autor do livro: BIONDI, Luigi. *Classe e nação: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920*. São Paulo: editora da Unicamp, 2011.

2 Departamento de Ordem Política e Social.

um assalto de táxi, que o motorista foi pelos ladrões, que disseram onde o taxista poderia recuperar depois o carro – e ainda pagavam a corrida do taxi! Isso não é coisa de crime comum. Era uma ação política: um grupo de esquerda queria o táxi para realizar uma ação de expropriação, um assalto a um banco.

Paralelo a isso, cruzava informações com os ex-guerrilheiros. Eles muitas vezes, por desconforto, em virtude de novas posições políticas do presente, não gostavam de contar detalhes sobre as ações das quais participaram. Então, o historiador tem que refletir sobre o que está no jornal, sobre o que os ativistas dizem e o que não dizem, seus silêncios e traumas. Também tentar entender seus lugares sociais, suas origens. E aí era curioso como se notava as tradições cristãs, de preocupação com o outro e sacrificios, nas quais se inseriam os militantes. Apresentavam uma influência muito forte do catolicismo. Seja por questões de família, relações sociais, amigos, eram perceptíveis as tradições cristãs e judaicas que marcavam o modo de agir e pensar dos militantes, por mais que não se declarassem pessoas religiosas. Nesse sentido foi muito importante o pensamento do historiador inglês Thompson³: as tradições herdadas, como elementos que moldam e influenciam também o modo de ser dos indivíduos. Percebi como a cultura é um componente fundamental na formação das pessoas e na compreensão da história, para além do mecanicismo econômico. O Ceará é um local de forte tradição religiosa – e também de violência. Então, a opção dos militantes da esquerda armada pela violência política não estava tão longe das tradições e do jeito de fazer política no Ceará. A questão é que a violência dos grupos revolucionários focava numa ruptura da ordem social capitalista, o que era inconcebível para os grupos sociais dominantes e o Estado ditatorial. Dessa forma, a pesquisa foi caminhando, reflexões que levam a outras reflexões. Acabei descobrindo várias ações armadas feitas por esses agrupamentos no Ceará e toda a complexidade que é um tema como ditadura e luta armada. No doutorado, continuei trabalhando a luta armada, só que tratando dos militantes

3 THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas - SP: Editora da Unicamp, 2001. THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

na prisão. O que houve com eles depois da derrota do projeto revolucionário armado? Nesse caso, o grande referencial foi Certeau.⁴ A tese é quase um trabalho sobre a politização do cotidiano prisional na ditadura. Entender como os ex-ativistas da luta armada foram mudando, no que toca à individualidade e a projetos políticos, a partir da experiência da prisão. A abordagem da tese é muito diferente do que foi trabalhando na dissertação.

TC: Sua tese sobre os presos políticos do Pavilhão Sete do Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), onde ficavam os presos políticos aqui no Ceará, foi transformada em livro⁵. Gostaria que você falasse um pouco mais dessa abordagem sobre o cotidiano dos presos políticos da ditadura aqui no Ceará a partir de sua pesquisa.

Airton de Farias: Quando esses presos são derrotados, eles imaginam que vão deixar a prisão muito rapidamente. Imaginavam piamente que o projeto revolucionário não tinha sido derrotado. Então, à medida que o tempo passa e o projeto da luta armada se mostra derrotado, eles vão começar a mudar a identidade. A pesquisa tem esse propósito: analisar como as práticas cotidianas dos militantes, do IPPS, aqui perto de Fortaleza, permitiram que esses militantes de esquerda fossem mudando suas identidades. De revolucionários encarcerados no começo dos anos 1970 para presos políticos a seguir e, depois, de defensores da democracia. E aí, há todo um esforço para diferenciá-los dos presos comuns. Inclusive, eram colocados separados no presídio. O governo militar os separou, porque temiam que, de repente, os grupos armados pudessem influenciar os presos comuns. Mas havia certa “despeita”, digamos assim, por parte dos presos comuns, porque viam os militantes da esquerda armada, que eram de classe média, eram universitários, como se fossem pessoas que se achassem melhor. Na verdade, os presos políticos tinham direitos que os comuns não possuíam, por sua organização interna, nos chamados coletivos, e pelas brechas que abriam no sistema carcerário, aproveitando-se da própria condição de inimigos da ditadura. Então, por exemplo, os presos políticos fizeram a horta e os presos comuns,

4 CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

5 FARIAS, Airton de. **Pavilhão Sete**: Presos políticos da ditadura militar. Fortaleza-CE: Expressão Gráfica e Editora, 2019.

constantemente, jogavam papel higiênico sujo na horta. Claramente, esse ato era uma ação de desprezo contra os presos “subversivos”. Os presos políticos queriam mostrar que não eram “bandidos” como o regime militar pregava, porque o regime militar não reconhecia que houvesse - no começo, pelo menos - presos políticos no Brasil. Por isso, o esforço de se manterem separados dos presos comuns. Ou seja, havia um esforço de buscar a identidade de presos políticos, pessoas mantidas encarceradas pela ditadura por razões políticas.

Quando o regime militar começa a entrar em crise, na parte final dos anos 1970, os presos vão construindo outra identidade, a de que lutaram, com armas nas mãos, para a democratização do país. Minimizou-se ou mesmo tendeu-se a esquecer que os grupos armados tinham um projeto de conquista do poder institucional e que a noção de democracia que apresentava era outra, popular, socialista, não a que passou a ser reivindicada no final da década de 70 e que começou a existir após 1985. A ideia de estabelecer uma democratização naqueles moldes, uma “democracia burguesa”, provocou enorme debate entre os presos políticos. Ora, os militantes da luta armada tinham feito a guerrilha pela revolução, não por uma “democracia burguesa”. Eles estavam presos porque lutaram para derrubar a ordem capitalista, como é que, então, agora iriam aceitar largar o projeto revolucionário, relevar todas as lutas e sofrimentos, os companheiros que foram torturados e mortos, e aceitar aquilo, mesmo que implicasse sair da prisão? Vale lembrar que uma reflexão maior sobre os limites e erros da luta armada foi iniciada pelos exilados no exterior, na França, um pouco antes de meados dos anos 70. Esse debate chegou aos presídios também, especialmente por meio da imprensa alternativa ou com as visitas e advogados que iam aos presídios, mas houve presos políticos que recusaram o que chamavam de “desbunde”. Houve uma enorme discussão nas prisões, não foi fácil, não só por uma questão de radicalismo político ou algo assim, mas porque aquela luta era um projeto de vida e sociedade para aquelas pessoas, que criam em sua causa e no que estavam fazendo. Isso é uma coisa que eu percebi muito nas entrevistas. As pessoas acreditavam na sua causa e se entregaram a ela, de corpo, aguentando todos os sacrifícios.

Para nós do século XXI, uma geração individualista, parece algo muito estranho que um grupo de jovens, lá dos anos 1960, 1970, tivesse largado tudo, família, namorada, esposa, emprego, estudo para entrar num grupo armado, visando derrubar o governo militar e criar um governo popular, e uma democracia popular, como eles diziam. Havia uma crença muito forte nesse projeto. Então os debates do final dos anos 70 ensinam mudanças nessas esquerdas, que passam a valorizar a democracia, que passam a apoiar outras causas, como das minorias. A prisão mudou os militantes, uma boa parte, pelo menos. Como de repente, uma esquerda que era muito machista, passa a valorizar as mulheres. Porque quem vai ter um papel fundamental para proteger esses presos políticos no presídio eram as mães, as irmãs, as esposas. O governo militar fiscalizava quem ia para o presídio. Se você fosse visitar um preso político, fazia uma ficha, tinha que tirar uma carteirinha. *“Por que você, que é servidor público, está indo a um presídio visitar ‘terroristas’?”* Então, você está queimado. O regime militar vigiava muito as pessoas, espionava. Então, quem é que vai visitar, apoiar os presos políticos no IPPS? As mães, as mulheres. Essa esquerda tinha o gênero como uma coisa secundária. Concebia gênero como algo abaixo da classe, inclusive. E aí, vendo a luta e o apoio das mulheres, um belo dia alguém propõe que o coletivo dos presos políticos do presídio passasse a escutar as mulheres. Foi tenso: *“Mas, não pode, as mulheres vão dizer o que nós vamos fazer? Nós que somos revolucionários, os vanguardistas da revolução, vamos ouvir agora as mulheres?”*

Para nós do século XXI, uma geração individualista, parece algo muito estranho que um grupo de jovens, lá dos anos 1960, 1970, tivesse largado tudo, família, namorada, esposa, emprego, estudo para entrar num grupo armado, visando derrubar o governo militar e criar um governo popular, e uma democracia popular, como eles diziam. Havia uma crença muito forte nesse projeto.

O debate foi grande, mas, no fim, eles aceitaram. Ou seja, os presos políticos, em suas trajetórias e experiências no presídio, foram mudando suas concepções de atores políticos e de indivíduos. Mudaram muita coisa. Porque esses militantes de esquerda eram muito conservadores.

Eles são herdeiros de um profundo conservadorismo que já estava presente no PCB. O Jorge Ferreira tem um livro,⁶ que eu acho maravilhoso, que fala sobre isso. Como era rígida a questão moral para um militante de esquerda, para o comunista. Há casos, por exemplo, no PCB, de militantes que de repente traíram a mulher

serem chamados para prestar informações sobre o porquê daquele comportamento ante os comitês do partido. Beber era uma coisa inconcebível, algo inaceitável. Homossexualidade também é algo inaceitável. Eram muito machistas, homofóbicos. Eles vão mudando dentro do presídio, mudam porque precisam, porque estão refletindo, claramente, mas também mudam porque eles estão usando brechas para lutar contra ou driblar o sistema. Eles estão usando de táticas, contra a direção do presídio. E eles vão começar a perceber que muitas vezes o embate direto não é uma coisa interessante, que usar brechas do sistema permite algumas vitórias, que podem ser pequenas, mas, que no somatório geral, têm uma importância maior, já que você está dentro do presídio, como preso de um regime militar, onde você não tem nenhuma segurança. De repente um governante militar pode sair e entrar um grupo mais duro no governo, e este podem pegar os presos políticos e eliminá-los. Nada iria impedir isso, por exemplo. Então, no texto da tese, tento enxergar em jogo de táticas, recuos e avanços dos presos políticos, observando o cotidiano, da arrumação da cela ao trabalho na cozinha, da oficina de trabalho aos relacionamentos amorosos. Até nos joguinhos de futebol do fim de tarde.

TC: A ciência tem sido muito atacada, nos dias de hoje, nos últimos anos, principalmente. E a pesquisa da ditadura sempre foi alvo de grupos que têm visão mais conservadora, que busca esse revisionismo histórico. Dentro desse contexto, qual a importância de se

A prisão mudou os militantes, uma boa parte, pelo menos. Como de repente, uma esquerda que era muito machista, passa a valorizar as mulheres. Porque quem vai ter um papel fundamental para proteger esses presos políticos no presídio eram as mães, as irmãs, as esposas.

6 FERREIRA, Jorge Luiz. **Prisioneiros do mito:** cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Rio de Janeiro: Eduff: Mauad, 2002.

pesquisar a ditadura militar e quais são as dificuldades enfrentadas pelo pesquisador?

Airton de Farias: Bom, o regime militar continua muito rico para os pesquisadores, por diversos fatores. Há muita coisa ainda a se dizer, muita coisa a se abordar: sexualidade, gênero, etnias. Tudo isso. Arquivos que não foram abertos ainda e que podem permitir releituras de temas políticos. Então, é um campo muito rico para pesquisadores. Outro elemento é que a ditadura é uma história, em certo sentido, não resolvida. Deixou várias pendências que ainda hoje repercutem em nossa sociedade. O fim do regime deu-se em um grande acordo entre militares e grupos civis liberais e conservadores, pelo qual não se puniu os crimes praticados pelos agentes da repressão – nem foram reconhecidos ou esclarecidos. Como se não bastasse a impunidade, até hoje as Forças Armadas não apontaram o destino das pessoas mortas sob sua responsabilidade. Basta ver a tremenda má vontade em colaborar com a Comissão da Verdade e como logo acusa de “revanchismo” qualquer esforço ou ação para saber onde estão os restos dos desaparecidos políticos. Depois do fim do regime, passou a prevalecer, como diz o historiador Marcos Napolitano, memórias de conciliação acerca da ditadura, ou minimização e mesmo esquecimento do que se deu. E assim o foi durante muito tempo, o assunto sendo pouco abordado em sociedade, com exceção dos meios acadêmicos e pesquisadores. Por exemplo, trabalhei por muito tempo em cursinhos para vestibular e Enem⁷ e lembro que quando dava aula sobre a ditadura militar, a grande curricular era de apenas duas aulas. Ou seja, tinha 120 minutos, na verdade, para falar sobre um assunto tão complexo quanto esse para um aluno que está mais preocupado com dicas do Enem, do vestibular do que, logicamente, em ter compreensão mais ampla e das implicações e debates acerca do tema. A imprensa muitas vezes contribuiu para uma visão estereotipada da ditadura, para a consolidação do mito da resistência democrática, de como se toda a sociedade e a própria mídia tivesse o tempo todo se oposto resistido ao arbítrio, quando, na verdade, boa parte dos periódicos havia apoiado o golpe de 64 e hipotecado, por certo período, pelo menos, solidariedade ao regime, sobretudo, no

7 Exame Nacional do Ensino Médio.

combate aos grupos armados de esquerda. Então, em rigor, pouco discutia-se com profundidade ou falava-se sem escapar às estereotipias. Há questões a serem resolvidas. E, nos últimos anos, incrementou-se um grande embate de memórias. Para além disso, ganhou corpo todo um discurso negacionista acerca da ditadura. Não bastava esquecer o regime – agora, ele passou a ser exaltado. Mas é debate rasteiro, sem muita fundamentação, com erros grosseiros ou aberrações que não resistem aos trabalhos historiográficos. Não por acaso, esses grupos negacionistas tentam a todo custo desmerecer os pesquisadores, atacar a pesquisa da área das ciências humanas. Os historiadores incomodam. Colocam a sociedade na terapia. Há vários pesquisadores, como minha ex-orientadora, a Janaína Cordeiro⁸, que tem aprofundado os estudos sobre as relações da sociedade com a ditadura, que a noção, bastante difundida de “porões da ditadura”, deve ser melhor entendida, porque havia vários segmentos da sociedade que sabiam o que estava acontecendo e apoiavam, afinal, estavam sendo torturados “apenas comunistas e subversivos”. Então, a universidade e os historiadores, com rigor metodológico e, sobretudo, com ética, com compromisso com a ciência e tendo como referência se aproximar o máximo da verdade, continuam sendo importantes para a sociedade.

TC: Falando, ainda, dessas disputas de memórias, em um artigo muito recente, de julho de 2020, publicado na Revista Brasileira de

A imprensa muitas vezes contribuiu para uma visão estereotipada da ditadura, para a consolidação do mito da resistência democrática, de como se toda a sociedade e a própria mídia tivesse o tempo todo se oposto resistido ao arbítrio, quando, na verdade, boa parte dos periódicos havia apoiado o golpe de 64 e hipotecado, por certo período, pelo menos, solidariedade ao regime, sobretudo, no combate aos grupos armados de esquerda

8 Janaína Martins Cordeiro é professora adjunta de História Contemporânea do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense - UFF. Autora dos livros: CORDEIRO, Janaína Martins de. **A ditadura em tempos de milagre:** comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. CORDEIRO, Janaína Martins de. **Direitas em movimento:** a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, entre outros.

História e Ciências Sociais, o artigo *Luta armada das esquerdas e Justiça: estudo de caso de São Benedito*. Gostaríamos que você aprofundasse um pouco essa discussão sobre as disputas de memórias a partir desse estudo de caso de São Benedito.

Airton de Farias: São Benedito é uma cidade do Ceará, na divisa com Piauí, onde um grupo de militantes da ALN, em agosto de 1970, “justiçaram”, assassinaram um comerciante chamado Antônio Armando Rodrigues. Esse comerciante era acusado por um militante, morador de São Benedito, de ter uma lista com o nome dos integrantes da organização revolucionária. O comerciante estaria disposto a entregar a lista para os órgãos de repressão. Isto é, o comerciante era um perigo para o projeto da ALN no estado. Então, a organização o sequestrou e o assassinou. Após o crime, dois militantes da ALN foram presos. A seguir, toda a organização também caiu, foi desbaratada no Ceará. Então, São Benedito é o começo do fim da luta armada no Ceará porque, até então, não tinha sido preso nenhum militante da guerrilha em Fortaleza. Daí em diante, os ativistas começaram a cair como um castelo de areia. Na verdade, o que houve foi uma maior organização do aparato repressor, que, por outro lado, recorria sistematicamente à tortura dos militantes. Esses grupos armados eram muito frágeis, e quando o regime militar se organizou minimamente, a repressão os aniquilou. Mas depois do “justiçamento”, ganhou corpo uma versão de que o comerciante era inocente. O comerciante teria tido um namoro com a filha do militante de São Benedito. Furioso, o militante teria feito, então, em represália, a acusação de que o comerciante tinha a tal relação dos nomes da ALN. Em outras palavras, usou a organização revolucionária para uma questão passional e pessoal. Isso criou um trauma para as esquerdas locais. Durante muito tempo o assunto foi silenciado. Lentamente, começou a ser abordado, no começo da década passada. No entanto, percebo no episódio todo um embate de memórias por parte dos militantes. Buscam individualizar as responsabilidades e enfatizam o aspecto passional, relevando uma ação que foi feita motivada por um sentido que se imaginava político à época do acontecimento. Porque o propósito original do justiçamento era de cunho político, eliminar um inimigo da revolução. No instante em que os militantes enfatizam

o foco passional, enfatiza-se uma memória confortante. É memória reconfortante para os indivíduos no seu processo de inserção social, ou inserção política posterior. Estão dando a entender que agiram não por uma questão política, mas porque estava sendo manipulados por uma questão passional.

Então, nesses casos controversos, para além de tentar se aproximar do que aconteceu, o historiador deve buscar compreender as “verdades” e versões em disputas. É tanto a ênfase na memória reconfortante que mesmo os militantes que reconhecem no crime aspectos políticos, geralmente ressaltam as acusações de que o comerciante era má pessoa, um agiota etc. Então, há toda uma memória construída para relevar ou justificar o justicamento, uma ação desastrosa, custou a vida de uma pessoa e agastou a imagem das esquerdas, cada vez mais isoladas socialmente. Em dois meses, quase toda luta armada no Ceará estava findada e o crime teve enorme impacto negativo junto à opinião pública. Tão problemático esse “caso de São Benedito” e suas implicações que, quando estava no mestrado, cheguei a ser ameaçado de processo. Um dos temas que faltam ser melhor abordados por pesquisas no Brasil são os justicamentos. Os estudos são pouco ainda, porque se teme, imagino, que trabalhar essas questões pode dar margem para que os conservadores justifiquem o regime militar. A meu ver, esse medo não tem razão de ser. Primeiramente, porque os que fizeram o justicamento foram presos, pegaram uma pena muito grande, não ficaram impunes, ao contrário dos torturadores, anistiados em 1979. Depois, não era preciso ditadura para combater luta armada ou os assassinatos cometidos por esta. Dentro de um Estado democrático, crimes são perfeitamente tratáveis e puníveis, com o devido respeito aos direitos humanos.

TC: De que forma você percebe que a pesquisa pode ser afetada ou não pela presença da direita e seu discurso revisionista no Brasil?

Airton de Farias: O que assusta, na verdade, é o crescimento de um negacionismo. Porque a mudança nas interpretações e abordagens historiográficas é algo comum e possível. A história é filha de seu tempo, dizia aquele famoso historiador. Então, há novos olhares, novas metodologias, novas técnicas, novas interpretações que per-

mitem aprofundar, olhar melhor, repensar determinadas questões. A mudança da interpretação ou a ampliação dos olhares interpretativos são normais dentro do campo da história. A questão do negacionismo é que ele é a-histórico, no sentido de que vai contra toda a postura metodológica e ética que deve orientar um pesquisador de história compromissado. Usando de desonestidade intelectual, trazem alguns pontos históricos até fundamentados, mas, a seguir, distorcem, omitem, manipulam, silenciam. Há autores negacionistas que chegam a apontar como teria ficado o Brasil se não tivesse ocorrido o golpe de 64, quantas pessoas iam morrer. O cidadão levanta uma tese em cima de uma possibilidade do que não aconteceu. É muito “se”, né? Chega a ser risível. Os negacionistas, ao fazerem um texto, já apresentam o fim ao qual querem chegar. O que não interessa, é descartado, sequer levado em consideração, pois vai contra o objetivo, que não é da produção historiográfica, mas de agradar e justificar os projetos de poder ou mesmo razões pecuniárias. A desonestidade intelectual virou fonte de dinheiro. Contando com espaços na mídia ou estruturando redes sociais, o negacionismo está provocando um desastre em termos de conhecimento de história junto a muita gente. Então, os historiadores devem também entrar nesse jogo de ocupar mídias. Confio no nosso time, porque o outro, dos negacionistas, é fraquinho, só engana, tem falhas absurdas que não se sustentam quando são confrontados

A mudança da interpretação ou a ampliação dos olhares interpretativos são normais dentro do campo da história. A questão do negacionismo é que ele é a-histórico, no sentido de que vai contra toda a postura metodológica e ética que deve orientar um pesquisador de história compromissado. Usando de desonestidade intelectual, trazem alguns pontos históricos até fundamentados, mas, a seguir, distorcem, omitem, manipulam, silenciam.

com os trabalhos dos colegas historiadores. Devemos ir para os espaços públicos, escolas, redes sociais, *lives*, livros didáticos, e-books. Esse é um jogo que a História e os historiadores não podem perder.

TC: Airton, quais as principais dificuldades que você enfrenta ao pesquisar a ditadura? Fora o acesso ao acervo, há ainda outras

dificuldades que os pesquisadores podem encontrar?

Airton de Farias: Primeiramente, essa questão das fontes é algo que é um grande obstáculo porque nós precisamos delas, seja para alargar o que nós sabemos, seja para

retificar, reinterpretar questões, muitas vezes. Então, o não acesso aos arquivos da ditadura continua sendo um problema. Embora uma coisa interessante tenha ocorrido no Brasil – com a formação de comissões para indenizar os perseguidos da ditadura, vários destes ou seus parentes, para fundamentar os pedidos, passaram a colher, juntar documentos os mais variados. Surgiu o que foi chamado pelo Carlos Fico de “antidossiês”.⁹ Existiam os dossiês, feitos pela comunidade de informação da ditadura, para investigar as pessoas. E agora, há os “antidossiês”, montados pelos próprios ex-presos políticos, mas com um sentido inverso, denotando e comprovando o autoritarismo e os crimes da ditadura. No caso do Ceará, a Associação Anistia 64/68 conseguiu muitos documentos sobre presos políticos, sobre o regime militar no estado. Esses documentos ainda não foram estudados por completo – creio que nem totalmente sistematizados. Por exemplo, os documentos sobre o PCB no Ceará, antes do golpe de 64, até onde sei, estão todos na Associação esperando, avidamente, que um historiador vá catalogar, sistematizar, fichar, compreender. Estudar o PCB no Ceará é uma coisa interessante. Ainda sobre as dificuldades das pesquisas, há questões sensíveis no que toca a tratar questões traumáticas e sensíveis. Nem todas as pessoas que foram alvos da ditadura estão dispostas a falar. Porque há, para além do político, fatores que envolvem violências sexuais ou aspectos como das delações ou das pessoas que vieram a público, na imprensa da época, mostrarem-se arrependidas dos “crimes terroristas” praticados. Uma barra tratar disso! E há ainda questões de outras complexidades, como a dos indivíduos que colaboraram

Contando com espaços na mídia ou estruturando redes sociais, o negacionismo está provocando um desastre em termos de conhecimento de história junto a muita gente. Então, os historiadores devem também entrar nesse jogo de ocupar mídias.

9 FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

com o regime na violação de direitos humanos. Criou-se, no senso comum, uma visão de que o torturador é um indivíduo anormal, um psicopata que estava quase que como isolado da sociedade. Aí você começa a investigar que o torturador era um “doce de vizinho”, que não faltava a uma missa no domingo, um tiozinho legal, que dava bombom para as crianças. Estudar a ditadura traz consigo incômodos e faz pensar a sociedade, seu autoritarismo. Externam-se as entranhas da sociedade e se percebe que as coisas não são tão simples ou bonitas de se saber. Muita gente fica irritada porque o historiador toca aspectos que não são interessantes para o presente. O historiador toca nos pilares da memória hegemônica de relevar, esquecer ou idealizar a ditadura e seus diversos atores.

TC: Qual conselho você daria para um jovem iniciante que queira pesquisar essa temática da ditadura?

Airton de Farias: Bom, eu creio que a primeira coisa numa pesquisa é o recorte – saber o que exatamente se quer pesquisar e em qual período. Depois, existem fontes, documentos, que permitam a produção da pesquisa? As fontes são acessíveis? Uma pesquisa com tema local deve ser mais fácil, pela questão do acesso às fontes. Por exemplo, no Arquivo Público estadual nós temos documentos, não todos, sobre o SEI, Serviço Estadual de Informação, que era, como o nome diz, um órgão local de espionagem dos “subversivos”. Os arquivos do SEI tratam de vários temas, desde eleições até greves operárias e mobilizações estudantis. Tendo as fontes, deve-se saber

Externam-se as entranhas da sociedade e se percebe que as coisas não são tão simples ou bonitas de se saber. Muita gente fica irritada porque o historiador toca aspectos que não são interessantes para o presente. O historiador toca nos pilares da memória hegemônica de relevar, esquecer ou idealizar a ditadura e seus diversos atores.

como usá-las da melhor forma possível, entender suas “armadilhas” e todo o cuidado que se deve ter. Em outras palavras, conhecer metodologia. Paralelo a isso, fazer o levantamento bibliográfico: quais são os livros, os historiadores que escreveram ou pesquisam sobre o assunto. Ou seja, se inteirar do debate historiográfico e conhecer

o assunto. Hoje, há uma gama de excelentes trabalhos acadêmicos, produções de nomes como Carlos Fico, Marcelo Ridenti, Marcos Napolitano, Denise Rollemberg, Sônia Menezes, Janaina Cordeiro, Rodrigo Patto Sá, só para citar os mais famosos. A internet aqui ajuda muito. Parece algo até natural: conhecer bem o tema permite que o historiador questione, problematize em sua pesquisa, faça perguntas aos documentos que têm em mãos. No começo, isso é verdade, parece algo difícil. A angústia bate por vezes. Mas é um caminho que se faz ao andar. Ou seja, comece, leia, escute os orientadores, veja palestras. Escreva. Escreva muito. Faça um borrão com tudo que você pensa, viu, refletiu sobre o assunto. É incrível como depois que a pesquisa for avançando, como esse borrão e as reflexões ajudam na produção do texto final. Porque à proporção que você vai estudando, lendo trabalhos, os artigos, escrevendo, você vai pensando, refletindo no que pode ser feito. Porque tem que ter certa calma para pesquisar. Não é de uma hora para outra. Isso é uma angústia dos alunos, eu compreendo – nós já tivemos numa graduação também um dia [risos]. A pesquisa requer atenção, requer tempo, compromisso, dedicação, esforço. Talvez por isso seja tão prazeroso e reconfortante quando encerramos uma pesquisa. O orientador, para além de apontar reflexões sobre a pesquisa e fazer as cobranças necessárias de cada programa da universidade, tem o papel importantíssimo de ajudar na estabilidade emocional do orientando.

TC: Professor Airton, você é um educador, inclusive com material didático voltado para a educação básica. Que dicas você daria para as professoras e professores de história ao abordar essa temática em sala de aula, nesse momento de negacionismo?

Airton de Farias: Não está fácil. Eu tenho notícias de vários colegas que estão sendo pressionados a não abordar certas questões, e pior, vendo-se obrigados a fazer a autocensura. Em algumas escolas de alunos de melhor condição econômica, professores temem abordar temas que desagradem, o que, por sinal, traz enormes prejuízos para a aprendizagem. Não há uma solução mágica para esse problema, porque a escola não está obviamente desligada do resto da sociedade, em que muitos indivíduos fazem campanha sistemática

contra os professores e, particularmente, contra as ciências humanas. Mas acredito que os professores devem continuar apostando no conhecimento. Sabendo que um tema vai incomodar. Acredito que temos que estar bem preparados para rebater os negacionistas. Acredito que temos até uma vantagem aí. O negacionismo tem aberrações, erros, manipulações e distorções que não resistem às pesquisas e aos trabalhos produzidos por historiadores. Então, o professor deve conhecer o que falam os negacionistas e estar já preparado para, com elegância e tranquilidade, mostrar o que mostram pesquisadores que dedicam suas vidas a estudar certos temas. O feitiço vira contra o feiticeiro. O problema é que esses grupos não estão interessados, de fato, em aperfeiçoar o conhecimento historiográfico. Querem uma história para justificar políticas de ódio, intolerância e preconceito. A dificuldade de combater os fake news é que tem gente que quer acreditar nas mentiras ali contidas. Então, de novo, é uma questão muito mais complexa, que está para além da escola apenas. Diria que problema de processo civilizatório. Nós estamos em um país em que a mentira é aceita, é endossada, é propagada pelo presidente da república, por ministro de Estado. Estamos criando uma sociedade de mentirosos, de indivíduos que aceitam a mentira e manipulação do conhecimento, desde que atenda aos seus interesses políticos, partidários, religiosos. Isso é doentio e não pode jamais ser tolerado ou aceito por professores, historiadores e demais colegas das ciências humanas. Nós temos um compromisso ético com a pesquisa e com a história. Nisso que reside nossa credibilidade e está o calcanhar de Aquiles desses negacionistas. Sei que para os professores do ensino básico a situação é bem mais complicada, até mesmo pelas dificuldades do mercado de trabalho. Mas a nossa postura passa pela defesa do conhecimento e de estarmos preparados para bem abordar um tema “delicado” desses em sala de aula. O livro é caro e a qualificação dos professores não é uma prioridade por parte de governantes. Mas, do mesmo modo que há vários sites que difundem coisas absurdas, há muita coisa legal sendo produzida na internet. Por exemplo o *Café História*¹⁰ é um site maravilhoso. Nós temos o Paulo César Gomes,

10 Portal de Divulgação Científica de História criado em 2008. <https://www.cafehistoria.com.br>

o PC, tem um trabalho *História em quarentena*,¹¹ que é um canal do YouTube com vários e renomados historiadores abordando temas bem recentes da academia, pesquisas interessantíssimas. Então, diante do que estamos vivendo, acredito que o professor não deve deixar de abordar os temas “delicados”, mas, sim, preparar-se bem, com conhecimento para os questionamentos. O jogo é duro. Mas, como disse, acredito no nosso time.

TC: A gente tem tido muito essa discussão sobre o governo de transição do período ditatorial para o período de redemocratização, e que isso pode ter interferido na construção de uma memória, um pouco falha, um pouco frágil com relação ao período da ditadura civil militar. A construção dessa memória histórica foi sendo forjada nesse período de transição, e isso chega até hoje de uma forma que a gente está aos poucos se assustando. Como você avalia essa questão?

Airton de Farias: Esses grupos extremistas não apareceram do nada. Eles já existiam, e há muito tempo, e não foram levados a sério. Eram tratados como exóticos. A própria universidade está dando mais atenção a esses extremistas de direita agora. Estudaram-se muito os movimentos sociais e democráticos e relevou-se a direita. Claro que é mais charmoso e atraente estudar quem defendia a democracia, a liberdade etc., do que dedicar a vida acadêmica a grupos racistas e intolerantes. Então, talvez essa falta de mais estudos tenha dificultado a compreensão de como tais grupos conseguiram tanta capilaridade nos últimos anos. E aí há vários fatores que podem explicar a “onda conservadora”. Na minha praia, no meu tema

Nós estamos em um país em que a mentira é aceita, é endossada, é propagada pelo presidente da república, por ministro de Estado. Estamos criando uma sociedade de mentirosos, de indivíduos que aceitam a mentira e manipulação do conhecimento, desde que atenda aos seus interesses políticos, partidários, religiosos. Isso é doentio e não pode jamais ser tolerado ou aceito por professores, historiadores e demais colegas das ciências humanas.

11 Projeto surgido em março de 2020 durante o período de isolamento social devido à pandemia do Covid19, abordando temas históricos em diferentes plataformas digitais, como Youtube e Facebook. <https://www.historiaemquarentena.com>.

de estudo, ditadura, entendo que, no pós-regime, as memórias de conciliação, esquecimento e minimização do que aconteceu tem sua contribuição. Talvez pela própria cultura política do país, de conciliação, a ditadura não foi discutida a contento, afinal, isso poderia implicar trazer à tona questões incômodas, a exemplo dos torturadores, dos grupos que apoiaram e contribuíram com a repressão etc. Não foi debatido, não se puniu os crimes da ditadura e nem houve sequer uma discussão sobre o que aconteceu, o que poderia trazer, se não uma punição legal, mas, pelo menos, uma repreensão moral, de como indivíduos a exemplo de Ustra¹² praticaram barbaridades. Entendo como um momento emblemático para os grupos extremistas e suas narrativas negacionistas a chegada de Lula ao comando do país em 2003. Por mais que os governos de Lula e Dilma tenham sido moderados, a oposição conservadora passou a usar de todos os meios para desqualificá-los, para o que, claro, contribuíam os próprios equívocos daqueles governantes. Um dos meios para tanto foi revitalizar ou incrementar um dos discursos mais clássicos da política brasileira, o anticomunismo. Nessas manobras, abriram-se brechas, então, para memórias que exaltavam a ditadura, que havia impedido que o *“comunismo tivesse sido implantado no Brasil em 64”*. Na eleição de Dilma, em 2010, a acusação da então candidata como *“terrorista comunista”* foi usada por seus adversários. Quando veio, então, a Comissão da Verdade, de 2012, o discurso anticomunista avançou ainda mais, sob a argumentação que era um ato de *“revanchismo”*, palavra que os militares sempre usaram quando indagados sobre a apuração dos crimes cometidos pelas Forças Armadas na ditadura. Estruturava-se aí o que chamo de um *“Frankenstein conservador”*, a união de militares extremistas, especialmente da reserva, grupos liberais e conservadores, neointegralistas, setores cristãos neopentecostais e católicos os mais reacionários. O anticomunismo/antiesquerdismo/antipetismo uniu as diversas frações das direitas na exaltação da ditadura, que chegou a ser chamada, não por acaso, por certo jornal, de *“ditabranda”*.

12 Carlos Alberto Brilhante Ustra foi coronel do Exército brasileiro, ex-chefe do DOI-CODI II Exército, um dos órgãos mais atuantes no período do regime ditatorial. Tornou-se mais conhecido pela apologia de Jair Bolsonaro à sua pessoa, durante a votação do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, numa clara alusão à tortura.

Em 2013, ante um governo que não pôde ou não soube atender ou responder às demandas de diversos grupos da sociedade, o discurso anticomunista somou-se a um velho parceiro, o discurso contra a corrupção, usados pelas direitas com mais ênfase ainda. Passou-se a valorizar, inclusive, não só o golpe de 64 e a ditadura, mas até a intencionalidade comunista de 1935, que tem toda uma importância para a construção do imaginário anticomunista no Brasil, particularmente das Forças Armadas. Então, apoiando-se na internet, nas redes sociais e depois, nos grupos de WhatsApp, ganhou corpo uma diversidade de discursos negacionista e teorias conspiratórias exaltando a ditadura, os torturadores, dizendo que era uma “época maravilhosa” etc. Para além disso, haveria um complô comunista se infiltrando na sociedade, querendo destruir a família, a religião, os bons costumes... Um discurso adaptado do que já era dito nos anos 60 e 70 por elementos extremistas de direita. Um dos argumentos usados por policiais e militares nos atentados feitos quando da abertura da ditadura no final da década de 70 é que o movimento pela democratização do Brasil contava com a infiltração de comunistas para, enfim, implantar o socialismo no país, após perderem a luta armada. Nos anos 1930 já circulavam frases de que “*nostra bandeira jamais será vermelha*”. E aí, em 2018 tivemos a eleição de Bolsonaro, com um discurso de “livrar o Brasil do comunismo” e exaltar os ditadores militares, apropriando-se de palavras caras aos integralistas, Deus, Pátria, Família.

TC: Professor, poderia falar um pouco sobre as suas perspectivas futuras de pesquisa?

Airton de Farias: Estou pretendendo iniciar uma pesquisa de pós-doutorado, no pós-pandemia [risos]. Continuo na ditadura civil-militar, mas agora estudando a extrema-direita, que realizou vários atentados a bomba no processo de abertura da ditadura, final dos anos 70. No caso, os atentados feitos por um grupo chamado Movimento Anticomunista (MAC) em Fortaleza. É um grupo muito peculiar, porque foi o único grupo extremista do Brasil à época, até onde sei, que foi preso. Foi detido pelo próprio governo militar, inclusive. Então, compreender esse grupo pode me permitir reflexões mais complexas

e novos olhares. Primeiramente, entender melhor a relação da sociedade com a ditadura. Esse grupo era formado por universitários. Agiu no final dos anos 1970, quando se estruturava o mito da resistência democrática da sociedade. Também uma reflexão acerca da ideia do poder jovem, de certo senso comum, de ver a juventude como revolucionária, de esquerda, opositora à ditadura. O MAC mostra que havia uma juventude de direita já à época, tão radical que fez atentados a bomba para manter a ditadura. Essa é uma pesquisa que eu estou engatinhando, iniciando, muito sedutora, e que espero que dê bons frutos do conhecimento.



Edvanir Maia da Silveira é graduada em História pela Universidade Estadual do Ceará (1997), mestre em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000), Doutora em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2013) e Pós-Doutora pela Universidade Federal do Ceará (2018). É professora Adjunta da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, foi tutora do Programa de Educação Tutorial (PET - História) e diretora do Núcleo de Estudos e Documentação Histórica (NEDHIS) da UVA, entre 2014 e 2017. Foi coordenadora do curso de História da UVA entre 2018 e 2021. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: história, cidade e cultura política.

Edvanir Maia da Silveira

Edilberto Florêncio dos Santos
Rafael Júnior dos Santos

[...] a história não é feita apenas pelos outros, os de longe, os de fora, mas ela é construída todos os dias, na minha história de vida, na minha família, nas escolhas que nós fazemos, na forma como nos socializamos. Nós fazemos histórias, nós construímos a História.

Território Científico (TC): Para começarmos esta conversa, pedimos que a professora fale um pouco sobre a sua experiência pessoal no seu campo de atuação e sobre a sua trajetória acadêmica.

Edvanir Maia: Eu queria começar falando que quase sempre a nossa formação tem muito a ver com a nossa própria história de vida. A política, de algum modo, faz parte de toda a história da minha vida. Na infância, morando no Município de Tabuleiro do Norte, os meus pais e toda a minha família participavam de movimentos sociais. Associação de moradores, sindicato de trabalhadores rurais, pastoral de juventude. E lembro que ainda criança nós criamos um clube mirim. Um grupo de crianças que no fim de semana ministrava aula de reforço para outras crianças, e promovia atividades de lazer nessa comunidade onde eu nasci, que é a Gangorrinha. Então, essa participação nos movimentos sociais despertou desde cedo esse interesse pelos problemas brasileiros e, portanto, pela vida política.

A escolha do curso de História tem a ver com isso. Na graduação, eu era do PET, à época, Programa de Educação Tutorial. O meu primeiro ensaio de pesquisa já aparece aí, que é um trabalho biblio-

gráfico sobre a Guerra de Canudos. Na minha monografia eu vou discutir um tema que era muito pertinente, ainda era um tema do tempo presente naquele momento. Quando eu morava ali no Vale do Jaguaribe, estava em evidência a história da construção da Barragem do Castanhão, que desalojaria a população de Jaguaribara. Uma cidade inteira seria inundada e essa população precisava ir para outro lugar. Então, a luta daquela população contra esse projeto me chamou a atenção e esse foi o tema da minha monografia.¹ Como bolsista PET, a gente participou de um evento na Universidade Estadual Paulista, na UNESP de Franca. Na oportunidade, conheci o Programa de Pós-graduação deles, com Área de Concentração em História Política e resolvi me inscrever para tentar o mestrado lá. A minha Dissertação de Mestrado ainda é sobre essa luta dos moradores de Jaguaribara, mas já numa esfera mais aprofundada.² O meu doutorado é no Programa de Pós-Graduação na área de História Política, História e Cultura Política na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. É só a partir do meu doutorado³ que me dedico à temática da Ditadura.

No meu último trabalho, que é o Relatório de Pós-Doutorado,⁴ defendido recentemente na UFC, continuo explorando a ditadura, mas digamos assim, afinando para os partidos políticos. No Relatório discuto o Bipartidarismo: ARENA⁵ e o MDB⁶, e como ele se apresenta aqui em Sobral e na região. Existem muitos elementos que ainda precisam ser trabalhados sobre a ditadura, e a questão dos partidos políticos é um deles. Esses foram os meus principais trabalhos, e

1 SILVEIRA, Edvanir Maia da. **Conformismo e resistência em Jaguaribara**: relatos da história das lutas em torno do projeto do açude Castanhão (1985-1995). Monografia – Universidade Estadual do Ceará. Limoeiro do Norte-CE, 1998.

2 SILVEIRA, Edvanir Maia da. **Naufrágio de uma Cidade**: história da resistência da população da cidade de Jaguaribara-CE à sua submersão pela construção da barragem do Castanhão (1985-1986). Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista. Franca-SP, 2000.

3 SILVEIRA, Edvanir Maia. **Três décadas de Prado e Barreto: a política municipal em Sobral, do Golpe à Nova República (1963-96)**. 2013. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2013.

4 SILVEIRA, Edvanir Maia da. **O Bipartidarismo na Zona Norte Cearense**. Relatório (Pós-doutorado) – Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em História. Fortaleza: UFC, 2018.

5 Aliança Renovadora Nacional.

6 Movimento Democrático Brasileiro.

eles já estão praticamente todos publicados em forma de artigos.⁷ O mais conhecido foi o que saiu no livro *“A ditadura civil-militar em Sobral”*,⁸ que é uma coletânea de textos meus e de outros colegas que também pesquisam a ditadura aqui em Sobral, e que tem sido uma referência muito importante, porque é uma primeira publicação sobre essa temática da ditadura aqui na região.

TC: Professora Edvanir, na sequência, gostaríamos que você fizesse um pouco da sua tese sobre a ditadura em Sobral, para que possamos entender um pouco mais como a sua pesquisa se construiu, o uso das fontes e a metodologia.

Edvanir Maia: O tema da ditadura em Sobral me veio da experiência como professora do curso de História da UVA. Ao longo dessa trajetória, eu percebi que vários orientandos e outros estudantes escolhiam como tema de monografia da história política de Sobral, o período do Dom José⁹, que vai aí até a década de 1950, e o período dos Ferreiras Gomes¹⁰, que começa a partir dos anos de 1990. Então, havia uma lacuna muito evidente nesse período aí de 1960 até 1990, que é exatamente o período da ditadura. E, isso me instigou a pensar: *“Por que as pessoas não escrevem sobre esse período? O que aconteceu?”* E é exatamente o período da ditadura, que é inevitável ser discutido. Não dá para você falar da ditadura em lugar nenhum desse país e dizer que não aconteceu nada nesse período. Nem que seja pelas próprias condições do que foi a época, dá para sinalizar alguma coisa na história desse período, e isso não aparecia. O Herbert Rocha, que é arquiteto que tem um livro sobre Sobral,¹¹ em um dos capítulos chama esse período - de 1960 até começo de 1990 - de *“Uma noite de cinquenta anos”*, que é esse período

7 A título de exemplo, destacamos SILVEIRA, Edvanir Maia da. A Aliança Desenvolvimentista. In: SILVA, João Batista Teófilo (Org.). **A Ditadura civil-militar em Sobral-CE** - aliança, “subversão” e repressão. Sobral-CE: Edições UVA/SertãoCult, 2017, p.11-43.

8 SILVEIRA, Edvanir Maia da; SILVA, João Batista Teófilo (Orgs.). **A ditadura civil-militar em Sobral-CE** – aliança, “subversão” e repressão. Sobral-CE: Edições UVA/SertãoCult, 2017.

9 Dom José Tupinambá da Frota (1882-1959) foi o primeiro bispo de Sobral e o segundo bispo de Uberaba.

10 Família que lidera um grupo político hegemônico no cenário cearense e de destaque nacional, especialmente com a atuação dos irmãos Ciro e Cid Ferreira Gomes.

11 ROCHA, Herbert. **O Lado Esquerdo do Rio**. São Paulo: Hucitec: Secretaria de Desenvolvimento da Cultura e do Turismo; Sobral: Escola de Formação em Saúde da Família Visconde de Sabóia, 2003.

em que estiveram na administração municipal os grupos políticos da ARENA e do MDB, pelo menos na maior parte do tempo. Comecei o meu estudo explorando a cidade no sentido mais amplo, e busquei fotografias com colecionadores locais. Um desses colecionadores me disse: *“Professora, infelizmente quase não tem foto desse período, porque foi uma época tão difícil, tão ‘negra’, que nem fotos as pessoas tiravam da cidade.”* Então, isso foi me instigando a entender o que acontecia nesse momento.

Embora fizesse referência à ditadura, as pessoas não discutiam o tema e tratavam apenas como um período de atraso para a história dessa cidade. Foi aí que comecei a mapear essas fontes para entender o que foi que aconteceu em Sobral nesse período. Eu percebi, em linhas gerais, que a gestão municipal foi revezada entre esses dois grupos políticos, Prado e Barreto. Os Ferreira Gomes também aparecem nesse contexto, inicialmente, aliados aos Prado e depois criando a sua própria facção. Todos esses grupos foram da ARENA, que se dividiu em várias facções. Foi muito difícil juntar tantos grupos no mesmo partido. A partir de 1965, temos a criação do bipartidarismo, uma estratégia do regime, que o tempo inteiro se colocou como revolução. A ideia de revolução é sempre uma ideia positiva, de construção de um tempo novo, muito diferente do que se tinha. Assim, essa ideia de revolução estava muito presente e essa fachada democrática era muito importante. Antes dessa alteração, havia treze partidos, os mais conhecidos eram a UDN¹², o PTB¹³ e o PSD¹⁴. E aí esses partidos foram reduzidos a apenas dois: um partido que deveria representar o governo e um partido que representaria a oposição.

A ideia de manter um partido de oposição era exatamente para alinhar essa fachada democrática. *“Olha, tá vendo? Nós não somos autoritários. Nós estamos até criando aqui um partido para a oposição.”* E olha que foi tão difícil criar o MDB, que inclusive gente ligada ao governo foi convidada a entrar na legenda do MDB para que assim fosse possível a criação oficial do partido, porque não tinha gente para ir para o MDB; as pessoas que efetivamente eram contra o regime não

12 União Democrática Nacional.

13 Partido Trabalhista Brasileiro.

14 Partido Social Democrático.

viam no MDB um espaço de oposição. E as pessoas que apoiavam o Governo ficariam na ARENA. Mas essa convivência foi muito difícil numa única agremiação, porque havia muitas divergências na esfera local. Isso aconteceu no Ceará e também em Sobral. A consequência foi a divisão dos partidos em sublegendas. Tinha lugares onde havia três sublegendas na ARENA. ARENA1, 2 e 3, e Sobral foi um deles. Então essas sublegendas, foi esse jeito das elites que na esfera local eram inimigas, se juntarem em um grupo que representava o apoio ao governo. Na prática, isso não significava necessariamente que ser da ARENA ou do MDB era ser a favor ou contra o regime, porque em muitos lugares, ser do MDB era também ser a favor do regime, como em outros lugares, ser da ARENA não garantia privilégios junto ao governo. E do mesmo modo, arenistas e emedebistas também foram ou protegidos ou perseguidos pelo regime. Nós temos registros disso em vários lugares do Brasil. Infelizmente, temos pouquíssimos estudos sobre a história dos partidos políticos. Esse tem sido ainda um tema prioritariamente dos cientistas políticos, dos sociólogos. Mas nós historiadores precisamos enveredar por esse campo. O bipartidarismo é sim uma temática muito rica que pode ser aprofundada.

No caso de Sobral, eu percebi que durante todo o regime militar esses grupos que permaneceram no poder eram efetivamente grupos ligados à ARENA. A repercussão do milagre econômico, que embora não tenha dividido renda, fez o país crescer naquele momento. Então, esses recursos chegaram a Sobral, montando uma infraestrutura muito importante, até hoje, para a cidade. Grandes empresas que ainda são fundamentais para a economia da cidade surgiram nesse período. Esse apoio ao regime foi fundamental para que a cidade crescesse. Foram feitos grandes investimentos e, em Sobral, esses grupos ligados à ditadura duraram mais tempo no poder do que em outros lugares do Ceará, do que em Fortaleza, por exemplo. Em todos os lugares do Brasil, a ditadura terminou oficialmente em 1985, mas em Sobral, esse grupo ficou no poder até 1994. Efetivamente, só a partir de 1996 é que esses dois grupos que estavam se revezando saem do poder, e um outro grupo que ainda era herdeiro dessa ditadura, que são os Ferreira Gomes, entra em cena. Mas eles entram em cena com outros discursos. Eles conseguem se adaptar aos novos tempos, com o discurso

da Nova República, que permite que esse grupo, inclusive, tenha apoio de partidos de esquerda, como na época, foi o caso do PT (Partido dos Trabalhadores) e do PSB (Partido Socialista Brasileiro) aqui em Sobral. Esse apoio foi fundamental para a eleição de Cid Gomes em 1996. Portanto, em Sobral, a ditadura durou mais tempo, contribuindo para a montagem dessa infraestrutura.

TC: No Pós-Doutorado, você acumula o que já foi produzido ao longo da sua vida acadêmica como pesquisadora sobre história política na região noroeste do Ceará, não é isso?

Edvanir Maia: Sobre a ARENA e o MDB especificamente, no meu Pós-Doutorado eu estendi isso para a região. O nosso trabalho de pesquisa tem uma participação muito grande dos nossos orientandos. Na medida em que nós orientamos pessoas que trabalham temáticas parecidas, nós aprendemos muito e socializamos fontes, discussões teóricas, bibliografias, hipóteses. No caso do meu pós-doutorado, que eu discuto o bipartidarismo, tem dois trabalhos de orientandos meus que foram fundamentais: o trabalho do Rafael dos Santos, que discute a atuação de Chagas Vasconcelos do MDB, aqui em Santana do Acaraú,¹⁵ e o trabalho da Luana Ribeiro, que discute a atuação do MDB em Guaraciaba do Norte.¹⁶ Porque foram apenas três Municípios do Ceará que, ao longo de toda a ditadura, todos os prefeitos foram do MDB. Dois aqui nessa região, se não me engano, o terceiro é Aiuaba, que fica no Sul do estado. Aqui na região, que na época era chamada Zona Norte, você tem também liderança importante do MDB em Reriutaba, Uruoca... Em Massapê, efetivamente o MDB não ocupou inicialmente um espaço importante, mas as bases dele constroem mais tarde o PMDB¹⁷. A família Pontes se constituiu num grupo muito sólido. Desse modo, o que se percebe é que o MDB transitou ao longo de toda a sua história, aqui nessa região, entre o lugar de partido de oposição e o de

15 SANTOS, R. J. dos. **Manda Brasa na Arena:** práticas e representações do bipartidarismo em Santana do Acaraú (1966-1979). Sobral, UVA, 2016. (Trabalho de Conclusão de curso).

16 RIBEIRO, Antônia Luana Soares. **“Num era ela todo tempo no poder, mas quem ele candidatava ganhava!”:** O MDB e a liderança de José Maria Melo em Guaraciaba do Norte-CE (1963-1988). Sobral: UVA, 2017.

17 Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

partido que se acomoda, para usar um conceito do Rodrigo Patto,¹⁸ que se adapta àquela situação para poder continuar se mantendo no poder. Talvez os casos de Santana da Acaraú e Guaraciaba do Norte sejam esse segundo exemplo. Embora esses dois líderes, José Maria Melo, em Guaraciaba, e Chagas Vasconcelos, em Santana do Acaraú, sejam referências importantes do partido, não há no histórico deles indícios de que representassem os “autênticos do MDB”. Os “autênticos do MDB” foi um grupo que se construiu, no momento em que o partido - em meados da década de 1970 - começava a ganhar espaço como partido de oposição, ganhando eleições para senadores, em algumas regiões, ganhando da ARENA. Esse grupo de “autênticos” é o grupo que vai ser reconhecido como um povo mais corajoso, aqueles que assumem efetivamente esse lugar do MDB como um partido de oposição.

Chagas Vasconcelos e José Maria Melo se identificam melhor com esse MDB moderado, que se acomoda, que se ajusta, eles não compram briga com o regime, não aparecem nas lutas da campanha das Diretas e outras lutas importantes pelo fim da ditadura, mas de algum modo, o fato de terem sido do MDB traz para as biografias deles, ainda hoje, a referência de gente que lutou pela democracia, de políticos que merecem o respeito pela História. Esses são elementos muito importantes que encontrei ao longo da minha pesquisa, que penso ser uma contribuição significativa para a história dos partidos políticos.

TC: Professora, nesse panorama que você fez da sua pesquisa, do seu objeto, qual a importância deste objeto de pesquisa para o campo científico, para a construção do conhecimento histórico?

Edvanir Maia: Bom, tem sido mais ou menos um consenso que a história política brasileira é marcada por paradoxos. Nós somos um país marcado por práticas autoritárias, mas também pelas lutas por democracia. Então, esses dois caminhos bem opostos estão muito presentes na história política deste país. Esses paradoxos são hoje uma pedra basilar para os estudos de história política, e os meus es-

18 Para o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, a acomodação é uma característica da cultura política brasileira. Segundo Motta, “aspecto importante da acomodação é que ela envolve dois campos, ou dois lados, em um jogo de concessões mútuas. Para o jogo funcionar há que existir uma via de mão dupla, embora quase sempre se trate de situações de poder assimétricas”. Ver MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Revista Tempo e Argumento**, v. 10, n. 23, p. 109-137, 2018.

todos têm ido nesse caminho. Mas, o que eu acho que é fundamental na minha contribuição é trazer essa discussão para a esfera local. A minha meta, e o que tenho incentivado todos os dias para os estudantes, para os jovens pesquisadores de modo geral, e para meus orientandos é: comecem do seu local. Muitas dessas obras, das teorias sobre a história do Brasil, elas se inspiram quase sempre na história dos grandes centros. E essa história pode ganhar uma compreensão muito diferente se a gente começar a construir as histórias locais, as histórias dos pequenos municípios. Tem um tema mais pesquisado do que a história da ditadura? Entretanto, na maioria dos nossos municípios ainda não tem nenhum trabalho discutindo sobre isso. Essa é uma coisa que tenho incentivado muito. Entender como é que isso acontece aqui em Sobral, lá em Santana, em Tabuleiro, em Tianguá, no Crato... Nos quatro cantos deste estado. Isso pode mudar a história do nosso Estado, por exemplo, e a História do Brasil. A gente pode descobrir que a ditadura foi assim num canto, mas não foi no outro e que, portanto, isso permite novas interpretações. Eu acho que trazer essa discussão dos paradoxos, pensar a história a partir desses paradoxos, é fundamental. Este é o referencial da nova história política.

Durante muito tempo a gente ficou na dicotomia de vencidos e vencedores, e se percebeu que esse campo de análise não dava conta

tem sido mais ou menos um consenso que a história política brasileira é marcada por paradoxos. Nós somos um país marcado por práticas autoritárias, mas também pelas lutas por democracia. Então, esses dois caminhos bem opostos estão muito presentes na história política deste país. Esses paradoxos são hoje uma pedra basilar para os estudos de história política, e os meus estudos têm ido nesse caminho.

da complexidade de entender, por exemplo, esse cara do MDB, que é uma referência do MDB, como partido democrático que lutou contra a ditadura, mas ao mesmo tempo é um cara que, na verdade, só fez se ajustar para sobreviver à ditadura. E aí pensar nessa perspectiva dos paradoxos, que dependendo do lugar em que esse sujeito ocupa, de momentos políticos diferentes, a interpretação pode mudar. E principalmente, pensar uma diversidade de outras fontes, de outros objetos de estu-

do, que até então não eram objetos da história política. Por exemplo, nessas minhas duas pesquisas, o *Correio da Semana* foi uma fonte muito importante para mim, que é um jornal que circula aqui em Sobral desde 1918. Um jornal católico, mas que traz uma diversidade de notícias sobre a cidade. Muitas vezes eu achava uma notinha sobre política, lá no pezinho de página que tinha anúncios de missa ou que tinha classificados. Precisava mesmo ler o jornal todo para achar isso: atas de câmaras, material de campanha eleitoral, hinos de campanhas eleitorais. Eu consegui achar os caras que escreviam, por exemplo, música de campanha de Prado e Barreto aqui em Sobral. Gravaram naquela época um disco compacto das músicas de campanhas do Joaquim Barreto, que foi um dos prefeitos daqui de Sobral nesse período. Esse é um material precioso que muitas vezes não era usado pela história política e que a gente pode trazer. O cordel, a poesia de modo geral. Nesses dois trabalhos, eu tenho achado outras fontes que até então não eram usadas pela historiografia, e principalmente, eu tenho ajudado na organização de acervos, que é uma das nossas grandes dificuldades. Infelizmente, documentos importantes como atas de câmaras, que é um documento oficial e era para ser guardado na Câmara Municipal, entretanto, a maioria das nossas câmaras não têm esses documentos arquivados. Penso que a grande contribuição do meu trabalho é trazer essa discussão dos paradoxos que marcam a história política brasileira, e tentar inclusive ampliar esse estudo da ditadura no Ceará, onde ainda temos poucos trabalhos.

Tem vários municípios que não têm absolutamente nada. Mesmo uma cidade como Sobral, que já é um polo regional, você não consegue. As próprias pessoas que sabem, não querem falar, as fontes que existiam, que poderiam ser usadas foram apagadas, propositalmente. Por exemplo, nós temos artigos no *Correio da Semana* que têm uma mancha exatamente sobre o texto que tratava sobre o integralismo. Você percebe que é uma manipulação mesmo do documento. Arquivos que já estão nas bibliotecas, microfilmados, mas você percebe que foi proposital, que passaram um produto químico em cima daquilo ali. Então, na verdade, a história da República no Ceará, e acho que de outros períodos também, ainda está para ser escrita. Nós já temos muitos trabalhos nas nossas universidades que acho que deveriam

ter mais visibilidade, ainda ficam muito nas bibliotecas, mas acredito que ainda falta muito a ser escrito sobre a história política desse país e, inclusive, da ditadura, que já é um tema mais explorado.

TC: Que dicas você poderia dar para as pesquisadoras e pesquisadores que estão iniciando e que têm interesse de desenvolver pesquisas com essa temática da História Política dentro do período da ditadura militar?

Edvanir Maia: Eu quase sempre digo para os meus orientandos assim: *“Muitas vezes se você perguntar: ‘Como é que foi a ditadura aqui na cidade?’ Tem gente que vai dizer que nem ouviu falar disso. Ou se você disser: ‘Ah, o governo dos militares!’ Eles vão dizer: ‘Também não faço ideia’.*” Há algumas vezes uma leitura ingênua desses jovens pesquisadores, de que *“Ah, professora, é que na verdade essas pessoas moravam na zona rural, era ainda um lugar muito pacato, então essas ideias não chegavam lá, essas informações não chegavam lá.”* Mas aí, quando você começa a dar as pistas do que ela pode perguntar para ajudar essas pessoas a pensarem, aí você percebe que, na verdade, essa ditadura chegou lá, e que essas pessoas perceberam por outros caminhos, não é? Por exemplo, acho que é fundamental começar pelo lugar. Então, as pesquisas devem começar sempre da história do nosso lugar. Comece com a história da sua cidade. Quais foram os principais grupos políticos que atuaram ao longo da história. No caso especificamente da ditadura, por exemplo, buscar as atas de câmara, se elas existirem, digitalizar. Sugerir que os funcionários dessas instituições guardem e organizem esses acervos. Às vezes, eles só precisam de alguém que diga: *“Olha, isso aqui é importante.”* Houve lugar que o diretor da câmara disse assim: *“Olha, a gente não arruma isso aí porque não tem ninguém para arrumar, se você quiser arrumar, é só você me dizer que eu compro as estantes, as luvas, as máscaras, os pincéis para você fazer a limpeza, disponibilizo a sala e você faz isso”* [risos]. Se vocês tiverem tempo, façam isso, organizem os acervos que vocês tiverem acesso, e que as pessoas deixarem vocês arrumarem. Primeiramente, diga logo que você não tem problema com papel velho, porque, às vezes, nem há má vontade das pessoas que trabalham

nas instituições, mas elas acham que porque aqueles documentos estão lá no depósito, que tem rato, barata, poeira, você não vai querer mexer, e por isso dizem que não têm nada.

Nessa temática da ditadura, peça para as pessoas começarem a contar as histórias da sua família. Por exemplo, quais eram os principais partidos que tinham aqui na cidade? Qual partido a sua família costumava apoiar? Como era o comportamento de vocês nas eleições? Vocês iam para o comício, você tem ainda alguma camisa de candidato, foto da época de campanha? As populações rurais gostam muito de guardar coisas. Imaginem, deve ter muita gente que ainda tem aquele “santinho” de candidato das campanhas eleitorais, porque era de um candidato importante, para então achar quem eram essas lideranças. Porque toda família tinha uma participação. Eu costumo dizer que todos nós temos partido, porque mesmo que você não seja filiado oficialmente a um desses grupos, você tem uma posição, você se coloca de um lado na história política do seu município. Portanto, achar qual era o lado de cada grupo. Se quiser, pode até começar pela própria família. *“Mãe, vamos lá, nossa família sempre esteve do lado de qual grupo?”* E aí você vai achando quem eram as lideranças desse grupo, se tem ainda guardado material de campanha, se alguma rádio tem ainda entrevistas gravadas. Hoje há municípios em que cada grupo político tem uma emissora de rádio. Então, gravar entrevista com essas pessoas, pedir para elas contarem. Olha, um trabalho sobre as memórias das campanhas eleitorais - esse é um dos trabalhos que eu pretendo fazer - acho que deve ser um trabalho agradabilíssimo de se fazer! Como eram as campanhas eleitorais? Quais eram as músicas de campanha, a divulgação, o material de propaganda? Talvez até as charges, essas coisas que a imprensa publicava sobre esses grupos.

Muitas vezes essas fontes são mais acessíveis do que a gente imagina, mas a gente não sabe onde procurar, então, pode começar pela história da família, do vizinho, dos amigos. Tentar achar na história da cidade, as principais permanências e as principais mudanças, por exemplo, a família tal ficou vinte anos no poder e depois entrou o outro grupo. O que aconteceu nesse momento aí para esse grupo

cair e entrar esse outro? Que contexto da história do Brasil causa essa saída desse grupo de cena? Por exemplo, se eu quiser entender o período da abertura política, como foi na minha cidade? Que grupo era da ARENA ou do MDB e apoiou a campanha pelas Diretas, por exemplo. Assim, eu trago a história do Brasil para a história do meu município. Isso serve inclusive para sala de aula. Eu posso ir lá na sala de aula, abordar a temática da abertura política, a eleição de Tancredo Neves em 1985, e esse período de abertura etc. Eu posso dar essa aula toda usando materiais do meu município: *“Quem era o prefeito na época? Ele apoiou ou não a campanha pelas diretas? Ele vinha da ARENA ou do MDB? Apoiou a eleição do Tancredo Neves? Aliou-se ao Tasso Jereissati no Ceará? O que o município ganhou com essa aliança?”* Uma outra coisa seria, por exemplo, observar a permanência desses momentos políticos nos monumentos. *“Existem muitos prédios com nomes de pessoas ligadas à ditadura? Tem nomes de ruas assim? Por que que isso acontecia naquela época? Quais eram os grupos que estavam no poder? O que as pessoas acham disso hoje?”* Tudo isso são materiais que você pode usar para a sua pesquisa, que você pode usar na sala de aula, para os alunos entenderem a história do Brasil. Às vezes, a gente busca um caminho tão difícil. É muito comum a gente ouvir, por exemplo, dos professores da educação básica: *“Ah, é muito difícil contar a história da cidade porque não tem nenhum material sistematizado.”* Então, esses materiais podem ser usados para o estudante entender o que foi a ditadura. Isso permite que os estudantes entendam que a história não é feita apenas pelos outros, os de longe, os de fora, mas ela é construída todos os dias, na minha história de vida, na minha família, nas escolhas que nós fazemos, na forma como nos socializamos. Nós fazemos histórias, nós construímos a História. Temas como campanhas eleitorais, observar mudanças e permanências, momentos de conflitos: *“Ah, teve um período que o prefeito tal foi assassinado, ou teve uma mudança, o prefeito foi cassado”*. O que acontecia naquele momento? O que resultou nisso? Como era o desenvolvimento local? Com o milagre econômico, é possível que alguns municípios tenham crescido, embora de modo geral a situação, nos interiores do Brasil, entre a década de sessenta e setenta, era de muita miséria. Tudo

isso são pistas que nos ajudam a construir histórias como a da ditadura, história política de modo geral. Veja que com perguntas dessa natureza você permite que as pessoas percebam que a ditadura chegou no município dela, seja pelos recursos do milagre econômico, seja pela filiação aos partidos políticos ou seja pela repressão. Nós temos histórias de vários municípios aqui. Tem gente no Ipu, Ipueiras, Hidrolândia, Tianguá que foram perseguidos pela ditadura. Então, essas são algumas dicas que eu costumo dar para as pessoas que estão iniciando nessas pesquisas.

Isso permite que os estudantes entendam que a história não é feita apenas pelos outros, os de longe, os de fora, mas ela é construída todos os dias, na minha história de vida, na minha família, nas escolhas que nós fazemos, na forma como nos socializamos. Nós fazemos histórias, nós construímos a História.

TC: Professora, nós historiadores do político sabemos das dificuldades que existem nesta área. A gente advém de um rechaço da história política durante muito tempo, e que mudou a partir da segunda metade do século XX, com novas pesquisas, novos objetos surgindo a partir da renovação da história política. Quais dificuldades você elencaria como principais no seu campo de atuação?

Edvanir Maia: Olha, de modo geral, a política virou uma paixão nacional, como lembrou o Edilberto [Florêncio] um dia desses. É um tema delicado, porque cada um tem a sua própria posição. É claro que todos os temas têm isso, mas a política é mais delicada. Por exemplo, tem muita gente que não quer falar, dependendo de qual seja o seu partido político. Então, às vezes, em municípios pequenos principalmente, imagine você ser de esquerda e entrevistar uma pessoa de direita. Ela já olha para você desconfiada. A política, por ser um tema marcado por disputas, marcado por paixões, isso dificulta em muitos momentos a pesquisa em história política. Muita gente não quis me falar sobre ARENA ou sobre o MDB. Muita gente não quer falar do integralismo, seja porque mudou de posição e tem vergonha ou acha que eu sou de uma posição diferente da deles, e é melhor não tocar no assunto, ou que eu vou deturpar o que ele vai

falar, ou então, por achar que isso pode ser uma estratégia do grupo político rival. Tudo isso dificulta, sem dúvida, a produção da história política. Mas, apesar desses fatores, penso que a maior dificuldade diz respeito às fontes. É claro que as redes sociais têm trazido importantes contribuições: os blogs, a própria fala das pessoas, podcasts, a produção de vídeos em escala geral, todo esse espaço das redes sociais tem aberto um leque de possibilidades de pesquisa que eu acho que é muito importante. Mas apesar disso, a gente ainda tem uma deficiência muito grande nos nossos acervos básicos dos partidos políticos. Lembro que o Rafael [Júnior], lá na pesquisa de mestrado dele, não conseguiu sequer achar a sede do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) em Fortaleza. Os partidos de esquerda não têm acervo de modo geral. Imaginem o que seria o acervo do PCB (Partido Comunista Brasileiro)? Numa pesquisa anterior sobre o Araguaia, minha orientanda não achou nada no acervo do Partido Comunista aqui no Ceará. No caso dos partidos de esquerda, até se justificam, pois guardar documento em regime de exceção era guardar prova da “subversão”. Isso era muito complicado num período de repressão. Mas nem os partidos de direita têm os seus acervos. Não se encontra registro da história dessas agremiações. Essa deficiência tem dificultado bastante o trabalho do historiador do político. Como eu já disse, os acervos de câmara são um material muito rico. Os projetos de lei são muito legais para você estudar a história urbana, por exemplo. Inclusive, a própria história política pode ser vista pelos projetos de lei; as atas de câmara são documentos preciosísimos, no caso dos partidos políticos.

Eu encontrei uma vez no acervo do Virgílio Távora no Arquivo Público do Ceará um discurso dele falando da dificuldade da ARENA do Ceará de ser partido do governo. Ele fazia uma análise de conjuntura brilhante, porque o Virgílio também era um intelectual, um cara que escrevia sobre a política. Imagine se a gente tivesse mais discursos desses impressos ou gravados nos nossos acervos para a gente analisar! O NUDOC¹⁹ fez um trabalho maravilhoso, tem um conjunto de entrevistas de lideranças políticas do Ceará, muitas delas, daqui da Zona Norte, que foi um material maravilhoso para eu entender esse

19 NUDOC – Núcleo de Documentação do curso de História da Universidade Federal do Ceará.

período da Ditadura e, principalmente, do bipartidarismo aqui em Sobral. Encontrei nessas entrevistas do NUDOC, falas de políticos, principalmente conservadores, que me chamaram atenção de algum modo. São materiais muito interessantes, que infelizmente ainda precisam estar organizados nesses acervos, vir a público, para que as pessoas tenham acesso a essas fontes, já que muita gente acha que a política é um tema perigoso e que não se deve falar disso para qualquer pesquisador. Além dessas dificuldades elencadas, há ainda muitos preconceitos com a política de modo geral. Muitas vezes as pessoas deixam de pesquisar esse tema porque acham que é um tema muito árido, um tema muito difícil e acabam também não se interessando.

TC: Professora, como dentro desse contexto polarizado que passamos na história do nosso país você pode perceber os limites e as possibilidades da história política no que se relaciona à comunicação dessas pesquisas sobre a ditadura, sobretudo para além do ambiente acadêmico?

Edvanir Maia: Bom, sobre as possibilidades, o que a gente tem à vista, acho que é um campo aberto para se construir coisas novas. Reforço, acho que as redes sociais hoje são um caminho muito rico. Esse fato da política ter virado uma paixão nacional, de todo mundo querer falar de política, de todo mundo querer dar sua opinião sobre política, isso abre um campo muito rico. Imagine! Dá pra fazer uma pesquisa só com a opinião das pessoas sobre determinados episódios específicos da história do Brasil, por exemplo, nesses últimos anos. Vamos lá, como é que as pessoas se manifestaram nas redes sociais sobre, por exemplo, o impeachment da Dilma, em 2016? Esse é um campo aberto de possibilidades se a gente for usar as redes sociais pelas suas mais diversas plataformas. Por exemplo, os podcasts são acervos de áudio que mais na frente podem ser uma fonte preciosa para a gente usar, assim como o fato de muitas pessoas usarem essas redes sociais para publicar documentos antigos. É muito interessante essa possibilidade de acervo, de documentos acessíveis, democráticos, que estão aí, e que a gente consegue ter acesso, inclusive, as próprias bibliotecas já têm muito material digitalizado. Eu consigo pesquisar, por exemplo, o jornal *Correio da*

Semana aqui de Sobral, na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, direto do computador. Acho que isso é uma possibilidade riquíssima. Além de todos esses eventos de história política que foram construídos, por exemplo, durante a pandemia, isso pode virar um tema de debate: quais foram os principais temas discutidos? Por que o revisionismo e o negacionismo acerca da ditadura? Esse contexto suscita muitas pesquisas daqui para a frente utilizando esse material que aparece nas redes sociais. Por mais que tenha esse limite de negação da própria história, temos um campo rico de discussão, de construção. E é esse o papel do conhecimento, refletir por que é que as coisas vão e voltam, por que a história é esse espiral: quando a gente pensa que segue numa linha reta, que os tempos difíceis já passaram, que determinadas práticas não vão se repetir, elas estão aí de volta. Muitas vezes, depois de um momento crescente de democracia, de avanços dos direitos humanos, da igualdade etc., você tem esses recuos. E quais são os limites? Um deles são as fake news. As fake news vão dar mais trabalho do que os documentos que nós tínhamos nos acervos. Identificar a objetividade do documento passava por entender quem escreveu aquele discurso e em que contexto escreveu, já com as fake news é muito mais complexo. Elas são uma construção proposital de um discurso mentiroso, por isso trará mais dificuldade à análise documental, além da quantidade exponencial de informação. Esses são alguns dos limites dessa nova categoria de documentação.

Por mais que tenha esse limite de negação da própria história, temos um campo rico de discussão, de construção. E é esse o papel do conhecimento, refletir por que é que as coisas vão e voltam, por que a história é esse espiral: quando a gente pensa que segue numa linha reta, que os tempos difíceis já passaram, que determinadas práticas não vão se repetir, elas estão aí de volta.

Outro limite é o apolitismo, o não reconhecimento de que somos todos seres políticos. Porque apesar das pessoas participarem mais da política, ainda permanece muito forte a ideia de que política é uma coisa ruim; de que o político razoável ainda é o do meu partido, ou do meu grupo, todos os outros são corruptos, todos os outros são danosos à vida desse país; a ideia de que quem faz

política são os outros; de que quando publico minha opinião numa rede social, comento uma postagem no Facebook, compartilho uma mensagem no WhatsApp, não estou fazendo política, não estou participando, não estou tomando partido. Tudo isso são limites ao conhecimento histórico e ao amadurecimento da nossa democracia. Esses preconceitos alimentam a ideia de que política é coisa de alguns, que a solução para os nossos problemas é tarefa dos outros, dos que estão acima de nós, de que o que a gente faz no cotidiano não interfere, não constrói, não resolve. Nessa perspectiva, mesmo quem tem esperança no mundo novo, muitas vezes, ainda espera por um salvador da pátria. Essa concepção acaba por alimentar, suscitar o aparecimento de figuras exóticas, de falsos heróis, como os que a gente tem visto hoje. Penso que o governo Bolsonaro é fruto desse pensamento. Nunca se viu coisa tão estranha na história democrática desse país. Na história dos governos democráticos, ninguém esperava por uma coisa assim. Tanto pela falta de equilíbrio na postura, como pelo regresso conservador. Essa seleção de ministros que compõem o governo hoje é uma coisa impensável. E o mais grave é que não há indício de que vai cair; outros governos caíram por muito menos. É realmente uma experiência excepcional. Enfim, esse “novo” tempo também traz muitas limitações que requerem mais cuidado, mais atenção de nós pesquisadores da política e da ditadura, um tema que nunca sai de pauta; parece que a ditadura de 1964 é um tema conhecido antes mesmo de se chegar à instituição escolar.

TC: Professora, ao observar o percurso teórico metodológico que você toma na sua pesquisa durante a sua trajetória como historiadora do político, eu percebo que alguns elementos têm alguma pertinência que vão lhe direcionando a novas maneiras de trabalhar esse seu objeto de pesquisa. Como é que se deu esse processo de apropriação do conceito de cultura política na sua

Nessa perspectiva, mesmo quem tem esperança no mundo novo, muitas vezes, ainda espera por um salvador da pátria. Essa concepção acaba por alimentar, suscitar o aparecimento de figuras exóticas, de falsos heróis, como os que a gente tem visto hoje. Penso que o governo Bolsonaro é fruto desse pensamento.

pesquisa e em que medida esse conceito lhe ajudou a lançar novos olhares sobre esse objeto de pesquisa?

Edvanir Maia: Eu estava refletindo sobre isso na última conversa que nós tivemos com o professor Rodrigo Patto, e aí eu reli algumas obras dele, em que ele constrói com muita propriedade essa questão do conceito de cultura política, e pensei como, de algum modo, esse conceito percorre toda a minha trajetória de pesquisa. No trabalho sobre Jaguaribara, essas questões já me apareciam. As ambiguidades na história eram muito evidentes. O que é o caso de Jaguaribara? Havia uma luta dos moradores contra a barragem do Castanhão porque a barragem ia inundar totalmente a cidade de Jaguaribara, uma cidade de mais ou menos sete mil habitantes. Eles deveriam ser levados para um outro espaço e construir uma nova cidade. Entretanto, uma barragem desse porte, o Castanhão é o maior açude do país, desalojaria toda a população da cidade e não havia uma garantia concreta de que o Estado ia dar condições para essas pessoas em uma nova cidade. Havia uma promessa, mas em vários outros estados, onde barragens desse porte foram construídas, na prática, os governos abandonaram as populações à própria sorte. E aí a população estava travando uma luta contra a construção daquela barragem, que tem início em 1996. Ainda na monografia, percebia que na luta de Jaguaribara havia uma ambiguidade, ao mesmo tempo em que essa população se dizia contra o Castanhão, abria uma brecha para negociação: *“Ah, mas não poderia ser de outro jeito, não dá para fazer barragens menores?”* Então, uma série de outras alternativas foram buscadas para que a barragem fosse construída, mas que a cidade não fosse deslocada. Nesse sentido, o conceito de resistência não dava conta de explicar aquela história de disputas, mas na graduação, eu não tinha maturidade para explorar o conceito de cultura política, e principalmente, esse conceito de acomodação, para reconhecer essa ambiguidade como um caminho plausível para se entender aquele contexto. Minha análise limitou-se, portanto, à dicotomia de vencidos e vencedores. Mas eu estendi esse tema para o Mestrado na UNESP²⁰. Lá participei de grupo de pesquisa sobre a República,

20 Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Campus de Franca.

e as leituras me ajudaram na compreensão dessas ambigüidades. Teóricos da História da cultura, da Sociologia e da Antropologia²¹ foram fundamentais para eu entender essa ambigüidade da luta dos moradores. Havia uma resistência, mas era uma “resistência conformada”. Esse era um conceito desenvolvido pela filósofa Marilena Chauí, na obra *“Resistência e conformismo”*,²² onde ela afirma que o conformismo era usado, muitas vezes, nos diversos grupos, nas diversas lutas como um instrumento de resistência. Ela dizia: *“resistência ao se conformar, conformismo ao resistir”*. Assim, de algum modo, esse conceito de acomodação que está muito presente na cultura política, era esse instrumento, mas eu não conhecia ainda. Posso afirmar, então, que no mestrado a história cultural iluminou a minha compreensão, porque eu via na cultura um elemento fundamental para entender aquela postura de Jaguaribara, e foi o que aconteceu. E aí, o quê que eu consegui concluir disso? Ao mesmo tempo que a população dizia: *“Nós somos contra a barragem”*, elencavam uma série de condições para caso ela fosse inevitável: *“Olha, mas se o governo trazer a barragem de qualquer forma, passar por cima da nossa vontade, a gente quer que seja construída uma nova cidade, para todo mundo ir morar na mesma cidade; que faça uma estrada que dê acesso da barragem até a nova cidade; que sejam criadas novas fontes de renda etc., etc.”*, entendeu? Portanto, era uma resistência que abria espaço para negociação. E a que conclusão eu cheguei na minha dissertação? Isso acontecia porque há no nordestino, no sertanejo, uma cultura muito forte de que a água é a salvação do sertão. Soava insano ser contra uma barragem no sertão porque o argumento do poder público, na época, do Fernando Henrique,²³ do Tasso Jereissati²⁴ era esse: *“Água pro sertão. O sertão vai ao mar.”* Tudo isso alimentava as ambigüidades na luta contra a barragem.

21 BALANDIER, G. **O poder em cena**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982. (Coleção Pensamento Político, 46)

22 CHAUI, M. **Conformismo e resistência** – aspectos da cultura popular no Brasil. 5ª edição. Brasília: Editora Brasiliense, 1993.

23 Fernando Henrique Cardoso foi presidente da República entre 1995 e 2003.

24 Tasso Ribeiro Jereissati foi governador do Ceará no período de 1987-1991 e 1995 e 2002.

As obras de Linh Hunt,²⁵ Sandra Jathay Pesavento,²⁶ Marshall Berman²⁷ e Walter Benjamin²⁸ foram muito importantes para o entendimento daquelas práticas políticas, elas me diziam que eu tinha que conectá-las com a cultura. Ao mesmo tempo que temiam perder a sua cidade, na sua luta política, os moradores cediam, negociavam, se acomodavam, para usar esse conceito do Rodrigo Patto,²⁹ porque no fundo havia essa cultura de que a água era a salvação do sertão. E é a partir daí que eu vou amadurecendo esse conceito de cultura política que eu ainda não chamava assim.

Foi somente a partir do Doutorado, na UERJ,³⁰ que também tem como área de concentração História e Cultura Política, que eu incorporei os referenciais da Nova História Política, que hoje eu exploro no trabalho com os orientandos e no grupo de estudo. Foram fundamentais as obras de François Sirinelli, o René Rémond,³¹ as obras do Rodrigo Patto Sá Motta, entre outros. Reconheço como um dos maiores pesquisadores dessa temática da cultura política, hoje, no Brasil republicano, o historiador Rodrigo Patto.³² Acho uma contribuição muito importante, porque ele aprofunda essa discussão resistência *versus* conformismo. Ele propõe a adesão, a resistência e a acomodação, que seria esse meio caminho, que não é necessariamente a ausência de resistência. A acomodação é muito mais complexa. Aí, eu aproveito para trazer aqui a minha crítica a essa leitura de que a colaboração civil à ditadura meio que nega a resistência. Eu acho que a gente tem que ter muito cuidado. Às vezes, nesse discurso de que a colaboração civil foi fundamental para a permanência da ditadura, às vezes, as pessoas exageram e chegam a dizer que não houve resistência.

25 HUNT, L. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

26 PESAVENTO, S. J. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

27 BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

28 BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985 (Obras escolhidas 1)

29 MOTTA, R. P. S. **As Universidades e o regime militar** – cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

30 Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

31 REMOND, R. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV Editora, 2003.

32 MOTTA, R. P. S. **Desafios e possibilidades na apropriação da cultura política pela historiografia**: novos estudos. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

Eu discordo. Eu acho que as três coisas precisam ser elencadas. Por exemplo, no caso do bipartidarismo que eu analiso, as três coisas aparecem, você tem a *adesão*. Claramente o cara diz: “*Eu sou da ARENA, eu apoio a ditadura, eu defendo esse pensamento.*” Você tem a *resistência*, aquele que compra briga, “*não sou da ARENA nem do MDB porque acho que não me representam*” etc., e é perseguido. Como tem a *acomodação*, aquele sujeito que mesmo reconhecendo no MDB um partido moderado, pondera que em alguns momentos, como em meados da década de 1970, quando o partido avança nas conquistas eleitorais e assume uma postura mais agressiva contra o regime, vale a pena uma aproximação, ocupar os espaços institucionais na luta política, como fez o PCB na maior parte do tempo. Então, essa *acomodação* é muito mais complexa do que dizer que o cara aderiu, apoiou ou se aliou ao regime. Penso que realmente esses três elementos são fundamentais para a gente entender a política hoje, e eu acho que consegui amadurecer ao longo da minha carreira, elegendo a cultura política como um conceito fundamental para a compreensão desses paradoxos, porque eles têm uma raiz mais profunda.

Ao longo da história da República, podemos identificar pelo menos três culturas políticas diferentes muito evidentes. A cultura do coronelismo, marcada pela pessoalidade, pelo lealdade e pela violência que vigorou na Primeira República, estendendo-se até 1930, 1940 em algumas regiões; de 1950 até 1970 mais ou menos, vigorou o clientelismo e o assistencialismo, que embora ainda estejam muito presentes nas práticas políticas atuais, têm um perfil diferente do que foi o voto mercadoria dos anos 1980, que seria uma terceira fase, um momento mais racional, em que os laços pessoais dão lugar à impessoalidade do negócio. Portanto, esses são momentos indicativos de culturas políticas diferentes. É por isso que a cultura é tão importante, porque ela nos ajuda a entender o elemento mais profundo, a raiz daquele pensamento, daquelas práticas. Como explicar, por exemplo, o regresso conservador que nós temos vivido a partir de 2015? Eu, pessoalmente, não achei uma resposta para isso ainda. Acho que precisamos de tempo para amadurecer, mas daqui a alguns anos nós vamos entender que essa é uma cultura política específica, peculiar que tem um conjunto de elementos de fundo que

explicam o porquê, já que não foi só no Brasil, mas em vários lugares do mundo, que houve ascensão desses grupos conservadores. Enfim, foi esse o caminho que eu segui para chegar nesse conceito de cultura política que eu tenho usado hoje.



Marcos Francisco Napolitano de Eugênio é doutor (1999) e mestre (1994) em História Social pela Universidade de São Paulo, onde também graduou-se em História (1985). Foi professor no Departamento de História da Universidade Federal do Paraná (Curitiba), entre 1994 e 2004, e professor visitante do Instituto de Altos Estudos da América Latina (IHEAL) da Universidade de Paris III (2009) e na Universidade de Santiago do Chile (2018). Atualmente, é Professor Titular de História do Brasil Independente e docente-orientador no Programa de História Social da USP.

Marcos Napolitano

Carolina Maria Abreu Maciel
Gilberto Gilvan Souza

É preciso que o historiador não se confunda com a memória social, pois esta não tem um dono, é polimorfa e não tem compromisso com a verdade histórica. O historiador deve assumir o seu “lugar de fala” como profissional e como cidadão.

Território Científico (TC): Professor, poderia nos falar sobre sua experiência pessoal em seu campo de atuação, ou melhor, sobre sua trajetória acadêmica?

Marcos Napolitano: Eu me formei em meados dos anos 1980. Fiz toda minha graduação nos últimos anos da ditadura. Foi um período muito rico em experiências políticas inovadoras, baseados sobretudo em uma forte crença na democracia de base capaz de resolver todos os problemas sociais. Em que pese certa ingenuidade típica dos vinte anos, estes valores me marcaram como cidadão e como historiador. No mestrado, iniciado em 1991, escolhi um tema ligado aos movimentos sociais urbanos e aos protestos de rua contra o regime militar a partir de 1977. Fui orientado pela professora Maria Helena Capelato, que eu não conhecia da graduação, pois ela ingressou na USP depois de eu ter terminado o curso. O encontro acadêmico deu tão certo que continuou no doutorado.

TC: Poderia falar um pouco sobre sua tese de doutoramento e como você relaciona, entre outros objetos historiográficos, música e ditadura civil-militar. Como você chegou ao tema, quais eram os

debates artísticos e culturais postos entre 1959-69 e de que maneira eles foram usados como formas da arte da resistência através das manifestações culturais?

Marcos Napolitano: Nesta nova etapa, eu migrei para o campo da história da cultura, mas ainda fortemente abordada a partir de um olhar político. Minha tese de doutorado foi sobre o processo socio-cultural e ideológico de formação da Música Popular Brasileira entre 1959 e 1969. O tema da ditadura ainda estava lá, mas abordado a partir de outra perspectiva. Eu parti de uma visão fortemente ancorada na memória social – a música popular brasileira como vetor de engajamento político e resistência à ditadura – mas cotejei com seu papel na expansão de uma poderosa indústria fonográfica. O eixo da pesquisa foram os memoráveis festivais da canção da TV Record. O grande desafio foi coligir as fontes primárias necessárias, pois boa parte do material audiovisual tinha se perdido. Só para organizar uma ficha técnica com todas as canções apresentadas nos festivais da televisão (não apenas os da TV Record) foi necessário quase 1 ano de arquivo. Quase por sorte, consegui acesso à documentação institucional da TV Record, acervo que tinha até o texto manuscrito do júri contra a desclassificação de Sérgio Ricardo na fatídica noite em que ele arremessou o violão contra a plateia. Também pesquisei no acervo do Ibope no Arquivo Edgar Leuenroth/UNICAMP, que revelou uma fotografia muito interessante do mercado fonográfico brasileiro. Minha preocupação não foi diminuir seu papel da chamada “resistência cultural”, mas demonstrar que este processo experimentou uma relação dialética com a indústria cultural. Tentei demonstrar que o consumo musical da MPB marcou uma espécie de “educação sentimental e cívica” de uma geração, mas também deu muito lucro para as gravadoras, mesmo vendendo menos do que outros gêneros musicais da época, como a música cafona, a Jovem Guarda ou o “Sambão”. A tese era de que a MPB tornou-se algo mais do que um gênero musical, oscilando entre uma formação e uma instituição cultural, para usar os termos de Raymond Williams, que acabou por se tornar referência para organizar o mercado fonográfico como um todo a partir do consumo de uma classe média que estava mais para o radicalismo democrático do que para o socialismo. Outro grande desafio me-

metodológico ao longo do doutorado foi incorporar o lugar da linguagem estética (no caso, a linguagem da canção) na análise historiográfica, sem cair na musicologia ou na semiótica da canção. Neste sentido, a contribuição teórica e metodológica dos cursos do professor Arnaldo Contier foi fundamental, pois poucos haviam se debruçado sobre as especificidades do fonograma musical como fonte, antes dele. Seu conceito de “escuta ideológica” foi fundamental para o meu trabalho. Por outro lado, a orientação da professora Maria Helena Capelato já tinha delineado o campo da história política da cultura, domínio que acabou sendo fundamental para inserir a pesquisa nos debates historiográficos mais amplos. Um aspecto que eu não cheguei a desenvolver na tese de doutorado, mas que ficou latente e só foi mais analisado na minha tese de livre-docência, publicada em 2017 sob o título de “Coração Civil: a vida cultural brasileira sob o regime militar” (Intermeios, 2017), foi a relação da música com outras artes e com o projeto modernista delineado a partir dos anos 1920.

TC: Poderia falar sobre o processo das suas pesquisas no que se refere aos acervos consultados, ao acesso às fontes (levando em consideração a recente abertura de novos fundos documentais sobre a ditadura) e que possibilidades elas apresentam para jovens historiadores?

Marcos Napolitano: Infelizmente, por causa da dinâmica da carreira, do excesso de tarefas na graduação e das demandas burocráticas dos últimos anos, quando fui por duas vezes coordenador de pós-graduação, tenho ido menos a arquivos do que gostaria. Minhas últimas incursões a arquivos físicos foram relativas às minhas pesquisas como bolsista do CNPq sobre imprensa e memória da ditadura e sobre a relação entre música e cinema brasileiro dos anos 1950. Foram pesquisas de tiro mais curto, com foco muito restrito e objetivo, mas que renderam artigos com bons resultados. O livro “1964: história do regime militar”, por ser um livro de síntese historiográfica, foi resultado de leituras críticas e de fontes que já tinham sido pesquisadas anteriormente. Enfim, a minha experiência mais prazerosa e de longa-duração em pesquisas de arquivo foi, efetivamente, aquela ligada ao doutorado e à pesquisa na área de música popular, no come-

ção da minha carreira docente. Basicamente, eu vasculhei os acervos do DOPS no Arquivo Público de São Paulo, os acervos do arquivo Edgar Leuenroth, o arquivo Multimeios do Centro Cultural São Paulo, os arquivos do MIS do Rio de Janeiro e do Centro Cultural Banco do Brasil (Coleção Mozart de Araújo), do Arquivo e da Biblioteca Nacional (sobretudo para a pesquisa de livre-docência), no Centro Pastoral Vergueiro (cujo acervo, atualmente, está sob os cuidados do AEL/Unicamp). Além disso, tive acesso a alguns acervos e documentos pessoais para a pesquisa para o doutorado, incluindo meu próprio acervo de long plays (LPs) em vinil dos anos 1960 e 1970. Talvez, depois da aposentadoria eu possa voltar para os arquivos “*full time*” [risos]. Minha pesquisa atual incluía, sobre a Guerra Fria, uma etapa de campo no exterior, mas a pandemia de COVID complicou tudo. Por sorte, consegui ter acesso a vários materiais primários na Internet, em fac-símile, mas nunca é a mesma coisa.

Acho que a pesquisa em arquivo é a alma do negócio para a pesquisa histórica. Há uma certa ilusão sobre a suposta facilidade de acesso a fontes quando se pesquisa a chamada “história recente”. Mas, se por um lado, é inegável que há uma abundância de fontes primárias em vários suportes (impressos, audiovisuais, sonoros, iconográficos, materiais), por outro, os acervos estão muito desorganizados, muitas fontes primárias ainda não chegaram ao “estado de arquivo” para que o historiador possa, de maneira organizada, manejar as fontes. Muitos materiais, sobretudo audiovisuais, se perderam ao longo do século XX, sobretudo na área de televisão e cinema. Em relação ao período do regime militar, entretanto, há uma abundância de fontes, acervos e coleções já organizadas e disponíveis ainda pouco analisadas pelos historiadores, sobretudo no Arquivo Nacional e nos arquivos estaduais que se transformaram em repositórios do acervo das polícias políticas. Os arquivos das Forças Armadas têm muito material a ser pesquisado, mesmo sem considerar aqueles documentos “perdidos” ou vetados sobre a repressão a movimentos armados. No campo cultural, os acervos televisuais são o grande desafio para o historiador, pois boa parte deste material se perdeu ou está sob guarda de interesses comerciais, sem acesso público. Por fim, acho que os jovens historiadores da ditadura devem

prestar atenção nas pautas e nos acervos documentais gerados pela Comissão Nacional da Verdade. Há muitas joias pouco exploradas nesta massa documental.

TC: Em 2017 você lançou o livro *Coração Civil* pela Editora Intermeios, no qual trata da vida cultural brasileira e o regime militar durante os anos de 1964-1985, numa perspectiva crítica a partir do estranhamento da leitura do texto, datado de 2010, de sua autoria. Nele, entre outros temas, você destaca os rompimentos das *formas de lembrar da ditadura* como um passado *ainda atuante nos valores do presente*. Pode nos falar sobre as disputas de memória em relação ao regime civil-militar, das batalhas de memória entre as esquerdas como uma “memória hegemônica” em oposição as tentativas de construção de novas narrativas que relativizam ou negam a ditadura no Brasil?

Marcos Napolitano: Entre 2010 e 2017, houve uma verdadeira ruptura na forma pela qual a sociedade brasileira lembrava da ditadura. Na verdade, desde o começo do século XXI já havia sinais de que o que eu chamo de “memória hegemônica” estava sofrendo algumas críticas, mas nada próximo do que ocorreu a partir de 2009/2010, período no qual eu escrevi a tese de Livre Docência. Eu só formalizei este conceito em um artigo publicado em 2015, na Revista *Antíteses*. Mas a preocupação com a relação entre memória e cultura de resistência já estava configurada na tese. Minha hipótese é que há uma memória hegemônica sobre a ditadura, construída a partir do final dos anos 1970, de origem “liberal-progressista” com algumas pitadas de valores de esquerda, sobretudo oriundos da esquerda comunista ligada ao antigo PCB. Esta memória, triunfante na imprensa liberal, nas universidades, nos movimentos sociais progressistas, no sistema cultural tem como pressuposto o par “sociedade-vítima, sociedade-resistente” do Estado autoritário, como já apontara a professora Denise Rollemberg. Esta memória hegemônica isolou os dois extremos do espectro ideológico, a extrema-esquerda armada e a extrema-direita militar. Para a primeira, sobrou uma aura de heroísmo romântico, sectário e juvenil, e para a segunda, a responsabilidade exclusiva pela ditadura e suas violências. Com as mudanças na configuração desta memória, no contexto do crescimento da oposição

aos governos petistas e às políticas de memória em torno do III Plano Nacional de Direitos Humanos e da CNV, os liberais deram um passo para a direita. Justamente neste contexto, começa aparecer a “teoria dos dois demônios” entre nós, igualando a esquerda armada aos porões da tortura, à “tigrada”.

No contexto pós-impeachment de Dilma Rousseff não havia mais constrangimentos públicos em elogiar a ditadura e seus torturadores. Toda a memória da extrema direita, recalcada, a nostalgia da ditadura de uma “maioria silenciosa”, explodiu para a cena pública. Foi neste contexto que eu escrevi aquele “aviso ao leitor”, bem amargo, reconheço. Mas eu acho que, apesar do avanço da extrema direita, a memória hegemônica sobre a ditadura (e não confundam hegemonia com maioria) ainda está sob a guarda de um certo “liberalismo-progressista”, mas que rapidamente pode se transformar em conservador nos momentos de perigo. O problema maior é que apesar desta memória hegemônica crítica ao autoritarismo, pouco foi feito para democratizar e modernizar instituições importantes, como o sistema de justiça, a burocracia econômica de Estado e a polícia. Em muitos setores essenciais da vida nacional, as direitas herdeiras do regime militar continuaram dominantes e nunca precisaram rever suas responsabilidades civis pela sustentação do regime militar ou renovar seus valores liberal-oligárquicos que, no momento de suposto perigo para seus interesses, se alia aos autoritários de plantão.

TC: Ainda em relação às discussões sobre as disputas de memória, no artigo *Entre o imperativo da resistência e a consciência da derrota* (2016), você analisa a literatura (em especial a prosa e a poesia) como forma de resistência à ditadura, mas também como objeto e fonte para a construção de narrativas históricas. Como pensar as múltiplas linguagens artísticas em confronto com outros documentos comumente utilizados na pesquisa histórica? Como você tem realizado essas operações historiográficas ao longo da sua carreira de historiador (música, cinema, literatura)?

Marcos Napolitano: O grande desafio para o historiador é descobrir qual a medida para se trabalhar com fontes de natureza estética sem fazer má crítica artística, arremedo de semiótica ou etnografia super-

ficial. Nós não temos formação para a crítica (musical, cinematográfica ou literária), para a análise semiótica ou para o ensaio antropológico. Claro, muitos historiadores podem superar estas barreiras disciplinares, mas isto não é padrão. Por outro lado, análises internas e estruturais, tomadas de empréstimo dos estudos de cinema, de musicologia, da iconologia etc., podem deixar de perceber os vetores diacrônicos e as matérias sociais e históricas que incidem

sobre uma obra de arte. Esta busca, para mim, deve ser o ponto de partida dos historiadores que trabalham com arte. O que esta obra de arte informa sobre o meu objeto de pesquisa, sem deixar de ser obra de arte? Como esta obra incorporou a matéria social do seu tempo, dando-lhe uma forma específica, a partir de uma linguagem específica (escrita, audiovisual, visual, musical) e em diálogo com outras obras e tradições formais? Não é mais possível ficar naquela abordagem tradicional da historiografia: a biografia do artista, o contexto histórico e os aspectos temáticos da obra. Por outro lado, de que adianta o historiador realizar um esforço monumental para fazer uma exegese técnica da linguagem de uma obra de arte, que até pode interessar aos vários campos de estudo nela envolvidos, se ele não consegue relacionar com a matéria social e histórica, os projetos autorais dos artistas, as apropriações sociais e os problemas estético-ideológicos em questão? Este ponto de equilíbrio é muito difícil de conseguir, e depende do objeto e do problema que informam a análise.

Felizmente, a historiografia acumulou um corpus bibliográfico importante nas áreas de cinema, música, artes plásticas, teatro e, em menor grau, na literatura. Além disso, muitos trabalhos oriundos dos campos de estudos artísticos, literários, cinematográficos ou mesmo da sociologia da arte têm uma excelente marca historiográfica. Por fim, não podemos esquecer que muitos pesquisadores importantes

Em muitos setores essenciais da vida nacional, as direitas herdeiras do regime militar continuaram dominantes e nunca precisaram rever suas responsabilidades civis pela sustentação do regime militar ou renovar seus valores liberal-oligárquicos que, no momento de suposto perigo para seus interesses, se alia aos autoritários de plantão.

nestas áreas seguiram o mestre Antonio Cândido, como Ismail Xavier no cinema ou José Miguel Wisnik na música. No mais, a fonte de natureza estética deve ser analisada dentro das regras gerais do método histórico clássico: crítica documental, análise interna e externa, confronto com outras fontes da mesma natureza produzidas à época. Sem prejuízo de outras variantes interpretativas da arte, eu sempre procuro trabalhar a obra como intervenção no seu tempo e formalização de matérias sociais, e não como “reflexo” de contextos determinados.

TC: Em artigo recente, você desenvolve uma análise acerca dos processos de memorização e sua relação com o conhecimento histórico, no que tange aos períodos marcados por violências extremas, dando ênfase em duas categorias: trauma e tabu. Poderia discorrer sobre a utilização desses conceitos para pensar o papel da história e dos historiadores na luta contra a crescente onda de conservadorismo e o dos movimentos negacionistas e revisionista?

Marcos Napolitano: Nos últimos anos tenho me dedicado a compreender e analisar os processos sociais de construção da memória sobre a ditadura, em comparação com os paradigmas vigentes de enquadramento cultural e políticas de memória de ditaduras e violências do século XX. Como base destes paradigmas, surge a questão do trauma como categoria central de uma memória centrada não mais no “herói”, mas na vítima. Em grande parte, esta categoria é tributária da literatura sobre o Holocausto, seja a literatura de testemunho, seja a literatura acadêmica. Ao lado de outra categoria, “resistência”, ela forma os dois pilares da memória hegemônica da ditadura (“sociedade vítima – sociedade resistente”). Em relação ao trauma, a literatura predominante nos estudos culturais, na crítica literária e na psicanálise apresenta sérios questionamentos sobre a capacidade da história em compreender processos de violência, posto que uma das marcas do trauma é a incapacidade de uma figuração exata e encadeada do evento na narrativa objetiva, justamente uma das marcas da narrativa historiográfica. Contra este suposto “objetivismo historiográfico” reducionista do sentido inerente à violência extrema traumatizante, a literatura sobre as violências extremas reivindica uma abordagem que privilegie o testemunho fragmentado, subjetivo, lacunar e des-

contínuo. Estas seriam as únicas possibilidades de se conhecer um evento traumático e transmiti-lo como memória social pedagógica, “perlaborada”, sob pena de reduzi-lo a uma narrativa objetivista que banaliza o horror. Eu concordo em parte com esta abordagem, pois acho que a sacralização do “irrepresentável, inenarrável e indizível” como corolário do trauma pode, no limite, impedir a chamada “perlaboração” e superação do “passado que não passa”, transformando-o em refundação da sociedade em um novo convívio democrático que impeça novas tragédias. Parte desta perlaboração passa pela elucidação crítica de processos históricos que produziram as vítimas e que pedem alguma objetividade. Portanto, a questão do tratamento do trauma histórico coloca o historiador diante de um dilema não apenas teórico-metodológico, mas também de ordem ética e política.

Por outro lado, há uma outra categoria de origem psicanalítica, o “tabu”, que tem sido pouco pensado como parte destes processos de violência extrema e reconfigurador das memórias a eles associada. Se o trauma está ligado à vítima, o tabu informa não apenas o perpetrador e seus herdeiros, mas também pode estar associado a temas indigestos para a sociedade como um todo. Por isso, o tabu está ligado a um interdito moral ou cultural que foi violado no passado (a tortura sistemática a presos políticos, por exemplo) ao esquecimento programático e ao silenciamento proposital sobre um tema que incomoda. Tampouco o historiador deve se deter diante deste tema, mesmo com os mesmos riscos teórico-metodológicos e ético-políticos. Vale lembrar que o tabu está associado, na obra de Freud, à memória neurótica que não consegue se desligar do passado, é refém de interditos, e que vê os inimigos de ontem por toda a parte, ainda ameaçadores. No Brasil, embora haja certos temas tabus de esquerda (os justicamentos de companheiros ou as vítimas civis das ações armadas), o que predomina são os tabus dos setores mais conservadores, sobretudo da direita. Temas como racismo estrutural ou violência de Estado estão ligados a estes tabus conservadores e começam a ser enfrentados pela reflexão crítica, provocando reações diversas, como o negacionismo e o revisionismo conservador de vários temas da história do Brasil. O que é interessante é que os temas tabus rejeitados pelos negacionistas e revisionistas, como

escravidão, genocídio indígena e tortura no período da ditadura, são vistos como invenções da esquerda para dividir a sociedade, e assim permanecerem como tabus, como interditos à reflexão e à crítica. Em tempo, não confundir “revisão ideológica” com a necessária e saudável revisão historiográfica a partir de novas fontes e abordagens para temas consagrados. O primeiro já sabe onde vai chegar, pois a “pesquisa”, quase sempre manejada sem respeito ao método histórico, apenas visa confirmar o que já se sabe. O contrário da pesquisa histórica bem feita, portanto, na qual a hipótese nem sempre se confirma ao final do trabalho.

TC: Na nossa formação acadêmica, é quase impossível não ser atravessada pelos debates que você realiza sobre o cinema como fonte e objeto histórico. Quais as possibilidades de uso do cinema em sala de aula do ensino básico para tratar de assuntos como a ditadura? Como pensar a produção e as narrativas audiovisuais no atual contexto de proliferação de ferramentas como YouTube e Instagram como tipologias de fontes para o ensino de história sobre temas sensíveis, como ditaduras, genocídios e demais temas relacionados ao ataque aos direitos humanos?

Marcos Napolitano: Hoje em dia, falar em fontes audiovisuais é enfrentar a pluralidade de suportes e linguagens dentro deste campo. O cinema já tem uma tradição analítica consolidada no campo da história desde os anos 1970, pelo menos. No Brasil faço parte de um grupo de pesquisa que enfatiza a necessidade de análise da obra cinematográfica a partir do que chamamos “específico fílmico” para tecer as devidas conexões externas (projeto autoral, meio social, intenções políticas, circuitos de produção e apropriação da obra). No campo específico do filme histórico, nos importa pensar, além de tudo isto, como o imaginário e a historiografia sobre uma época estão figuradas no filme, e como este se torna produtor e vetor de memória histórica. Menos desenvolvida é a historiografia sobre a televisão brasileira, embora tenham surgido trabalhos importantes sobre teledramaturgia, principalmente. A vertente que eu segui no meu doutorado, que são os programas musicais da TV, ainda carece de mais pesquisas. Em grande parte, isto se deve à dificuldade de aces-

so a fontes organizadas e catalogadas. O grande acervo da TV Tupi de São Paulo, que está na Cinemateca Brasileira, ainda espera um tratamento adequado, o que é pouco provável neste contexto de crise da instituição, que revela o descaso do poder público com a memória cultural brasileira, incluindo a memória mais recente. Os games, outro vetor de estudos audiovisuais, já têm alguma bibliografia, contando com pesquisas de ponta no Brasil, mas ainda pouco conhecidas no próprio meio historiográfico. Finalmente, para o campo do *Youtube* e do audiovisual na internet como um todo, ainda estamos diante de um desafio heurístico, teórico e metodológico. Em primeiro lugar, porque o conceito de obra ou de comunicação de massa clássicos não servem para este tipo de fluxo de imagens. Se do ponto de vista da linguagem o audiovisual das redes sociais é conservador, o tipo de circulação e apropriação social são muitos inovadores.

De todo modo, os professores têm inúmeras possibilidades de trabalho com este material, mas é preciso planejar e buscar formação específica para que o trabalho em sala de aula não se perca. Não acho que o audiovisual deve substituir a palavra escrita e o contato com impressos na escola. Parto do princípio de que o trabalho com qualquer tipo de audiovisual deve enfrentar a linguagem específica do meio, fazendo com que os alunos pensem nas estratégias narrativas visuais que eles consomem, mas também que exercitem a escrita e a leitura a partir destas atividades com o audiovisual. Acho que os professores devem estimular a criação de clubes de cinema, grupos de produção audiovisual ou mesmo projetos interdisciplinares extrassala (uma mostra de filmes, por exemplo). Enfim, é preciso pensar o audiovisual na escola para além das disciplinas tradicionais e da sala de aula.

TC: Quais são os principais desafios para a produção e difusão do conhecimento histórico no tempo presente?

Marcos Napolitano: Sob o ponto de vista teórico-metodológico, o historiador especializado na história do tempo recente deve ter uma amplitude formativa que lhe permita analisar fontes em diversos formatos e linguagens: impressos, audiovisuais, fonográficos, icono-

gráficos/fotográficos, fontes orais etc. Este é um grande desafio para uma área tão especializada como a nossa. Quando estas fontes têm natureza estética, a coisa fica mais complicada ainda, pois a análise deve dar conta desta especificidade, sob pena de matar a complexidade deste tipo de fonte, cujas implicações formais orientam a apreensão do conteúdo e do tema que inspiraram seus criadores.

Outro desafio é manter a objetividade da análise historiográfica, o que não quer dizer ser ideologicamente neutro diante dos conflitos e crises do tempo presente que se articulam ao tempo estudado, sobretudo quando estes processos envolvem vítimas e perpetradores. Mas não se pode deixar a paixão e o engajamento cegarem a análise objetiva dos processos históricos e suas contradições. Acho que o engajamento deve informar mais as perguntas e a delimitação de um objeto de pesquisa comprometido com certas demandas sociais inclusivas do que as conclusões. Estas devem ser dadas pelas operações historiográficas consagradas, pela crítica documental, pela coerência teórico-metodológica.

Finalmente, há um desafio institucional e cultural: convencer uma sociedade utilitária, voltada para o consumo imediatista e o culto à informação de massa a aprender alguma coisa com a história que não sejam meras curiosidades sobre o passado. Há ainda o outro lado desta sociedade, que é francamente inimigo da crítica histórica, pois se sente ameaçado nos seus projetos de poder, que passam pelo esquecimento histórico dos conflitos passados não resolvidos, nem reparados.

Todos estes aspectos envolvem a necessidade dos historiadores e professores de história voltarem a discutir temas de relevância social, buscarem se comunicar com outros públicos que não os de congressos acadêmicos e alunos regulares. O problema é que as instituições universitárias não desenvolveram efetivamente uma política de divulgação científica, e a geração que hoje está no comando destas instituições, formada a partir da profissionalização da prática de pesquisa que se contrapôs à imagem do intelectual generalista do passado, talvez explique certa desconsideração deste aspecto.

TC: Qual a função e o lugar social do historiador no debate público diante do atual quadro político e social do Brasil?

Marcos Napolitano: Acho que o historiador é um dos guardiões do conhecimento sobre o passado, trabalhando a partir de um interesse pelos detalhes, pelos processos mais complexos e tentando responder a demandas colocadas pelos diversos atores e instituições sociais. É preciso que o historiador não se confunda com a memória social, pois esta não tem um dono, é polimorfa e não tem compromisso com a verdade histórica. O historiador deve assumir o seu “lugar de fala” como profissional e como cidadão. Na minha opinião, em ambas facetas deve repousar o compromisso com a construção de democracia e da pluralidade. E no caso do Brasil, com a inclusão social. Não sou propriamente um adepto da linha “historiador militante”, mas acho que estes compromissos devem informar nosso trabalho a partir do olhar objetivo e compromissado a um só tempo. Mais do que defender este ou aquele partido, o historiador deveria defender a verdade histórica contra o negacionismo e o revisionismo ideológico que procura apagar no passado as vítimas e seus herdeiros no presente. Seria muita pretensão defender a “verdade histórica”, mas acho que o compromisso ético com a sua busca é mais importante do que o seu efetivo encontro. Em tempos de negacionismo, é preciso tomar muito cuidado com a sedução relativista e com a diluição da verdade como categoria ontológica, em que pese a dúvida epistemológica. Se no passado, a crítica ao conceito positivista de “verdade histórica” factual foi im-

É preciso que o historiador não se confunda com a memória social, pois esta não tem um dono, é polimorfa e não tem compromisso com a verdade histórica. O historiador deve assumir o seu “lugar de fala” como profissional e como cidadão.

Se no passado, a crítica ao conceito positivista de “verdade histórica” factual foi importante para fazer aparecer novos temas e personagens do passado, hoje o negacionismo opera muito bem, de maneira oportunista, entre o relativismo e o empiricismo para apagar as vítimas do passado e perpetuar as injustiças do presente.

portante para fazer aparecer novos temas e personagens do passado, hoje o negacionismo opera muito bem, de maneira oportunista, entre o relativismo e o empiricismo para apagar as vítimas do passado e perpetuar as injustiças do presente.



Samantha Viz Quadrato é formada em História pela Universidade Federal Fluminense, onde fez o seu doutorado e atualmente é professora de História da América Latina Contemporânea. Pesquisadora do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI) na mesma instituição e bolsista de produtividade do CNPq, Samantha Quadrato é especialista nos temas da ditadura do Cone Sul, lugares de memória e consciência, memória e violência política, juventude e ensino de história.

Samantha Viz Quadrat

Viviane Prado Bezerra
José Valdenir Rabelo Filho

Embora a República brasileira sempre tenha sido extremamente violenta com os movimentos sociais e políticos opositores. Não é a ditadura quem inventa isso. Aliás, eu acho que isso também é um desafio para o jovem pesquisador, é saber que a ditadura dá mais continuidade do que ruptura a processos brasileiros da direita, de empresários.

Território Científico (TC): Professora, poderia falar um pouco sobre sua trajetória acadêmica e como você encontrou, ou se encontrou com o tema da ditadura militar?

Samantha Quadrat: Eu entrei na UFF para estudar História Antiga, que era minha paixão até então, mas ela só durou um semestre, o primeiro de graduação. Não me identifiquei com nada daquilo. Além disso, tive uma grande influência na minha graduação, que repercutiu sobre a minha vida profissional e pessoal. Essa referência de professor, de pesquisador, foi o Francisco Carlos Teixeira da Silva. O Chico Carlos, como ele é conhecido, era uma das pessoas que dentro da UFF estava discutindo a História do Tempo Presente. Eu me formei na primeira metade da década de 1990, me formei em 1995. Então, o tema História do Tempo Presente ainda estava chegando, embora a gente já tivesse algumas poucas teses e pesquisas na área de História sobre ditadura, esse campo estava ganhando força naquele momento. E o Chico Carlos foi uma pessoa que acreditou incentivou muito para que eu estudasse a ditadura. Ouvi na minha primeira apresentação na ANPUH Regional, por exemplo, que eu fazia jornalismo

e tal, que aquilo não era para ser estudado. Para uma jovem pesquisadora era muito difícil esse tipo de enfrentamento. Nesse sentido, ele foi uma pessoa determinante para que eu acreditasse que era possível fazer História do Tempo Presente no Brasil, e que a ditadura poderia ser uma boa referência. Seria o “início” da nossa história recente. Isso nos anos 1990.

Comecei estudando humor. Olha só que curioso! Eu estudei o humor no Pasquim, principalmente, um humor que se referia às mulheres num tom muito machista, misógino, e eu então questionava que esquerda era aquela. Uma esquerda que eu tinha acesso em casa porque meus pais liam o Pasquim desde sempre. Entrei no Mestrado com esse projeto, propondo fazer uma discussão do humor no Estado Novo e na ditadura em perspectiva comparada, na época, muito influenciada pela leitura de Bakhtin¹. Só que no Mestrado tive uma grande “crise de identidade”, de projeto. No fundo, me dei conta que tinha muita temática a ser explorada e comecei a estudar muito, ler muito sobre ditadura, tudo o que tinha publicado eu lia. Mas ainda não sabia o que queria estudar. Eu já tinha, na minha adolescência, lido muito sobre ditadura, livros de memória, como *O que é isso, companheiro?*² e *Os Carbonários*³, além do *Brasil: nunca mais*⁴ e me interessava pelo tema. Mas foi no Mestrado que realmente comecei a estudar, a aprofundar os estudos da direita, que era uma área que o Chico Carlos também vinha consolidando. E foi ali que me achei em termos de pesquisa, nos estudos sobre a violência política no Brasil. Foi então no mestrado comecei a pesquisar os serviços de informação e de repressão no país. Neste período, eu já era muito apaixonada pela América Latina, havia sido monitora e bolsista de iniciação científica na área, e passei a estudar, também, as ditaduras latino-americanas. Isso lá no final dos anos 1990, início dos 2000. Com internet discada, com poucos livros traduzidos, tudo

1 BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo/Brasília: Hucitec/Editora Universidade de Brasília, 2008.

2 GABEIRA, F. **O que é isso, companheiro?** Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

3 SIRKIS, A. **Os carbonários**: memórias da guerrilha perdida. 1. ed. e-book. Rio de Janeiro: TIX, 2014.

4 ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil**: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1985.

era muito difícil. Não era essa facilidade que a gente tem hoje. Com leis de acesso à documentação que não permitiam tanto acesso, com pouca documentação sobre ditadura, com poucos professores especialistas na história da ditadura para te orientar ou para oferecer disciplinas sobre o período. Então, também tinha esse desafio, era um campo que nas Ciências Sociais e Políticas vinha mais avançado, mas na História você tinha pouca gente que estudasse o tema.

Foi no Doutorado que eu incluí a questão da América Latina, através do Plano Condor, pensando na repressão conjunta, nos laços de solidariedade em resposta. Nesse momento, tive uma oportunidade que, para mim, foi fundamental em termos formação. Eu participei do Projeto Memórias de la represión, do *Social Science Research Council*, coordenado pela Elizabeth Jelin, pesquisadora argentina que é uma referência nos estudos sobre memória, e o Carlos Ivan Degregori, professor peruano infelizmente já falecido. Era um projeto que reunia brasileiros, argentinos, chilenos, paraguaios, peruanos, uruguaios e estadunidenses. Foi aí que dei um grande salto em termos de leitura sobre memória, porque tive acesso a artigos e textos que não circulavam no Brasil naquela época. Veio a discussão de trauma, que é uma coisa que agora no Brasil a gente começa a discutir, sabe? Foi em 2001 que eu fui bolsista. Durante um ano a gente fez a pesquisa. Isso virou uma grande coleção, que se chama *Memórias de la represión*, que não saiu em português, infelizmente. O projeto durou três anos. Então, muitos jovens pesquisadores que participaram desse projeto, hoje, são referências no campo dos estudos da memória e da repressão em seus países. Foi uma experiência que eu nunca mais vivi em termos acadêmico, pessoal e profissional. Uma experiência tão rica em termos de leitura com bibliografia latino-americana, estadunidense e europeia e de intensos e francos debates. Assim como de troca, de pensar a história desses países, de aprendizagem. Foi um momento que eu vi que a gente já produzia uma historiografia latino-americana refinada sobre a ditadura que precisa ser lida e reconhecida pelos pesquisadores da área. Para além de ler só os europeus, os estadunidenses, a gente também tem que ler os vizinhos, porque eles, assim como nós, no Brasil, também produzem uma historiografia, enfim, referência em termos de estudos de ditadura e de

memória. E foi assim, fiz o mestrado, doutorado, já estudando... As pessoas me chamavam a garota da repressão. Era horrível! Foi nesse momento que me fixei no campo dos estudos da repressão, embora, para essa pesquisa do Social Science, que eu falei para vocês, eu tenha pesquisado o rock brasileiro dos anos 1980. Porque o tema era juventude, como a juventude lembrava a ditadura, e aí, o tema da juventude também entrou fortemente na minha trajetória. Eu hoje sigo trabalhando. Eu tive uma época que muitos orientandos só estudavam juventude, em vários aspectos: cartunistas, rock, cinema, contracultura. O que foi muito importante, também, para eu me achar nesse campo do estudo da repressão, da memória, da juventude, do ensino da ditadura e hoje, dos lugares de memória e consciência.

TC: Poderia falar para nós quais são suas pesquisas hoje?

Samantha Quadrat: Eu transito muito por alguns temas. Eu continuo estudando a repressão. Acho que esse tema é a minha grande referência em termos de pesquisa. Hoje, eu estou aprofundando os estudos do Serviço Nacional de Informações, o SNI, e as relações transnacionais que ele estabeleceu. O SNI, assim como a Polícia Federal, que hoje a Priscila Brandão⁵, na UFMG, estuda, foram dois órgãos que saíram muito bem na transição e na memória da repressão. Tem uma imagem ali, dos anos 1980, muito negativa do SNI, mas, à medida que a gente foi conhecendo e documentando ações do DOI-CODI e demais órgãos militares, o SNI foi ficando um pouco de lado. Pensei que a partir da nova documentação disponível no Arquivo Nacional, oriunda de vários fundos, era uma boa hora de voltar a estudar o SNI, inclusive, porque ele era o grande ponto de interlocução com os países da América Latina e com os Estados Unidos. Então, acho que hoje, em termos de pesquisa, realmente a questão da repressão segue sendo o meu interesse principal.

Mas eu sou uma pessoa muito inquieta, e eu não consigo trabalhar só com um tema. Em paralelo, eu tive dois projetos anteriores a esse, aprovados pelo CNPq, que eram sobre o ensino das ditaduras.

5 Priscila Carlos Brandão é professora associada da Universidade Federal de Minas Gerais e autora dos livros: BRANDÃO, Priscila Carlos. **SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX.** São Paulo: FGV, 2002. BRANDÃO, Priscila Carlos. **Serviços Secretos e democracia no Cone Sul: premissas para uma eficiente, legítima e eficaz.** Niterói – RJ: Impetus, 2010.

Eu sempre fui professora, fiz o antigo curso normal no Instituto de Educação de Niterói. Então, já dou aula desde 1994. Passei por todos os níveis da educação e sentia muita falta desse diálogo com a educação básica, que me formou como professora. Já havia participado de alguns cursos de extensão para professores e eu achei que era um bom momento esse retorno às origens. Daí que desenvolvi dois projetos que tinham como eixo a reflexão de como a democracia ensina a história da ditadura no Brasil, Argentina e Chile. No primeiro projeto, onde eu discuti a questão de currículo, legislação, como cada país se organizou para esse ensino, que já havia começado a ser feito na própria ditadura, ainda que de uma maneira muito tímida, muito contida e voltado para a exaltação do governo e seus valores. Dessa maneira, fui pesquisar como na democracia a sociedade e os próprios governos elaboraram para as próximas gerações o passado ditatorial recente. E, de certa forma, como elaboravam a própria democracia recém retomada. Eu fiz desse primeiro projeto um raio X dessas iniciativas. Nessa ocasião visitei muitos ex-centros de tortura agora recuperados e abertos para visitação. Foi dessa vivência que surgiu o segundo projeto, já específico sobre lugares de memórias e consciência nas Américas, pensando como esses espaços abordam a questão do ensino, quais iniciativas possuem para a educa o básica, que história e memória da ditadura constroem. Eu trabalhei com Argentina e Chile, que são os países que normalmente mais trabalho. Nesse projeto, resolvi acrescentar novos desafios e pensar outras histórias que não apenas as ditaduras do Cone Sul e países. Incorporei o memorial de 68, no México, e o Museu do Holocausto, construído em Washington, EUA. Então, quais eram as propostas desses lugares, que são lugares visitados, majoritariamente, por escolas? Como eles ensinam esses temas sensíveis? Como e quando você começa a falar sobre violência? A partir de que idade você pode falar sobre violência em níveis tão intensos praticados pelo Estado? De que forma você aborda violência? De que forma você aborda a ditadura ou o bin mio ditadura/democracia? Toda estrutura que é montada nesses lugares para receber escolas e, também, para formar professores, o que foi um ponto importante. Esses projetos seguem. V o sair alguns textos sobre eles ainda. V o sair dois livros

escritos por mim e mais duas coletâneas organizadas, onde tem essa proposta e, junto com isso, eu fiz um projeto de extensão que a pandemia interrompeu.

Eu passei desses projetos a fazer muitas atividades para professores da educação básica, que são grandes parceiros. Hoje, a ditadura é um tema que a pessoa chega com opinião, chega com informação, que ouviu em algum lugar, na família, na imprensa. Uma reflexão sobre o ensino dessa ditadura, porque eu tinha uma preocupação, inclusive, mesmo sendo uma pessoa do estudo da repressão, eu detectava que, e eu passei por isso quando fui professora de educação básica, que a gente sempre acha que para causar empatia às vítimas e a condenação da ditadura, a gente tem que, majoritariamente, falar da repressão. E nessa experiência eu cheguei à conclusão de que isso, na verdade, não estava gerando os resultados que a gente esperava, porque muitas vezes, o aluno não se identificava, ouvia de casa: *“Ah, eu não estava metido em bagunça”*. Então, na verdade, eu comecei a pensar nessas reflexões, que o ensino da ditadura tem que mostrar que toda a sociedade foi atingida. Então, você tem que trabalhar melhor a parte dos mundos do trabalho. Como a classe trabalhadora perdeu radicalmente direitos com reformas trabalhistas, com perdas salariais, com arrocho salarial. Mostrar que a censura atingia a todo mundo. Então, as reflexões de que o ensino tem que falar sim de violência, até porque a gente tem um Estado extremamente violento até hoje. Isso tem que ficar claro para o estudante, para os jovens. O Estado tem que respeitar os direitos humanos, porque os direitos humanos precedem qualquer tipo de Estado e que todo mundo é vítima numa sociedade ditatorial. É atingido de alguma maneira em maior ou em menor escala. Então, esse foi um ponto. Mas, hoje, eu voltei muito para questão da repressão, de que eu tinha ficado um pouco afastada, e também dos direitos humanos. Recuperar um pouco essa história dos direitos humanos na América Latina é com o que eu trabalho hoje. Os anos oitenta é um tema que eu também tenho verdadeiro fascínio e eu acho que a História ainda não estudou direito. Eu acho que esses anos oitenta e a transição ainda têm muito, muito que ser estudado. Talvez seja o meu próximo projeto

de pesquisa. Ando pensando muito nisso. Em pensar esses anos 80 para além da questão estritamente ligada ao debate político formal.

TC: Quais são os desafios para o estudo da ditadura hoje, pensando nessa relação Brasil e outros países latino-americanos? Por que é importante estudar a ditadura? E, se possível, aprofunde um pouco mais por que, também, é importante estudar os anos oitenta.

Samantha Quadrat: Olha, pensando metodologicamente a questão da ditadura, eu acho que hoje a gente tem muito mais documentação do que a gente tinha quando eu fiz o meu mestrado. Inclusive, meu doutorado. Eu lembro que quando a lei mudou a política de acesso e a gente pôde finalmente ver a documentação, isso graças ao trabalho da Dilma Rousseff, quando foi ministra da Casa Civil e depois como Presidenta, de proporcionar o acesso a essa documentação. Eu lembro que quando eu cheguei e vi uma parte da documentação no Arquivo Nacional, a minha vontade foi sentar e chorar, porque eu teria feito outra tese, outra dissertação. Então, eu acho que isso é o desafio do tempo presente. Primeiro, a questão dos acessos aos arquivos. A gente vai ter sempre uma lacuna no caso dos arquivos militares, infelizmente, e eu acho que é saber trabalhar com essa adversidade. Uma coisa que o jovem pesquisador precisa sempre refletir no caso das ditaduras é sobre que documentação aquele autor tinha acesso quando escreveu seu livro. Então, você pensa os livros, por exemplo, do Carlos Fico, "*Como eles agiam*"⁶, então, que documentação o Fico tinha quando escreveu aquele livro? Ou a Maria Helena Moreira Alves⁷, que tem um dos primeiros livros, que documentação ela consultou? Eu acho que isso é importante, porque a gente tem que historicizar, também, a história da pesquisa da ditadura no Brasil. Então, acho que o primeiro passo é conhecer esses arquivos. O Brasil é o país da América Latina que tem o maior acervo sobre sua ditadura. O Paraguai também tem um bom acervo. Mas o Brasil, no caso de documentos produzidos pela ditadura, é uma referência, com uma lei de acesso que a gente tem que valorizar e tem que lutar para que ela continue existindo.

6 FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro, Record, 2001.

7 MOREIRA ALVES, Maria Helena. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

Eu acho que, então, o desafio é esse. É você ter documentação. Lidar com essa frustração de saber que alguma documentação você não vai ter acesso, que é o caso dos militares, infelizmente. Uma falha da nossa democracia. Além disso, é refletir sobre a verdade em documentos produzidos pela repressão. Eles são feitos para incriminar o outro, tem uma lógica repressiva, acusatória e que tende a atacar a moral do investigado. Temos que ficar atentos ao caráter da documentação. Além disso, acho que, no início para mim, como jovem pesquisadora, o mais difícil foi saber lidar também com os contemporâneos à época. Então, saber que você, sim, pode ir num congresso e alguém te questionar, principalmente, quando você vem com um tema muito diferente do que já foi pesquisado ou você vem dizendo outra coisa sobre algo que já está sacralizado pela memória e pela historiografia. Então, é saber que seus críticos e seus interlocutores não serão, necessariamente, historiadores ou os historiadores especialistas no tema. E você tem que estar preparado para lidar com isso, como professor, inclusive. E tem que conhecer muito bem a historiografia do que você está falando, quem pesquisou e o que pesquisou. Tem muita coisa ainda na ditadura brasileira para ser estudado, mas você já tem muitos caminhos abertos sobre o apoio da imprensa à ditadura, como a tese da Beatriz Kushinir, “*Cães de Guarda*”⁸, repressão, os livros do Carlos Fico. Você tem o Marcos Napolitano e Miliandre Garcia com a produção cultural. Então, as pessoas chegaram, aos trancos e barrancos, sem acesso, muitas vezes, à documentação e fizeram brilhantes teses.

E, outro desafio, eu acho que é a preguiça do arquivo, que hoje eu detecto muito nos mais jovens. “*Ah, está tudo online*”. Então, não tem o fascínio de ir ao arquivo, que eu continuo achando que é fundamental. Nem tudo está online. E a segunda parte, por que? Eu acho que os dias que a gente vive hoje é uma parte da resposta, de pessoas defendendo gravíssimas violações aos direitos humanos e defendendo torturadores, como é o caso da defesa do Carlos Brilhante Ustra.⁹ Toda essa discussão de uma memória positiva da

8 *KUSHNIR, Beatriz. Cães de Guarda: Jornalistas e Censores, do AI-5 à constituição de 1988.* São Paulo: Boitempo; FAPESP, 2004.

9 Carlos Alberto Brilhante Ustra foi um coronel do Exército Brasileiro, ex-chefe do DOI-CODI do II Exército, um dos órgãos atuantes na repressão política, durante o período da ditadura militar no

ditadura, inclusive, promovida pela própria imprensa, de que foi uma “ditabranda”. De que a gente não teve tanta violência como os países vizinhos tiveram. Eu acho que é fundamental que a gente lide com esse passado recente, porque isso implica em políticas de memória e políticas de reparação às vítimas da violência do Estado e implica, também, em várias consequências do que a gente vive hoje. Embora a República brasileira sempre tenha sido extremamente violenta com os movimentos sociais e políticos opositores. Não é a ditadura quem inventa isso. Aliás, eu acho que isso também é um desafio para o jovem pesquisador, é saber que a ditadura dá mais continuidade do que ruptura a processos brasileiros da direita, de empresários. Por outro lado, a ditadura interrompe processos, projetos e debates das esquerdas num sentido amplo nos anos 1960. É preciso voltar ao golpe de 1964, mostrar o que a ditadura interrompeu na educação, na cultura, na economia e em um projeto nacional. A gente tem que explicar isso para a sociedade. Como foi possível desaparecer pessoas? Como foi possível reprimir? Como foi possível a gente viver vinte e um anos sob uma ditadura? Como tantos projetos que vinham se mostrando importantes para a superação das desigualdades sociais e históricas foram ceifados? As razões disso ter acontecido. O historiador tem que promover essa reflexão e dar essas respostas para a compreensão da própria dinâmica da democracia brasileira.

Mas a gente tem um presidente, hoje, que fez uma campanha valorizando o período da ditadura, está cercado por militares. Isso é um problema dos anos 1980 e que faz com que eles, hoje, estejam no governo como a gente nunca tinha visto desde 1985.

Embora a República brasileira sempre tenha sido extremamente violenta com os movimentos sociais e políticos opositores. Não é a ditadura quem inventa isso. Aliás, eu acho que isso também é um desafio para o jovem pesquisador, é saber que a ditadura dá mais continuidade do que ruptura a processos brasileiros da direita, de empresários.

Brasil e torturador condenado. Tornou-se mais conhecido devido à apologia a seu nome, feita pelo então deputado Jair Bolsonaro, quando do impeachment da ex-presidenta Dilma Roussef, numa clara alusão à tortura sofrida por Dilma durante sua prisão no período da ditadura.

Como eles voltaram tão rapidamente ao poder? Eu tenho algumas hipóteses. Penso que todo esse debate sobre a memória da ditadura incomodou muito a esses militares, que têm um sonho de reescrever essa memória e essa narrativa e viram no governo Bolsonaro uma chance de conseguir isso. Mas a gente hoje tem um campo da história muito consolidado, inclusive, da imprensa, de outros órgãos com quem é difícil você, enfim, chegar e derrubar essas questões. Por isso quero voltar aos anos oitenta, para entender essa memória, a presença de algumas figuras no cenário político, os acordos que foram feitos, da entrada de novos movimentos sociais, da ampliação dos discursos dos direitos humanos para mulheres, a questão antimanicomial. Há um *boom* nesses anos oitenta. Então, acho que esses anos oitenta têm... eu tenho sido franca defensora e incentivadora dos estudos dos anos oitenta pela história, até produção cultural a gente tem um cenário riquíssimo, culturalmente falando, de cinema, música, teatro, literatura, eu acho que a história tem ainda essa dívida. A gente ficou muito acomodado: *“Ah, uma transição negociada, pactuada, onde os militares continuaram no poder”*. Mas qual é o dia a dia dessa transição? O que permite isso? Até a própria discussão da Anistia, que muita gente quer dar como encerrada. Eu acho que a Anistia é o início da construção de uma teoria dos dois demônios no Brasil. Ou seja, é um início de que houve violência de ambos os lados e, logo, nós temos que nos perdoar, esquecer e seguir adiante. Tem ainda o cenário internacional para ser pensado nessa transição, nessa crise econômica e no fim da Guerra Fria. Temos que integrar esses estudos.

A ditadura e a transição são um desafio maior hoje em dia no sentido de debates políticos, uma memória que não passa, é um tema sensível da nossa história, que está sempre voltando. Então, a gente tem que estar preparado, também, para essa cobrança da sociedade sobre explicações, sobre entender, o que foi isso, como isso foi possível e encarar os negacionistas e os entusiastas de governos autoritários. E trabalhar junto com outros setores para e impedir que isso retorne. Eu acho que isso também é fundamental e parte não só da pesquisa, como do ensino.

TC: Uma questão que você começou a pontuar que, talvez, possa aprofundar, é com relação aos temas sobre o período da ditadura. Muitos temas já foram estudados, mas muito, também, ficaram centrados nas regiões Sul, Sudeste, nos grandes centros urbanos. Quais outros temas que você acha que foram pouco aprofundados, ou são temas tabus, com relação ao período da ditadura, aqui no Brasil e na América Latina, também?

Samantha Quadrat: Eu acho que a ditadura ainda tem muita coisa para ser estudada, seja no Brasil, seja na América Latina. Nem a luta armada, por exemplo, que é um tema muito estudado, foi esgotado. Gostei dessa sua pergunta da ideia do Sul e Sudeste. O Sul e Sudeste dominaram toda a pesquisa, a produção historiográfica sobre ditadura durante muito tempo, porque não tinha essa interiorização do ensino superior no Brasil que a gente viveu nos últimos anos. E você tinha, então, esses centros que produziram muita coisa sobre ditadura. E eu acho que é fundamental que a gente pense qualquer ditadura não só na questão nacional, mas também na questão local e regional. Eu acho que o Sul e Sudeste construíram, por exemplo, uma cronologia da ditadura: 1964, o golpe; 1968, o AI-5; 1979, a Anistia. Em 1974, o início da transição. Então... que os anos de maior repressão são a partir de 1968 até 1973. Isso é uma cronologia construída pelo Sul/Sudeste, pelo Sudeste, na verdade, não é nem pelo Sul, é pelo Sudeste. Mas, por exemplo, se você sai daqui, você vai ver que a cronologia de outros Estados, ou de outras localidades, não é a mesma. Então, eu acho que a gente construiu um grande calendário nacional, uma grande cronologia nacional, que quando você sai do Sudeste... Será que a memória sobre a repressão de alguns lugares do nordeste onde atuavam as Ligas Camponesas é a mesma? Outro exemplo é o sequestro do embaixador Charles Burke Elbrick. O sequestro do embaixador é uma referência dos Estados Unidos, como demonstrou Pamela Almeida em sua tese de doutorado defendida na USP. É uma referência muito forte aqui no Rio de Janeiro, que talvez não seja no Cariri, por exemplo. Então, acho que é pensar o impacto da ditadura no país. É sair do Rio, São Paulo e de Minas e interiorizar essa pesquisa. Eu acho que isso é pensar porque a gente tem memórias tão distintas da ditadura, temporalidades distintas no país, o

que permite que você tenha uma cidade chamada Medicilândia. Isso você tem que entender, saber essa história e conhecer essa dinâmica. Eu orientei muita gente que não era do Rio e isso, para mim, foi um grande aprendizado. Então, acho que isso é mais do que urgente, é fundamental. Isso tem a ver com o crescimento da universidade, da pós-graduação no Brasil, nos últimos anos, principalmente, nos anos do governo do PT. A gente tem que dar nome às coisas. Foi fundamental para a gente ter essa ampliação do leque e representou um avanço e consolidação das pesquisas sobre ditadura no Brasil. Além, claro, da própria internacionalização e do diálogo com pesquisadores de outros países, bem como acesso às fontes estrangeiras.

Você perguntou dos temas. Tem muita coisa para ser estudada ainda. Há pouco tempo revi o documentário *Soldados do Araguaia*, onde você vai entender quem eram os soldados, não era só o soldado que saía daqui formado. Eles pegavam garotos para fazer repressão e as pessoas hoje são extremamente traumatizadas por aquilo. Há pouco tempo saiu o livro do Eduardo Reina¹⁰, mostrando como você teve a apropriação de crianças no Brasil, ainda que diferente do caso Argentino. Temos muito para estudar, algumas cumplicidades da repressão, falar das empresas que foram financiadoras, entender essas empresas, pressionar para que abram seus arquivos. Entender a dinâmica local, como falei anteriormente. Fora os temas tabus e muitos lugares de memória para serem encontrados para a gente pleitear a recuperação desses espaços.

Um outro ponto que destacaria é entender o comportamento social das pessoas, as atitudes, porque são esses comportamentos sociais que permitem que a ditadura chegue e que permitem que, hoje, a gente tenha uma memória positiva da ditadura, também. Eu acho que, hoje, o grande tema, pensando Brasil, Argentina, Chile, é entender os comportamentos sociais. É um tema fundamental para a gente entender a própria ditadura e a sua própria dinâmica. Um tema que ninguém no Rio de Janeiro estudou, a ponte de Rio-Niterói, a construção da ponte em Rio-Niterói foi uma coisa que mexeu com Niterói inteiro. Vilas foram criadas, gente que veio do Nordeste, di-

10 REINA, Eduardo. **Cativeiro sem fim**. As histórias dos bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar no Brasil. São Paulo: Alameda, 2019.

zem que tem falas de operários que viram Nossa Senhora Aparecida emergir da água. É um tema fabuloso que ninguém pegou ainda para fazer entrevista, estudar as pessoas, a construção da obra. Então, você tem a construção de Itaipu, por exemplo. Ali, você vai entender todos os maus-tratos e deslocamentos forçados, violações dos direitos humanos aos indígenas que tinham ali, que era um tema muito pouco falado, ventilado, mas as pessoas não pesquisaram a fundo.

TC: Quais são os principais cuidados que os jovens historiadores precisam ter, tanto para temas mais consagrados quanto para temas novos, que ainda não foram tão sofisticadamente visitados? Você já tangenciou um pouco, que é se apropriar da literatura, por exemplo, mas que outros cuidados são necessários?

Samantha Quadrat: Primeiro, como todo projeto de pesquisa, independente do período que você estuda, é saber o que foi produzido sobre aquilo. E saber inclusive, o factual, quem é quem. Então, é saber a história, saber a bibliografia, a referência, quem pesquisou, o que pesquisou, quando pesquisou. Quando fizer a crítica a esse trabalho, saber que muitas vezes aquele acervo era o que a pessoa tinha na época para produzir aquilo, e não tinha outra coisa. Eu acho que tem hoje um compromisso, como toda pesquisa, da seriedade, da construção de um trabalho ético, respeitoso às vítimas, de divulgação, e o que é fundamental, numa linguagem clara, que seja compreensível a todos. Isso, aliás, é uma luta que me somo a outros colegas, que a linguagem, a escrita seja uma redação clara para todo mundo. Agora, acho que é fundamental na hora da redação o compromisso com a fonte, enfim, isso são temas que todo mundo de qualquer pesquisa que você faça tem que ter, mas acho que, no caso da ditadura, ela exige uma sensibilidade do pesquisador. Uma sensibilidade de saber que ele está falando de um impacto na vida das pessoas até hoje e, como falei anteriormente, os documentos da repressão precisam ser questionados. Eles não são produzidos pensando que anos depois nós estaríamos lendo, pesquisando, questionando. Sensibilidade também porque às vezes você está lidando com familiares de mortos e desaparecidos e sobreviventes. Você está lidando com traumas. Então, é necessário que você tenha esse lugar de escuta

e essa sensibilidade para lidar com um tema que é traumático da nossa história. Tem que estar em sala de aula, seja da universidade seja da educação básica. Agora, a ditadura é um dos temas mais pesquisados da história do Brasil. E mesmo assim, ainda tem muita coisa. Quando vou para o arquivo, eu fico pensando: “*Nossa, olha que tema bom!*”. Tenho um caderninho que vou anotando temas de pesquisa que nunca farei porque não terei tempo e disposição, mas que um estudante pode se interessar em algum momento.

TC: Semana passada, na entrevista com o Airton de Farias, ele falou um pouco na questão do justicamento...

Samantha Quadrat: É um tabu. Não é um tema fácil de pesquisar. E eu acho muita coisa da memória, por exemplo, na Argentina quando vão saindo os primeiros julgamentos e tal, a narrativa sobre a esquerda excluía armas. Quem vai recuperar as armas são os filhos daqueles militantes que vão dizer: “*Não, eles eram revolucionários, sonhadores, não tinham armas*”. Isso é um ponto importante para os pesquisadores da ditadura: saber que a memória fala mais do presente do que do passado. Então, o que a gente escolheu lembrar hoje? E o que a gente escolheu esquecer? E pode ser que daqui a alguns anos, o que a gente esqueceu, apareça. O justicamento é um tema tabu, ainda. Outro tema, que na América Latina foi um tabu, foi a questão da violação sexual masculina. Isso é um tema que não se fala. Primeiro, porque o lugar da violência sexual é muito feminino, e segundo, que é difícil para um homem reconhecer que ele sofreu uma violência sexual. Ele não quer narrar sobre isso. Ele tem um trauma. Refletir, por exemplo, por que as mulheres da luta armada escreveram tão pouco. As grandes narrativas da luta armada são masculinas. As mulheres, de fato, escreveram muito pouco sobre esses espaços.

TC: A própria temática da homossexualidade, também, né?

Samantha Quadrat: Também, é uma coisa mais recente. Eu discordo de muita coisa que tem aparecido sobre esse tema, mas não é meu lugar de fala ou de pesquisa. Tem um tema também que eu acho ótimo, aqui no Brasil, que as pessoas não pegaram, que no Chile já saiu um estudo. Muitos desses centros de repressão, você tinha jovens soldados, gente com dezoito anos, que não eram torturadores,

mas eram quem limpava a cela, quem entregava a comida. No Chile, saiu um livro, há pouco tempo, sobre os soldados do Estádio Nacional. O autor, que é um norte-americano, entrevistou alguns desses soldados e os caras são super traumatizados. A maioria não era de Santiago. A maioria tinha recém entrado no exército e teve que conviver com toda aquela violência e não entendia o que estava acontecendo. Era devastador. Eu lembro que entrevistei Jessie Jane¹¹, que passou pelo DOI-CODI aqui no Rio, e ela falou: “*Me impressionava muito a idade dos soldados*”. Da mesma maneira que no Estádio Nacional, não se envolviam na repressão, mas viviam o seu cotidiano. No documentário “Soldados do Araguaia”, que comentei anteriormente, tem o lado dos garotos recrutados pelo exército, e que praticaram e testemunharam todo tipo de violência e que hoje vivem um trauma enorme. Uma experiência tão traumática que eles são atendidos pela Clínica do Testemunho, que é uma clínica voltada para o atendimento de vítimas do Estado. E eles foram declarados vítimas. Tem muita coisa para estudar. Ter um pouco de criatividade, uma visita ao arquivo, uma leitura da bibliografia, você acha bons temas, que mostram o quanto a ditadura está longe de ser um tema esgotado.

TC: Com relação ao jovem pesquisador, qual o conselho que se daria para um iniciante na pesquisa sobre ditadura. E com isso, gostaríamos que você falasse também com relação ao professor de história, pensando esse momento negacionista. Como pensar esses dois âmbitos: a pesquisa e o ensino nos dias de hoje?

Samantha Quadrat: Primeiro, resista! É fundamental. A lei está do nosso lado, faz parte do currículo e a gente tem a liberdade de ensino no país, ainda. Então, resista. Se não for possível, procure seus sindicatos e procure organizações que hoje lidam com a questão da escola sem partido e que estão dando todo tipo de assistência jurídica. Mas, eu acho que, dependendo do lugar, a autocensura já tem sido algo muito perceptível. Isso eu acompanho pelos meus ex-alunos que são professores. Segundo, estude! Não confie no que você só viu em filme

11 Jessie Jane Vieira de Souza é professora adjunta de História da América da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi militante da ANL, presa e torturada pela ditadura militar brasileira. Autora de: SOUZA, Jessie Jane Vieira de. **Círculos Operários:** a igreja católica e o mundo do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

ou que você lembra, ou que você ouviu falar. Eu acho que a História do Tempo Presente tem esse desafio, muitas vezes, o professor acha que ele precisa conhecer menos a bibliografia, porque ele tem uma proximidade de vida com o tema. A historiografia e a bibliografia mudaram muito. Então, eu acho que é estude, porque a partir do momento que você conhece muito bem aquele tema, você não fica tão rendido quando é questionado. Eu acho que esse é outro ponto, porque a gente vive... de fato, hoje, o professor de história, infelizmente, virou um inimigo público. Porque ensina a história da África, porque ensina a ditadura, porque ensina que o nazismo não foi de esquerda, porque debate gênero. Então, acho que a gente tem que estar muito bem preparado para todo tema, mas para esses temas a gente tem que estar preparado no sentido, inclusive, de antecipar possíveis questões. Saber que vai enfrentar, muitas vezes, a própria direção da escola; vai enfrentar pai, vai enfrentar colegas que discordam, na própria escola. Então, eu acho que, nesse ponto, é se cercar do conhecimento como uma arma política de enfrentamento mesmo. E ter certeza, embora com todas as dificuldades, que você está protegido pela lei. É fundamental ensinar repressão, mas é fundamental, também, ensinar o que é viver uma ditadura. Eu acho que isso é o principal ponto. *“Professor, como era no tempo da ditadura?”* Então, você tem que mostrar o cotidiano daquela ditadura para aquele jovem, adolescente, criança, entender que a ditadura é algo a ser questionada.

Uma das perguntas que muitos me fizeram quando eu estava falando dos projetos de ensino é com que idade a gente ensina sobre ditadura? Eu acho que tem uma questão que é ímpar, que a gente tem que trabalhar muito bem conceitos sobre ditadura, democracia, direitos humanos, alteridade, tolerância religiosa, porque quando esses temas chegam ao aluno, ele, automaticamente, vai olhar aquilo e vai dizer: *“isso não é legal”*. Então, você não precisa, óbvio, você não precisa pegar um primeiro segmento, começar a falar de ditadura, mas você tem livros, por exemplo, da literatura infantil, que é um tema que eu gosto muito, que permite que você trabalhe com aquela criança o que é autoritarismo, o que é ditadura, o que é um Estado autoritário, e você vai com a linguagem construindo isso. Então, você vai fomentando desde muito cedo valores democráticos, de respeito

às diferenças. Você vai fomentando, também, um estranhamento, que eu acho que é a grande questão do professor de história. O aluno tem que olhar aquilo e tem que achar que isso não é natural. Então, acho que quando a gente chegar no 9º ano, que é quando a ditadura, normalmente, entra, quando o nazismo entra, entra no século XX, aquele aluno tem que chegar nesse 9º ano com esses valores, para quando ele começar a estudar a

ditadura, ele entenda que um governo autoritário não é defensável, que a democracia é uma grande construção social, coletiva, que é fundamental na nossa vida. É importante que a gente tenha esses valores. Então, desde o mais novo, desde muito cedo você forma valores e elabora conceitos e que são fundamentais para condenação. Hoje, eu quero que o meu aluno saiba o que foi o AI-5, eu quero que ele entenda que aquilo foi algo ruim e que ele refute, veementemente, e que identifique que aquilo não é legal para Estado democrático.

TC: Quando a gente olha para esses outros países latino-americanos, qual é o nosso desafio, ainda? A sensação que eu tenho, às vezes, é que os outros países latino-americanos enfrentaram de forma mais direta o tema. Então, qual é o nosso desafio em termos de Brasil?

Samantha Quadrat: Eu acho que o primeiro ponto é a questão política em si. A própria ditadura brasileira que, comparada com os países vizinhos, a forma como foi organizada a saída dos militares do poder, não foi tão fácil como as pessoas pensam e falam. Por isso, eu falo e insisto, tem que se estudar a transição. Ela não foi algo tão simples assim. Agora, eu acho que a gente tem, no Brasil, um grande “complexo de cachorro vira-lata” quando olha os países vizinhos, principalmente, pela questão da justiça. Olha a Argentina e vê, enfim, uma série incrível de condenações que faz com que realmente a gente sinta uma inveja do que eles foram capazes de fazer.

É fundamental ensinar repressão, mas é fundamental, também, ensinar o que é viver uma ditadura. Eu acho que isso é o principal ponto. “Professor, como era no tempo da ditadura?” Então, você tem que mostrar o cotidiano daquela ditadura para aquele jovem, adolescente, criança, entender que a ditadura é algo a ser questionada.

Alguns pontos: não é dizer que a ditadura foi uma “ditabranda” no Brasil, mas a diferença do número de mortos e desaparecidos explica em parte essa mobilização da sociedade Argentina. São trinta mil. Teve uma época que um a cada cem argentinos tinha conhecido alguém que foi morto ou desapareceu. Então, você tem um impacto da violência, uma espetacularização da violência na ditadura argentina, muito forte e em um curto espaço de tempo. A ditadura Argentina é a mais curta de todas. Então, isso choca bastante. E quando ela chega, em 1976, já encontra uma série de organizações mundiais formadas, uma rede de direitos humanos que estava se formando. O momento em que os direitos humanos viram um grande arcabouço jurídico e de bandeira, o que é importante para a gente pensar as lutas que vão ser demandadas ali. A saída da Argentina, dos militares da Argentina após a guerra das Malvinas e, já, uma primeira comissão, que é a CONADEP,¹² que não é uma Comissão da Verdade, tem um caráter jurídico, mas já sabia que ali as pessoas seriam punidas. Isso nos anos oitenta. Mas no final dos anos oitenta você começa a ver os grandes acordos, nos anos noventa, a justiça para, retorna nos anos dois mil com o Néstor Kirchner¹³ e, depois, com Cristina Kirchner¹⁴, por pressão do Estado, por ser uma política do Estado. Quando o Mauricio Macri¹⁵ chega, isso para de novo.

Então, eu acho que a gente tem que pensar, também, essa dinâmica da Argentina, onde, de fato, a bandeira dos direitos humanos, durante muitos anos, ficou restrita à questão da ditadura. Eu tenho uma hipótese que, quando vem a transição no Brasil, a gente tinha uma série de movimentos, movimentos LGBT+, na época não tinha essa sigla, movimento negro, movimento das mulheres, da luta antimanicomial... quando vem a transição, esse pessoal entra no debate fortemente, e o debate da luta das vítimas da ditadura começa a ficar um pouco para trás. Eu acho que houve uma crença de que a demo-

12 Comissão Nacional sobre Desaparecimento de Pessoas. Foi uma comissão criada pelo presidente da Argentina, Raúl Alfonsín, em 15 de dezembro de 1983 com o objetivo de pesquisar as graves violações aos direitos humanos durante a ditadura argentina de 1976 e 1983.

13 Néstor Carlos Kirchner assumiu a presidência da Argentina durante os anos de 2003 a 2007.

14 Cristina Elisabet Fernandez de Kirchner assumiu a presidência da Argentina durante os anos de 2007 a 2015. Desde 2019 é vice-presidente da Argentina.

15 Mauricio Macri foi presidente da Argentina durante os anos de 2015 a 2019.

cracia resolveria todos os nossos problemas. A questão da Anistia foi fundamental naquele momento para uma repactuação, embora pouca gente destaque, mas os presos políticos não saíram pela Anistia, saíram por uma alteração da lei de Segurança Nacional. Nem todo mundo foi anistiado. Ela não foi ampla, geral e irrestrita. Isso é uma coisa que a gente tem sempre que ficar falando. Mas aí você vai para o Chile, um país, ainda hoje, com um grande número de simpatizantes do Pinochet¹⁶. Teve algumas condenações, que a gente, aqui, ainda não conseguiu fazer, o que é lamentável, que a gente ainda não tenha conseguido punir, nem que seja moralmente, vamos por assim dizer. Agora, a gente vê um pouco da justiça caminhando lentamente para alguns casos. Eu acho que tem uma questão, hoje, dessa memória que tem muito a ver com as políticas neoliberais, porque a narrativa desses últimos governos, seja Bachelet¹⁷, seja Cristina Kirchner, principalmente, falou de uma narrativa sobre a ditadura, muito pelo aspecto econômico, de condenação, de mostrar que teve falência, de mostrar que teve empresas que enriqueceram, mostrar que houve desemprego, que houve privatizações de vários setores importantes. E esses governos, Piñera¹⁸, Macri, são governos neoliberais. Então, para eles, também, não interessa que essa memória ligada a esse passado da ditadura que, não seja só sobre a repressão, mas também, sobre a questão econômica, que ele venha à tona, que ele seja discutido. No caso do Macri, ele desmobilizou completamente a área de ensino do Ministério da Educação na Argentina que era especializada na ditadura, um aspecto fortíssimo. Então, não dar mais dinheiro para Centro de tortura, reduzir museus, você vai reduzindo dinheiro. Você também quer se desvincular daquele passado ditatorial, porque sua empresa, seus amigos ganharam dinheiro. Então, eu acho que, embora a Argentina tenha esse salto qualitativo, que foi fundamental porque, também, durante a ditadura e no exílio, eles já estão falando *“essa ditadura vai acabar e a gente vai prender vocês”*. Então, eles já

16 Augusto José Ramón Pinochet foi um general do exército chileno que instaurou uma ditadura militar no Chile e a presidiu durante os anos de 1973 a 1990.

17 Verónica Michelle Bachelet Jeria esteve na presidência do Chile por dois mandatos. Primeiro mandato, 2006 a 2010 e segundo mandato, 2014 a 2018.

18 Miguel Juan Sebastián Piñera Echenique, atual presidente do Chile. Desde 2018, Piñera exerce seu segundo mandato. Seu primeiro mandato data de 2010 a 2014.

estão conversando com o pessoal do Tribunal de Nuremberg¹⁹, conversando com todas as redes transnacionais de direitos humanos... Então, também, já nos anos setenta, oitenta, tinham essa visão.

E aqui, eu acho que, na verdade, houve um grande pacto nacional de deixar para trás. Embora muitos dos perseguidos, outros militantes e pesquisadores como eu, sejam, obviamente, insatisfeitos com isso. Mas a gente vem com grandes derrotas dos anos oitenta, como a questão das Diretas Já, a morte do Tancredo Neves, uma crise econômica altíssima, um índice de violência altíssimo no país, de empobrecimento e, ao mesmo tempo, você culmina com uma constituição belíssima, com ex-perseguidos constituintes, com projetos fundamentais para a democracia, e aquela fase cola com oitenta e nove com a eleição do Collor. Então, você vive os anos oitenta entre uma euforia e uma tristeza o tempo inteiro. Mas eu acho que nossa capacidade de mobilização sobre esse tema ainda é pequena. Se a gente parar para pensar hoje, no Brasil, até 2010, a gente tinha mais de dez mil pessoas desaparecidas pela ação do tráfico, pela ação da polícia. Então, você tem que começar a discutir o que é o Estado brasileiro, não só ditadura. Eu acho que, talvez, se a gente um dia conseguir unir os dois debates, talvez se a gente fizesse uma reflexão maior do impacto desse Estado, que era um Estado violento também antes da ditadura e que, com a ditadura, obviamente, ele se identifica. Mas agora todos os países têm esses problemas. O Chile tem uma Fundação Pinochet de homenagem ao Pinochet. Então, a gente tem que olhar o “nós”, mas tem que olhar os outros também, a gente está mal, mas também, em alguns casos, não estamos sozinhos. Tem muito impacto, eu acho, no caso do Chile. Um país completamente dividido, até hoje, entre a Unidade Popular, o Allende, as propostas e o Governo, e o Pinochet. E isso é muito visível, ainda, no onze de setembro. Essa data convocante. Vamos ver ainda as manifestações na rua, na Argentina também. Eu acho que tem uma coisa interessante. Na Argentina, que você tem bons anos do governo Kirchner, tanto do Nestor quanto da Cristina, quando chega o Macri,

19 Logo após a Segunda Guerra Mundial, um tribunal se reuniu em Nuremberg, na Alemanha, com o objetivo de julgar os crimes cometidos pelos nazistas durante a guerra. De 1945 a 1949, o Tribunal de Nuremberg julgou 199 homens, sendo 21 deles líderes nazistas. As acusações foram desde crimes contra o direito internacional até de terem provocado de forma deliberada a Segunda Guerra Mundial. In: <https://www.historiadomundo.com.br/>.

é como que... óbvio que a sociedade argentina tem uma capacidade de resposta a algumas tentativas de desmobilização, mas outras vezes, não. Então, você pergunta o que é uma política de Estado? Que vai ter que passar por qualquer tipo de governo. Ou é uma política de governo? Ficou muito claro ali que eram como políticas de governo. Então, com uns avanços aqui, uns avanços ali, claro que a questão da justiça na Argentina é incomparável. Mas porque ela vem sendo discutida desde o início.

Mas a gente vem com grandes derrotas dos anos oitenta, como a questão das Diretas Já, a morte do Tancredo Neves, uma crise econômica altíssima, um índice de violência altíssimo no país, de empobrecimento e, ao mesmo tempo, você culmina com uma constituição belíssima, com ex-perseguidos constituintes, com projetos fundamentais para a democracia, e aquela fase cola com oitenta e nove com a eleição do Collor. Então, você vive os anos oitenta entre uma euforia e uma tristeza o tempo inteiro.



Paulo Cesar Gomes é Pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em História pela UFF, doutor e mestre em História Social pela UFRJ, com período de doutoramento-sanduiche no IHEAL. É pesquisador do Grupo de Estudos sobre Ditadura Militar na UFRJ e do Núcleo de Estudos Contemporâneos da UFF (NEC-UFF). É fundador e editor-chefe do site “*História da Ditadura*” e do projeto “*História em Quarentena*”. Autor dos livros: *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: A visão da espionagem*; *Liberdade vigiada: As relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: Do Golpe à Anistia*.

Paulo César Gomes

Alexander Braz
João Teófilo

Há características estruturais da sociedade brasileira, como o autoritarismo e o conservadorismo, que, em determinados momentos da história, ficam mais evidentes. Isso não significa que nós estamos voltando a viver o período da ditadura, mas decerto estamos passando por um período em que práticas e discursos autoritários tanto do governo como de certos setores da sociedade estão bastante fortalecidos.

Território Científico (TC): Fale-nos sobre sua experiência pessoal em seu campo de atuação.

Paulo César Gomes: Comecei a graduação em História em 2000, na Universidade de Brasília (UnB). Nesse período, eu fazia duas atividades paralelas: eu era bailarino clássico em formação e cursava História. Estudei durante um ano e meio na UnB. Em 2002, eu vim para o Rio de Janeiro com o intuito de seguir os estudos na área de dança clássica. Fui aprovado na seleção para integrar a Escola Estadual de Dança Maria Olenewa, vinculada ao Theatro Municipal do Rio. Eu pretendia seguir essa formação, mas durante o primeiro ano de estudo, percebi que não era o que eu queria.

Em 2004, retomei o curso de História na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Logo no primeiro período, tive aula com Carlos Fico, que era professor de Teoria e Metodologia. Quando soube que ele tinha um grupo de estudos sobre ditadura militar, pedi para participar. Nessa época, ocorriam encontros periódicos. Foi quando come-

cei a ter contato com os temas de ditadura de maneira mais aprofundada e a entender as perspectivas historiográficas, pois eu era muito iniciante. O grupo era integrado tanto por alunos da graduação, mas também por outros que ele já orientava no mestrado e no doutorado.

Na UFRJ, existe um sistema de laboratórios de pesquisa, então, no final de cada semestre, tínhamos que entregar uma avaliação. Com essas avaliações, fui descobrindo por qual área me interessava mais. Foi um período em que as fontes da ditadura passaram a ser mais trabalhadas, embora não houvesse tanta documentação liberada como há hoje. Comecei a ver o que era possível pesquisar quando surgiu uma bolsa de Iniciação Científica. A definição do meu objeto de estudo teve início a partir da análise dos documentos da ditadura, dos documentos dos órgãos de informações, tentando entender como esses órgãos percebiam a atuação da Igreja Católica no período. Como todo mundo que começa uma pesquisa, a gente vai Tateando, vai lendo, tendo acesso às fontes. Então, a delimitação de um objeto é muito difícil e acontece a partir do contato com as fontes, com as leituras, vendo o que já foi muito explorado e o que não. Como orientador, o Fico ia sugerindo temas que ele achava que ainda deveriam ser trabalhados. Normalmente, os historiadores experientes acabam tendo um projeto amplo de pesquisa. Então, ele tinha um grande projeto que era analisar a ditadura a partir da visão do Estado, mais especificamente das múltiplas facetas do aparato repressivo. Para ele, investigar as ações dos grupos de resistência ou trabalhar com a memória dos resistentes, o que era muito comum na época, não traria muitas novidades. Hoje eu consigo perceber como essa visão era muito acertada.

Com o andar desses estudos, acabei definindo, já na monografia, que iria trabalhar com o tema da perseguição da ditadura aos bispos católicos que se opunham ao regime. Comecei a direcionar a pesquisa, porque precisava fazer um recorte. Essa questão do recorte temático é sempre muito difícil de ser feita por todo pesquisador iniciante, pois nossa tendência é sempre querer abarcar tudo. A definição do tema de pesquisa foi muito pautada pela orientação do Fico, pois ele observava que era um assunto ainda carente de estudos que fugis-

sem da lógica dicotômica entre repressores e vítimas. Esse ponto de vista pautou por muito tempo os estudos sobre a ditadura militar, no sentido de um Estado que reprime e de uma sociedade que resiste. Essa perspectiva foi sendo complexificada a partir dos estudos do próprio Fico, do Daniel Aarão Reis, do Marcos Napolitano, do Rodrigo Patto Sá Motta e outros. Esse trabalho gerou, em 2007, a monografia *A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e a ditadura militar: a luta pelos direitos humanos e a comunidade de informações (1971-1979)*, que era muito mais uma discussão historiográfica, tendo em vista que não fiz um uso massivo de fontes primárias.

TC: Fale-nos um pouco sobre sua principal pesquisa.

Paulo César Gomes: Esse mesmo tema eu levei para o mestrado, que foi uma continuidade da monografia de graduação. Na dissertação, eu analisei de que maneira os órgãos de informações da ditadura observavam as ações dos bispos católicos, sobretudo os opositores. Isso porque alguns bispos não só apoiavam o regime, como também denunciavam religiosos que consideravam subversivos, incluindo outros membros do episcopado. Há casos de bispos que davam aulas para os militares, ensinando-os como identificar um eclesiástico “comunista”. No entanto, meu foco principal era observar de que forma, por meio da Comunidade de Informações, a ditadura tentava impedir que os bispos considerados “progressistas” denunciassem, no Brasil e no exterior, os arbítrios do regime – como a prática de tortura –, as desigualdades sociais, os conflitos agrários, entre outros. Essa investigação acabou resultando no meu trabalho de mestrado que, depois, foi publicado em livro, cujo título é *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem*¹.

Antes do doutorado, eu dei uma pausa. Optei por não encadear mestrado e doutorado, prática que acontecia com muita frequência em razão das bolsas de fomento à pesquisa. A gente não tinha trabalho, então acabava emendando para ter a garantia de uma renda e continuar pesquisando. Hoje em dia, com o caos que está a Educação, talvez esse comportamento mude, porque as bolsas são cada

1 GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

vez mais raras e a tendência é haver a necessidade de se ter outro trabalho para poder se dedicar paralelamente à pesquisa acadêmica. Durante essa pausa, percebi que não queria estudar mais nada relacionado à Igreja Católica. O tema foi muito mais uma consequência de debates dentro do grupo de pesquisa do que propriamente um gosto pessoal. Era um objeto pouco estudado, foi sugestão do orientador e eu tinha uma bolsa. Foi basicamente isso.

Depois de dois anos fora da academia, comecei a construir outro projeto. Conversei com o Fico sobre o que eu poderia estudar. Inicialmente, eu queria pesquisar algo relacionado ao campo cultural. Montei um projeto de doutorado sobre poesia marginal nos anos 1970. Digo isso para mostrar como nossos interesses de pesquisa podem mudar muito e por razões variadas. Da mesma forma que uma pessoa entra na faculdade, começa um curso, percebe que não é nada daquilo que imaginava encontrar e resolve iniciar outra formação; esse processo também acontece com o pesquisador. Você está estudando determinado tema, perde o estímulo para continuar se dedicando a ele e resolve buscar outro objeto. Então, eu fiz um projeto sobre poesia marginal na ditadura. Era um projeto que não tinha nenhuma relação com o que eu tinha estudado até aquele momento, mas me permitiu ser aprovado na seleção do doutorado na UFRJ.

Da mesma forma que uma pessoa entra na faculdade, começa um curso, percebe que não é nada daquilo que imaginava encontrar e resolve iniciar outra formação; esse processo também acontece com o pesquisador. Você está estudando determinado tema, perde o estímulo para continuar se dedicando a ele e resolve buscar outro objeto.

Na primeira disciplina do curso, em que a gente tem que reformular o projeto, comecei a analisar meu objeto e me dei conta de que o tema não me agradava. Em um mês, elaborei outro projeto no qual propunha estudar a atuação dos exilados brasileiros na França e como a ditadura lidou com esses indivíduos e com as denúncias que faziam contra o governo. Quando dei início à pesquisa, notei que o tema poderia ser um pouco restrito para desenvolver uma tese, além

de observar que já havia trabalhos importantes sobre isso. Assim, mais uma vez, reelaborei minha proposta e fiz um terceiro projeto, que foi o que desenvolvi ao longo dos quatro anos de doutorado. Era um projeto mais amplo, que não abandonava a questão dos exilados, mas buscava tratar das relações entre o Brasil e a França durante toda a ditadura. O recorte cronológico foi desde o período do golpe até 1979, por conta da Lei de Anistia e por ser um momento em que os brasileiros exilados começaram a retornar. O motivo que me fez escolher a França foi o fato de Paris ter sido a capital europeia que recebeu o maior número de exilados brasileiros. Portanto, eu queria entender se as denúncias que os exilados faziam contra a ditadura no exterior exerciam algum tipo de pressão no governo francês para que ele se posicionasse publicamente contra o regime militar.

Como eu pesquisei a fundo a documentação diplomática, comecei a notar, com muita clareza, que nos documentos secretos existia um discurso que não correspondia aos posicionamentos públicos da França com relação ao Brasil. Então, muitas vezes, a maneira como um país se posiciona publicamente não evidencia o que se sabe de fato. Os diplomatas franceses sabiam que, além da tortura, ocorriam diversas outras violações dos direitos humanos por parte de nossos governantes, mas a decisão oficial do governo francês foi de nunca se posicionar contra o Brasil. Consultei não apenas os documentos do Itamaraty, mas também os documentos dos órgãos brasileiros ligados ao Serviço Nacional de Informações (SNI) e, durante um ano na França, pesquisei os documentos diplomáticos franceses. Minha tese foi resultado do entrecruzamento de todas essas fontes brasileiras e francesas.

A conclusão geral do trabalho foi que, de fato, o governo francês nunca se posicionou oficialmente contra o Brasil porque eles recorriam a um princípio das relações entre Estados, que é a não interferência nos negócios internos de outro país. A gente sabe que isso é uma decisão política, porque é comum que países interferiram em questões internas de outros quando seus interesses estão em jogo. No caso do Brasil, havia a intenção de não interferir porque os franceses tinham a necessidade de manter relações estáveis com nosso país, já que havia um interesse comercial muito grande, com

destaque para a venda de armamentos militares. A França, até hoje, é uma das maiores fabricantes mundiais de armamentos militares. Nessa época, havia um entusiasmo de fazer a venda de caças supersônicos para o Brasil, os famosos *Mirage*, e que de fato foi feita. Essa transação, curiosamente, foi efetuada quando o embaixador do Brasil na França era o general Aurélio de Lira Tavares² – que era Ministro do Exército e que governou o Brasil, ocupando o cargo da presidência junto aos ministros da Aeronáutica e da Marinha quando Costa e Silva ficou doente e depois morreu. No período entre o afastamento de Costa e Silva e a chegada de Emílio Garrastazu Médici ao poder, os três presidiram o país. Depois disso, Lira Tavares foi nomeado embaixador em Paris. A negociação dessa compra foi muito propagandeada pela ditadura. Quando os aviões chegaram, eles foram apresentados à sociedade brasileira no tradicional desfile de 7 de setembro. A conclusão geral é que, com o início da ditadura, o Brasil passou a representar uma grande oportunidade para o fortalecimento das relações comerciais franco-brasileiras. Depois que esse trabalho foi defendido, ele também foi publicado no formato de livro com o título *Liberdade vigiada. As relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: do Golpe à Anistia*³.

TC: Qual a importância da sua obra na historiografia sobre o tema da ditadura e qual metodologia de pesquisa você usou para a elaboração desses trabalhos?

Paulo César Gomes: Tanto *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira* quanto *Liberdade vigiada* foram orientados pelo Carlos Fico. Estes trabalhos têm uma característica em comum: a análise da perspectiva do Estado, sobretudo dos órgãos repressivos. Buscam, portanto, escapar da análise dos testemunhos das vítimas, enfatizando a narrativa de quem perseguiu, torturou e tentou reprimir de múltiplas formas as atividades de oposição. Procurei construir meus trabalhos a partir da visão do Estado e, nesse sentido, tanto minha disserta-

2 Aurélio de Lima Tavares foi General do Exército Brasileiro e foi membro da Junta Provisória que governou o Brasil entre 31 de agosto a 30 de outubro de 1969, após a morte do presidente Costa e Silva. Ver: TAVARES, Lira (s/d). *Verbete*. CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/aurelio-de-lira-tavares>. Acesso em: 20 jul. 2020.

3 GOMES, Paulo César. **Liberdade vigiada:** as relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: do Golpe à Anistia. Rio de Janeiro: Record, 2019.

ção quanto a tese acabam reforçando essa historiografia que busca compreender os modos de atuação do aparato repressivo. Embora a gente tenda a ver os diferentes componentes da repressão, como censura, espionagem e polícia política, sobretudo a censura, com um tom jocoso – algo como “*Ah, os censores eram burros!*” –, quando a gente vai ver as fontes, nota-se que existia burrice, mas existia também uma sofisticação. Não era simplesmente como aquela ideia disseminada no senso comum de um agente que apreendeu um livro de literatura por ter uma capa vermelha e considerá-lo comunista. Se isso existiu? Existiu, mas não é o que realmente importa. Havia grande complexidade nas diversas vertentes do aparato repressivo. Os agentes passavam por uma formação na qual aprendiam a como espionar, como fazer escutas telefônicas, como perseguir pessoas... as próprias técnicas de tortura eram estudadas. Nesse sentido, acho que é essa a contribuição dos meus trabalhos: reforçar uma historiografia que tenta entender os mecanismos que o Estado construiu para reprimir e impor seu pensamento autoritário à sociedade brasileira. E autoritário não só no sentido estritamente político, mas também nos sentidos moral e comportamental, pois existia não só uma tentativa de enquadrar a sociedade em moldes conservadores e eliminar tudo que fosse visto como de esquerda – temos que lembrar que vivíamos na época da Guerra Fria –, mas, ao mesmo tempo, buscava-se reprimir o que era visto como fora dos padrões morais da família tradicional. Novamente, no Brasil atual, a gente vê isso acontecer. Com isso, surge com força o discurso de que a história se repete. Não, a história não se repete, mas existem algumas marcas que permanecem. Isso que o Rodrigo Patto Sá Motta chama de cultura política. Há características estruturais da sociedade brasileira, como o autoritarismo e o conservadorismo, que, em determinados momentos da história, ficam mais evidentes. Isso não significa que nós estamos voltando a viver o período da ditadura, mas decerto estamos passando por um período em que práticas e discursos autoritários tanto do governo como de certos setores da sociedade estão bastante fortalecidos.

No caso mais específico da minha tese, a ideia mais recortada veio da pesquisa que resultou no livro *Segredos de Estado: o governo britânico e a tortura no Brasil (1969-1976)*, publicado em 2017,

do historiador João Roberto Martins Filho⁴. Ele já tinha apontado que faltavam trabalhos sobre as relações do Brasil com as democracias europeias durante a ditadura em comparação aos inúmeros trabalhos sobre os Estados Unidos. A partir desse livro, eu pensei em fazer algo parecido, mas voltado para a França. Então, a minha tese é um trabalho de História, mas que também dialoga com a história das Relações Internacionais.

TC: O que aconselharia para um pesquisador iniciante neste campo?

Paulo César Gomes: Existe uma perspectiva no senso comum escolarizado de que não há mais nada a se dizer sobre a ditadura. E a gente que pesquisa vê, claramente, que ainda há muitas questões que faltam ser pesquisadas e aprofundadas. Do ponto de vista do que eu estudo, observo, por exemplo, que as relações do Brasil com o exterior são muito pouco estudadas. Focou-se, inicialmente, nos Estados Unidos, que, de fato, foi o país com a importância mais significativa no momento do golpe, que apoiou de fato, inclusive financeiramente. Além disso, ao longo do século XX, foi um país que teve muita re-

Há características estruturais da sociedade brasileira, como o autoritarismo e o conservadorismo, que, em determinados momentos da história, ficam mais evidentes.

Isso não significa que nós estamos voltando a viver o período da ditadura, mas decerto estamos passando por um período em que práticas e discursos autoritários tanto do governo como de certos setores da sociedade estão bastante fortalecidos.

levância para o Brasil, tanto pela proximidade geográfica, quanto pela Doutrina Monroe,⁵ que lidou com o continente americano como uma área de domínio dos EUA, ideia ainda hoje muito presente. Assim, no que concerne à ditadura, as relações do Brasil com os países comunistas, por exemplo, ou mesmo o posicionamento de representantes diplomáticos brasileiros em organismos internacionais são temas ainda pouco explorados. Portanto, para aqueles que se

4 MARTINS FILHO, João Roberto. **Segredos de Estado**: o governo britânico e a tortura no Brasil (1969-1976). Curitiba: Ed. Prismas, 2017.

5 A Doutrina Monroe foi desenvolvida a partir de 1923, pelos Estados Unidos, na tentativa de impedir a manutenção ou uma possível recolonização do continente americano por parte das nações europeias.

interessam por temas historiográficos que tangenciam o campo das relações internacionais, esses seriam meus principais apontamentos. Mas claro que se pensarmos em uma perspectiva temática mais ampla, há inúmeras outras questões relevantes e pouco conhecidas que poderiam se tornar objeto de investigação de historiadores. Eu destacaria, como exemplo, pesquisas que analisem o cotidiano de pessoas comuns no período ditatorial. Estima-se que cerca de 300 mil pessoas foram monitoradas pelos órgãos de espionagem ligados ao SNI. Esse é apenas um dos indícios que comprovam a intenção da ditadura de manter a sociedade brasileira de modo geral sob controle, e não apenas aqueles grupos ou indivíduos habitualmente vistos como opositores.

TC: Retomando o assunto sobre o seu livro *Liberdade Viglada*. Você utilizou um enorme acervo documental, tanto francês quanto brasileiro, para traçar a intensa colaboração entre o estado ditatorial e a democracia francesa na vigilância aos exilados brasileiros. É possível afirmar se existem novos caminhos para o estudo das relações diplomáticas brasileiras nesse período?

Paulo César Gomes: Ainda há muito a ser estudado. Vários países de grande importância no cenário internacional não foram analisados de maneira aprofundada para ver como se posicionaram diante do golpe e da ditadura militar. Há dois temas que eu particularmente tenho vontade de pesquisar, embora demandem muito esforço e tempo: o primeiro, são os países comunistas, como foram as relações do Brasil com esses países na época da ditadura, sobretudo do Leste Europeu, mas também a China. A documentação mostra que havia um trânsito de brasileiros para esses países. Essas pessoas eram monitoradas, inclusive era preciso justificar o porquê de uma viagem à Alemanha Oriental ou à China, por exemplo. Isso está documentado, mas ainda não existe uma pesquisa propriamente historiográfica sobre o tema. Outro trabalho que eu acho muito interessante, como já mencionei, seria pesquisar como os diplomatas brasileiros atuaram nos órgãos internacionais durante a ditadura, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e todos os seus braços que estão espalhados ao redor do mundo, Organização das Nações Unidas

para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) etc. Seria interessante entender qual discurso esses diplomatas usaram para continuar representando o Brasil em um momento em que a imagem externa do país estava extremamente maculada, sobretudo pela questão da tortura e do massacre da população indígena.

TC: Quais são as principais dificuldades enfrentadas para a produção do conhecimento no seu campo de atuação?

Paulo César Gomes: As dificuldades gerais, não só do meu campo de atuação, mas de maneira ampla, são os obstáculos que encontramos para continuar fazendo pesquisa em um país que valoriza tão pouco a produção científica. Entendo que ter uma bolsa de pesquisa deveria ser um direito, mas há uma tendência de ver esse estímulo à produção de conhecimento como um privilégio. No contexto atual, cada vez menos pesquisadores têm acesso a algum tipo de financiamento. Isso acaba fazendo com que essas pessoas tenham que procurar outras formas de sobrevivência e muitas acabam abandonando a carreira acadêmica ou decidem buscar oportunidades em outros países. Dessa forma, muita gente que poderia enriquecer a produção não só historiográfica, mas científica de forma geral, acaba tendo seus trabalhos de pesquisa prejudicados, se não impedidos. Então, acho que essa é a principal dificuldade enfrentada por todos os pesquisadores. Eu poderia apontar ainda a falta de reconhecimento social por quem se dedica à pesquisa histórica. É muito comum que, em algum momento da vida, nos deparemos com uma pergunta constrangedora vinda de familiares ou mesmo de amigos: *“Quando você vai começar a trabalhar?”*. Aos olhos do senso comum, estamos sempre na condição de estudantes, como se pesquisar não fosse propriamente um trabalho. Então, há uma desvalorização social da produção de conhecimento.

TC: Quais as principais dificuldades que você apontaria na obtenção e no trato com as fontes?

Paulo César Gomes: De maneira mais específica, no caso da ditadura, uma dificuldade que eu vivi e que, nesse ponto, talvez seja uma das poucas coisas que tenham melhorado nos últimos anos, é

o acesso às fontes. Talvez minha geração seja a primeira que tenha tido um acesso mais livre aos documentos da ditadura. Nesse sentido, não se pode deixar de ressaltar a Lei de Acesso à Informação (nº 12.527/11), que foi um grande feito do governo de Dilma Rousseff, ao lado da Comissão Nacional da Verdade. O acesso às fontes sempre foi uma grande dificuldade para os pesquisadores de temas ligados à ditadura militar. Isso melhorou muito, mas não sabemos se vai continuar assim, pois já houve tentativas por parte do governo de Jair Bolsonaro de diminuir o poder da Lei de Acesso por meio de um decreto, que acabou sendo derrubado judicialmente. De todo modo, mesmo com essa facilidade de acesso às fontes que foi sendo construída nos últimos anos, há o caso específico do Itamaraty, um órgão que tradicionalmente busca dificultar as investigações com base em documentos diplomáticos, sobretudo os sigilosos. Em um determinado momento da minha pesquisa doutoral, precisei acessar os documentos classificados como ultrassecretos pelo Itamaraty e tive minha solicitação negada. Essa decisão só foi revertida quando recorri à Lei de Acesso à Informação.

Acho importante também ressaltar que lidar com fontes produzidas por órgãos ligados ao aparato repressivo exige muito cuidado. Não há dúvida de que o trabalho com qualquer tipo de fonte exige que se faça um trabalho minucioso de crítica interna e externa. Essa é uma prática que já está posta para os historiadores profissionais desde o século XIX. No entanto, os documentos produzidos por órgãos oficiais durante períodos de exceção carregam algumas especificidades. Ao se analisar a produção documental de um órgão de informações, por exemplo, é preciso ter em mente que o discurso produzido pelos agentes tem a intenção de gerar suspeita sobre indivíduos e grupos sociais monitorados ou mesmo de culpabilizá-los. Portanto, ao tomarmos esse tipo de documentação como fonte histórica, temos acesso à lógica repressiva do regime e não propriamente às estratégias de resistência elaboradas por seus opositores.

TC: Você é editor-chefe do site *História da Ditadura*.⁶ Quais perspectivas futuras você apontaria aos novos pesquisadores sobre os

6 <http://historiadaditadura.com.br>

usos das redes sociais, sites e *podcasts* na divulgação científica do conhecimento histórico para um público mais amplo?

Paulo César Gomes: Durante o doutorado, eu comecei a trabalhar com divulgação de História, criando o site *História da Ditadura*, que foi o resultado de uma série de insatisfações com as possibilidades bastante limitadas da vida acadêmica. Eu pensei que poderia fazer algo para ampliar o público que acessa o conhecimento histórico produzido nas instituições universitárias, que tradicionalmente tem sua circulação restrita aos nossos próprios pares. Desde sua criação, em 2016, o projeto já passou por algumas modificações, mas continua ativo e nunca foi interrompido.

Em relação ao surgimento desse novo campo e suas possibilidades aos novos historiadores, gosto de contar um episódio que aconteceu há dois anos, quando fui oferecer um minicurso sobre História Pública e Divulgação Científica voltado para a questão da ditadura. Foi o primeiro minicurso que ofereci sobre esse tema e ele ocorreu durante o XIV Encontro Estadual de História da ANPUH-RS, que nessa ocasião aconteceu na PUC-RS. O minicurso foi uma experiência muito importante. Foi quando comecei a sistematizar toda uma prática que eu vinha tendo desde a criação do *História da Ditadura*. Sempre que eu faço essas viagens acadêmicas, aproveito para produzir conteúdo para o site. Nessa ocasião, entrevistei uma professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e, nesse momento, eles estavam discutindo a implantação da História Pública como ênfase do Bacharelado. Essa professora me perguntou: “*Paulo, quais são as possibilidades profissionais da História Pública?*”. Porque é importante que a gente divulgue e leve o conhecimento que é produzido na academia para um público mais amplo, ou seja, que a gente socialize esse conhecimento. Na minha perspectiva, essa deveria ser uma das nossas principais preocupações, ao lado da realização de pesquisas que fazem avançar o conhecimento histórico. Acho que a produção historiográfica deve caminhar junto com sua socialização. São duas questões que deveriam vir juntas. De todo modo, a dúvida dessa professora era: “*Devemos investir na formação de alunos para que eles estejam aptos para divulgar o conhe-*

cimento que é produzido nas universidades?” Dito de outro modo: Quais são as possibilidades profissionais dos alunos formados para ter essa habilidade? Porque, no Brasil, quem se forma em História tem basicamente duas possibilidades: dar aula no Ensino Básico ou dar aula no Ensino Superior, onde também se deve atuar na área da pesquisa. Nesse sentido, para mim é muito claro que a habilitação de um aluno como historiador público ainda não gera, de fato, uma possibilidade profissional. Pensando não na qualidade da produção, mas no sentido de você se manter materialmente a partir desse trabalho. No momento atual, embora venham surgindo iniciativas muito boas e consistentes no campo da História Pública, essa área ainda não representa uma possibilidade profissional.

TC: Você poderia explicar a diferença entre História Pública e divulgação científica?

Paulo César Gomes: Se você perguntar para o Bruno Leal, do site *Café História*⁷, ou para o Icles Rodrigues, do canal *Leitura Obrigatória*,⁸ eles possivelmente irão dar respostas distintas. No Brasil, essa discussão é muito recente. Somente em 2011 foi publicado o primeiro livro que agrupa artigos que refletem sobre História Pública e divulgação⁹. Então, primeiro, é muito difícil definir o que é História Pública. De maneira geral, é uma forma de se pensar em um método para construir narrativas historiográficas em uma linguagem acessível a um público mais amplo. Essa operação demanda eliminar

para mim é muito claro que a habilitação de um aluno como historiador público ainda não gera, de fato, uma possibilidade profissional. Pensando não na qualidade da produção, mas no sentido de você se manter materialmente a partir desse trabalho. No momento atual, embora venham surgindo iniciativas muito boas e consistentes no campo da História Pública, essa área ainda não representa uma possibilidade profissional.

7 www.cafehistoria.com.br

8 <https://www.youtube.com/channel/UCtMjnvODdK1Gwy8psW3dzrg>

9 ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira. (org.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra & Voz, 2011.

jargões acadêmicos e abandonar o uso de uma linguagem hermética, lançando mão de ferramentas variadas. Isso pode ser desde uma aula pública na rua, como faz o *História ao Ar Livre*¹⁰, em Pernambuco, ou a partir do uso de ferramentas digitais, com *podcast*, sites, perfis de Instagram, Facebook etc. São múltiplas as possibilidades. No caso do Brasil, a História Pública teve, inicialmente, uma ligação muito forte com a História Oral. Foram os historiadores ligados a este campo que deram início às discussões sobre História Pública, realizando os primeiros eventos e viabilizando as primeiras publicações. Hoje em dia, é possível observar que os historiadores da área de teoria começam a ocupar um espaço cada vez mais significativo nos debates. De todo modo, são reflexões que acontecem sobretudo no meio acadêmico. Essa é uma característica que nos diferencia da maneira como a História Pública é vista dos Estados Unidos, por exemplo. Lá a tônica desse campo é sua ligação com o mercado de trabalho e não há necessariamente uma ligação direta com os debates acadêmicos. Já a divulgação científica, do meu ponto de vista, é uma das possibilidades da História Pública. E aí eu falo divulgação do conhecimento histórico, embora a gente também fale divulgação científica, embora haja toda a problemática sobre a História ser ou não uma ciência, que é outra discussão. A divulgação do conhecimento histórico segue algumas regras específicas. Em geral, se eu fosse usar a tipologia do Ricardo Santhiago, eu falaria que a divulgação é uma História produzida para o público.¹¹ Na minha perspectiva, mesmo que haja uma negociação com o público que se deseja alcançar, ou seja, mesmo que levemos em consideração as questões que incomodam a sociedade em determinado momento, quem tem autoridade para divulgar é o historiador profissional. Se a gente passa por uma formação de graduação, mestrado e doutorado para se tornar um pesquisador, uma pessoa que não tenha essa formação não tem condições de compartilhar com um profissional a autoridade de fazer divulgação considerando todo o rigor do método historiográfico. Acho que sobretudo neste momento em que se vive um recrudescimento de práticas autoritárias e a as-

10 https://www.facebook.com/HistoriaAoArLivre/about/?ref=page_internal

11 SANTHIAGO, Ricardo. "Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil". In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (org.). *História pública no Brasil: sentido e itinerários*. São Paulo: Letra & Voz, 2016.

censão do negacionismo, cada vez mais temos que reafirmar nossa autoridade como profissionais habilitados para desmontar esses discursos, reforçando a importância dos métodos, das perspectivas teóricas, das fontes e da pesquisa. Isso não quer dizer que eu defenda que apenas historiadores profissionais possam falar sobre História. Cada um pode falar o que quiser, não importa. Mas é preciso reforçar que a produção historiográfica, seja com fins acadêmicos, seja para divulgar, não é mera opinião. Trata-se de um conhecimento produzido com base em um método e que precisa ser validado pelos pares. Nesse sentido, penso que a divulgação tem um papel muito importante, porque nos permite não apenas estabelecer formas de comunicação que alcancem um público mais amplo, tentando fortalecer o papel da disciplina histórica como conhecimento válido sobre o passado, mas também nos possibilita expor para o público como se chega a esse conhecimento. Habitualmente, nós já apresentamos nossos artigos finalizados, nossos livros publicados, mas quem não é pesquisador, ou não conhece minimamente os métodos de pesquisa, não sabe como chegamos àqueles resultados. Portanto, expor o processo de pesquisa para o público, mostrando quais etapas seguimos para chegar a determinadas conclusões pode facilitar a compreensão de que trabalhamos para produzir conhecimento, e não opinião.

Acho que sobretudo neste momento em que se vive um recrudescimento de práticas autoritárias e a ascensão do negacionismo, cada vez mais temos que reafirmar nossa autoridade como profissionais habilitados para desmontar esses discursos, reforçando a importância dos métodos, das perspectivas teóricas, das fontes e da pesquisa. Isso não quer dizer que eu defenda que apenas historiadores profissionais possam falar sobre História. Cada um pode falar o que quiser, não importa. Mas é preciso reforçar que a produção historiográfica, seja com fins acadêmicos, seja para divulgar, não é mera opinião. Trata-se de um conhecimento produzido com base em um método e que precisa ser validado pelos pares.



Sônia Maria de Meneses Silva tem pós-doutorado pela Universidade de São Paulo (USP), doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). É professora adjunta da Universidade Regional do Cariri (URCA). Tem publicado os livros: *História, memória e direitos*, *Operação Midiográfica: o Golpe de 1964 e a Folha de São Paulo* e organizou, juntamente com Juniele Rabelo de Almeida, *História Pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado*.

Jucélio Regis da Costa
Vera Lúcia Silva

Sônia M. de Meneses Silva

O Golpe de 1964 é um acontecimento exemplar que pode nos dizer muito sobre o que é a sociedade brasileira, sobre como nós elaboramos questões em torno da memória e do esquecimento, sobre os usos do passado e a maneira como os vários grupos sociais ressignificam esse episódio em termos políticos, identitários e até mesmo morais.

Território Científico (TC): Professora, fale sobre sua experiência pessoal em seu campo de atuação, ou seja, sobre sua trajetória acadêmica.

Sônia Meneses: Minha trajetória de pesquisa nos últimos anos está intimamente relacionada ao meu papel como professora na universidade, as questões que emergem a partir da experiência em minhas disciplinas, mas também como historiadora que procura pensar as apropriações do passado como problema do presente. Eu sou professora de Teoria da História há 17 anos. Leciono as disciplinas de Teoria da História, Metodologia, Introdução aos Estudos Históricos, dentre outras, então, as reflexões que hoje realizo são marcadas por esse conjunto de experiências que refletem também as questões epistemológicas do campo, a exemplo das dos conceitos de *acontecimento, verdade, usos do passado no tempo presente, memórias públicas*, dentre outros temas. Dentro dessa trajetória, gostaria de destacar as minhas pesquisas, especialmente, a partir do doutorado, quando passei a investir sobre as relações entre a história e a mídia na produção de história, mas, mesmo antes, no mestrado, trabalhei

com imprensa do século XIX, no Ceará. Investiguei como a violência urbana da cidade começava a ser construída naquele cenário a partir das representações dos jornais que circulavam naquele momento. Embora os problemas teórico-metodológicos que eu iria trabalhar depois ainda não tivessem postos, eles já começavam a ser pontuados ali. A partir de minha tese de doutorado, defendida na UFF em 2011, tenho investido muito fortemente nessas pesquisas que tentam pensar questões do tempo presente. Então, de quinze anos para cá, posso dizer que minhas preocupações têm se situado nessa reflexão sobre os processos históricos no tempo presente, a forma como o passado, seus usos e a memória têm sido mobilizados no espaço público. Isso foi o objeto da minha tese e da minha pesquisa mais recente no pós-doutorado. Se eu fosse amarrar essa trajetória, eu diria que ela parte desses problemas que são do ensino universitário, do pensamento teórico-metodológico da História e as tentativas de investigação dos usos do passado no tempo presente.

TC: Gostaria que você falasse mais sobre a sua principal pesquisa.

Sônia Meneses: Ao situar esse conjunto de pesquisas que realizo nesses últimos anos, posso dizer que tento pensar e refletir sobre um problema geral: que é a *relação estabelecida entre meios de comunicação e as produções midiáticas e a História*. Então o que me mobiliza é pensar em que medida os meios de comunicação, a partir de um determinado momento, passaram a ser grandes vetores de produção de conteúdo, de sentidos históricos no tempo presente. Comecei esse processo de reflexão pelos anos de 2004, 2005, quando me coloquei uma questão inquietante ainda no doutorado: *a quem compete a fabricação dos acontecimentos e conhecimentos históricos no tempo presente?* Essa pergunta começou a ser respondida a partir do olhar sobre a produção advinda dos meios de comunicação. Então, percebi que não poderia responder aleatoriamente à questão. Era preciso encontrar um objeto muito mais marcado dentro da produção de conteúdos históricos e esse objeto foi a *ditadura militar*. Uma vez definido que iria estudar a ditadura militar, escolhi para fazer essa investigação um grupo de mídia, por sua relevância e expressão nacional do tratamento desse acontecimento, que foi o grupo *Folha*

de São Paulo. É uma investigação que vai de 1964 até 2009, mais ou menos, quarenta e cinco anos. E a partir daí, lancei uma série de interrogações do tipo: *como os meios de comunicação constroem acontecimentos, elaboram, produzem acontecimentos na cena pública? Ou seja, como eles escrevem esses acontecimentos na cena pública?* Nesse sentido, essa pesquisa me levou a identificar um processo que se daria em duas grandes etapas, que denominei de *operação midiográfica* – conceito que acabei construindo no processo de elaboração da tese. Em primeiro lugar, uma escritura do acontecimento na cena pública, ou seja, a produção de narrativas desses acontecimentos no exato momento em que eles estão acontecendo e, em segundo lugar, a produção de narrativa histórica de longo prazo que ajuda a monumentalizar esse evento. Recorrentemente, esses acontecimentos voltam como tema de matérias e reportagens. Então, defendi a tese de que os meios de comunicação tanto atuam na escritura de acontecimentos no instante imediato, como também num processo de monumentalização desse acontecimento no tempo. Nessa pesquisa, trabalhei também com todos os projetos editoriais do jornal, porque eu precisava saber como ele pensava os acontecimentos, com todo o material voltando para conteúdos históricos, como livros, encartes, material do site. Nesse sentido, há um grande investimento do grupo em livros, efemérides, vídeos e campanhas publicitárias... Por último, uma coisa que explorei já no final, que foi a participação dos leitores. Fiz isso analisando o Golpe de 1964, porque, a meu ver, esse acontecimento é uma peça chave para entendermos o tempo presente do Brasil.

O Golpe de 1964 é um acontecimento exemplar que pode nos dizer muito sobre o que é a sociedade brasileira, sobre como nós elaboramos questões em torno da memória e do esquecimento, sobre os usos do passado e a maneira como os vários grupos sociais ressignificam esse episódio em termos políticos, identitários e até mesmo morais. Há ainda uma disputa de memórias extremamente relevante nos últimos trinta anos sobre seus significados. Essa pesquisa me levou aos dois trabalhos que desenvolvo hoje, que é pensar agora, não só o papel da imprensa, mas como esses discursos se situam em outros tipos de mídia, que são as redes sociais. Assim, estou trabalhando

com a *internet*, com o *Facebook*, investigando os processos históricos e as construções de sentidos históricos a partir das redes sociais. Só para resumir, terminei o meu projeto de *pós-doutorado*, fazendo uma análise sobre como leitores de grandes jornais de circulação do Brasil e da Argentina, no caso, a *Folha de São Paulo* e o jornal *La Nación*, interagem com conteúdos ligados diretamente às ditaduras militares desses dois países. Foi um estudo comparativo em que tentei abordar o papel dos leitores e internautas nos processos de apropriação e ressignificação desse acontecimento na cena pública desses países. É um trabalho sobre a recepção de conteúdos históricos, mas é também uma investigação sobre os processos de memória e esquecimento em ambos os países. Na primeira parte da pesquisa, já concluída, investiguei o período de 2010 até 2018, e agora, a partir de um projeto aprovado do CNPq, estou fazendo uma investigação sobre a emergência do negacionismo na cena pública brasileira nos últimos trinta anos, porque percebi que os discursos sobre a ditadura militar começaram a avançar vertiginosamente para abordagens negacionistas.

TC: Qual a importância de seu objeto de pesquisa e metodologia adotada no campo da produção do conhecimento científico?

Sônia Meneses: Acredito que esses trabalhos que realizo, além de se situarem na discussão do tempo presente, também agregam o que a gente chama hoje de *Estudos de História Pública*. Esse conceito é relativamente novo, mas ganhou muita repercussão na última década, talvez nos últimos oito anos. São estudos que tentam investigar a produção de narrativas históricas na relação com o público e, ainda, como o público constrói no espaço público, em suas variadas dimensões, suas próprias narrativas históricas. Então, esse é o primeiro ponto que destaco como relevante, que é situar esse tipo de pesquisa a partir das demandas públicas de história. Dentro desses estudos, a investigação sobre as várias mídias se constituem um grande ramo de investigação. Não que a História Pública seja apenas pensada a partir das mídias, ela também aborda, por exemplo, as produções de grupos comunitários, comunidade de tradição oral, instituições etc. São os vários lugares que tomam para si o protagonismo de elaborar essas narrativas históricas em suas demandas e problemas. Mas há

também o papel dos historiadores como narradores públicos da história, essa função que atualmente ganha mais adeptos no Brasil. Essas pesquisas também se preocupam com os usos públicos do passado no espaço público. Como essas são questões muito recentes, é preciso construir novas metodologias porque lidamos com fontes novas que têm surgido numa velocidade espantosa e para as quais os historiadores e as historiadoras ainda não tinham construído percursos para o trabalho. Um exemplo disso são as redes sociais, os *vlogs*, *blogs*, *podcast* etc., materiais produzidos no universo virtual e que têm exigido do pesquisador a produção de novos caminhos.

Nesse sentido, a crítica histórica, mais do que nunca, continua válida, especialmente, para lidarmos com os rápidos processos de monumentalização das narrativas, as construções de mitos e discursos de verdade cada vez mais presentes no cotidiano. Então, acredito que os estudos que investem nessa dimensão da História Pública, além do desafio em si, de pensar essas narrativas, têm também essa necessidade de pensar a metodologia como problema de investigação. Outro grande desafio diz respeito a como nós, historiadores e historiadoras, iremos selecionar, em meio a essa projeção quase ilimitada de materiais que temos à disposição, aqueles que se prestarão à pesquisa histórica. É uma questão muito importante porque ela ressalva na produção acelerada de narrativas e produtos negacionistas, misturam-se, por assim dizer, no mesmo horizonte, registros do passado e a instantânea significação deles na cena pública. Assistimos a explosão de discursos negacionistas sobre os mais variados campos do conhecimento e a história, desde sempre, é um dos mais atingidos nesses ataques. Deste modo, é preciso se reafirmar a importância da produção do conhecimento de maneira sistematizada, nós não podemos abrir mão disso. Portanto, nós historiadores e historiadoras, temos que ter, agora mais do que nunca, esse *cuidado metodológico*, *o estabelecimento de protocolos de responsabilidade, da ética*. Os historiadores e historiadoras do tempo presente e da História Pública ainda têm um desafio maior porque as questões políticas invadem muito constantemente nossos objetos de pesquisa.

TC: O que aconselharia para um pesquisador iniciante dentro da abordagem da história pública, especialmente em relação aos meios de comunicação na construção de narrativas sobre o golpe de 1964?

Sônia Meneses: Uma das primeiras questões para o historiador ou a historiadora que esteja começando a pensar essas dimensões do público e a ditadura militar é estar atento(a) aos vários debates que têm emergido na cena pública dos últimos anos e que ganharam muito em complexidade e variedade. Por exemplo, houve um avanço nos estudos de gênero sobre o tema, sobre os resultados da comissão da verdade, questões étnicas e, além disso, a explosão do tema nas redes sociais. Então, esse tema está sendo muito discutido e, assim, é preciso estabelecermos *um recorte* sobre como você irá estabelecer essa pesquisa, sobre quais fontes, sobre quais problemas ou questões quer pensar esse acontecimento, que temporalidade. O espaço geográfico também é uma questão relevante para pensarmos o episódio para além do eixo Sudeste etc. Lembrando que uma reflexão sobre a ditadura militar requer que o estudante, o pesquisador tenha uma boa preparação sobre os vários aspectos desse acontecimento, porque temos uma produção muito rica sobre esse assunto. Em termos de apropriação pública, o assunto ganhou demandas de sentido renovadas nos últimos anos a partir das novas mídias e mesmo de grupos midiáticos que trouxeram a abordagem sobre o tema para o primeiro plano de suas produções. Vou dar um

O Golpe de 1964 é um acontecimento exemplar que pode nos dizer muito sobre o que é a sociedade brasileira, sobre como nós elaboramos questões em torno da memória e do esquecimento, sobre os usos do passado e a maneira como os vários grupos sociais resignificam esse episódio em termos políticos, identitários e até mesmo morais.

exemplo: agora mesmo a Folha de São Paulo acabou de lançar um grande projeto editorial para discutir a ditadura militar, que envolve a produção de vários materiais, como *lives*, cursos *online*, textos etc. Só esse projeto que a Folha está realizando daria uma grande pesquisa de investigação de História Pública. Então, quem se coloca para pensar a problemática da ditadura militar, hoje, a partir des-

sa chave da História Pública, necessariamente, vai relacionar esse problema a esse conjunto de demandas políticas, mas também, a disputas de memórias, reconstruções desse passado que estamos assistindo.

Talvez, nunca se tenha produzido tanto material sobre a ditadura militar, tampouco tenha se debatido tanto no espaço público do Brasil, mas essa também tem sido uma produção muito acirrada pelas demandas políticas recentes, o que tem causado também um contexto bastante confuso sobre o tema. Por exemplo, temos a produção de vários grupos de direita que resolveram investir nessa narrativa, como é o caso do projeto *Brasil Paralelo*, que tem produzido uma narrativa de características negacionistas sobre o tema, uma espécie de ditadura abrandada. Mas gostaria de destacar que nem toda História Pública é uma história negacionista ou reacionária, mas temos muitas narrativas públicas que hoje têm assumido uma vertente negacionista. Quando você assiste àquele vídeo do *Brasil Paralelo*, ele não vai dizer que não houve uma ditadura militar, mas constrói seu argumento de maneira que o telespectador chegue à conclusão do seguinte: não havia outra possibilidade a não ser a instauração da ditadura no país, isso porque o “perigo vermelho” avançava pelo Brasil. A reedição do inimigo comunista como explicação do episódio é, mais uma vez, usada para sua justificativa. Então, esse também é um outro formato de negação, é uma negação que se constitui pelo abrandamento do acontecimento, por aquilo que se omite, pela manipulação de dados. Quando pensamos sobre essa grande seara de investigação pública que temos do passado, percebemos que, primeiro de tudo, tem um grande campo de pesquisas a ser percorrido. Embora já tenhamos muitas pesquisas sobre ditadura militar no Brasil, quando vamos fazer o apanhado de produções sobre esse tema, percebemos que, do começo dos anos 1990 para cá, há uma profusão advinda da academia, mas, mesmo essa produção, não dá conta dessas demandas que temos assistido nos últimos anos. Efetivamente, o Brasil discutiu muito pouco a ditadura em sua cena pública. Isso é um indício sobre a forma como a sociedade brasileira lidou com esse evento. Nós saímos de um regime ditatorial, no final dos anos 70, sem uma justiça de transição. Então, o país que não

a crítica histórica, mais do que nunca, continua válida, especialmente, para lidarmos com os rápidos processos de monumentalização das narrativas, as construções de mitos e discursos de verdade cada vez mais presentes no cotidiano.

condenou, não investigou crimes, não puniu torturadores, realmente, existe uma profunda quebra de compreensão desse passado que não possibilitou uma conexão clara com essas gerações do nosso tempo, especialmente, quando pensamos os últimos trinta anos. Talvez nós, historiadores e historiadoras, devamos pensar: “*o que fazer para superar essa desconexão*

entre os efeitos daquele acontecimento, ditadura militar, e as gerações de hoje?” Essa é uma questão também para o ensino de história e a própria maneira como esse conteúdo adentra no espaço escolar nas últimas décadas.

Em termos midiáticos, o primeiro grande produto de mídia produzido para a televisão aberta sobre o tema é da Rede Globo, em 1992, com a minissérie Anos Rebeldes. De 1992 para cá foram poucas as iniciativas para discutir o tema na cena pública brasileira. Grande parte dessa onda, dessa avalanche negacionista que estamos assistindo hoje é fruto dessa desconexão com o passado. O que percebemos é que no âmbito do espaço público brasileiro, principalmente nos últimos anos, a ditadura militar se tornou um acontecimento fundamental de disputa política. Tínhamos até o final do século XX uma grande disputa de memórias, mas essa estava, mais ou menos, situada entre militares, simpatizantes de militares, até grupos de extrema direita que defendiam que aquele acontecimento não havia sido ditadura, não havia sido golpe, e sim uma revolução, dentre outras formulações. Essa versão da História nunca deixou de existir e está presente desde 1964, quando os militares assumiram o poder e diziam que estavam fazendo a revolução. De outro lado, e de forma mais aceita, estrutura-se um conjunto de narrativas que se contrapuseram a esse discurso. Reivindicações que partiram das vítimas, mesmo antes do encerramento do ciclo ditatorial. Destaca-se, também, a produção acadêmica, do conhecimento sistematizado, de fontes históricas presentes em arquivos. Muito do que houve desse passado, efetivamente, não foi julgado.

Nós não realizamos essa justiça de transição, mas continuamos com a memória direta daqueles acontecimentos circulando fortemente entre nós. Quando nós adentramos no século XXI, essa disputa circunscrita a esses grupos se rompe e adentra o espaço público através dos intensos debates possibilitados pelos novos usos da Internet. A ditadura militar tornou-se um evento apropriado na teia digital. Por exemplo, o hoje presidente Jair Bolsonaro, então deputado federal, abriu sua página no *Facebook* em 2013, de lá para cá, dentre outros temas, esse canal reproduz uma série de argumentos que o político já vinha projetando ao longo de sua carreira, qual seja: da negação, do desprezo pelos registros históricos, desrespeito à memória dos mortos e desparecidos. Aí, temos um ponto de inflexão importante nas mudanças sobre a compreensão da ditadura na cena pública. No levantamento que realizei em páginas do *Facebook*, ligadas ao Jornal Folha de São Paulo, entre os anos de 2010 e 2013, havia uma compreensão entre grande parte dos internautas de que aquele acontecimento, realmente, foi uma ditadura e um acontecimento de graves prejuízos para a nossa democracia. A partir de 2013, essa curva começa a se movimentar em sentido inverso. É muito interessante porque é exatamente o momento em que o Brasil começa a entrar nesse processo de acirramento político e polarização. Nós temos aí uma década de mudanças extremamente significativas sobre as apropriações desse acontecimento e uma das chaves de interpretação é pensar como a sociedade o compreendia e como passou a compreendê-lo. Então, essas são algumas das chaves que acho que podemos pensar essa relação da ditadura militar também como um problema político dos usos do passado no tempo presente.

TC: Quais são as principais dificuldades enfrentadas para a produção do conhecimento no seu campo de atuação?

Sônia Meneses: Acredito que já até pontuei algumas delas, mas

Talvez, nunca se tenha produzido tanto material sobre a ditadura militar, tampouco tenha se debatido tanto no espaço público do Brasil, mas essa também tem sido uma produção muito acirrada pelas demandas políticas recentes, o que tem causado também um contexto bastante confuso sobre o tema.

vou reforçar o que considero mais complicado. A principal questão que, talvez, temos que pensar é que os estudos de tempo presente e os estudos que envolvem a História Pública requerem uma atenção da responsabilidade e da ética muito mais..., vamos dizer, vigorosa. Por que? Porque nós estamos lidando com conteúdos latentes da sociedade, estamos trabalhando processos desencadeados no “calor da hora”, não que o historiador seja jornalista, não é isso, mas nós estamos pensando processos em curso ao mesmo tempo em que estamos mergulhados neles. Quando nós realizamos estudos do tempo presente, fazemos parte diretamente do tempo que nós estamos investigando ou do que tentamos realizar essa reflexão. Não estou querendo dizer com isso que o historiador ou a historiadora deva ser neutro, de forma alguma, mas que nós temos que ter atenção máxima a esses processos a fim de minimizarmos nossas próprias projeções sobre o objeto. Daí a importância de estabelecermos uma metodologia muito clara, protocolos de organização da pesquisa, clareza quanto aos nossos resultados, o cuidado de sempre evitarmos as generalizações, um dos riscos constantes em estudos do tempo presente. Por exemplo, é muito tentador dizermos que hoje a sociedade brasileira é negacionista por sermos diretamente impactados pela profusão de notícias falsas, pelos embates em torno da autoridade de produção do conhecimento. Então, a primeira apreensão é sermos atingidos pela sensação ou impressão de algo, mas o trabalho de investigação histórica precisa ir além das sensações, isso pode até ser um bom indício, mas é fundamental transpor essa efemeridade que por vezes nos captura. O que significa uma atitude historiadora ética? É uma atitude que diga quais os caminhos que estão sendo percorridos, que seja absolutamente transparente sobre os usos das fontes, dos dados, das referências da pesquisa. Por que dizemos que os conteúdos negacionistas são conteúdos dos quais temos que desconfiar? Em grande medida é porque ele é recheado de omissões, suprime os dissensos e informações, trabalham muitas vezes apenas uma resposta para o problema como se fosse a única e essa resposta quase sempre é direcionada por uma posição política, mesmo que teimem em afirmar que não. Não sabemos como aquelas informações foram elaboradas, não temos clareza quanto aos

registros, sobre como os dados são utilizados. Há afirmações que não são sustentadas em pesquisa. Então, uma atitude historiadora ética é fundamental na pesquisa histórica porque apresenta os caminhos, discute os protocolos de pesquisa, isso estabelece a diferença entre a produção do conhecimento histórico e a opinião.

Outro desafio que considero como relevante é a divulgação. O trabalho de reflexão da História Pública, necessariamente, traz para dentro de si a ideia da divulgação. Porque, percebam, ao mesmo tempo em que nós investigamos essas demandas públicas, *é fundamental que o conhecimento volte para essa sociedade*, que consigamos construir estratégias de nos comunicarmos com ela. Isso vai demandar a apropriação de novas expertises, como metodologias de comunicação, adaptação de conteúdos a linguagens mais acessíveis ao grande público. Acho que o maior desafio, hoje, da História, independente dela ser pública, história social, cultural, do tema, do objeto, é o desafio de atingirmos mais pessoas com o nosso conhecimento. Como se combate negacionismo? Divulgando conteúdo sério, divulgando a produção que passou por um conjunto de protocolos, também assumindo um lugar importante na cena pública. Essa dimensão pública da História pede, necessariamente, a ação dos historiadores e das historiadoras nesse retorno ao público. O conhecimento histórico não pode mais ficar nas nossas gavetas. Tenho discutido muito isso, de todos os desafios que temos hoje, de enfrentar as narrativas negacionistas, de dizer que História não é opinião, que História é conhecimento, é construir estratégias de divulgação desse conhecimento, também utilizarmos dessas ferramentas que possibilitem que mais pessoas tenham acesso a essas produções. Temos que nos perguntar: *“quem vai ler isso?”* *“Quem vai saber disso?”* *“Esse conteúdo que estou produzindo se destina a quem?”* Além das perguntas que sempre nos fizemos:

Grande parte dessa onda, dessa avalanche negacionista que estamos assistindo hoje é fruto dessa desconexão com o passado. O que percebemos é que no âmbito do espaço público brasileiro, principalmente nos últimos anos, a ditadura militar se tornou um acontecimento fundamental de disputa política.

“qual o nosso problema, qual a nossa metodologia, qual a nossa teoria, temos que fazer outra, para quem estamos falando?” Se nós não fizermos essa pergunta, muitos outros farão, aliás, já estão fazendo. Precisamos trazer para dentro dos nossos cursos disciplinas que possibilitem os alunos, futuros professores, a trabalharem nessa dimensão da divulgação. Do mesmo jeito que fazemos, por exemplo, com as pedagógicas para saber como trabalhamos em sala de aula, com os estágios em instituições de pesquisa, laboratórios, centros de documentação, precisamos fazer também disciplinas que nos habilitem a montar um *podcast*, a trabalhar com essas tecnologias para divulgarmos a nossas questões. Para mim, esses são, atualmente, nossos maiores desafios.

TC: Quais são os limites e possibilidades de sua área de atuação como método, fonte e meio de comunicação acadêmico?

Sônia Meneses: Os limites dizem respeito àqueles de qualquer pesquisa histórica. Toda pesquisa está limitada aos processos de construção de registros, aos problemas, às demandas que temos a partir dos acontecimentos e processos que estudamos. Vejo poucos empecilhos na construção dessas pesquisas que trabalham com mídia, exceto, claro, esse cuidado ético, que mencionei há pouco, que sempre temos que ter com esses materiais, isso é uma dimensão importante. Tem-se aberto um grande caminho de investigação de temas, de novos objetos, diria até que, talvez, nós estamos vivendo um outro processo de inflexão e mudança histórica muito importante. Estamos vivendo um processo de mudança, que nenhum de nós é capaz ainda de dizer, efetivamente, onde ele vai dar, porque nós estamos vivendo isso, mas algumas coisas já se apontam no horizonte, como, por exemplo, a quantidade de produtos que têm surgido da ação de historiadoras e historiadores jogados nesses meios de comunicação. Temos *podcasts*, *lives*, vídeos, canais do *Youtube*, *sites*, *blogs*.

TC: A conjuntura política que vivenciamos no Brasil, com um governo de postura antidemocrática, que ataca à ciência e tem reduzido exponencialmente as verbas para a educação e a saúde, que incita movimentos contra a democracia, de defesa do AI-5, de pedidos de fechamento do STF mostram que parcela considerável da população

desconhece ou não tem o interesse em conhecer o que foi a ditadura de 1964-1985. Nesse sentido, que caminhos percorrer para que as pesquisas e estudos produzidos pela história ultrapassem os muros escolares e acadêmicos e atinjam um público mais amplo?

Sônia Meneses: Como eu disse no começo, o conhecimento sobre a ditadura militar no Brasil é uma apropriação muito fragmentada. O tema não foi satisfatoriamente discutido no espaço escolar. Não podemos esquecer, por exemplo, que o tema é ministrado, geralmente, no último ano de ensino médio e no 9º ano. Então, é um conteúdo que, às vezes, o professor sequer consegue abordar. Isso é um dado da realidade, embora nos últimos anos tenha havido um esforço muito grande por parte dos professores e professoras em conta disso, é o que temos percebido, por exemplo, nos relatos de docentes que participam do ProfHistória¹. De outro lado, além dessa dificuldade pedagógica, temos a maneira como a sociedade brasileira lidou com esse acontecimento, na forma como o nosso passado não foi enfrentado qualitativamente, talvez pelo fato de nós termos saído de um regime ditatorial, com a Lei da Anistia que impediu punições, que acabou produzindo impunidade sobre crimes que nunca foram investigados, de corpos que nunca foram sepultados ou que são apenas uma preocupação das famílias das vítimas. Além disso, temos uma sociedade culturalmente muito marcada pelo autoritarismo. Há uma tendência a minimizar violências públicas, violências policiais, violências raciais que também acabam sendo o resultado desse processo de não punição. Quando vamos observar, a ditadura militar é um acontecimento de sentido que se espalha sobre vários elementos da nossa sociedade, como autoritarismo, a impunidade, o desrespeito às instituições estabelecidas, o desrespeito ao sistema democrático. Por isso que falei no começo que podemos pensar a ditadura militar como esse acontecimento exemplar. E o que fazer para tornar esse acontecimento um objeto de apropriação mais relevante para a nossa sociedade? Isso passa por um processo de educação histórica muito mais efetivo, nós precisamos repensar a própria maneira como os conteúdos históricos são

1 Mestrado Profissional em Ensino de História desenvolvido na Universidade Regional do Cariri (URCA) que integra a Rede Nacional do Programa ProfHistória, reconhecido pela Capes, liderado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que tem como objetivo a formação continuada de professores de História que estejam atuando na educação básica (Ensino Fundamental e Médio).

dispostos nas matrizes curriculares. Tivemos uma discussão sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que não mudou quase nada nessa disposição de conteúdos, nessa disposição de reflexões sobre o Brasil mais aproximado da realidade dos alunos. Também temos a dificuldade no estabelecimento de políticas públicas, a exemplo do que foram as questões advindas da Comissão Nacional da Verdade. A nossa sociedade tem tanta dificuldade de lidar com esse acontecimento que a nossa comissão foi instaurada vinte e sete anos depois do encerramento. Ela só teve dois anos para cobrir de 1946 até 1988. Esse período histórico gigantesco, mesmo assim, trouxe muitos dados relevantes, como, por exemplo, o genocídio indígena que aconteceu na Amazônia, a localização de alguns corpos, o depoimento de alguns militares assumindo que houve tortura e, além disso, produziu muita documentação histórica a ser estudada, mas isso, praticamente, não chegou à sociedade em geral. Quase ninguém discutiu como problema.

Além disso, foi realçada uma série de questões sobre as torturas, porque muitos usam o argumento de dizer o seguinte: *“Ah, mas a ditadura brasileira matou pouco comparada à Argentina, comparada ao Chile”*. O que eles não dizem é que o Brasil foi o país que mais torturou pessoas, foi um grande projeto de tortura em massa. Estima-se que entre 8 e 15 mil pessoas tenham sido torturadas, muitas das quais

Como se combate negacionismo? Divulgando conteúdo sério, divulgando a produção que passou por um conjunto de protocolos, também assumindo um lugar importante na cena pública. Essa dimensão pública da História pede, necessariamente, a ação dos historiadores e das historiadoras nesse retorno ao público. O conhecimento histórico não pode mais ficar nas nossas gavetas.

nunca nem chegaram às denúncias e isso acabou se perdendo. Pessoas perderam direitos civis. Então, foi sim um regime extremamente violento. Quando pensamos, por exemplo, na descoberta do Cemitério de Perus, quando encontraram ali centenas de corpos que até hoje não foram identificados durante o governo Maluf. Temos muitos problemas para tratar sobre esse acontecimento. As respostas e as soluções não são fáceis para a nossa sociedade, mas os movimentos que podem ser reali-

zados são, justamente, alguns desses que comecei a falar. A História, enquanto campo do conhecimento, precisa se colocar de maneira contundente na cena pública. Isso, fazemos de várias formas, como na utilização dessas ferramentas de mídia que estão dispostas aí, a exemplo de iniciativas que já apresentaram bons frutos nessa relação, como o *Café História*, criado pelo historiador Bruno Leal, que faz um trabalho muito interessante de divulgação; o *História das ditaduras*, que é coordenado pelo Paulo César Gomes, é uma página que está na internet, tem muitos seguidores, que também tem um site para divulgação da produção de pesquisadores sobre o tema. Então, o que é isso? É uma atitude pública de historiador. Quer dizer, pegamos esses conteúdos que estão em nossas gavetas que foram objetos de teses, dos nossos livros que, às vezes, só tiveram 200, 300 exemplares e ampliamos isso para um público de milhares. Esse é um desafio fundamental, fazer com que esses conteúdos cheguem ao público a partir dessas várias estratégias que estão surgindo. Não é fácil, esse não vai ser um caminho fácil, mas esse é um caminho que estamos construindo agora, nesse tempo presente.

TC: Em relação à desvalorização da profissão do historiador – que teve recentemente sua regulamentação vetada pelo presidente da república, Jair Bolsonaro² – do conhecimento produzido pela História e do professor de História, qual a função do historiador e da historiadora no tempo presente, nessa configuração de negacionismo do Golpe de 1964 e da ditadura?

Sônia Meneses: O historiador e a historiadora têm uma função pública, mas também política no sentido de dizer que defender o conhecimento hoje é um ato político, pensando de maneira ampla. Numa arena de negação do conhecimento, de proliferação de conteúdos fraudulentos, deliberadamente feitos para enganar, difundir preconceitos, autoritarismos, o conhecimento tem que ser pensado como arma política, basta lembrarmos o que houve com o diretor no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o físico Ricardo Galvão, perseguido

2 Após a realização desta entrevista, em 18 de agosto de 2020, foi publicada no Diário Oficial da União a Lei 14.038, de 2020, regulamentando a profissão de historiador. A regulamentação da profissão só foi possível porque o Congresso derrubou o veto total (VET 10/2020) ao projeto original (PLS 368/2019) no dia 12 do mesmo mês.

e exonerado por divulgar os dados do desmatamento na Amazônia negados pelo governo. Os dados são científicos, mas sua divulgação teve um peso político importantíssimo, uma marca de resistência. Não estou falando no sentido político partidário, não. É no sentido político das relações de poder, nos processos de resistências e de defesa de princípios democráticos, do debate, das referências públicas do conhecimento. Mais do que nunca, o historiador e a historiadora têm que assumir esse papel de mediador importante dentro da sociedade. Nós temos que nos colocar como divulgadores, mas não como “reis da História”, a História não nos pertence, a História é de todos, mas nós temos esse papel fundamental de mediação, de dizer assim: “*vamos pensar criticamente sobre isso que está sendo produzido por aí, sobre esses conteúdos, o que eles nos dizem, servem a quem? Como nós podemos respondê-los?*” Por muito tempo, os historiadores e historiadoras se retiraram da cena pública. Praticamente, nós não escutávamos opiniões de historiadores, escutávamos sociólogos, antropólogos etc., para falar sobre os problemas políticos, problemas sociais, problemas culturais. Então, era como se nós não pudéssemos dar opinião porque só falamos do passado. Mas aquilo que nós colocamos como problema no presente tem uma íntima relação com esse passado. Então, acredito que, mais do que nunca, estamos vivendo um momento de crise política, muito profunda, estamos vivendo um momento de negação do conhecimento e todas essas constatações nos levam a dizer o seguinte: o historiador tem que ganhar a rua. O conteúdo histórico, o conhecimento histórico não pode mais ficar relegado às paredes acadêmicas. A função principal do historiador, hoje, é estabelecer essa mediação da produção do conhecimento histórico, protocolado, ético com essa sociedade. A sociedade que nos cerca quer saber de história, ela precisa de história, a história é necessária. Hoje, as produções que evocam temporalidades distintas, que trazem temas de outras temporalidades, têm uma grande audiência. Estava mencionando ontem, numa fala sobre ensino de História, o projeto, milionário, que a Rede Globo fez no final de 90 para o início de 2000, sobre as efemérides dos 500 anos do descobrimento do Brasil. Aquilo ali foi um projeto de milhões e que significa dizer que a sociedade é mobilizada por esses temas, que ela consome história, mas nosso

interesse não é meramente do consumo mercadológico. Nossa compreensão do consumo caminha muito mais pela ideia de um consumo cultural. O valor desses conteúdos na medida em que eles são capazes de mobilizar memórias, posicionamentos, identidades.

TC: Fale sobre as possibilidades e limites em torno das escolhas temáticas e institucionais para a pesquisa acadêmica.

Sônia Meneses: De fato, entramos em outra seara, que é dessa relação dentro do campo. A primeira pergunta é qual o cenário de investigação histórica no Brasil hoje? O que as nossas academias estão trabalhando? Atualmente, podemos dizer que o cenário do Brasil é muito mais diverso do que era há vinte anos, quando entrei no mestrado. Para vocês terem uma ideia, quando passei para o doutorado em 2007, na UFF, aqui no Ceará ainda não tinha o curso de doutorado. O curso da Universidade Federal do Ceará (UFC) foi a primeira pós-graduação *stricto sensu* feita, inicialmente, em parceria com a UFRJ e a primeira turma é de 98. Até meados de 2006 ou 2007, o cenário dentro do campo historiográfico brasileiro ainda tinha uma predominância de abordagens no campo da História Social e, aí sim, é um grande campo de investigação, não apenas uma abordagem, é um grande campo que congrega várias abordagens. Uma grande parte dos estudos, dos cursos de pós-graduação do Brasil traziam essa marca da história social. A partir do Sudeste, tivemos o processo de disseminação das pós-graduações no Brasil. Isso é bom e ruim ao mesmo tempo, porque durante muito tempo nós ficamos submetidos a essa centralidade do Sudeste. Então, quem queria fazer o mestrado e o doutorado, por muito tempo, tinha que ir, sobretudo, para o Rio de Janeiro ou para São Paulo. Não por um acaso, há toda uma geração de historiadores e historiadoras formada nos cursos de pós-graduação de São Paulo e do Rio de Janeiro. A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) formou muita gente do Ceará. Teve outro grupo muito importante que foi para a UFRJ; outro, que foi para a Unicamp.

Hoje, a situação está muito mais interessante, porque, por exemplo, quase todos os estados do Nordeste têm pelo menos um mestrado em história, além de centros muito relevantes. Temos cursos de História Cultural, como na Paraíba, na própria Unicamp; de História Pública, que abriu recentemente no Paraná; cursos de História Regional, de

História e Espacialidades em Natal; História Social dos Sertões em Caicó, Rio Grande do Norte, apenas para mencionar alguns. Há uma diversidade muito maior. Os alunos que estão se formando hoje têm essa possibilidade de variedade de abordagens e temas. Quando você vai fazer um projeto de mestrado, uma pesquisa de doutorado, tem que ter essa racionalidade do campo também. Isso é o limite muito concreto: as adequações das pesquisas às áreas de concentração. Nesse sentido, “A operação historiográfica” de Michel de Certeau³ continua a nos ensinar muito. Nós ainda vivemos nessa “liberdade condicionada”, como diria o autor; somos livres, mas nem tanto. Para quem está começando agora, “*Ah, eu quero fazer um projeto de História Pública, de tempo presente*”, é muito importante, por exemplo, que o candidato, candidata conheça as linhas dos programas para os quais vai concorrer.

TC: Quais perspectivas futuras você apontaria em sua área de atuação?

Sônia Meneses: Os caminhos da História Pública estão abertos e eu diria que estamos apenas no começo da exploração de suas várias possibilidades. Isso que chamamos de história pública, hoje, emergiu junto às mudanças sociais, culturais e, sobretudo comunicacionais, que assistimos nas últimas duas décadas. É, portanto, uma abordagem que foi demandada pelos desafios de nosso tempo. Congrega muitos elementos que já estavam aí, mas se propõem a avançar mais, especialmente sobre os desafios da divulgação histórica, do letramento histórico, das dimensões públicas do ensino, dos desafios da recepção, apropriação e consumo de conteúdos históricos, nas narrativas de coletividades etc. A História Pública e os estudos do tempo presente se

O historiador e a historiadora têm uma função pública, mas também política no sentido de dizer que defender o conhecimento hoje é um ato político, pensando de maneira ampla.

tornaram uma chave de compreensão desse momento histórico que estamos vivendo. Então, podemos dizer que, nesse sentido, a produção desse conhecimento histórico, situado nessas temáticas, tem dialogado muito diretamente com es-

3 CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

sas demandas públicas. Isso não significa dizer que estamos fazendo um trabalho jornalístico ou sociológico, embora eu ache que nós não devemos ter medo de dialogar nem avançar para o debate franco com esses vários campos. Eu penso as fronteiras de maneira mais fluidas e colaborativas. Quanto mais nós dialogarmos com outras disciplinas; quanto mais pudermos experimentar novas metodologias e até outros olhares sobre nossos objetos, mais rica será nossa produção. Sempre costumo dizer que todos os temas são possibilidades de investigação histórica, desde que você lembre só de um elemento fundamental: o tempo. Particpei de uma banca de doutorado que trabalhava com *blogs* de moda. Até para mim foi uma temática muito nova, mesmo que eu já trabalhe internet, mas nunca tinha lido um trabalho que tivesse essa coragem de avançar para além de nossos problemas e agregar os de outros. Alguns poderiam perguntar, e eu já passei por isso algumas vezes, “*esse trabalho é de História?*” Mas é claro que é, porque ela estudou um fenômeno que é histórico, também, essa relação que os sujeitos, as mulheres e os homens, têm com a moda, com o corpo, com o vestir. Os estudos sobre tempo presente, sobre História Pública, a dimensão do tempo sempre tem que perpassar toda a investigação, não importa se você está trabalhando com *internet*, um jornal, a televisão, um grupo comunitário, mas o entendimento de um processo temporal, sempre tem que está marcado. A única questão que é basilar e que nós não podemos abrir mão é a reflexão dos objetos históricos na dimensão temporal.

Queria dizer só uma última coisa, pensando nos alunos que ainda estão aqui, tem uma coisa fundamental, é a relação de História e o prazer da pesquisa. Eu, particularmente, sou uma pessoa que tenho muito prazer naquilo que faço. Então, para mim, não é sofrimento, a pesquisa histórica é uma relação de prazer, de descoberta, que instiga a curiosidade, que me estimu-

Quanto mais nós dialogarmos com outras disciplinas; quanto mais pudermos experimentar novas metodologias e até outros olhares sobre nossos objetos, mais rica será nossa produção. Sempre costumo dizer que todos os temas são possibilidades de investigação histórica, desde que você lembre só de um elemento fundamental: o tempo.

la a pensar questões. Sempre bato muito nessa tecla de dizer que a pesquisa histórica deve ser também uma relação de prazer, de gostar. Então, é muito importante que vocês procurem nessa investigação, além dessas demandas que são necessárias, temas que também os impulsionem cada vez mais para frente, a pensar essas questões, a contribuir e ver a pesquisa histórica dentro dessa dimensão do papel político e público do historiador. Acho que nós precisamos, mais do que em qualquer outro momento, voltarmo-nos para essa ideia do nosso papel público, defender a História, defender o conhecimento, defender o direito que as pessoas têm de ter uma reflexão balizada sobre o seu passado, uma reflexão que possibilite mudar o seu presente, porque pensamos que estudamos História para ver esses processos do passado. Não, a História, fundamentalmente, é um processo de autoconhecimento e mudança. Por muito tempo, nós tivemos muito medo de que o conhecimento histórico fosse usado nas ruas. Ele tem que ser usado, ele tem que ser refletido, agora, esse conhecimento histórico que procuramos construir a partir desses balizadores, dessas metodologias, desse ir e vir no tempo.

**A História, fundamentalmente,
é um processo de autoconhe-
cimento e mudança.**



Rodrigo Patto Sá Motta é Professor Titular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisador 1D do CNPq. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República e História Contemporânea. Possui diversos livros publicados, entre eles, *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil* e *As universidades e o regime militar*. Foi presidente da Associação Nacional de História (ANPUH) no período 2013-2015.

Rodrigo Patto Sá Motta

Lucas Pedretti
Marina Camisasca

A ditadura é um tema acadêmico, é um tema de nossa história fundamental para entender o país, entender o momento em que a gente vive e, também, para pensar projetos para o futuro.

Território Científico (TC): Primeiramente gostaríamos que você falasse como foi sua trajetória acadêmica.

Rodrigo Patto: O meu curso de graduação original na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) foi Administração de Empresas, mas não fui feliz e troquei para História. Já estava há mais ou menos dois anos como aluno da Administração e pedi reopção para História. Comecei a graduação em História no início de 1986 e fiquei fascinado com o curso. Eu me encontrei no curso de História e fiquei muito feliz. Durante um tempo, inclusive, nem pensava em como iria atuar profissionalmente, estava curtindo o curso. Desde o início, percebi que o meu interesse era por história política, história do poder político, história dos conflitos políticos, era isso que me fascinava. Esse interesse tinha relação também com a militância política. Na mesma época em que passei para História, comecei a militância em partido de esquerda e no movimento estudantil, e isso contribuiu para o interesse por história política. Fiz iniciação científica com a Lucília de Almeida Neves Delgado¹, que foi minha orientadora também no mestrado, e estudei a Aliança Liberal em 1930, o que consolidou o meu interesse pela história política. Nesse início, tinha uma visão

1 Professora de História aposentada da UFMG e professora do programa de pós-graduação em Direitos Humanos da UnB.

mais tradicional da história política, instituições, líderes, e com essa pegada teórica mais tradicional, fui para o mestrado fazer um estudo sobre o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o partido de oposição à ditadura. Fiz mestrado em História na UFMG em 1990, na primeira turma. Aliás a minha dissertação foi a primeira defendida em História na UFMG, em 1993.

A entrada no doutorado foi processo mais complexo, pois quando terminei o mestrado já estava dando aula na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). No meio do mestrado, em 1991, fiz concurso para professor na UFOP e fui aprovado. Entrei na UFOP como professor auxiliar e o meu trabalho aumentou muito, tinha que tocar o mestrado e começar a dar aula em universidade, era um desafio. Por outro lado, acho que isso contribuiu para a minha formação, já que a docência na universidade favorece a pesquisa. Terminei o mestrado em 1993 e parti para o doutorado. Nesse momento, eu já estava transitando entre a história política clássica e a nova história política. Pensei em estudar o Partido Comunista Brasileiro (PCB) como cultura política, combinando um estudo de cultura política com história política mais clássica. Com esse projeto, tomei bomba na primeira instituição em que concorri e depois fui aprovado na Universidade de São Paulo (USP). O fato de ter tomado bomba em uma das seleções me fez refletir sobre o projeto e me levou a mudar a perspectiva teórica e temática. Desisti de estudar o comunismo e fui para o anticomunismo. Acabei dando sorte, foi uma boa escolha. Fiz a tese sobre o anticomunismo, que do ponto de vista teórico representou uma combinação entre história política clássica (estava interessado em entender o conflito político, a disputa pelo poder, os golpes autoritários no Brasil) e uma abordagem mais culturalista, porque pensei o anticomunismo como um fenômeno cultural também, que mobiliza paixões e medos. Defendi o doutorado na USP em 2000 e, posteriormente, a tese foi publicada como livro². Nesse momento, eu já era professor da UFMG, passei no concurso em 1995.

2 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2002 (editado em inglês pela editora Sussex Academic Press e em espanhol pela Editora Universitária Argentina UNGS em 2019).

A partir da tese, segui mais ou menos pelo mesmo caminho, combinando história política com história cultural da política; fiz um mergulho nos acervos de repressão ajudando a organizar a documentação do DOPS de Minas e, ao mesmo tempo, o acervo da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) da UFMG. A partir desse acervo da AESI decidi fazer uma pesquisa de mais fôlego, que se transformou no livro *As universidades e o regime militar*³. Comecei a conceber esse livro pesquisando a AESI da UFMG, ali fui me dando conta do que foi a política universitária da ditadura. Até então, eu pensava muito pelo viés da repressão, mas estudando o arquivo da repressão comecei a ver que tinha um aspecto modernizador importante, de reforma na universidade, que passava pela repressão também. Este livro das universidades e o livro sobre o anticomunismo são os livros mais importantes que escrevi. O das universidades é um mergulho maior na ditadura porque no livro sobre anticomunismo não entro na ditadura; mas acho ele importante para estudar e entender a ditadura, porque faço um mergulho nos movimentos anticomunistas para compreender o que foi o golpe de 1964. Acho que o livro traz uma contribuição importante para entender a origem da ditadura. Atualmente, tenho pesquisado a imprensa e a ditadura. Estou fazendo um estudo sobre a imprensa argentina, para comparar como as duas imprensas, a brasileira e a argentina, lidaram com as ditaduras. Acho que sintetizei o principal.

TC: Você poderia aprofundar um aspecto da sua trajetória que diz respeito ao fato de como e quando surgiu o interesse em pesquisar especificamente temas relacionados à última ditadura brasileira?

Rodrigo Patto: Desde o mestrado, meu foco essencial era a história recente, fiz o mestrado no início da década de 1990 e estava estudando um objeto que existiu de 1966 a 1979, fazia apenas 12 anos que o MDB tinha acabado. Estava estudando a ditadura, só que meu interesse na época era a oposição, e não os agentes da ditadura. No doutorado, o interesse não era tanto a ditadura, a minha grande questão era entender a direita pelo viés do anticomunismo e isso foi um mergulho de pesquisa fascinante, porque aprendi muita

3 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. RJ: Zahar, 2014.

coisa, era uma área que não conhecia e comecei a ler para entender a direita. Acho até curioso ver agora as Ciências Sociais, por exemplo, os colegas da Sociologia, da Ciência Política estarem descobrindo a direita conservadora e fico pensando: “*Li esse pessoal na segunda metade dos anos 1990*”. Fui longe, li o Joseph de Maistre⁴, do final do século XVIII, para tentar entender a filosofia da direita, a filosofia conservadora; para entender o anticomunismo, fui puxando o fio até chegar nos movimentos contrarrevolucionários do século XVIII. Então, na pesquisa sobre o anticomunismo, a questão era entender a direita e os impulsos autoritários de direita, e a repressão motivada pelo sentimento antiesquerdista, anticomunista. Isso é muito importante para entender tanto o golpe de 1937 quanto o golpe de 1964.

Não entrei na ditadura pós-1964, mas no livro sobre as universidades, o foco é a ditadura, ainda que seja também um estudo para entender as relações entre a ditadura e a elite acadêmica e intelectual. Mas o objeto e o recorte temporal são a ditadura. Isso tem a ver um pouco com o movimento da historiografia no Brasil no início dos anos 2000, período em que começaram a surgir mais pesquisas relacionadas à ditadura militar. Na mesma época em que eu estava pesquisando a elite universitária, por exemplo, a Denise Rollemberg⁵ estava estudando os advogados, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), estava estudando a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e ela foi produzindo capítulos de livros sobre isso. Então, a ideia era também dialogar com a historiografia que estava se avolumando sobre a ditadura e o livro propõe esse diálogo. Quando proponho, por exemplo, usar o conceito de acomodação para entender a zona intermediária entre resistência e adesão, é um diálogo direto, por exemplo, com a Denise, que gosta do termo zona cinzenta, que vem do Pierre Laborie⁶. Preferi usar acomodação, me parece mais inspirador em termos de compreensão do que zona cinzenta, mas a inspiração é semelhante. Do ponto de vista teórico, pensei acomodação como

4 Escritor, filósofo, diplomata e advogado que viveu entre 1753 e 1821 e foi um dos proponentes mais influentes do pensamento contrarrevolucionário ultramontano no período imediatamente posterior à Revolução Francesa de 1789.

5 Historiadora e professora da Universidade Federal Fluminense.

6 Historiador francês que viveu entre 1936 e 2017 e se dedicou a estudar a opinião pública sobre o regime de Vichy.

um aspecto da cultura política brasileira que é recorrente e me propus a ver isso durante a ditadura.

TC: Puxando o link com o que você falou do movimento da historiografia nos anos 2000 isso teve muito a ver com a abertura dos arquivos. Queria que você falasse sobre o seu encontro com as fontes.

Rodrigo Patto: Essa questão dos acervos documentais é chave. No doutorado, ao estudar o anticomunismo, já fiz um mergulho nos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS); pesquisei os acervos do DOPS do Rio de Janeiro e de São Paulo, quer dizer, da polícia política. Eles usaram vários nomes, DOPS é o nome genérico. Aquilo me abriu um universo muito interessante para entender os órgãos de repressão. Essa pesquisa foi em 1997 e 1998. No início dos anos 2000, apareceram vários outros acervos, mas o mais importante foi o fundo documental do Serviço Nacional de Informações (SNI), disponibilizado entre 2005 e 2006. Nessa altura, estava começando a pesquisa das universidades e resolvi meter as mãos ali para ver o que conseguia encontrar. Antes disso, fiz a pesquisa nos arquivos nacionais norte-americanos, que foi no segundo semestre de 2006 e primeiro semestre de 2007, e foi muito fascinante. Primeiro, pelo tamanho do arquivo, que é uma coisa assustadora, quase um hangar de avião eles têm para guardar documentos. Recolhi muita coisa útil para entender a política universitária da ditadura e a participação americana no processo de reforma universitária no Brasil, para isso fui lá, com uma bolsa de pós-doutorado do CNPq para estudar os acordos MEC-USAID⁷. Quando voltei ao Brasil, procurei o Arquivo Nacional e fiz os contatos para ter acesso à documentação do SNI. Nesse período, ainda havia muita dúvida sobre o acesso, porque tinha todo aquele conflito que vinha das leis de acesso dos anos 1990. Depois teve o decreto do Fernando Henrique Cardoso restringindo o acesso, então, naquele período, 2007, 2008, o Arquivo Nacional não sabia muito bem como proceder para dar acesso, porque temia processos judiciais. Aliás, não só o Arquivo Nacional, o Arquivo Público Mineiro também tinha dificuldades para lidar com os arquivos do DOPS. Lembro inclusive de sugerir a quem estava me atendendo

7 Convênios realizados a partir de 1964, durante o regime militar brasileiro, entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID).

no Arquivo Nacional que podiam me entregar os documentos com os nomes tarjados. Houve uma fase em que eles mandaram documentos sem os nomes e não me importei. Depois, com a resolução do problema de acesso no governo da Dilma Rousseff (PT), em 2011, 2012, isso acabou, eles passaram a liberar. Hoje, inclusive, você acha online. Essa abertura de arquivos foi muito interessante.

Utilizei o acervo da AESI que já mencionei e, além disso, fui para o campo da História Oral. Resolvi fazer entrevistas para ter outra perspectiva do tema, e fiz 50 entrevistas. Então, foi um cruzamento de fontes bastante amplo e muito interessante em termos de análise da informação, porque muitas vezes o documento do arquivo me abria caminho para fazer o roteiro das entrevistas, e frequentemente elas confirmavam o que estava no arquivo policial. Tem gente que acha que arquivo policial é todo manipulado, inventado, mas tive vários exemplos em que as pessoas confirmavam e inclusive ficavam assustadas: *“como é que eles sabiam tudo isso?”* Às vezes ficavam desconfiados de mim, *“como é que eu sabia tudo isso?”*. Então, a pesquisa me permitiu cruzar a fonte oral com a fonte arquivística de uma maneira bem interessante.

TC: Gostaríamos de retomar um aspecto ainda sobre arquivo, sobre o processo de luta pelo acesso e a organização desses acervos, do DOPS e da AESI. Você podia falar um pouco desses processos?

Rodrigo Patto: Foi logo depois que terminei o doutorado. No final de 2000 e início de 2001, procurei a superintendente do Arquivo Público Mineiro (APM) à época, a Edilaine Carneiro. Eu sabia que o arquivo tinha recebido a documentação do DOPS, que foi um processo muito moroso, um conflito enorme para que a documentação fosse recolhida ao arquivo. A polícia dizia que não existia e foi preciso fazer uma CPI na Assembleia Legislativa, os deputados foram à Secretaria de Segurança, localizaram os microfimes do DOPS e determinaram que fossem entregues ao Arquivo Público Mineiro. O APM recebeu os microfimes, acho que em 1998, mas em 2001 não tinha ainda começado a organizar e fui procurar a superintendente para oferecer a ajuda da UFMG, a minha ajuda, e acertamos de fazer um convênio para a organização do acervo do DOPS. Então, a gente

enviou projetos à FAPEMIG e ao CNPq e, com esse dinheiro, os rolos de microfilme foram digitalizados, foram transformados em imagem digital, o que no início dos anos 2000 era muito mais complicado e mais caro do que hoje. A partir das imagens digitalizadas, bolsistas de iniciação científica iam lendo os documentos e criando um instrumento de busca, indexando datas, nomes, locais. Esse projeto junto ao APM durou mais ou menos 5 anos. Foi um trabalho extremamente interessante, que gerou muitos desdobramentos e ainda gera. Foi um aprendizado grande em termos de lidar com o acervo, com algumas dificuldades de natureza ética e jurídica, porque naquela época a legislação de acesso ainda era confusa e o APM decidiu que não ia dar acesso público a todos os documentos. Por isso, a gente propôs um critério para não fechar toda a documentação, que foi restringir apenas o que dissesse respeito à honra, à intimidade e à privacidade. Os alunos foram instruídos a assinalarem quando o documento tratasse de assuntos íntimos. Esse procedimento pode ser polêmico, mas, pragmaticamente, permitiu a abertura de mais de 90% da documentação. O que envolvesse questões de privacidade, quando a pessoa pesquisava aparecia *“restrito pela lei de acesso”*. Só que depois da aprovação da nova lei de acesso, em 2011, em conversa com o APM foi decidido que essa restrição ia ser retirada, e acho que foi feito.

O processo da AESI foi parecido. Procurei a direção da Biblioteca Universitária da UFMG, porque o fundo AESI está depositado na Biblioteca Universitária, por uma decisão do reitor Cid Veloso em 1986, quando a Reitoria pegou o que sobrou do arquivo da AESI e mandou para a Biblioteca Universitária para que fosse preservado. Essa atitude deve ser elogiada, porque vários reitores mandaram queimar ou sumiram com os documentos. O acervo no início dos anos 2000 estava organizado, mas não tinha um instrumento de busca eletrônico e a gente, com dois bolsistas, montou esse instrumento. Os estudantes leram a documentação e criaram um instrumento que foi colocado no site da Biblioteca Universitária da UFMG. Nesse acervo não houve restrição de acesso de qualquer espécie, ficou tudo aberto ao pesquisador. Então, essas duas experiências foram muito importantes na minha carreira de pesquisador porque foram momentos de combinar um pouco historiador com arquivista. Tive que trabalhar pensando

a lógica do arquivo na organização do acervo, e é interessante o historiador conhecer bem o arquivo, facilita muito o nosso trabalho. Devo dizer que as duas instituições (APM e BU-UFMG) tinham ótimos profissionais e a parte técnica, eles resolveram com maestria.

TC: Você poderia nos contar sobre a sua experiência de pesquisa nos arquivos norte-americanos?

Rodrigo Patto: Foi muito fascinante, tenho vontade de voltar lá. É um complexo de arquivos, várias unidades, inclusive tem as bibliotecas presidenciais que também fazem parte dos Arquivos Nacionais. Pesquisei em uma das unidades, que é chamada de *National Archives 2*, fica no estado de Maryland, mas é na grande Washington, ao lado da capital, a 5 quilômetros do centro de Washington e perto da Universidade de Maryland, à qual eu me liguei. Eu ia para o arquivo às 9 horas da manhã, quando abria, e ficava até fechar às 17 horas. Fotografei os documentos para ficar mais fácil de carregar e mais barato também. Foram cerca de 7 mil fotos de documentos. Aliás, esse acervo a gente disponibilizou online na página do Laboratório de História do Tempo Presente (LHTP). Tem um material muito interessante que não foi usado ainda, até estou com uma bolsista de iniciação científica que está fazendo uma triagem do material que pode ser publicado para chamar mais atenção das pessoas para o acervo. Tem coisas interessantes, por exemplo, os planos norte-americanos de invasão ao Nordeste nos anos 1940. Esse foi um momento da pesquisa em que saí da ditadura, porque era tão fascinante o arquivo que fui pegando várias coisas, inclusive peguei documentos da época da 2ª Guerra Mundial. Mas me concentrei no período de 1960, 1961 até 1973, que era o ano limite do que estava disponível na época, pela lei de acesso deles. Eram documentos principalmente vindos da embaixada norte-americana, dos vários consulados e de vários programas que eles mantinham no Brasil. Eles fizeram acordos com as universidades, treinamentos para polícia etc. Esse material me fez produzir vários artigos.

Nesse arquivo tem uma coisa muito fascinante, que acabei não aproveitando, que é o fundo de imagens. Eles têm um setor que arquiva filmes produzidos pelo governo americano, tem alguns filmes

de treinamento para a América Latina, treinamento para policiais e militares que é muito interessante. Fui conhecer esse setor, mas acabei não reproduzindo filmes. Foi uma experiência interessante nos arquivos norte-americanos, me rendeu muita coisa, usei principalmente no livro sobre as universidades. Tem um capítulo do livro que é muito baseado nessa pesquisa, que é sobre a presença norte-americana na educação e nas ciências sociais brasileiras. Essa pesquisa me possibilitou também produzir vários artigos, inclusive sobre polícia, que é uma outra área de pesquisa que tenho desenvolvido desde a época de organização do acervo do DOPS/MG. Na pesquisa nos arquivos americanos encontrei muitos registros sobre a polícia brasileira, principalmente as polícias políticas. Tem inclusive um material muito interessante produzido pelos americanos quando vieram fazer o acordo policial no Brasil. A partir de 1958 eles mandam alguns agentes para fazer um levantamento de campo aqui, para ver como operava a força policial brasileira. Eles visitaram vários estados e fizeram relatórios. Focavam no DOPS e tem muita informação interessante sobre várias delegacias de ordem política e social. Uma parte desse material não foi usada ainda.

TC: Como você entende a importância dos seus objetos de pesquisa para a construção do conhecimento histórico sobre a ditadura? Quais são as lacunas empíricas e teóricas que as suas pesquisas tentam preencher?

Rodrigo Patto: Do ponto de vista da informação e da análise, pensando na compreensão e explicação da história da ditadura, acho que entre minhas contribuições mais relevantes se destaca o tema da disposição antiesquerdista dos apoiadores da ditadura, acho que esse é um elemento definidor da ditadura no Brasil, a disposição de combater a esquerda, de impedir que a esquerda tenha influência no Brasil. Acho que talvez a minha contribuição mais relevante tenha sido chamar a atenção para a importância desse sentimento antiesquerdista, que no Brasil quase sempre é verbalizado através do anticomunismo. Na sua repulsa à esquerda, a direita quase sempre usa a retórica anticomunista, como se toda a esquerda fosse comunista. Sem entender esse elemento anticomunista, que é muito

arraigado na direita brasileira, não dá para entender o impulso inicial da ditadura, o movimento golpista. Acho que o principal elemento que gera a eclosão do golpe é essa repulsa antiesquerdista que eles verbalizavam como anticomunismo. A repulsa não é apenas contra o comunismo, é também contra a esquerda socialista e as esquerdas moderadas. Tenho defendido isso desde a época da minha tese de doutorado, porque a historiografia sobre o golpe no Brasil, na época em que fiz a tese, falava muito em um golpe antipopulista e antirreformista. Ao estudar o anticomunismo e perceber a sua força, cheguei à conclusão que o ponto unificador dos golpistas não foi uma oposição às reformas, e também não foi uma oposição a qualquer forma de populismo, mas a repulsa às esquerdas. As reformas defendidas no pré-1964, as chamadas reformas de base, uma parte delas, alguns setores da direita aceitavam, setores que fizeram o golpe de 1964 aceitavam uma reforma agrária compatível com o capitalismo, assim como também aceitavam fazer uma reforma universitária. Se você aprofunda no estudo do discurso da direita na época, como eu fiz, o ponto chave não era negar as reformas, era “abaixo o comunismo”, “abaixo o socialismo”, “abaixo Cuba”. Se eles brandissem a bandeira “abaixo as reformas”, não teriam criado um movimento daquela envergadura, muita gente não ia apoiar a derrubada de Goulart para impedir reformas. Tem pesquisas do Ibope da época que mostram que 70% da população urbana era a favor da reforma agrária. Então, acho que a principal contribuição das minhas pesquisas foi mostrar que em 1964, o ponto chave é o antiesquerdismo e o anticomunismo. Claro que depois, ao longo da ditadura, isso vai ficando mais complexo, porque a ditadura vai ter outras pautas além de combater a esquerda, tem momentos inclusive em que isso não é a prioridade.

Mas o tema antiesquerdista foi o que reuniu a direita em 1964, uma questão que a ditadura continuou usando depois. Para buscar apoio, por exemplo, em 1968 e 1969, ela usou o antiesquerdismo para tentar aceitação para o AI-5. Um aspecto desse trabalho sobre o anticomunismo que eu continuo gostando, não estou dizendo que eu tenha sido a primeira pessoa a fazer, que seja totalmente original, é o seu recorte teórico e metodológico, que aliás eu continuo aplicando até hoje, que é combinar no texto uma amarração entre nar-

rativa e análise. Em outras palavras, a combinação entre a abordagem sincrônica e diacrônica. Na tese, usei capítulos diferentes para aplicar essas abordagens. Alguns capítulos mais narrativos e outros mais analíticos. Essa combinação acho muito legal, inclusive porque aproxima mais a história da preocupação das ciências sociais, que é também a de analisar. Tem uma historiografia tradicional, que ainda é feita, que é só narrativista. De qualquer modo, não acho que a oposição entre narração e explicação seja assim tão simplória, inclusive o filósofo Paul Ricoeur⁸ afirmou que narrar já é também explicar.

No caso do livro sobre a ditadura e as universidades, acho que a principal contribuição, em diálogo com a historiografia, foi mostrar que a ditadura teve um caráter ambíguo. Isso já era sabido, mas a ideia do livro é tentar mostrar como opera essa ambiguidade da ditadura, que é ao mesmo tempo autoritária, repressiva e anticomunista, mas tem uma faceta modernizadora, especialmente nas áreas de economia, tecnologia, ciência e administração pública. Uma das contribuições do livro foi mostrar como operou a chamada modernização conservadora. Porque o conceito de modernização conservadora de Barrington Moore⁹, que ele elaborou nos anos 1960, foi usado desde o início da ditadura. A primeira vez que falaram que a ditadura brasileira era um experimento de modernização conservadora foi no final da década de 1960. Mas acho que ninguém tinha feito uma pesquisa para tentar aplicar isso de maneira mais aprofundada, para mostrar como opera essa combinação entre impulsos autoritários, conservadores e modernizadores, e foi o que tentei fazer no livro e acho que de maneira bem-sucedida. Ali há uma contribuição interessante para entender a ditadura, mas também para entender as universidades no Brasil, daquela época e de hoje. Teoricamente fiz a proposta de analisar esses paradoxos da ditadura usando o conceito de acomodação, essa combinação entre modernizar e reprimir é uma estratégia de acomodação também, uma estratégia de combinar impulsos paradoxais, contraditórios. Mas não falo que a ditadura

8 Filósofo francês que viveu entre 1913 e 2005, que possui vasta obra. Para a historiografia destaca-se: *"História e verdade"* (1955) e *"A memória, a história, o esquecimento"* (2000).

9 Sociólogo norte-americano, que viveu entre 1913 e 2005, que trabalha o conceito de modernização conservadora na obra *"As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno"*, publicada originalmente, em inglês, no ano de 1966.

é contraditória em essência, afirmo que há impulsos contraditórios, mas que no final das contas aquilo se harmoniza, pois acabam fortalecendo a estrutura de poder da ditadura, porque a modernização trazia aceitação, trazia legitimidade frente a alguns setores que achavam que uma ditadura que entregava crescimento econômico a 10% ao ano era ótima. Por outro lado, a repressão também contribuía para a legitimação, porque esses segmentos mais de direita, conservadores, achavam correto reprimir a esquerda, mandar para a cadeia etc. Então, acho que a contribuição é mostrar esses paradoxos da ditadura, e faço essa conexão, a partir dos conceitos de acomodação e cultura política, com outros momentos da história brasileira, por exemplo, a ditadura do Estado Novo, em que vemos essa mesma tendência de combinar modernização e conservação.

A ditadura do Estado Novo talvez tenha sido mais conservadora do que a ditadura militar, mas também foi modernizadora. Aliás, é interessante que a historiografia mais recente sobre Estado Novo tende a falar mais da modernização do que de seu aspecto conservador. Acho até que a gente precisa fazer um ajuste de foco e lembrar que ela era também conservadora e repressiva. Nesse aspecto, o Estado Novo parece muito, estruturalmente, com a ditadura militar. Aqui volto à historiografia dos anos 1980 sobre a ditadura militar, porque muita gente aceitou o argumento de que o golpe de 1964 foi uma ruptura com o varguismo, que a questão em jogo era derrotar o nacionalismo trabalhista, romper com a herança varguista. Muita gente também, nessa mesma linha interpretativa, defendeu a ideia de que havia uma oposição ali entre internacionalismo e nacionalismo, portanto, que o golpe de 1964 seria uma expressão da vitória de forças internacionalistas. Foi também, mas não acho que o ponto chave tenha sido a ruptura com o nacionalismo, até porque no governo Costa e Silva a vertente nacionalista voltou, inclusive eles criticaram o governo Castello Branco por ter sido muito pró-americano, e a partir do governo Costa e Silva a ditadura reatou a ligação com o Estado varguista, com o desenvolvimentismo, com o corporativismo e com o intervencionismo na economia. Então, acho que resumiria nesses termos as contribuições teóricas e em termos de pesquisa.

TC: Rodrigo, e no tempo presente, qual você acha que é a importância de pesquisar a ditadura?

Rodrigo Patto: Bom, a importância primeiro é para participar do debate público sobre a história e a memória da ditadura, para não deixar que a memória favorável à ditadura se torne dominante ou hegemônica, e, também, para que ela não se torne dominante na historiografia. Acho que o tema ganhou um caráter político muito forte agora e hoje é mais difícil e arriscado lidar com a história da ditadura. Tenho medo até que, se esse contexto em que nós vivemos se prolongar, haja um desestímulo a pesquisas sobre a ditadura, porque muita gente não vai encarar o desafio. Não só de enfrentar políticos de direita, mas também eventualmente de ser atacado pela esquerda. Porque quando a gente trabalha um objeto do ponto de vista acadêmico e científico, para ser honesto e ser ético é necessário abordar certos temas que eventualmente não vão agradar a A ou a B. Com essa politização da ditadura, com intelectuais de direita querendo a todo custo mostrar que a ditadura foi ótima, que nem foi ditadura, é muito delicado lidar com esse tema. Mas acho importante continuar nessa linha de pesquisa sobre ditadura pelo aspecto político, e também pelo aspecto acadêmico. A ditadura é um tema acadêmico, é um tema de nossa história fundamental para entender o país, entender o momento em que a gente vive e, também, para pensar projetos para o futuro. Acho que temos de continuar estudando, enfrentando essas dificuldades inclusive para não aceitar a possibilidade da censura, de tentarem impedir esses estudos. Acho importante debater com esses discursos defensores da ditadura, debater academicamente, com argumentos, inclusive para mostrar porque estão errados. Acho que temos de fazer o trabalho do historiador, entrar na discussão, ouvir os argumentos - até porque muitas vezes eles usam evidências históricas, mas de forma manipulada - e com argumentos, confrontá-los. Devemos participar desse debate público e aí tem que combinar

Ditadura é um tema acadêmico, é um tema de nossa história fundamental para entender o país, entender o momento em que a gente vive e, também, para pensar projetos para o futuro.

o historiador, o pesquisador e um pouco o intelectual público. Mas também sem exagerar, a gente não deve - ao se tornar intelectual público - abrir mão de ser pesquisador acadêmico, que é aquele que se baseia em argumentos, em indícios, em evidências, e não deve tornar-se um caçador de *likes* na internet.

TC: Quais os limites e as possibilidades da sua área de atuação no que diz respeito às formas de comunicação acadêmica com o grande público? O papel do historiador como comunicador, como intelectual público.

Rodrigo Patto: É um papel necessário, mas extremamente difícil. Porque primeiro não somos preparados para isso, não temos um treinamento. A gente tem que criar um método, tem que se adaptar. Tenho uma certa dificuldade com isso, mas acho que é necessário fazer. Acho que nem todo mundo conseguirá fazer, porque gastamos a principal energia na pesquisa, na tentativa de produzir conhecimento. É uma energia muito grande gasta em pesquisa. A energia para divulgar as pesquisas é de outra natureza, ali não importa tanto o investimento analítico interpretativo, de construção de um discurso mais acadêmico, que trabalhe conceitos e produza conhecimento novo e para os pares. Porque o que se faz na universidade é produzir conhecimento inicialmente para os pares, pois eles têm de referendar o nosso conhecimento, e quando você alcança um certo consenso, esse conhecimento passa a ter uma chancela acadêmica e uma validade. Passar desse registro para uma esfera de comunicação pública é uma mudança abrupta, porque na comunicação pública você tem de falar de maneira mais simples, não pode ser cansativo, não pode usar conceitos complexos, não pode usar linguagem rebuscada. Além disso, quem faz a comunicação pública, de preferência precisa ter uma estratégia corporal adequada para captar a atenção do grande público e isso não é fácil. Tem gente inclusive que faz curso para isso. É um outro tipo de atividade, que exige certas habilidades. Nesse mundo da internet, das redes sociais, tem gente que vira *influencer* de história e não fez nem graduação em história e é uma pessoa vista por centenas de milhares de pessoas. Têm esse dom da comunicação, tem um certo carisma, sabe usar a câmera, sabe atrair atenção.

As redes sociais estão criando um outro tipo de historiador, historiadores públicos no sentido de serem populares, e que são grandes divulgadores do conhecimento, e que têm reconhecimento público, mas no terreno da universidade não têm reconhecimento algum. Então, essa comunicação é um outro desafio, acho que temos que nos esforçar, estimular os alunos a trabalharem nessa linha. É uma questão política hoje, porque a direita está investindo pesado nisso. A gente tem uma desvantagem com os discursos de direita, porque esses são propositadamente simples. Quanto mais simples, melhor. São discursos agressivos, a maioria deles é para destruir a esquerda, destruir seus adversários, então podem ser bastante simples, não têm ligação com o mundo acadêmico e universitário. Então, essas figuras das redes não têm que responder aos pares, como nós temos. O que a universidade faz é produzir conhecimento baseado em reflexão e pesquisa, e não é fácil simplificar isso. Tem um limite que acho que não deve ser ultrapassado, porque se for para simplificar demais corremos o risco de destruir os fundamentos do trabalho acadêmico. É difícil combinar popularização com o respeito ao princípio da relevância acadêmica, da reflexão, de um conhecimento bem fundamentado, e não inventado, que não é fruto somente da minha paixão. Então esse desafio das redes, de fazer uma história pública, é tremendo, mas acho que deve ser feito. Eu tenho tentado, por isso tenho aceitado muitos convites para participar de *lives*, de debates públicos. Assim como sempre aceitei entrevistas para a imprensa, ainda que com a imprensa tenha desenvolvido uma estratégia de tentar sempre a entrevista escrita, porque quando a gente faz por escrito, evita-se o erro do jornalista. Tem que tomar cuidado com o veículo, se é de direita, de esquerda, mas também, se a gente for purista demais acaba perdendo a chance de entrar no debate público, às vezes tem que correr o risco. Virar as costas para mídia é contraproducente, porque é necessário ocupar esse espaço

As redes sociais estão criando um outro tipo de historiador, historiadores públicos no sentido de serem populares, e que são grandes divulgadores do conhecimento, e que têm reconhecimento público, mas no terreno da universidade não têm reconhecimento algum.

também, senão outros vão ocupar. Estou tateando nesse mundo da comunicação pública, achando que temos que fazer por razão política. É claro que do ponto de vista da carreira também não é mal você se divulgar mais, divulgar seu trabalho, mas acho necessário manter um limite ético para não comprometer o papel da universidade. Isso não é elitismo, é um respeito à função da universidade.

TC: O que você aconselharia para um pesquisador iniciante que estivesse interessado em estudar a ditadura militar?

Rodrigo Patto: Olha, eu aconselharia persistência e coragem. Nesse momento, coragem para continuar com o tema. Persistência, tenacidade, atenção, método, acho que são conselhos que servem para qualquer historiador. Muito depende da inspiração também. São características que cada um tem. Há coisas que não se ensina, a pessoa deve desenvolver uma certa perspicácia quando trabalha com pesquisa. Orientando alunos ao longo do tempo você percebe isso. Tem coisa que é característica pessoal. O que a gente pode treinar e sugerir é ter atenção e investir em erudição - que significa dominar o conhecimento disponível sobre aquele tema - porque se um jovem vai ao arquivo em busca de informações, se ele conhece pouco sobre o tema, vai ficar como um cego. Vai ler alguma coisa: “*nossa, que coisa genial*”, mas aquilo é uma coisa banal, que todo mundo já sabe há anos. Então erudição, tenacidade, persistência e coragem. Talvez aí combinar com uma disposição cívica, política, de encarar esse trabalho como algo que tem importância cívica para a democracia.

O que a universidade faz é produzir conhecimento baseado em reflexão e pesquisa, e não é fácil simplificar isso. Tem um limite que acho que não deve ser ultrapassado, porque se for para simplificar demais corremos o risco de destruir os fundamentos do trabalho acadêmico.

Bom, e para atizar um pouco da ambição, esses temas polêmicos têm a vantagem de permitir que a pessoa se divulgue. Trabalhar com temas polêmicos coloca as pessoas à mostra. Você tem um risco, mas a chance de o seu trabalho atrair mais atenção é maior, então essa polêmica toda da ditadura pode ser um incentivo para estudar o tema.

Procurar temas que foram menos estudados e explorar os acervos disponíveis. A gente tem acervos enormes para estudar a ditadura. Só o acervo do SNI é um absurdo. Para não falar nos DOPS, que têm montanhas de coisas que não foram estudadas. Então, é estimular o pessoal a enfrentar os arquivos. Muitos grupos de pesquisa no Brasil, na área de história, não enfrentam arquivos, não têm esse ânimo de encarar um arquivo, que é uma coisa que demanda um trabalho continuado, reiterado, é muito suor, nem sempre as pessoas têm essa disposição e nem sempre os professores estimulam. Então, um conselho que eu daria para os jovens é: tenham paciência, porque às vezes, na pesquisa, o resultado só vai aparecer depois de muito tempo. Você pode ficar ali dias recolhendo material e não vai perceber imediatamente a relevância, talvez não vá encontrar muitas coisas interessantes, mas aquilo é um acúmulo de esforços. Então, você não pode achar que vai fazer uma dissertação de mestrado na área de história com dois dias de trabalho no arquivo; tem de ter uma disposição para ficar sentado ali por muito tempo. Jovens, se animem porque tem muita coisa a se fazer e o futuro é vosso.

TC: Como você analisa a presença do anticomunismo na história política brasileira? Ele é uma característica que marca nossa cultura política?

Rodrigo Patto: Eu diria que ele é uma característica marcante da história brasileira. Falar de cultura política já é algo mais complexo, porque do modo como penso cultura política, o anticomunismo cruza várias culturas políticas, como o conservadorismo, o liberalismo, o fascismo. Quando fiz a tese enfrentei esse dilema teórico, e por isso optei em classificar o anticomunismo como tradição. Acho que ele é um elemento forte do imaginário nacional, mas dizer nesses termos significaria dizer que a grandíssima maioria aceita as bandeiras anticomunistas, não sei se dá para afirmar isso. De qualquer modo, que ele é muito forte na história brasileira e que é um fenômeno estruturado, acho que está muito claro, especialmente hoje. Perceber a facilidade como os grupos de direita conseguiram incendiar uma parte da população com essa bandeira anticomunista, que é velha, surrada, para mim, isso demonstra que é de fato estruturado. Acho

que no Brasil, e isso acontece em outros países, mas especialmente no Brasil, a sensibilidade de direita abraçou a retórica anticomunista para nomear o inimigo, para nomear a esquerda em geral, em vez de chamar a esquerda de socialista ou de marxista, a direita no Brasil prefere se opor ao comunismo, e isso pegou. Tem um pouco a ver com a força que o comunismo teve em certos momentos, a força do Luís Carlos Prestes, do mito de Prestes, a força que o PCB teve nos anos 1940 nos movimentos sociais, a tal Intentona Comunista, que causou um certo medo na época porque foi um insurreição dentro dos quartéis liderada por comunistas, e isso assustou muito. Acho que tem muito a ver também com a estrutura da sociedade brasileira, com a desigualdade de classe, com classes superiores e classes médias muito acostumadas a privilégios e a um distanciamento social em relação à classe trabalhadora, ao povão, aos camponeses, à população urbana excluída. As classes superiores e as classes médias no Brasil têm mostrado uma resistência enorme em aceitar mudanças sociais, e a aceitar que as classes inferiores ascendam um pouco, mudem de patamar.

O anticomunismo tem servido também para expressar os medos desses grupos superiores em relação a quem vem de baixo na escala social. Então, talvez isso explique a força desse discurso anticomunista. No fundo, é um discurso contra a mudança social de qualquer tipo, um discurso contra a esquerda de qualquer natureza. Tem anticomunismo forte em outros países, mas o caso do Brasil é muito marcante, e o fato de ser atual ainda é quase extravagante, se você comparar com o plano mundial. Existem ainda discursos anticomunistas aqui e acolá, tem um pouco na Europa oriental, um pouco nos Estados Unidos, mas fora disso é um negócio meio fora de razão, porque o que sobrou de movimento comunista, que é a China e Cuba, não são ameaças no sentido de ter um modelo social que possa ser exportado. Enfim, o anticomunismo é muito arraigado no Brasil, e acho que merece ainda ser pesquisado, há coisas ainda a fazer, e tem muita pesquisa pela frente. Tem muita coisa interessante a se fazer, por exemplo, em termos de conexões internacionais. Há estudos interessantes sendo feitos pelo pessoal do Cone Sul, principalmente os argentinos (o Ernesto Bohoslavsky, por exemplo). Quando fiz a tese não tive fôlego para ir atrás

dessas conexões internacionais, apenas citei algumas delas, e vejo com satisfação que muita gente está explorando esses temas e está encontrando um universo bastante interessante.



Valéria Aparecida Alves é doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica (2011), realizou o estágio de Pós-Doutoramento na Universidade Nova de Lisboa, junto ao Instituto de História da Arte - IHA - (2019-2020), com Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001) e Graduação em História pela Universidade Cidade de São Paulo (1994). Atualmente é Professora Adjunta da Universidade Estadual do Ceará - UECE, atuando principalmente nos seguintes temas: Ditadura Militar, Produção cultural nas décadas de 1960 e 1970 e Movimentos de Contracultura. Vinculada ao Grupo de Pesquisa - Laboratório de Estudos e Pesquisa em História e Culturas - DÍCTIS, especificamente à linha de pesquisa: Música, musicalidade e experiências ético-estéticas.

Valéria Aparecida Alves

Telma Bessa Sales
Carolina Maria Abreu Maciel

A ditadura militar foi tão mal resolvida em seu processo de transição, em uma transição negociada, que acabou resultando nessas questões que a gente tem hoje, de uma parcela da população reivindicar uma memória de ditadura desconsiderando seu caráter autoritário.

Território Científico (TC): Como questionamento inicial, gostaríamos que você nos falasse quais foram as motivações para a escolha desse tema e, para a vida inteira, não é, pesquisar e respirar essa temática?

Valéria Alves: Falar um pouco dessa trajetória é sempre muito bom. Sou suspeita porque eu gosto daquilo que eu pesquiso. Sempre que eu tenho oportunidade de falar sobre isso eu me animo. A motivação para eu pesquisar essa temática já surgiu na graduação, de todas as disciplinas que eu fiz, ainda na graduação, a que mais me interessava era Brasil. E, em especial, o Brasil que a gente chama de contemporâneo, que a gente sempre acaba, por conta de currículo, estudando no último semestre. E aí, estudando ditadura militar eu pude me aprofundar um pouco sobre essas questões, e eu sabia que quando terminasse a graduação era exatamente isso que eu queria pesquisar e era nessa temática que eu queria me especializar. E foi isso que eu fiz.

Quando eu terminei a minha graduação, ela não tinha pesquisa, como eu fiz licenciatura, na universidade que eu estudei, a pesquisa estava excluída da licenciatura. Nós não fazíamos. E aí eu fui pesquisar essa temática só no mestrado. Eu fiz um projeto para estudar o movi-

mento sindical dos bancários, na verdade, o sindicato dos bancários, durante o governo Médici, que era o auge da repressão na Ditadura. Fiz isso associando à minha própria condição, na época eu era bancária e tinha acesso ao arquivo. No Sindicato dos Bancários, havia um acervo, bastante organizado, sobre a atuação do movimento sindical durante o governo Médici e de todos os outros, mas não era o que me interessava. Eu até achei que era um bom projeto e me animou, mas ele não foi bem aceito porque eu não fui chamada nem para entrevista [risos]. E aí, no ano seguinte resolvi apresentar uma nova proposta. Só que eu mudei totalmente, porque meu interesse já estava mais focalizado na ditadura militar, mas na produção cultural, o mundo das artes e como os artistas, de um modo geral, se posicionaram. E aí eu fiz esse segundo projeto, propondo estudar os festivais de música popular brasileira, porque entre todas as áreas das artes, eu escolhi a música. Eu propus estudar os festivais, na década de 1960, e fui aceita. Obviamente, depois do ingresso, eu tive que fazer ajustes na proposta, porque era ampla, mas foi isso que eu acabei pesquisando.

TC: E o seu doutorado e pós-doutorado?

Valéria Alves: Bom, então, seguindo essa lógica, no mestrado a ideia principal era estudar a música. E aí, eu achei, justificando um pouco melhor, que estudar os festivais seria mais interessante. Porque, já levantando as fontes, durante o período de elaboração do projeto, eu percebi que os festivais tinham uma característica que seria bastante interessante de analisar. Os festivais eram feitos basicamente por jovens e, também, para jovens. O público que assistia os festivais era de jovens universitários, basicamente, e quem estava no palco também tinha esse perfil. Eram jovens, muitos eram universitários, alguns já tinham abandonado os cursos, mas era essa a marca. Assim, eu entendi que seria bastante apropriado discutir o protesto desses jovens, já que o movimento estudantil foi um dos protagonistas na luta contra a ditadura militar. Então, como esses jovens usavam, também, a música para fazer sua resistência, para fazer seu protesto contra a ditadura? Seja na plateia - porque a plateia também era interessantíssima, estudar o comportamento -, através dos cartazes que eles levavam. Inclusive, depois que eu fiz, algum

tempo depois, eu acabei localizando um trabalho, feito posteriormente, que analisou só o comportamento da plateia dos festivais. Bem interessante. Riquíssimo, inclusive, o material que eles levavam. Então eu focalizei os festivais entre os anos de 1967 e 1968. À época, quando eu apresentei o projeto e que foi aprovado, o recorte compreendia toda década de 1960. Minha pretensão era estudar todos os festivais. Claro que era impossível, né?! Minha primeira conversa com a minha orientadora¹ foi essa: *“Você vai ter que fazer uma escolha. Não é possível discutir todos”*.

E eu lembro que ela insistiu. Ela queria que eu ficasse com um festival e eu bati o pé e fiquei com quatro, que era já demais. Mas eu bati o pé e fiquei. Eu tive que justificar e justifiquei dizendo que eu ficaria com os anos de 1967/68, que eram também anos de bastante efervescência do movimento estudantil. E, então, eu queria entender a agitação dos festivais em meio à agitação do movimento estudantil. E os quatro festivais porque eu não abria mão do recorte geográfico, que era Rio e São Paulo, porque as principais emissoras que promoviam festivais eram a TV Record, de São Paulo, e a TV Globo, do Rio. Eu queria analisar, fazendo também uma comparação, de semelhanças e diferenças entre essas duas. E aí eu bati o pé e falei para ela: eu vou ficar com esses quatro. Ela falou, obviamente na época, que era uma loucura. Que seria muito mais qualitativa a pesquisa, que teria muito mais aprofundamento, seria muito mais interessante, se eu analisasse detidamente um, mas não teve acordo. Eu fiquei com os quatro e depois me arrependi, obviamente, porque era muita coisa para estudar, mas acabou ficando assim. Todo o jovem que começa uma pesquisa, eu acho que mostra um pouco essa resistência de fazer escolhas. A gente quer abraçar tudo, e eu também. Ela também tentava me convencer (a minha orientadora) de fazer uma escolha, porque minha proposta era analisar todas as canções inscritas em quatro festivais, isso dava mais de trezentas canções. E ela, sabiamente, dizia: *“Não é possível!”* E a gente discutindo, ela conseguiu me convencer a ficar só com as classificadas, as que foram aprovadas pelo júri e acabaram vencendo o festival. Só que, mesmo assim, estas ainda eram doze. Era um número razoável, eu ainda

¹ Prof.^a Dr.^a Maria Izilda Santos Matos, da Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP.

relutei e acabei incluindo cinco desclassificadas, porque eram muito interessantes. Eu disse para ela que eu não podia abrir mão dessas canções. No fim, eu fiquei com as classificadas e que venceram os festivais e as cinco desclassificadas. Obviamente, se eu pudesse rever essa trajetória, no caso, se eu pudesse refazer essa trajetória, eu não faria essas escolhas. Eu focalizaria um só festival e só com as canções vencedoras ou eu poderia optar só pelas desclassificadas. Mas, enfim, a gente vai aprendendo ao longo do caminho.

Bom, para contar um pouco do desdobramento dessa pesquisa. Quando eu estudei os festivais, em meio a essa proposta, apareceu o movimento da Tropicália, porque a Tropicália surge exatamente no Festival da Record. É uma escolha deliberada. O Caetano Veloso, o Gilberto Gil, que organizaram o movimento, claro que não apenas eles, mas eles foram os organizadores desse movimento. Mais o Caetano do que o Gilberto Gil. Eles escolheram deliberadamente lançar esse movimento, que já era desenhado por eles, pensado enfim num festival para causar o impacto que eles queriam. Já que os festivais sempre causavam polêmica, era um programa de TV e o objetivo era esse, então eles escolheram apresentar as canções ali. Assim, estudando os festivais, tanto em 1967 como 1968, a Tropicália é marcante nesse período. Tanto que a Tropicália só existiu nesse período de 1967 e 1968, quando eles encerram o movimento. Isso, obviamente, me interessou. E aí eu resolvi aprofundar essa discussão no doutorado. Então no doutorado a ideia era discutir a Tropicália. Só que, claro, já havia muitos trabalhos sobre isso. Dessa forma, analisando as leituras e os estudos que já havia sobre a Tropicália e as fontes que eu tinha recolhido, eu fiz uma proposta para focalizar no doutorado dois projetos da Tropicália, pois como havia muitas pessoas que participaram desse movimento, eu já entendia que não era um movimento homogêneo, era um movimento plural. Havia várias propostas que se aglutinavam ali, em torno do que ficou conhecido como a Tropicália. E eu resolvi estudar duas propostas, duas ideias de Tropicália que não foram as mais evidentes, assim, que não ficaram tão em evidência. Uma era a proposta do Tom Zé e a proposta do Torquato Neto, esse ainda menos conhecido do que o Tom Zé. E, foi com esse projeto que eu ingressei no doutorado. A ideia era discutir

a pluralidade da Tropicália centralizando nas criações de Tom Zé e Torquato Neto. Fui aprovada com essa proposta e, conversando com a orientadora, resolvemos fazer alguns ajustes. Claro, já tinha aprendido um pouco, dessa forma, o projeto já estava recortado, muito mais enxuto que o projeto de Mestrado, os ajustes eram pequenos. À medida que fui reunindo mais fontes, ao longo do doutorado, eu fui percebendo que havia ali, também, uma riqueza a ser explorada no que se refere à produção do Torquato Neto. Assim, em conversa com a minha orientadora, a mesma que me acompanhou no mestrado, fiz essa proposta para ela. Acabou que invertemos os papéis. Se no mestrado era ela que tentava me convencer de fazer recortes, naquele momento eu disse que queria fazer uma mudança. Falei que iria abandonar o Tom Zé e seu projeto de Tropicália e ficaria só com o do Torquato Neto, eu iria mergulhar naquele universo. E a preocupação da minha orientadora era se eu tinha documentação para sustentar a tese, a preocupação era se eu teria material para conseguir construir cinco capítulos, que é a exigência do doutorado, iríamos avaliar isso. Como havia, o Tom Zé ficou guardado e, um dia, eu volto a ele. Eu tenho as fontes, tenho o material, mas eu acabei deixando-o de lado e eu mergulhei nesse universo do Torquato Neto. E ficou também um pouco mais amplo, pois a trajetória do doutorado foi apresentar um panorama da produção cultural, no final dos anos 1960 e início da década de 1970, a partir do olhar do próprio Torquato Neto.

O Torquato tinha uma produção bastante intensa. Ele era colunista de três grandes jornais no Rio de Janeiro e ele escrevia obsessivamente. Ele era um colunista que escrevia todos os dias, de domingo a domingo. Ele escrevia sobre música, sobre cinema e, enfim, poesia, literatura. Mas discutindo, basicamente, esse panorama dando mais ênfase no universo musical e do cinema. E continuando a trajetória da pesquisa, quando eu estudo o Torquato Neto e a sua visão sobre, principalmente, a música e o cinema, nesse recorte, eu fui conhecendo os parceiros com quem Torquato Neto trabalhou. As figuras que ele apontava, que ele despontava, na verdade, nas suas colunas como uma promessa, enfim. E, um dos parceiros do Torquato Neto foi o Hélio Oiticica. Na verdade, a grande referência para o Torquato Neto era o Hélio Oiticica. Eles foram amigos e deixaram o Brasil,

inclusive juntos, antes do AI-5, já percebendo que a situação estava ficando bem ruim. Eles não foram presos, nem exilados, mas eles escolhem sair do país, no momento já de crise. E ao longo da vida, o Torquato Neto [pausa] consultava-o. Ao longo da vida, assim que ele conhece o Hélio Oiticica, ele passa a ser a grande referência para ele e para qualquer projeto, para qualquer ideia que o Torquato tinha. Ele escrevia para pedir uma opinião do Hélio Oiticica. E trocaram muitas cartas. E isso, também, foi me abrindo um panorama de um grupo que vai desenvolver uma proposta de arte, em torno ali de um projeto, que o Hélio Oiticica passa a ser, vamos chamar assim, o mentor. E essa ideia me levou à pesquisa atual.

Hoje, no pós-doutorado, eu pesquisei essa proposta que o Hélio Oiticica definiu como antiarte. O Hélio Oiticica tinha uma característica muito parecida com a do Torquato, a de teorizar. Ele deixou muita coisa teorizada. Assim, eu me aproximei desse universo: o que é essa antiarte? O que é essa proposta de resistência? Não só ao autoritarismo político, mas a qualquer forma de autoritarismo. Inclusive, no universo artístico, de não aceitar nenhum tipo de fórmula, nenhuma regra. E é essa pesquisa que eu venho desenvolvendo. Eu já tinha alguma reflexão sobre isso, já vinha reunindo também material e foi aí que eu fiz a proposta do pós-doutorado: de discutir esse universo. Assim, eu fiz contato com a universidade, aqui em Portugal². A ideia, também, foi fazer um estudo comparativo. Então, foi isso que acabei realizando aqui. Eu comparei na década de 1970, continuo na ditadura militar, pensando esse movimento capitaneado pelo Hélio Oiticica e pelo grupo que produz essa proposta de antiarte e, em Portugal, a mesma busca: como artistas se posicionaram nesse contexto. Até porque o recorte que eu fiz coincide, também, com período de início de redemocratização, de abertura tanto no Brasil como em Portugal. É o fim do autoritarismo, já uma transição do governo Salazar com o Marcelo Caetano e, depois da derrubada do próprio Marcelo Caetano, no movimento de 25 de Abril. Então é muito próxima essa realidade de abertura política, mesmo que lenta, de crise econômica e de movimento artístico. As aproximações são muitas e é, por enquanto, esse o caminho que eu percorri.

2 Universidade Nova de Lisboa – Instituto de História da Arte.

TC: Valéria, você pode falar um pouco sobre as suas fontes?

Valéria Alves: Então, quando eu fiz essa escolha para discutir a produção de Torquato Neto, um dificultador era esse. Porque ele produzia diários. Então, tem essa questão, que muitos estudiosos classificam, tem até um grupo na ANPUH, um grupo de trabalho sobre essa denominação, “*escritas de si*”. Assim, eu podia ficar, por exemplo, só com esse universo. Mas aí tem os poemas do Torquato Neto, as canções e as colunas de jornais. Então, apesar do recorte já estar mais bem feito do que no mestrado, eu ainda insisti pelas correspondências. Então, assim, tem diário, tem correspondência, têm canções, tem poema e tem as colunas. Era também ideal eu ter ficado com um universo de documento, mas aí eu quis ficar com eles todos e a dificuldade de fato é essa. Com relação à chamada documentação das escritas de si, era o maior desafio. A minha orientadora me puxou muito a orelha porque, na verdade, não me propus fazer uma biografia, não era esse propósito. Mas você acaba esbarrando na trajetória dele, tanto é que eu tenho um capítulo só sobre a trajetória do Torquato. E quando a gente faz uma análise dessa produção de escrita de si, de diários, a própria correspondência entra nessa chamada escrita de si, porque é alguém falando para o amigo. E como a gente vai aprendendo no trato metodológico, quando alguém escreve uma carta é a mesma coisa quando alguém escreve um diário, você está formando uma imagem sobre si. É uma imagem que você está projetando sobre você deliberadamente. É a escolha como você quer se apresentar, como você quer ser visto, não é? Então, nem sempre aquilo de fato é o que ele está vivendo, por exemplo, é muito perceptível isso nos documentos.

O Torquato Neto era uma pessoa que sofria de vários transtornos, ele era alcoólatra. Era o principal problema dele, na verdade. Ele era dependente não só de álcool, mas também drogas. O álcool, também, é uma droga, mas drogas, vamos chamar assim, de ilícitas. Ele era usuário de ácido, de cocaína e isso resultou, por exemplo, em várias internações. Algumas ele escolheu se internar para tentar sair das crises, outras vezes ele foi internado pela família - pela esposa, pelos pais - e a vida dele foi bastante tumultuada e curta. Acabou se suicidando. E tem os diários dele do sanatório, que são riquíssimos. Eu

queria pesquisar também, são ideias. Eu queria fazer uma pesquisa só com os diários do sanatório. Um dia ainda vou escrever sobre isso. Você vai se envolvendo com essa documentação. E aí a minha orientadora me puxava a orelha e ela dizia: “*Você percebe que ao analisar esses documentos você está ficando meio que encantada pelo Torquato e não está conseguindo se distanciar e fazer uma análise que problematize, que faça a crítica, que você está construindo um herói? Se distancia um pouco [...]*” Ela usava muito essa frase: “*Você compra tudo que ele diz, para você ele é um herói*”. E, de fato, eu tinha essa consciência. E aí eu tentava problematizar, mas enfim, a gente acaba se apaixonando pelo objeto e, de fato, ele é assim apaixonante.

E é a mesma coisa, um ídolo para mim que também foi parar no sanatório, inclusive, no mesmo que Torquato Neto passou, é o Lima Barreto. Até meus alunos sabem, eu não posso estudar Lima Barreto porque, para mim, ele é o máximo. E aí eu não consigo ter o distanciamento. Então, assim, era muito difícil mesmo fazer essa análise tentando não cair em algumas armadilhas. Tem aquele texto, que foi um dos que mais me ajudou: o *Desafio biográfico*, do François Dosse³. Ele apresenta exatamente ali, vamos dizer assim, o “caminho das pedras” para a gente não cair na armadilha de construir esses mitos, de construir um herói quando a gente está fazendo uma biografia. Mesmo eu não fazendo uma biografia, mas lidando com uma documentação autobiográfica, eu tentei ao máximo me desvencilhar e não cair nessa armadilha. Mas eu sei que eu não fui tão bem-sucedida. Quando eu leio, também, na verdade, eu reli pouco, mas toda vez que eu leio, eu percebo que sim, que tem um traço e que muitas vezes eu escorrego nessa mitificação. Mas enfim, esse foi sim um desafio. Tratar essa documentação autobiográfica, tratar das canções que, na verdade, não eram canções, eram apenas letras. O Torquato se definia como um letrista. É mais um poema do que outra coisa, porque ele não musicava, ele não sabia fazer isso. Inclusive, era uma das coisas que ele lamentava. Ele não sabia musicar, então ele escrevia a letra. Por isso que ele teve muitos parceiros. E aí ele recorria aos parceiros para musicar. E as colunas que ele publicou na imprensa, então esse material era vasto e de fato deu muito trabalho

3 DOSSE, François. **Desafio Biográfico**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

e seria muito mais produtivo eu ter escolhido e tratado só um tipo de documento, não essa loucura toda, de tanta documentação.

TC: Sobre a produção do Torquato Neto, poderia falar um pouco sobre a relação com o cinema marginal?

Valéria Alves: O Torquato Neto era uma figura inquieta e bastante competente. No final da vida, já ali no começo dos anos 1970, ele se suicidou em 1972. Então assim, foi uma aproximação rápida, curta com o cinema, mas muito intensa. Esse também era um traço do Torquato Neto. E aí ele se aproxima de figuras que estavam envolvidas com o cinema chamado, na época, marginal. Por exemplo, ele foi bastante próximo do Júlio Bressane, ele foi muito próximo do Rogério Sganzerla. Ele não só participou de alguns filmes, como atuou. Ele comentava, enfim, e ele produziu. Inclusive, uma figura que ele encarnou foi o Nosferatu no Brasil. E as pessoas até comentavam bastante. O Torquato Neto encarna essa figura do Nosferatu, que é um vampiro que vai andando pelas ruas de Copacabana e, aí, ele meio que “pira” nessa ideia e ele não abandona essa personagem. Ele ficava andando pela rua como vampiro. Mas isso não é o mais importante. A questão dele com o cinema marginal, que vai chamar de cinema Super-8, por conta da câmera que usavam e, ele também vai chamar de cinema “Udigrudi”, que é um nome que ele vai dar, para chamar esse cinema de *underground*. É muito interessante também. Daria uma pesquisa excelente para fazer. Por exemplo, poderia recortar e fazer uma tese só sobre essa questão do cinema com o Torquato Neto. Ele foi um grande divulgador do cinema Super-8. Em um determinado momento, a coluna dele, a última coluna que ele escreveu foi a *Geleia Geral*, no *Última Hora*. Ele escrevia sobre, basicamente, música e cinema. Só que, em um determinado momento, ele para de falar sobre música, porque ele só estava interessado em cinema. Assim, a coluna foi importantíssima para divulgar o cinema super-8, que ele estava empolgadíssimo com essa ideia.

Eu estava tão apaixonada pelo Torquato Neto que eu queria, também, falar sobre tudo e cada possibilidade tornou-se um capítulo. Um Capítulo foi só sobre o cinema e eu podia fazer uma tese sobre cada temática. Há um episódio interessantíssimo que foi uma briga

dele com o Antônio Calmon. O Torquato comentava os filmes e, num desses comentários, ele acabou com um dos filmes do Calmon, foi uma crítica super depreciativa. O Calmon ficou super bravo e pediu direito de resposta ao jornal, que teve de publicar, inclusive. Essa coluna ganhou o título de “*Pau no burro*”. O “burro” era o Torquato. E aí, o Torquato Neto respondeu e isso repercutiu alguns dias. E quem tentou acalmar um pouco, conciliando as coisas, foi o Cacá Diegues. Esse recorte, também é riquíssimo, vale a pena um dia aprofundar.

TC: Você falou no início sobre a juventude. Essa juventude que estava na plateia e que acompanhava essas canções. Gostaríamos que você comentasse sobre o papel da juventude, nessa postura mais de rebeldia, de ser uma voz contra o sistema do regime ditatorial. Além disso, se possível, que você comentasse, sobre a juventude que as fontes pouco abordam, os jovens das periferias, das camadas mais populares.

Valéria Alves: Todos os estudiosos dessa temática mais ampla, quem estuda ditadura militar, inevitavelmente, tem que discutir essa questão da juventude porque, sem dúvida, um dos maiores opositores foi a juventude. Os jovens, inclusive, tornaram-se quase que os inimigos “número um” do Estado autoritário e deram muito trabalho para o Estado controlá-los. Uma série de medidas foram tentadas, desde o governo Castelo Branco, sem sucesso, passando pelo governo Costa e Silva que, também, demorou para conseguir controlá-los, e só no final de 1968 é que essa juventude acaba recebendo duros golpes. Um deles foi a prisão de toda a liderança do movimento estudantil no 30º Congresso da UNE, no interior de São Paulo, em Ibiúna. Com a liderança toda presa, esse movimento fica meio que desmantelado e, claro, desarticulado. E, logo em seguida, a prisão

se dá em outubro, 30 de outubro de 1968, os militares conseguem prender essa liderança que era tão procurada. E em 13 de dezembro 1968 vem o AI-5, que é o golpe final em toda a oposição. Então os jovens tiveram um papel extremamente importante e eles conseguiram ser de

Todos os estudiosos dessa temática mais ampla, quem estuda ditadura militar, inevitavelmente, tem que discutir essa questão da juventude porque, sem dúvida, um dos maiores opositores foi a juventude.

fato uma liderança. E muitos outros setores engajaram-se na luta desses jovens. Assim, não era o movimento estudantil aderindo ao movimento X ou Y, era o contrário, artistas, intelectuais e até o movimento operário indo a reboque dessa juventude. Depois de 1968, a correlação de forças muda e, ao longo da década de 1970, em especial ao final, o protagonismo passa a ser do movimento operário. Mas antes era desses jovens. E esses jovens também têm um recorte. Quem estava, de fato mais atuante neste movimento era a classe média. Porque eram estudantes secundaristas e universitários. E apesar de no Brasil haver uma mudança, ao longo dos anos e ampliar um pouco o acesso à educação, ainda era a classe média que chegava a esses níveis de ensino.

Já orientei vários trabalhos, inclusive em Fortaleza, de alunos que fizeram pesquisa sobre a ditadura militar e o movimento estudantil. Por exemplo, uma delas, no mestrado, discutiu o movimento secundarista em Fortaleza. E foi a classe média, pois mesmo sendo ensino secundário, os mais pobres ainda não chegavam. Então esse é um traço. Essa juventude de classe média, ela é herdeira das transformações ocorridas no país desde os anos 1950 e usufruía, vamos dizer assim, benefícios de um desenvolvimento que não foi igual e que atingiu de fato a classe média e alta. Ela era consumidora, essa classe média era a que podia comprar, por exemplo, os discos, as revistas que circulavam, agora em maior quantidade. Era essa juventude que comprava os livros, que ia ao cinema. Dessa forma, a gente tem também o recorte de classe, não é camada popular porque, por mais que eles tentassem chegar a essa camada popular - houve o movimento cultural, liderado por universitários, seja no Recife-PE, o movimento de cultura popular. E depois do movimento centralizado na UNE, o CPC (Centro Popular de Cultura) - havia interesse de se aproximar das camadas populares, os chamados mais pobres, de levar essa produção cultural também até eles. Mas quando a gente analisa, percebe que o alcance foi muito pequeno, não foi bem-sucedido. Infelizmente, falavam de si para si mesmos. É uma classe média falando entre os pares. O alcance não sai desse núcleo e as camadas populares não têm acesso.

Gradativamente vai se aproximando, por exemplo, um movimento, pensando em termos culturais, da classe popular mais do que da classe média, que foi o da Jovem Guarda. Mas, mesmo assim, embora eles dialogassem mais com as camadas populares, a gente também tem que fazer uma leitura um pouco relativizada disso, porque era um movimento também difundido pela TV, mais do que o rádio. Era através da TV e as pessoas que assistiam o programa da Jovem Guarda, que tinha a apresentação do Roberto Carlos, com Erasmo e Wanderleia, quem tinha televisão, nesse momento, também era a classe média. Alguns populares vão à casa do vizinho para assistir TV, quer comprar a revista e, às vezes, consegue comprar uma para colecionar. Mas, ainda assim, era muito limitado. Mesmo as canções da Jovem Guarda dialogando com um público mais amplo, não tão sofisticadas, não dialogavam tanto com o universo universitário. Mas o alcance, também, era relativo.

TC: Professora, nesse sentido de ver essas canções, esses envoltórios dessa Juventude, seria possível destacar alguma canção que tem repercussão, ainda hoje, por exemplo, e que foi passando de geração em geração e que tem o sentido desse momento de autoritarismo, de cerceamento das liberdades?

Valéria Alves: Há muitas canções, mas a mais emblemática, quando a gente fala desse período, foi a canção de Geraldo Vandré que não ganhou o festival em 1968, ficou em segundo lugar, causando toda a polêmica. E, que acabou se tornando um hino de várias manifestações, não só estudantis e, depois, foi apropriada por outros movimentos. Qualquer grande movimento de massa que aconteceu no Brasil, de 1968 talvez até 1979, utilizou a canção “Caminhando”⁴ do Vandré. Depois, talvez a canção mais emblemática, tenha sido a canção que ficou conhecida como o “hino da Anistia”, *O Bêbado e a Equilibrista*, de João Bosco e Aldir Blanc. Eu acho que são as canções mais emblemáticas. Claro que não são as únicas, mas eu acho difícil falar nesse período e não citar o Vandré, não citar sua canção, como as canções, claro, da Tropicália. Essas, talvez, menos conhecidas na época, e reprovadas, porque a Tropicália causou uma enor-

4 VANDRÉ, Geraldo. “Pra não dizer que não falei das flores”. Geraldo Vandré no Chile, 1968.

me polêmica, como as canções da Jovem Guarda. Mas, ao mesmo tempo, eram duramente criticadas, sobretudo pelos universitários que classificavam as canções da Jovem Guarda como “alienadas” etc. Eu acho que emblemático e exemplar é *Caminhando*, do Vandré.

TC: Tendo em vista essa dinâmica, seja por meio das canções ou por quais fontes ou vieses, qual é a importância de hoje se discutir esse período da História do Brasil?

Valéria Alves: Eu acho que a pertinência em estudar a ditadura militar, seja por qual fonte ou viés, se mantém até por conta de um passado tão recente que a gente ainda está vivendo. A ditadura militar foi tão mal resolvida em seu processo de transição, em uma transição negociada, que acabou resultando nessas questões que a gente tem hoje, de uma parcela da população reivindicar uma memória de ditadura desconsiderando seu caráter autoritário. A gente sabe que há um movimento hoje no Brasil que afirma que não houve ditadura, ao contrário, afirmam ter havido uma “*revolução democrática que salvou o Brasil do comunismo*”, que é a incorporação do discurso dos próprios militares. Os militares quando tomaram o poder de João Goulart se autointitulavam “*revolucionários e democratas*”. A imprensa toda que anunciou o golpe de 1964 anunciou como “*revolução democrática*”. Então, há uma reivindicação, ainda hoje, de uma parcela que insiste nesse discurso, que é o discurso dos militares: “*não houve ditadura, houve uma intervenção militar para salvar a democracia*”. O Congresso permaneceu aberto, a Constituição não foi “*rasgada*”. Embora a gente saiba que o Congresso foi mantido aberto, mas anulado pelas medidas repressivas. A Constituição que não foi “*rasgada*”, mas que não era considerada. Porque os Atos Institucionais se sobrepunham à própria Constituição. Houve todo tipo de violência e cerceamento. E essas questões ainda precisam ser discutidas. Eu acho que é, ainda, um passado tão recente a ser discutido, a ser analisado para que o Brasil, de fato, tome conhecimento. Porque boa tarde da população brasileira, obviamente, não tomou conhecimento do que acontecia, fato que favorece esse discurso, que “*nós não vivemos atrocidades, o Brasil não conheceu um período autoritário*”. E eu acho que a gente precisa discutir isso,

enfrentar exatamente essas questões e entender de fato o que houve para não defender esses acontecimentos.

É interessante nós pensarmos nessa questão da memória e também, sempre que eu discuto isso com os meus alunos na disciplina de Brasil, é bem interessante a gente abordar essa questão. Eu vou dar o exemplo dos meus pais, só para que a gente possa refletir sobre “*O que é essa memória?*”, que é a memória de muitas pessoas que viveram esse período no Brasil. Meus pais viveram no período da Ditadura Militar, mas eles não pertenciam a essa classe média, que a gente está discutindo aqui. Eles não eram nem secundaristas, não foram universitários. Meus pais pertenciam às camadas pobres, eram operários e, em razão disso, meus pais não tinham ideia do que era ditadura militar. Embora eles tenham sido pessoas que vivenciaram aquele período, mas a construção que eles fizeram, é claro, era a construção possível dentro daquilo que os meios de comunicação permitiam. Meus pais tinham acesso a rádio e a TV, mas liam pouco jornal etc. Então, as notícias que chegavam a eles eram as notícias oficiais, de normalidade: “*conseguimos derrubar o comunismo*”, até porque a imprensa ajudou a propagar a ideia de que havia comunismo ameaçando país. Então, meus pais acreditavam nisso e diziam: “*Bom, mas se eles não fizessem isso o Brasil ia ser comunista*”. Embora eles nem soubessem o que era comunismo, como a maior parte da população brasileira. E aí, quando eu inquiria: “*como era o cotidiano?*” Eles diziam: “*Era normal, nós acordávamos cedo, íamos trabalhar, voltávamos, na maior normalidade e, de fato, o governo conseguiu impor a ordem. E não tinha nada demais*”. Eu questionava-os: “*Havia repressão?*” Eles respondiam: “*Não*”. Havia, mas eles não percebiam. Eles não estavam envolvidos em nenhum movimento social e não tinham notícias do que acontecia. Quando viam nos jornais ou na TV aquelas imagens: “*Procura-se terroristas*”, eles compravam esse discurso. Eram “terroristas” que ameaçavam a nação e que precisavam ser presos. Assim, eram “bandidos” que precisavam ser detidos. Então, é um discurso oficial que, obviamente, por eles não terem acesso a outros tipos de informação, acabaram assumindo tal discurso, e boa parte dos brasileiros também. Quando a gente não consegue discutir isso e mostrar que essa é uma

versão oficial, que essas pessoas eram chamadas de “terroristas” pelo Estado, mas que essas pessoas estavam resistindo a todo o cerceamento, tortura, execuções e pena de morte... Essa parcela, mais pobre não tinha conhecimento disso e, muitos, nem queriam ter. Então eu acho que quanto mais a gente discutir e elucidar o que aconteceu, destruindo esse discurso oficial que prevaleceu, a gente vai conseguir entender os horrores que o Brasil viveu. Foram duas décadas, são 21 anos de horrores, dos maiores que aconteceram no país. Enquanto a gente não tiver noção disso, como historiadores nós sabemos, isso pode se repetir, como pessoas hoje saem às ruas pedindo a volta do AI-5 sem ter a noção da violência que esse instrumento impõe contra eles mesmos. Discutir essas questões é mais do que pertinente, é urgente.

TC: Ainda sobre a importância do debate desta temática, quais expectativas para nós historiadores e futuros historiadores nesse meio de pós-verdade, de *fake news* e negacionismos?

Valéria Alves: Eu acho que a gente está numa fase bem complicada. Há algum tempo, a gente já vem enfrentando isso. Eu acho que piorou a partir de 2016. Eu tenho um longo tempo de docência, mas eu nunca tinha encontrado isso. Eu leciono há 25 anos, e só recentemente é que eu esbarrei em situações mais complicadas. Por exemplo, de 2016 para cá, foi a primeira vez que em sala de aula eu encontrei alunos que ficavam incomodados com esse tema. E eu tive que enfrentar algumas situações bastante complicadas, de apresentar um conteúdo, que está dentro do programa da disciplina de Brasil IV, e alunos se sentirem incomodados e questionarem por que eu estava apresentando isso, porque eu estava apresentando essas pessoas não como “terroristas”, aqueles que resistiram. Questionavam: “*Eles eram bandidos, por que você os está defendendo?*” Então, a gente está

A ditadura militar foi tão mal resolvida em seu processo de transição, em uma transição negociada, que acabou resultando nessas questões que a gente tem hoje, de uma parcela da população reivindicar uma memória de ditadura desconsiderando seu caráter autoritário.

realmente em um momento bastante complicado. Discutir essas temáticas, hoje, vem causando cada vez mais polêmica. Eu tenho alunos que me relatam o cerceamento. Eu já tive alunos que vieram dar esse tipo de depoimento: *“Professora, eu leciono lá no Ensino Fundamental e Médio”*, alunos que, ainda, estão fazendo o curso de História, mas já lecionam, e *“eu não posso discutir isso, os pais não querem”*, e a escola cria limitações. Então, de fato, nós estamos vivendo um período bem complicado, principalmente, por conta do avanço do movimento “Escola sem partido”⁵, que colocou alguns tabus: *“ditadura militar não pode discutir, as discussões de gênero não podem ocorrer”*. Criaram determinados tabus que a gente vai ter que enfrentar. Mas eu acho que é pertinente, eu acho que a gente tem que, claro, dentro dos limites e das nossas possibilidades, também insistir nisso.

TC: E nessa trajetória, com todos esses temas, qual você escolheria? Que tema foi mais empolgante? Qual você escolheria para ser o divulgador de tudo isso?

Valéria Alves: Eu digo sempre que estou fazendo a mesma pesquisa há muitos anos. Desde que eu comecei o mestrado até hoje eu pesquiso ditadura militar, eu estou pesquisando a resistência à ditadura militar nas artes. Então eu fui, basicamente, no mestrado só na música, doutorado ampliei um pouco para música e cinema e, agora, em especial, no pós-doutorado, nas artes plásticas, por conta do Hélio Oiticica e seus parceiros. Eu sou apaixonada literalmente por esse objeto de estudo. Interessa-me muito e me encanta pensar as artes nesse período. E, em cada momento, em cada passo da pesquisa que eu estou, estou mais empolgada. Por exemplo, no mestrado, a

5 O Programa Escola sem Partido, ou apenas Escola sem Partido, é um movimento político criado em 2004 no Brasil e divulgado em todo o país pelo advogado Miguel Nagib. Ele e os defensores do movimento afirmam representar pais e estudantes contrários ao que chamam de “doutrinação ideológica” nas escolas. Ganhou notoriedade em 2015 desde que projetos de lei inspirados no movimento começaram a ser apresentados e debatidos em inúmeras câmaras municipais e assembleias legislativas pelo país, bem como no Congresso Nacional. Quase 60 projetos de lei foram apresentados em todo o país sob a influência do movimento. Analisando essas propostas e os documentos disponibilizados pela campanha, o Conselho Nacional de Direitos Humanos emitiu uma resolução em que repudiou todas as iniciativas do Escola sem Partido. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos tratou os projetos de lei promovidos pelo movimento como ameaças aos direitos humanos básicos. Vários desses projetos foram questionados devido à sua inconstitucionalidade pelo Ministério Público Federal, pela Advocacia-Geral da União e pelo Supremo Tribunal Federal.

questão da canção, até porque também eu estava começando essa trajetória, claro que me envolvia demais. Depois um encantamento com toda essa produção de Torquato, quando a gente analisa os textos dele e a divulgação do Super-8, do cinema Marginal, eu também fico extremamente empolgada. E agora as artes plásticas. Então, atualmente a minha paixão é esta. Não escolheria um tema, porque todos são importantes. O que me define como pesquisadora é a temática da ditadura militar. Assim, quando me perguntam “*o que você pesquisa?*” Eu respondo que sou pesquisadora da temática ditadura militar. E, dentro dessa temática eu vou especificando. Me interessa pensar a produção cultural e, claro, as formas de resistência, porque eu também me identifico dessa maneira. Eu sou uma pesquisadora de ditadura militar, interessada nas formas de resistência a esse Estado autoritário e nas artes, em especial, as canções me encantam, o cinema me encanta, as artes plásticas me encantam e, a cada hora, eu vou desdobrando. Atualmente, me interessa a produção do Hélio Oiticica e eu vou criando, também, minhas preferências. Por exemplo, não me interessa apenas pelos artistas, mas também pelos críticos de arte, como Ferreira Gullar, Mário Pedrosa e o Frederico Morais. Eu queria ficar só escrevendo sobre eles. Em cada momento eu já penso em outra pesquisa e queria ficar imersa nesse universo.

TC: Você poderia citar algumas dificuldades que enfrentou para desenvolver suas pesquisas?

Valéria Alves: Então, a dificuldade está exatamente aí. As fontes que, especificamente, eu me propus a trabalhar me desafiam desde o mestrado porque elas têm esse caráter interdisciplinar. Eu faço uma análise histórica, mas, por exemplo, os documentos exigem uma análise que extrapola a História. Só as ferramentas da História não me servem. Por exemplo, quando eu me propus a estudar as canções. Estudar as canções não é só analisar a letra, é ouvir as canções, é decodificar também aquela mensagem sonora. E eu não tenho formação musical. Dessa forma, como uma pessoa que não tem formação musical quer estudar um documento sonoro? Foi um desafio, eu tive que enfrentar e ir driblando essa dificuldade. Depois o cinema. Com o cinema, a mesma coisa. Eu preciso de ferramen-

tas que extrapolam o conhecimento histórico. A área da História nos dá limites, mas eu preciso extrapolar isso. Atualmente, é analisar as artes plásticas. É decodificar uma escultura, decodificar um quadro, decodificar uma performance, isso exige elementos que precisam, também, de uma formação, que a gente tem que ir buscar. Hoje, por exemplo, eu estou terminando o pós-doutorado, vinculada a um departamento de História da Arte, e eu me propus a fazer exatamente nesse departamento, eu escolhi porque eu queria me aproximar um pouco desse universo. Claro, muito rasteiramente, porque o ideal seria que eu tivesse uma Graduação em Artes Plásticas. Mas não tenho mais tempo de fazer isso, começar uma nova graduação. Mas a ideia é buscar ferramentas nas outras áreas, então me aproximo do universo da estética, tentar entender esses códigos da arte para melhor analisar as minhas fontes. Esse é o desafio de quem trabalha com esse tipo de documentação: a música, o cinema, as artes plásticas, a própria literatura, que eu explorei muito pouco. Mas, também, eu preciso ir às Letras, buscar os códigos, buscar os elementos que me ajudam a interpretar a literatura. Então, é esse o maior desafio.



Este livro foi composto em fonte Swis721 Cn BT,
em e-book formato pdf, com 244 páginas
Março de 2021

Série
Território
Científico



Em 2021, 57 anos nos separam do início de um dos períodos mais sombrios da História brasileira. Apesar de mais de meio século ter se passado, nunca a ditadura civil militar esteve tão presente em nossas vidas, com a nova ascensão de uma ideologia política que apela para o extremismo nos moldes fascistas. Parece anacronismo, mas não há termo melhor para definir um grupo político que defende posicionamentos contrários à democracia, aos direitos básicos dos cidadãos, à existência de minorias, segundo o qual deve “se curvar ante a maioria”.

Em nenhum momento se produziu tanto conhecimento sobre a ditadura, felizmente, na maioria dos casos, conhecimento sério, embasado em fatos, em pesquisa, em reflexões coerentes. Em meio ao turbilhão negacionista e anticientífico, o trabalho dos onze entrevistados neste livro se mostra fundamental, pois produzir ciência nos dias atuais é, sim, um ato de resistência. Diante disso, nada melhor do que iniciarmos a série Território Científico com este tema tão atual e tão fundamental, afinal, a História, com agá maiúsculo, mais do que nos ajudar a registrar quem nós somos como povo, nos obriga a lembrar daquilo que preferiríamos esquecer, mas que não podemos, se quisermos preservar nossa humanidade.

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Marco Antonio Machado

Coordenadores da Série Território Científico

ISBN 978-658742990-8



9 786587 429908